UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

**Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude
e o fim do regime militar (1977-1985)**

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude
e o fim do regime militar (1977-1985)

Daniel Cantinelli Sevillano

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Junior

São Paulo

2010

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meus pais, Mathias e Lenita, que tiveram papel fundamental na minha formação pessoal e que, de uma forma ou de outra, sempre me apoiaram em minhas escolhas, mesmo que em alguns momentos elas tenham parecido, para eles pelo menos, irracionais.

Agradeço à Renata, que me aturou em momentos de “branco intelectual”, nos quais não sabia que caminho seguir para desenvolver o texto desta Dissertação; além disso, como minha companheira de tantas lutas, ela sempre esteve por perto, deixando sua marca aqui e ali, alegrando dias que pareciam nebulosos.

Agradeço também ao meu orientador, Francisco Alambert, que aceitou de braços abertos minhas idéias para a pesquisa, estando sempre disposto a me ajudar quando me encontrava em caminhos um tanto quanto tortuosos. Seus comentários e sugestões sobre o texto foram de grande ajuda, e a amizade construída desde os tempos da Iniciação Científica tornaram tudo mais fácil.

Agradeço também a todos meus familiares e amigos que, mesmo sem nenhum contato com a pesquisa, sempre estiveram a meu lado para o que fosse preciso.

Agradeço à FAPESP, que através de uma bolsa de Mestrado me proporcionou o tempo e a tranquilidade necessários para a realização desta pesquisa.

“Here are the young men, the weight on their shoulders
Here are the young men, well where have they been?”
(Ian Curtis, *Decades*)

“Because maybe it does take a certain amount of guts to see the emptiness, but it takes a whole hell of a lot more to see the
hopelessness”
(Richard Yates, *Revolutionary Road*)

RESUMO

SEVILLANO, D. C. **Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)**. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Através da utilização de bibliografia e de fontes documentais, busquei analisar de que maneira os movimentos de oposição ao regime militar brasileiro se organizaram a partir da segunda metade da década de 1970, dando especial ênfase ao Movimento Estudantil, aos Movimentos Sociais e a algumas manifestações culturais da juventude brasileira do período. Tendo como ponto de comparação os mesmos movimentos nos anos 60, foi possível concluir que a oposição ao regime, nos anos 70 e 80, adquiriu novas formas de contestação, especialmente no interior dos movimentos sociais, nos quais as reivindicações partiam de suas bases, e não mais de uma cúpula. Frente a essa nova realidade, o movimento estudantil, com suas entidades e lideranças, se viu forçado a inserir-se na luta daqueles movimentos, enquanto grande parte da juventude, descrente face à contínua partidarização de suas reivindicações, voltou-se a novas formas culturais para demonstrar seus valores e desejos, fossem eles políticos ou não.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Regime Militar, Contracultura, Redemocratização.

E-mail para contato: dsevillano@uol.com.br

ABSTRACT

SEVILLANO, D.C. **We are the children of the revolution: Students, Social Movements, Youth, and the fall of the military regime (1977-1985).** 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Using the bibliography and historical documents, I tried to analyze how the movements against the Brazilian military dictatorship reorganized themselves in the second part of the 1970's, especially the Student's Movement, the Social Movements and some cultural manifestations of the country's youth groups in that period. Making a comparison with the same groups in the 1960's, I could conclude that the opposition to the regime, in the 1970's and the 1980's, developed new ways of contestation, especially inside the social movements groups, in which the demands came from the people, not from the leaders anymore. Facing this new reality, the student's movement, with its representative entities and leadership, had to join the struggle of the social movements groups, while many part of the Brazilian youth, not pleased with the interference of political groups in their demands, turned themselves to new cultural demonstrations to show their values and desires, being them political or not.

Keywords: Student's Movement, Social Movements, Military Regime, Counterculture, Brazilian New Democracy.

E-mail: dsevillano@uol.com.br

SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	As oposições ao regime: a luta pelo fim da ditadura	24
2.1	1973: o ano em que tudo recomeçou	27
2.2	“Quando as máquinas param”: o PT e os movimentos sociais	42
2.3	O movimento estudantil e Geisel	56
3	Surge uma nova frente de luta: o ME secundarista	75
3.1	As tendências do ME	87
3.2	Liberdade e Luta	91
3.3	Caminhando	103
3.4	Refazendo	110
3.5	O Movimento Estudantil Secundarista	116
3.6	A Convergência Socialista e Alicerce e Luta	118
4	Contracultura e juventude	148
4.1	Anos 70 – Novos Baianos, Secos e Molhados e Raul Seixas: rumos contraculturais	176
4.2	Novos tempos, novos conservadores e outros jovens	182
5	Conclusão	195
6	Bibliografia	200

Introdução

A escolha pelo estudo do movimento estudantil secundarista em São Paulo entre os anos de 1977 e 1985 tem relação com a pesquisa feita na Iniciação Científica durante meu último ano de graduação, em que analisei a trajetória do movimento estudantil universitário paulista entre as duas invasões que marcam sua história, a da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antonia, em 1968, e a da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na rua Monte Alegre, em 1977.

Duas universidades invadidas, dois momentos políticos diferentes, dois movimentos estudantis distintos; assim podem ser lidos os eventos de 1968 e de 1977 que culminaram nas ações repressivas dos militares contra o movimento estudantil. A ação do regime contra tais locais nada tinha a ver com os locais em si, mas sim com aquilo que eles representavam naquele momento para o ME¹. Temos, então, dois acontecimentos que denunciam a repressão da ditadura mas que, se estudados apenas enquanto eventos solitários, se somariam a tantos outros que tendem a cair no esquecimento. É preciso estudá-los enquanto parte de momentos históricos próprios e entendê-los como elementos da realidade que os cercam.

Frente a essa idéia, comecei a esboçar um esquema do que poderia estudar no Mestrado, tentando ao mesmo tempo fugir daquilo estudado na Iniciação mas que mantivesse relações com o tema; a análise documental mostra que no período escolhido há um aumento das atividades do ME secundarista, com as Associações Metropolitanas de Estudantes Secundaristas (AMES) e as Uniões Metropolitanas de Estudantes Secundaristas (UMES), formadas ou reorganizadas em várias cidades do país². Assim, ficou claro que era válido continuar estudando o ME até o fim do regime militar, mas que o foco deveria ser transferido dos estudantes universitários para os secundaristas, tendo

¹ Maria Ribeira do Valle trabalha muito bem a questão da invasão da Faculdade de Filosofia da USP na rua Maria Antonia em seu livro sobre o ano de 1968. A passagem que se segue explicita o valor simbólico que a destruição do prédio da Faculdade teve naquele momento: “A destruição do prédio da Filosofia da USP, na Maria Antonia, pela PM simboliza, desta forma, a vitória da nova política repressiva, que tem como alvo as universidades, pois delas fazem parte estudantes e intelectuais tachados pelo governo como ‘vanguarda revolucionária’ a ser banida”. VALLE. Maria Ribeira do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 180.

² A UMES de São Paulo é reconstruída em 1980, através de Congresso realizado no mês de abril, enquanto a AMES do Rio de Janeiro ressurgiu no ano de 1982 com seu I Congresso na cidade do Rio de Janeiro.

em mente que as mudanças no ME universitário eram o reflexo da reestruturação interna do ME frente à ascensão de novos movimentos sociais no final dos anos 70, como o novo movimento operário do ABC.

Esse momento de transição entre os dois tipos de movimento estudantil me pareceu um assunto que merecia um olhar mais aprofundado, evitando qualquer tentativa de mitificação do período, como alguns autores (também participantes dos eventos) retratam as mobilizações estudantis de 1968. Dessa maneira, a escolha pelo estudo do movimento estudantil secundarista em São Paulo entre os anos de 1977 e 1985 acompanha o que pode ser visto como um período de reorganização do ME num momento histórico em que o próprio ME perdia espaço entre os movimentos de oposição ao regime. Uma questão levantada é: o ME de fato perdia espaço ou era o ME universitário que se encolhia mais ainda frente a esses novos atores, dando lugar para a mobilização dos estudantes secundaristas³?

De que maneira estudar o ME secundarista foi a pergunta com a qual me deparei em seguida; uma das respostas possíveis foi a análise não apenas do ME, mas de outros grupos sociais que compunham o que preferi chamar de movimentos de oposição, evitando assim engessar esses grupos numa categoria única. Para analisar o ME, decidi utilizar jornais estudantis e outros periódicos produzidos por entidades e grupos secundaristas, sem perder de vista a relação muitas vezes existente entre estes estudantes e grupos externos ao movimento. Dessa maneira, busquei contextualizar as ações dos grupos secundaristas com o momento histórico pelo qual passavam, evitando qualquer

³ Os estudantes secundaristas, inicialmente engajados na reconstrução de seus Grêmios e na resolução dos problemas internos de suas escolas voltam-se, a partir de 1980, com a realização dos Encontros Nacionais de Estudantes Secundaristas (ENES), para a discussão de problemas políticos e sociais nacionais. Segundo Isabel Brasil Pereira, “Com essa ampliação política do Movimento Estudantil Secundarista, os quadros formados no período 1976-80, principalmente as lideranças de destaque, passam a ter menos tempo para trabalhar as questões ligadas ao cotidiano das suas escolas, porque tinham como tarefa organizar as suas tendências, correntes políticas no movimento em nível nacional. Além disso, à medida que esses militantes cresciam dentro do movimento, crescia também o seu papel dentro da organização política a que pertenciam, aumentando com isso suas atividades dentro da organização. E cada vez menos esses quadros se dedicavam às atividades no interior da escola, o que muitas vezes levava a um distanciamento das lutas cotidianas das escolas”. Para mais informações sobre o tema, consultar PEREIRA, Isabel Brasil. “Formação política e ensino médio: a reconstrução do Movimento Estudantil Secundarista no Rio de Janeiro (1976-85)”. In Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org). *Temas de Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2004. pp. 105-128.

tentação de vê-los como elementos isolados do período de ressurgimento dos movimentos sociais de fins da década de 1970.

Embora a idéia inicial desta pesquisa fosse centrar as discussões apenas no movimento estudantil secundarista, durante as visitas aos arquivos e através das leituras percebi que esse caminho diminuiria as possibilidades de um estudo mais abrangente sobre o período. O crescimento do ME secundarista, com a reformulação de suas entidades representativas e o surgimento de novos grupos em seu interior, foi visível e importante, mas ele não foi único; muitos movimentos sociais, como os ligados aos operários do ABC e àqueles ligados à Igreja católica em bairros periféricos, tiveram grande contribuição para o enfraquecimento da ditadura, e o ME secundarista, em grande parte, seguiu os caminhos trilhados por grupos sociais mais amplos. Além disso, foi possível observar que não se podia falar mais em ME único e monolítico, pois os muitos anos sob o regime militar haviam criado outras formas de luta entre os jovens, como poderemos observar no terceiro capítulo desta Dissertação.

Novas formas culturais de representação ganharam espaço entre os jovens, e alguns colégios proporcionaram a seus alunos os instrumentos necessários para seu desenvolvimento. O Colégio Equipe, escola com um projeto pedagógico diferenciado dentre as escolas particulares de São Paulo, onde estudou parte dos filhos daqueles que faziam oposição ao regime militar, foi uma dessas escolas. É preciso lembrar que manifestações que não tivessem cunho abertamente político eram tratadas pelos grupos de esquerda mais radicais como formas de desbunde, ou seja, elas não eram vistas como instrumentos para a derrubada do regime.

O próprio colégio Equipe, quando criado em 1968, refletia as contradições existentes entre os estudantes no período; ele nasce enquanto fruto de um racha entre os estudantes que coordenavam o antigo Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, divisão que por sua vez era reflexo das lutas internas entre diferentes grupos estudantis na Faculdade e no ME paulista⁴. O Grêmio da Faculdade estava nas

⁴ Nas eleições para a Diretoria do Grêmio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em outubro de 1967 duas chapas estavam na disputa: uma liderada pela Dissidência de São Paulo, encabeçada por Bernardino Figueiredo, aluno do curso de Geologia, e outra liderada pela POLOP. A chapa da DI-SP foi a vencedora por pequena margem de votos, sendo que a tomada do cursinho ocorreu logo após as eleições, como consequência da não-aceitação do novo Diretor do Departamento de Cursos, responsável pelo Cursinho,

mãos de grupos estudantis partidários das “ocupações militares” das universidades e faculdades em todo o país⁵, o que transformou o Cursinho em aparelho ideológico a favor das decisões da diretoria do Grêmio; isso fez com que um grupo de professores, contrários a essa determinação, se desligasse da Faculdade de Filosofia para formar um novo cursinho, cujo eixo principal era a não utilização das aulas como palanque político-partidário o que, no entanto, não impedia que dentro das salas se discutisse a situação político-social do país através da utilização de certos autores nas aulas e do próprio projeto pedagógico utilizado para ensinar.

O cursinho do Equipe foi criado em 1968 como uma resposta do grupo estudantil que, fora da esfera de poder dentro do Grêmio da FFCL, perdeu qualquer possibilidade de opinar nas decisões relativas ao andamento das aulas e dos cursos. Em depoimento feito para essa pesquisa, Jocimar Archangelo, então coordenador do cursinho do Grêmio e depois do cursinho do Equipe, afirma que

Uma das coisas que nós tínhamos implementado no cursinho era a separação entre os rumos do Grêmio, que estava sujeito a rachas, e a direção pedagógica das aulas. Nós conseguimos preservar o cursinho estabelecendo uma série de regras, como por exemplo a contratação de professores para o cursinho através de um concurso público, o que impedia a substituição de um professor por alguém do grupo que estava no poder no Grêmio naquele momento. Havia uma estrutura montada que garantia que o cursinho não estava nas mãos da diretoria do Grêmio, e que conforme mudasse a direção mudavam os professores. Com isso o cursinho cresceu bastante, chegamos a ter quatro sedes com mais de 1000 alunos.

Após nossa saída, o cursinho se transformou naquilo que nós não queríamos, um braço dos grupos políticos dominantes no Grêmio. Todo o projeto feito até aquele período se perdeu num prazo de um ano.⁶

A divisão entre os alunos na Faculdade de Filosofia é característica também da influência que o ME brasileiro havia sofrido até aquele momento; a Revolução Cubana e

por parte dos professores e da antiga Direção. Depoimento de Bernardino Figueiredo em sua sala no Instituto de Geociência da Unicamp, em 02 de outubro de 2008.

⁵ Para Maria Ribeiro do Valle, “Podemos, a partir destas análises, afirmar que a opção do movimento estudantil pelo uso da violência é, ao mesmo tempo, resposta ao aumento ostensivo da repressão e parte da opção política de algumas lideranças neste momento: a ‘ocupação militar das faculdades’”. VALLE, Maria Ribeiro do. *Op. Cit.* p. 182.

⁶ Entrevista com Jocimar Archangelo, realizada em 5 de setembro de 2008, em sua residência no distrito de Barão Geraldo, em Campinas.

os escritos de Che Guevara haviam conquistado os corações e mentes de grande parte dos grupos de esquerda⁷ brasileiros surgidos nos anos 60. Juntamente com a trajetória da Revolução Chinesa e da Guerra do Vietnã, criou-se a imagem do revolucionário que mais cedo ou mais tarde levaria o país ao caminho da revolução. Para Daniel Aarão,

Finalmente, a Nova Esquerda distinguir-se-ia pela afirmação de novos valores políticos. A confiança na ação e na intervenção da vanguarda. Na possibilidade de transformar a realidade social, inverter a correlação de forças, que deixavam de ser dados irretocáveis para se tornarem algo suscetível de modificação, de revolução. (...) A luta poderia ser longa, difícil, perigosa, mas o caminho estava traçado e os revolucionários deveriam preparar-se não mais para morrer heroicamente nas masmorras do poder, mas para matar em busca da vitória⁸.

A proposta dos grupos de esquerda enquanto vanguarda da revolução brasileira, aos quais os estudantes estavam intimamente associados, mostra até que ponto os ideais de Guevara e Debray haviam se fincado dentro de sua ideologia; o povo só necessitava de uma fagulha para levantar-se e tomar seu lugar na comissão de frente da revolução. Discussões teóricas, como mostra Aarão, estavam longe dos pensamentos dos vanguardistas: “Os slogans cubanos martelavam a cabeça dos militantes da Nova Esquerda: ‘O dever do revolucionário é fazer a revolução’, ‘Para fazer a revolução não se precisa pedir licença a ninguém’. Partidos eram associados a reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas, documentos ilegíveis, em resumo, à ineficácia revolucionária”⁹. Não era mais preciso “educar” politicamente a massa, pois na cabeça desses grupos ela era contrária ao regime militar, só necessitava de uma liderança para lançar-se no caminho irreversível da revolução¹⁰.

⁷ Daniel Aarão Reis Filho nomeia esses grupos como “Nova Esquerda”. Para o autor, “Com a expressão ‘Nova Esquerda’ pretendemos abranger as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista”. REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs). *Imagens da revolução. Documentos políticos de organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 7.

⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* p. 18.

⁹ *Idem, Ibidem.* p. 15

¹⁰ Ridenti esclarece muito bem a relação de um desses grupos de esquerda, a ALN de Marighella, com o “povo”: “Marighella falava em ‘problemas do Povo’, ‘apoio do Povo’, ‘união do Povo’, ‘em favor do Povo’, ‘aplaudido pelo Povo’, ‘no meio do Povo’, ‘ligação com o Povo’, ‘governo revolucionário do Povo’, ‘expropriar os inimigos do Povo’- enfim, um povo brasileiro de que seu agrupamento seria a vanguarda

Antes mesmo do mergulho de muitos na clandestinidade total, alguns grupos dentro do ME mostravam a escolha que tinham feito, e as ocupações físicas de faculdades – e os confrontos diretos com o regime e seus partidários que daí se seguiram – bem representavam isso. Os acontecimentos de 1968 marcaram o movimento estudantil como um todo, e a prisão dos principais líderes estudantis no XXX Congresso da UNE em Ibiúna fechou o cerco ao ME, que se viu frente a duas alternativas: juntar-se definitivamente aos grupos de esquerda que já operavam na clandestinidade¹¹ ou permanecer nas universidades¹². A opção pela luta armada enfraqueceu ainda mais o ME universitário, que se viu completamente desarticulado e acossado pelo regime. A rearticulação estudantil só viria após esse hiato em 1973, com a organização dos Encontros de Área nacionais, pensados como locais de debate dos problemas de cada curso mas que, no fundo, tinham de fato o objetivo de reunir os estudantes após as investidas dos militares. Durante esses quase cinco anos, o máximo permitido aos estudantes universitários era a realização de festas de recepção aos calouros e outras atividades culturais dentro das faculdades e das universidades o que, se de um lado mostrava o confinamento do movimento, de outro representava uma maneira de manter uma certa união entre os estudantes, através de atividades festivas e culturais.

Atividades que seriam utilizadas também dentro do Equipe como forma de manter uma resistência cultural nos pátios da escola, especialmente aquelas organizadas por Serginho Groisman, que entre os anos de 1971 e 1981 comandou o Centro Cultural do

armada e em cujas *entranhas* deveria alojar-se a *resistência*.” RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 166.

¹¹ Alguns desses grupos, como a ALN, já tinham penetração no meio estudantil. Sobre esse assunto, consultar RIBEIRO, Maria do Valle. *Op. Cit.* p. 182. Parte da atitude de “militarização” das faculdades e do ME é fruto dessa relação com grupos de esquerda defensores da saída armada para a derrubada do regime. Sobre o tema, Marcelo Ridenti afirma “A ligação entre o movimento estudantil e as organizações de esquerda estreitava-se entre 1967 e 1968. por exemplo, segundo o depoimento de um ex-guerrilheiro, Marighella exercia forte atração sobre a “massa avançada” dos estudantes paulistas, a quem deu “cobertura armada” durante a ocupação da Faculdade de Filosofia da USP em 1968 (...)”. Sobre o tema, ver RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 130.

¹² Permanecer nas universidades parecia um caminho de fuga, quando na verdade representava a necessidade dos estudantes de tentarem se reorganizar em seus próprios espaços universitários, tomados pela burocracia militar através de decretos como o Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, que proibiu definitivamente diretórios estaduais e nacionais estudantis, permitindo apenas a existência dos Diretórios Acadêmicos (DA) e DCEs ligados à direção das unidades universitárias. Vale lembrar que já em 1964, com a Lei 4464, conhecida como Lei Suplicy em “homenagem” ao então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, os Centros Acadêmicos (CA) haviam sido substituídos pelos DAs como órgãos representativos dos estudantes. Ver RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Op. Cit.* p. 126.

Equipe. Vários nomes da MPB do período passaram pelo colégio, desde sambistas como Cartola até roqueiros como Raul Seixas. Tratava-se de um espaço que, mesmo vigiado depois pelos militares, resguardava uma certa liberdade dentro de um regime opressor, o que em certa medida refletia a postura da ditadura de impedir que se utilizasse o espaço público como local de oposição aos militares. Marcos Napolitano, em sua Dissertação de Mestrado, trabalha com a questão da despolitização do espaço público imposta pelo regime num primeiro momento, e como, especialmente a partir de 1977, os movimentos sociais retomam esse espaço. Para o autor, “Forçando a ‘introjeção no mundo cotidiano’, a ditadura militar conseguia esvaziar os espaços tradicionais da expressão política: o parlamento, o sindicato, a praça pública, a imprensa. Mas, dialeticamente, favoreceu a politização de outros espaços sociais”¹³.

Essa politização, além de ocorrer em outros espaços, adquire novas formas; a derrota da guerrilha do Araguaia, única experiência de guerrilha rural concretizada pelos grupos de esquerda, colocou um ponto final nas alternativas de oposição armada ao regime. Era preciso pensar novas formas de opor-se à ditadura, ou ao menos de resistir, e a cultura apareceu como uma maneira de, pelo menos, congregar as pessoas. Mas seria possível repetir as experiências dos anos 60, quando a cultura era pensada enquanto manifestação e não como consumo?

As idéias do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE não tinham mais espaço na década de 1970; o artista que estava ligado ao “povo”, grande artífice da cultura engajada e com temáticas sociais¹⁴, era agora mero observador de outras manifestações culturais. O projeto dos militares de constituição de uma forte indústria cultural no país¹⁵,

¹³ EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994. p. 67.

¹⁴ Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, “Trata-se, claramente, de uma concepção da arte como instrumento de *tomada de poder*. Não há lugar aqui para os ‘artistas de minorias’ ou para qualquer produção que não faça uma opção de público em termos de ‘povo’. A dimensão coletiva é um imperativo e a própria tematização da problemática individual será sistematicamente recusada como politicamente inconsequente se à ela não se chegar pelo problema social”. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. p. 19.

¹⁵ Para Marcelo Ridenti, “A partir dos anos 70, concomitantemente à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha realizando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente. As grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel e do Ministério das Comunicações, respectivamente em 1965 e 1967, e outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. (...) À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria

que transformaria manifestações artísticas em produtos comerciais, retirando da arte o caráter de contestação dado a ela pelos estudantes nos anos 60, redefiniria a relação de troca entre artista e público. Um evento em particular caracteriza bem essa nova relação, o show de Gilberto Gil na Escola Politécnica da USP em 1973, após seu retorno do exílio em Londres. Show lotado, conversas entre artista e público, mas o papel dos estudantes lá era o de assistir simplesmente, e não mais criar; essa apresentação se insere num momento de mudança de comportamento do ME, que se viu a partir dos anos 70 não apenas longe do processo político, mas também dos projetos culturais; a geração da década de 1960 havia, de fato, terminado em 68.

As apresentações culturais do Equipe na década de 1970 vão por esse caminho também, mas com brechas para uma tentativa de recuperação das utopias da década anterior. Ao mesmo tempo em que os estudantes eram a platéia dos shows comandados por Groisman, e o próprio Gil cantou no colégio¹⁶, eles eram estimulados a serem também criadores culturais. Os alunos, por exemplo, tinham aulas de cinema, e não foram poucos os que começaram a produzir curtas-metragens com suas câmeras Super-8. Mas, diferentemente das criações estudantis do CPC, as manifestações dos alunos do Equipe estavam longe de representar um cunho social ligado ao “povo”. Ora, tratava-se de um colégio onde estudavam alunos da classe média, com pouco contato com grupos das demais camadas sociais de São Paulo. Vemos surgir entre esses alunos questões ligadas às próprias discussões sobre os gêneros e as minorias; de uma arte voltada inteiramente para os problemas sociais do país, ou “Arte Popular Revolucionária” como consta no Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, de março de 1962¹⁷, tem-se agora uma arte muito voltada para o “eu”, para as preocupações do indivíduo¹⁸ e

cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis em bancas de jornal), de agências de publicidade etc”. RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 332.

¹⁶ Sobre o show de Gilberto Gil no Equipe, Groisman, em reportagem ao jornal Valor Econômico, diz que “O show estava lotado. Tudo ia bem, quando a PM chegou. Os policiais tomaram uma vaia, e Gil surpreendentemente, repreendeu os estudantes: ‘Eles estão cumprindo o dever deles! Vamos fazer como os índios, que cantam enquanto fazem a revolução’. E começou a cantar ‘No woman no cry’, de Bob Marley. A turma da patrulha ideológica ficou furiosa”. *As altas horas do colégio equipe*. Jornal Valor Econômico de 26/09/2003.

¹⁷ Como consta nos anexos de HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Op. Cit.* p. 121.

¹⁸ A imagem dessa mudança poderia muito bem ser a volta de Fernando Gabeira do exílio após a Lei de Anistia; o papel de revolucionários nos anos 60 deu lugar a uma preocupação com questões individuais que logo colocaria em alerta os radares da patrulha ideológica de plantão. Para Heloísa Buarque de Hollanda,

para os desejos individuais. Em parte fruto da despolitização das relações sociais pelo regime, esses questionamentos revelam também a necessidade de fuga do aparelhamento ideológico dos grupos de esquerda e das “ideologias oficiais” que se confundiam muito com a própria repressão do regime. Para Heloísa Buarque de Hollanda,

Pode-se dizer que para a juventude tal descrença já estava “pronta”. O clima político e cultural do “milagre brasileiro”, o *sufoco* da primeira metade da década e a própria experiência social de cursar a universidade nesse momento fornecem a essa geração o ambiente para a recusa e a descrença das linguagens e das significações dadas. As linguagens do sistema, as “formas sérias do conhecimento” e especialmente “a forma séria do conhecimento por excelência” que é a ciência são rejeitadas. O mesmo parece acontecer em relação ao discurso da esquerda burocratizada que passa a ser confundido com o discurso da cultura oficial e, portanto, com o próprio sistema¹⁹.

As manifestações artísticas perdem seu caráter revolucionário mas nem por isso deixam de ser contestadoras. Em pleno ano de 1968 muitas das contestações comportamentais em relação à questão da sexualidade e do corpo eram mal vistas por alguns estudantes engajados, que viam nessas manifestações qualquer coisa que não interessava à “revolução”. Dessa maneira, se ao mesmo tempo podemos afirmar que as formas artísticas experimentadas pelos estudantes do Equipe nada tinham a ver com o caráter libertador e revolucionário da arte dos anos 60, podemos também mostrar que a marginalidade e as formas alternativas de arte eram manifestações contestadoras, como mostra Heloísa Buarque

Todas essas manifestações criam seu próprio circuito – não dependem, portanto, da chancela oficial, seja do Estado ou das empresas privadas – e enfatizam o caráter fr grupo e artesanal de suas experiências. É importante notar que esses grupos passam a atuar diretamente no modo de produção, ou melhor, *na subversão de relações estabelecidas para a produção cultural*. Numa situação em que todas as opções estão estreitamente ligadas às relações de produção definidas pelo sistema, as manifestações marginais aparecem como uma alternativa, ainda que um tanto restrita, à cultura oficial e à produção engajada vendida pelas grandes empresas²⁰.

“A patrulhagem ideológica é identificada como mais repressiva e controladora da produção cultural do momento do que os, ainda em vigência, aparelhos de coerção do Estado”. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Op. Cit.* p. 118.

¹⁹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Op. Cit.* pp. 95-96.

²⁰ *Idem, Ibidem.* p. 96.

A “cultura marginal” estava posta no cotidiano dos alunos do Equipe, ao mesmo tempo em que ressurgiam os grupos de esquerda dentro do ME. Dentre os tantos periódicos estudantis que surgiram no colégio, havia espaço ao mesmo tempo para publicações como o ECO, o boletim informativo do Grêmio do Supletivo do Equipe, surgido em junho de 1978 voltado para questões internas da escola, como o aumento de mensalidades, e para problemas da conjuntura política do país, como as lutas estudantis e populares, e como o JORNAL DOS PAPAGAIOS, publicação ligada a alunos que depois formaram o grupo de rock Titãs nos anos 80 e que tinha caráter mais libertário. Havia uma linha extremamente libertária no colégio, defendida por alguns grupos de alunos que fugiam dos estereótipos dos grupos estudantis ligados às tendências do ME.

Vale lembrar que a partir de determinado momento nos anos 70 o Equipe contava com três grupos distintos de alunos: os do Cursinho, os do Colegial e os do Supletivo. Para Raymundo Campos, professor de História do Equipe desde os anos 60, os alunos do supletivo noturno eram pessoas mais engajadas politicamente e eram, em sua maioria, trabalhadores. Temos, de certa forma, a figura inversa do que ocorria na década anterior: os mais politizados no colégio não eram os alunos, mas os trabalhadores que lá estudavam, o que reflete o momento político do país a partir do final da década de 1970, período em que o movimento dos trabalhadores reaparece com força para retomar parte das rédeas da oposição ao regime. A politização das fábricas e do meio operário era levada para os pátios do colégio através dos grupos dentro do Supletivo, e essa nova realidade era refletida tanto no ME dos estudantes universitários como dos secundaristas. A análise de exemplares da Convergência Socialista, periódico publicado a partir de março de 1979, mostra a construção da relação entre operários e estudantes. Em especial, a Convergência Socialista reserva importante espaço em suas páginas tanto para o ME universitário como para o secundarista, como podemos observar no número 05 do jornal, publicado na 2ª quinzena de novembro de 1979, que trata da realização do I Encontro Municipal de Estudantes Secundaristas nos dias 10 e 11 de novembro daquele ano, e da importância das decisões ali tomadas, especialmente as que tratam do Congresso de Fundação da UMES, que seria realizado em 26 e 27 de abril de 1980 e da participação maciça de estudantes no Congresso, não apenas de delegados eleitos pelos alunos.

A mobilização estudantil de base lembra a mobilização dos próprios trabalhadores no renascido movimento operário do ABC no final dos anos 70 contra o movimento pelego ligado ao regime militar. Percebe-se que o final da década de 1970 via não apenas o início da derrocada do regime militar, mas o surgimento de um contexto extremamente propício para o afloramento dos grupos contrários à ditadura²¹. Para Dainis Karepovs e Murilo Leal,

Pode-se, assim, dizer que de 1979 a 1983 se estabeleceram caminhos e se formaram organizações que decidiriam parte do que o Brasil é hoje. As greves no ABC de 1979, 1980 e 1981 estabeleceram as bases para uma renovação do sindicalismo, que desembocaria na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. O PT teve sua “Carta de princípios e plataforma política” lançada em 29 de abril de 1979. A UNE foi refundada em junho de 1979 e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em novembro de 1982.²²

Os estudantes em geral, e não apenas suas instituições, faziam parte do caldo que se formava naqueles anos. Daí o interesse de grupos de esquerda em montarem quadros dentro do ME para assim conquistarem suas organizações de representação. Foi assim com a Convergência Socialista que, através do grupo Alicerce, conquistou a primeira diretoria da UMES, foi assim com a Liberdade e Luta, que conquistou o DCE-Livre da USP no final dos anos 70. O PT faria o mesmo dentro do ME universitário nos anos 80, com a formação de grupos de discussão petistas e de chapas para a conquista dos Diretórios dos estudantes; em 1983, por exemplo, o PT apoiou a chapa “Oposição” ao DCE da USP.

²¹ Referente ao ME, Mirza Pellicciotta escreve “Entre 1975/1980, por sua vez, as movimentações estudantis ganham um outro perfil na medida em que se consolidam fóruns de deliberação e organização mais centralizados e fundamentados em bases político-representativas herdadas (ainda proibidas). Neste período, então, a ‘reconstrução’ das instituições do movimento se traduz na **recomposição de estruturas hierárquicas** que possui como espaço de articulação os ‘DCEs [Diretórios Centrais Estudantis] livres’, primeiro passo para a reorganização das UEEs (Unões Estaduais dos Estudantes), a partir de 1977, e da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1979”. PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. “Mobilizações estudantis nos anos 1970”. In GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Volume I. Recife: Editora da UFPE, 2008. pp. 179-213.

²² KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. “Os trotskismos no Brasil 1966-2000”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 153-237.

Temos um quadro interessante na virada das duas décadas; de um lado, um novo movimento estudantil, guiado por lideranças formadas na ideologia de novos grupos de esquerda que, por sua vez, estavam ligados ao movimento operário; de outro, uma nova geração de estudantes, particularmente desinteressada dos rumos políticos do ME. O “desbunde” dos anos 70, do qual trata Heloísa Buarque de Hollanda, encontra uma juventude que começa os anos 80 não só desiludida, mas dividida²³. Em termos culturais, trata-se de um reflexo bem nítido do que acontecera na Inglaterra após o aparecimento para o mundo do punk iconoclasta do Sex Pistols em 1977: os jovens se dividiram conforme a nova classificação musical das bandas e dos estilos que surgiram após esse ano, como o gótico do The Cure, o pop do The Smiths e o dance-pop do New Order. Da união contra os excessos do rock progressivo dos anos 70, o punk havia aberto divisões culturais que, no fundo, nada mais eram do que divisões de mercado. Divisões que seriam criadas também no Brasil com o surgimento de uma cultura jovem nos anos 80 e sua propagação através de muitos eventos comerciais voltados para os jovens, como os festivais Rock in Rio (1985) e Hollywood Rock (1988), este com um claro apelo comercial por parte da marca de cigarro direcionado para os jovens.

Em terras brasileiras, política estudantil e cultura já haviam tido um forte embate nos anos 60, especialmente nas disputas ocorridas entre os participantes dos Festivais de Música da Rede Record. O caso mais conhecido e comentado teve como protagonistas Chico Buarque e Tom Jobim de um lado, com a canção *Sabiá*, e Geraldo Vandré de outro, com a canção *Caminhando*, no 3º Festival Internacional da Canção de 1968. De um lado, os “engajados” contra o regime, que utilizavam a expressão artística a favor da revolução; de outro, a “alienação” de quem fazia a arte pela arte. Discussões estéticas e políticas que

²³ Em sua Dissertação de Mestrado, lançada depois como livro, Helena Wendel Abramo mostra como a juventude do final dos anos 70 e começo da década de 1980 foi analisada sob a perspectiva de duas interpretações distintas: “O ponto de vista mais generalizado era o de que essa geração jovem – nascida e criada numa sociedade marcada pela importância da mídia e do consumo, e pelo autoritarismo, que obliterou as possibilidades de expressão crítica – teria se tornado incapaz de formular qualquer tipo de saída inovadora, subjugada que estava aos valores sociais vigentes: a *geração AI-5*, a *geração Coca-Cola*. Incapazes de formular propostas de transformação social, os jovens, nessa ótica, teriam permanecido no individualismo, no pragmatismo, no hedonismo, na indiferença às questões coletivas e à história da sociedade. Em menor número, outros comentadores interpretaram esses grupos, principalmente os punks, como movimentos de revolta contra o “sistema”, inseridos na mesma tradição de rebeldia que seria característica da condição juvenil”. ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1994. p. xii.

retornariam na década de 1970 e teriam força com o BROCK, ou rock brasileiro, feito pela juventude a partir do início da década de 1980.

O surgimento de bandas como Titãs, Legião Urbana, Os Paralamas do Sucesso, Blitz, Kid Abelha e tantas outras representava uma música feita para os jovens por jovens que estavam saindo de uma ditadura de 20 anos. Tínhamos, de um lado, uma juventude, cada vez menor, ligada ao movimento estudantil clássico, com suas entidades, disputas eleitorais e influências de grupos externos e, de outro lado, uma parcela significativa dos jovens que viam no rock, e suas variações de pop-rock, o caminho para a libertação individual e de costumes após anos de repressão²⁴. Para Gilberto Velho, “Nesse nível, tratar-se-ia de uma política do cotidiano na qual os atores não estariam necessariamente representando suas ações ou comportamentos como políticos. Quando é dito, portanto, que as pessoas se afastam e repudiam o mundo da política, isso se refere a uma representação específica do que seja política”²⁵.

O quadro que se coloca à nossa frente, especialmente nos anos 80, é de uma juventude que, em sua grande maioria, não traz para si a responsabilidade pela reconstrução da democracia no país; nem mesmo suas entidades representativas conseguem trazer para si essa responsabilidade, frente ao cenário político que se estabeleceu no país em especial após a volta legal dos partidos políticos. A fundação e legalização do Partido dos Trabalhadores a partir de 1980, e a participação do Partido já nas eleições estaduais de 1982, com Lula como candidato a governador em São Paulo, é fruto dessa nova conjuntura política: a oposição ao regime militar seria permitida aos partidos políticos legalizados. Os próprios trabalhadores, ao constituírem um partido que poderia ser chamado de “seu”, haviam compreendido a nova realidade. O ME se tornaria

²⁴ Gilberto Velho, em seu estudo sobre tóxicos e hierarquia, analisa como o comportamento individual dos usuários de drogas era contestado pelos grupos de esquerda. Ele afirma “É nessa linha que aparece uma noção fundamental – não existe a possibilidade de uma revolução ou transformação social sem que haja uma revolução ou transformação individuais. Esta sim é que era a meta prioritária, e o grande erro do marxismo ou da esquerda em geral seria ignorar a dimensão pessoal, subjetiva, recuperada pela psicanálise e pelo existencialismo. Portanto, a valorização do indivíduo aparecia como impossível de ser conciliada com os métodos e meios dos grupos de esquerda”. VELHO, Gilberto. *Nobres & anjos – um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 105. Claro que não se trata aqui de comparar usuários de tóxicos com movimento estudantil, mas a questão da repressão ao individual frente ao coletivo encontra eco em ambas as situações.

²⁵ *Idem, Ibidem*. pp. 107-108.

com os anos um novo braço de ação dos partidos políticos, interessados no controle das entidades estudantis como os DCEs e a própria UNE, há anos nas mãos do PC do B.

A forma de expressar-se deixa a arena política para trás e se instala no novo cenário cultural do começo dos anos 80; no Rio de Janeiro, a instalação de um espaço para que os jovens, estudantes ou não, se expressassem, através de música, teatro ou o que quer que fosse, abriu as portas para que uma geração que vivera sob a censura e a ditadura pudesse agir como bem quisessem. O Circo Voador, instalado no bairro da Lapa, representava muito bem a idéia de que a liberdade não estava apenas em relação ao regime, mas aos dogmas dos grupos de esquerda de oposição aos militares; tratava-se de uma “rebeldia” juvenil que seria logo encampada pelo sistema capitalista que, a partir de 1982, seria o grande “mecenas” do rock brasileiro e de toda forma cultural ligada à juventude. Cláudio Novaes Pinto Coelho em texto sobre a cultura juvenil de consumo enfatiza as relações entre juventude e mercado

A partir da década de 1980, a relação entre as identidades sociais alternativas e a cultura juvenil de consumo modificou-se. O capitalismo voltou a ser forte ideologicamente. É preciso deixar claro que em muitos casos (inclusive nos países tidos como desenvolvidos e democráticos) a ação repressiva contra os movimentos de contestação (comportamental e política) criou as condições para a “restauração capitalista”. No entanto, nem só de repressão vive o capitalismo. A retomada da supremacia ideológica dos valores capitalistas está vinculada ao processo de reestruturação do aparato produtivo voltado para a segmentação do mercado. As empresas apropriaram-se da rejeição juvenil do padrão único de comportamento (adultos de classe média) e passaram a vender mercadorias capazes de compor uma multiplicidade de estilos de vida, dependendo da “personalidade” do consumidor.²⁶

A comercialização das novas formas de expressão e contestação juvenil - e o rock, no caso brasileiro dos anos 80, é a imagem máxima desse movimento - abria as portas para todos, convidando-os a se “expressarem” qualquer que fosse seu grupo. Era fácil ver na década os grupos que seguiam um ou outro estilo, uma ou outra banda; após anos de repressão, era como se num passe de mágica qualquer grupo de jovens pudesse montar sua própria banda e fazer sucesso. A indústria cultural estava aberta para todos os gostos

²⁶ COELHO, Cláudio Novaes Pinto. “Cultura juvenil de consumo e identidades sociais alternativas: uma abordagem histórica”. In GROppo, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Op. Cit.* pp. 222-228.

e estilos; essa era a “liberdade de expressão” vendida à juventude após anos de regime militar.

Não cabe fazer nessa pesquisa um estudo sobre as relações entre indústria cultural, movimento estudantil e cultura juvenil, mas trata-se de uma ligação que pode muito bem ser utilizada para entender como o ME se comportou no início dos anos 80 tendo que conviver com esse novo espaço de expressão dos jovens. Através da análise de jornais estudantis a partir dos anos 1982/1983, é possível notar que muito da agitação política do final dos anos 70 e dos anos da consolidação da UMES, UBES e UNE estavam se perdendo frente a uma juventude que não queria só comida, mas “diversão e arte, para qualquer parte”²⁷. Ou, como segue a música dos Titãs, era uma juventude que tinha “desejo, necessidade, vontade”²⁸, coisas que, negadas após tanto tempo, seriam buscadas em qualquer lugar ou em qualquer coisa. Como afirma Helena Abramo, “A produção dos *estilos* espetaculares por parte desses jovens envolve a elaboração crítica de questões relativas à sua condição e a seu tempo e significa também um esforço de expressão dessas elaborações no espaço público, esforço que implica em uma intenção de intervir nos acontecimentos”²⁹.

Para estudar o ME secundarista, os novos movimentos de oposição e os caminhos seguidos pela juventude brasileira no período proposto nesta pesquisa, decidi dividir a Dissertação em 3 capítulos, com as conclusões num capítulo à parte. No primeiro, intitulado *As oposições ao regime: a luta pelo fim da ditadura*, procurarei analisar de que forma as diferentes formas de oposição ao regime militar se construíram (ou, em alguns casos, se reconstruíram) a partir dos anos Geisel, e sua importância para o enfraquecimento e posterior derrocada da ditadura. Em tempos em que uma revisão histórica do período ditatorial é proposta por alguns veículos de comunicação, faz-se necessário e urgente reafirmar, através da análise daqueles anos, o papel que as oposições tiveram, reafirmando, para que não caia no esquecimento, que o fim do regime militar não foi uma dádiva dos militares, mas o resultado da grande mobilização social que diferentes grupos construíram a partir da segunda metade da década de 1970. Por isso,

²⁷ Trecho da música “Comida”, da banda de rock paulistana Titãs, lançada no álbum *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, em 1987.

²⁸ *Idem*.

²⁹ ABRAMO, Helena Wendel. *Op. Cit.* p. xv.

neste capítulo, irei analisar os diferentes grupos de oposição ao regime no período em questão, e de que maneira as mobilizações sociais e populares infligiram uma dura derrota para os militares e seus assessores civis.

No capítulo segundo, intitulado *Surge uma nova frente de luta – o Movimento Estudantil Secundarista*, analisarei a formação de grupos estudantis dentre os secundaristas, dando especial ênfase para os estudantes da Alicerce e Luta, ligada ao grupo Convergência Socialista, e suas relações com grupos de esquerda de fora do ME. Além disso, analisarei também de que maneira esses grupos tiveram importante papel na reconstrução das entidades estudantis secundaristas, como a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de São Paulo e a União Paulista de Estudantes Secundaristas.

No terceiro capítulo, intitulado *Contracultura e juventude*, procurarei analisar de que maneira a contracultura, e suas formas de expressão, desenvolveu-se no país, e de que maneira a juventude brasileira trilhou caminhos diversos do ME no final da década de 1970 e início dos anos 80, e de que maneira grande parte disso foi depois cooptado pelo mercado juvenil que se formava no país.

O capítulo dedicado às conclusões trará as análises finais da pesquisa além de elementos para o desenvolvimento de um estudo futuro sobre a relação entre juventude e política nos anos 1980.

Capítulo I – As oposições ao regime: a luta pelo fim da ditadura

Em seu discurso de posse como Presidente da República no dia 15 de março de 1979, o General João Batista Figueiredo disse

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade³⁰.

A menção ao Presidente Geisel não era uma mera formalidade; o retorno à democracia alardeado pelo General Figueiredo era um processo planejado e consciente³¹, que teria naquele ano de 1979 seu ápice, com a promulgação da Lei 6683³², em 28 de agosto, que concedia Anistia aos presos políticos e aos que haviam sido cassados pelos Atos Institucionais decretados até aquele momento. Tratava-se da abertura lenta, gradual e segura anunciada por Geisel, processo que correspondia aos desejos e vontades dos militares, mas que pouco tinham a ver com o clamor das multidões nas praças e nas ruas. Muitos estudos, especialmente no campo das ciências políticas, nos fazem crer que a ditadura de 1964 teve seu fim através de suas próprias ações, idéia que retira a força que os movimentos sociais de oposição ao regime tiveram a partir do governo Geisel. Essa leitura historiográfica, além de se constituir como algo essencialmente institucionalista,

³⁰ BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente. Discursos de posse de Deodoro a Lula*. Obra consultada no site <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/91988>> em 20 de novembro de 2008.

³¹ Segundo Rosa Maria Cavalari, “Geisel já havia escolhido Figueiredo para seu sucessor, mesmo antes de assumir a Presidência, pois, segundo o grupo da ‘Sorbonne’, era imprescindível que o sucessor de Geisel desse continuidade ao processo de ‘distensão’”. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil 1964-1980*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1985. p. 202.

³² A Lei 6683 foi regulamentada pelo Decreto número 84143, de 31 de outubro de 1979, que afirmava, em seu artigo 1º, “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes, eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”. Consulta feita ao site <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d84143.htm> em 20 de novembro de 2008.

varre para a lata de lixo da História a forma como os diversos movimentos oposicionistas no seio da sociedade brasileira combateram a ditadura e forçaram sua queda.

Neste capítulo, busco analisar as oposições ao regime durante os anos Geisel e Figueiredo, mostrando que no Brasil havia não apenas um regime autoritário, mas uma ditadura, que tratava seus opositores de maneira violenta, através de torturas, mortes e “desaparecimentos”. Mais que isso, cabe ressaltar que o regime militar não caiu por si só, mas foi de fato empurrado pelos movimentos sociais de oposição que cresceram e se multiplicaram especialmente a partir de 1977.

Durante a ocupação do espaço público pelos militares com seus atos repressivos, os indivíduos buscaram em outros espaços o local para sua mobilização. Fosse dentro das universidades, através de festas ou outros eventos que congregavam os alunos, fosse nas ruas e bairros das periferias dos grandes centros urbanos, através do encontro de pessoas para discutir seus problemas reais e diretos, os indivíduos buscaram novos espaços e formas de expressão face a situação opressiva. Por menos políticas que parecessem – política no sentido clássico da tomada do poder – tais formas carregavam consigo um grau de insatisfação que atingia em cheio a ditadura.

Dessa maneira, movimentos sociais como o de Custo de Vida (MCV), de Transportes Coletivo (MTC) ou de Luta Contra o Desemprego (MLCD) constituem ações de oposição claramente contrárias ao regime militar. Não se pode falar numa oposição única e monolítica aos golpistas de 64 – embora, em movimentos como a Luta pela Anistia ou pelas Diretas Já houve um sentimento de identidade que uniu diversos grupos – mas em oposições, já que cada um desses movimentos possuía uma linha de ação. O fim dos anos 70 representa o tempo e o espaço em que muitos desses grupos se formaram e se fortaleceram, forçando a queda do regime.

Dentre essas oposições, que abrangem também o grupo institucional de oposição, formado pelos políticos do MDB, os movimentos populares tiveram importante apoio da ala progressista da Igreja Católica³³, especialmente através das Comunidades Eclesiais de

³³ Sobre a Igreja Católica, Ana Maria Doimo escreve: “De fato, se os anos 60 representam um tempo de reorganização interna da Igreja, os anos 70 representariam o tempo de sua atuação na sociedade enquanto ‘Igreja Popular’. A ação repressiva da ditadura sobre seus agentes e o fechamento dos canais de participação política fariam dela não só um baluarte na luta pelo Estado de Direito mas, sobretudo, um sujeito hegemônico no processo organizativo da sociedade civil. E disto ela tinha muita consciência”. Ver

Base (CEBs)³⁴ e de ações da própria cúpula da Igreja, em especial no campo da defesa dos direitos humanos. As mobilizações após a morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, em 1973, e do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, apoiadas pela Igreja na figura de dom Paulo Evaristo Arns, foram pontos fundamentais para se entender as novas formas de oposição, as quais serão estudadas no presente capítulo.

É importante ressaltar que, num momento em que os projetos de luta nacionais levantados pelos grupos de esquerda nos anos 60 haviam sido aniquilados pelo regime, é no cotidiano dos novos movimentos sociais (embora não fosse novo, o movimento estudantil adquire, com a derrota de seus projetos para o país, nova roupagem e novo alcance) que serão construídas novas formas de oposição à ditadura. As lutas do dia-a-dia, vistas por alguns pesquisadores como apolíticas, conservavam em suas reivindicações críticas ao modelo social e econômico imposto pelos militares desde 1964. Frente ao cenário dos anos 60, elas de fato pareciam lutas despolitizadas; no entanto, frente à repressão do regime, a reivindicação por melhorias em bairros carentes, por melhores condições de ensino e por liberdade dentro das universidades, e por melhores salários representava um ataque, embora que indireto, ao sistema montado a partir do golpe de 1964. A análise dos movimentos de oposição nos anos 70, especialmente a partir de 1973, com a participação de novos grupos sociais, caracteriza uma nova maneira de se lutar contra a ditadura, atacando-a a partir de suas próprias limitações, a falta de liberdade, a questão dos direitos humanos e o descolamento das políticas econômicas do regime em relação à realidade vivenciada pela maioria da sociedade brasileira. Nesse sentido,

DOIMO, Ana Maria. "Igreja e Movimentos Sociais pós-70 no Brasil". In SANCHIS, Pierre (org). *Catolicismo: Cotidiano e movimentos*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. pp. 275-308.

³⁴ Sobre as CEBs, Ana Maria Doimo escreve: "Em todos os exemplos levantados, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica serviram de base para a criação de grupos de referência que cumprem a função de: motivar as pessoas à ação reivindicativa; acionar as redes sociais locais para fins organizativos; estimular a participação de todos nas decisões e nas etapas de luta; enfim, canalizar e processar dados e informações para a realimentação do grupo interessado aí formado". *Idem, Ibidem*.

Ainda sobre as CEBs, o artigo de Maria Helena Moreira Alves é bem ilustrativo em relação a seu papel: "The CEBs have grown particularly in the rural areas and in the poor peripheral areas of the cities. They are comprised of people who live in the same neighborhood, share the same faith and the same parish, as well as the same conditions of poverty. According to Frei Betto, one of the main coordinators of the CEBs, there are now approximately 80 thousand comunidades eclesiais de base throughout the nation each one joining together groups of from 40 to 100 people. The political and social importance of the CEBs lies in their capacity to awaken the political consciousness and awareness of the condition of oppression, stimulating both hope and action for change". ALVES, Maria Helena Moreira. "Grassroots organizations, trade unions, and the Church: a challenge to the controlled Abertura in Brazil". *Latin American Perspectives*, Vol. 11, No. 1, Winter, 1984, pp. 73-102.

movimentos como o dos trabalhadores do ABC, a partir de 1978, e dos estudantes, a partir de 1973, invocam bem mais que meras reivindicações pontuais; eles são verdadeiros ataques à constituição da ditadura.

1973: o ano em que tudo recomeçou

Com a decretação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, o regime civil-militar instaurado com o golpe de 31 de março institucionalizou suas formas mais brutais de perseguição política, entre elas as muitas maneiras de tortura postas em prática em seus órgãos de repressão. As utopias daquele ano haviam encarado a dura realidade que as cercavam, levando muitos a se lançarem a estágios utópicos mais elevados, como as células de guerrilha urbana de muitos grupos clandestinos de esquerda ou a tentativa de guerrilha rural levada a cabo pelo Partido Comunista do Brasil na região do Araguaia. Outros foram obrigados a se exilar para evitar a perseguição sistemática da ditadura, enquanto muitos voltaram-se para as ações do seu cotidiano, espaço que havia sobrado frente à ocupação dos espaços públicos pelos militares.

O ano de 1973, no entanto, marcaria um ponto fundamental no processo de reocupação desse espaço. A morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, aluno do curso de Geologia da USP, nos porões do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, no dia 17 de março, traria para a cena pública os atos violentos da ditadura contra os que lhe faziam oposição, e reabriria canais para que grupos calados desde o final de 1968 pudessem se expressar contra o regime há nove anos no poder. Dentro da Universidade de São Paulo, as prisões de estudantes eram discutidas em muitas publicações estudantis das diversas unidades da universidade; o jornal POLI-CAMPUS, dos estudantes da Escola Politécnica, de abril de 1973, trazia em seu editorial o seguinte texto:

A USP tem sido vítima, desde o começo deste ano, de freqüentes e clamorosos atentados contra a integridade física e moral e contra a liberdade de universitários. Fatos como prisões injustas, desaparecimentos “misteriosos” de indivíduos, invasões de CAs pela polícia e depredações de murais, tornaram-se tão corriqueiros que, atualmente, quando se fala em arbitrariedades desta natureza a pergunta que se ouve é: “Quantos foram desta vez?”

No mês de março, primeiro do período letivo, foram presos os seguintes colegas: Rosa, Concepcion e Katie (da História); Arlete (Sociologia e Política); Adriano e Alexandre (Geologia), tendo sido, este último, morto em circunstâncias bastante peculiares³⁵.

A morte de Leme representa dois aspectos importantes na luta contra a ditadura: de um lado, ela reforça o *modus operandi* dos militares em relação à morte de presos políticos em suas dependências; de outro, ela serviu como base para uma atuação enérgica da Igreja Católica em favor dos direitos humanos, confrontando as mentiras e ações da ditadura na violação sistemática desses direitos.

Com a inesperada morte de Leme em mãos, os torturadores do DOI-CODI paulista buscaram duas explicações para o cadáver que jazia em seus porões. Kenneth Serbin mostra as duas versões em artigo sobre Vanucchi Leme

Whatever the reason, the DOI-CODI agents were unprepared for Leme's death. They rushed to forge two stories. The first was for those who knew that Leme died at DOI-CODI: prisoners, agents uninvolved in the interrogation, coroners who signed false reports and other police authorities. In this version Leme had committed suicide by cutting his throat with a razor blade in the infirmary. To authenticate this story the interrogators and their commanders slit the neck from ear to ear while the body still lay in the cell. Other prisoners saw the body covered with blood as the agents dragged it away. The jailors then faked a search for blades in other cells. The second version, the truck accident, went to the press³⁶.

A versão do acidente com um caminhão liberada pelo regime mostrava que Leme havia morrido atropelado após tentar escapar de agentes policiais³⁷. Como em tantos

³⁵ Jornal POLI-CAMPUS. Publicação do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica da USP. Edição de abril de 1973.

³⁶ SERBIN, Kenneth P. "The anatomy of a Death: Repression, Human Rights and the Case of Alexandre Vanucchi Leme in Authoritarian Brazil". Journal of Latin American Studies, Vol. 30, No. 1, February 1998, pp.1-33. Cambridge University Press.

³⁷ O processo criminal aberto contra Vanucchi Leme na Justiça Militar procura, através de "depoimentos" de indivíduos presentes à cena do "atropelamento", mostrar que o estudante se jogou contra o caminhão nas esquinas da avenida Celso Garcia com a rua Bresser, eximindo, legalmente, o regime de qualquer culpa em sua morte. Além disso, através da leitura dos testemunhos presentes no mesmo processo, é possível verificar a importância dada pelos militares às provas que mostrassem de fato que Leme pertencia à Ação Libertadora Nacional, como podemos verificar no depoimento de Alberto Alonso Lázaro, conhecido também como "Babão", "Jóia", "Tomaz" e "Zezinho", do dia 21 de maio de 1973, no trecho relativo ao papel de Leme na ALN após a ida de Ronaldo (ou Ronald, como pode ser visto nos depoimentos) Mouth Queiroz (também conhecido como "Papa" ou "Fradinho") para a clandestinidade: "(...) cujo apoio era feito em nível político ou na base de passar documentos, que por intermédio de Alexandre eram encaminhados à

outros casos de mortos em sessões de tortura, o caso de Leme teria passado em branco não fosse o fato de seus próprios pais terem recebido de duas autoridades distintas as diferentes versões da morte de seu filho, como mostra Sebin em seu artigo

It became imperative after a USP student phoned the family about the arrest, leading José Leme to search for his son. The security agents could not keep the stories straight. Fleury [Sergio Paranhos Fleury] gave Leme's father the accident version, while moments later Magnotti [Edsel Magnotti, interrogador do DEOPS-SP] insisted it was suicide³⁸.

Por mais que os opositores ao regime soubessem das mentiras repassadas à sociedade diariamente, a morte de Vanucchi Leme havia atingido o limite. Tido por seus colegas de faculdade e professores como um aluno exemplar e uma liderança em seu curso, Leme tinha ligações com a Igreja Católica em sua cidade natal, Sorocaba. Sua morte conseguiu, além de assegurar ações mais veementes de membros progressistas da Igreja contra o regime, fortalecer os laços entre os católicos e os estudantes, trazendo os primeiros para uma luta que os segundos haviam sido obrigados a abandonar a partir do ano de 1969. Tal aliança representava um dos grandes temores dos militares, pois ela mostrava de maneira clara que uma das instituições mais influentes do país voltava-se contra a ditadura, além de representar que os estudantes, ainda que de forma tímida, buscavam reconquistar seu espaço e transcender os muros das universidades, como fica claro nesta passagem do livro *Cale-se*, de Caio Túlio Costa

Saíram dali para o centro da cidade, para a Ordem dos Advogados. Apoio total. Depois foram até a ABI. Turco fez o balanço:

- Conselho de Centros Acadêmicos, Arquidiocese, MDB, OAB e ABI, as cinco entidades de linha de frente do movimento pelas liberdades democráticas nos apóiam. Não pode dar errado.

Ronaldo para datilografar (...)"'. No mesmo depoimento, há outra passagem que mostra o papel de Leme: "(...) que Ronaldo Mouth Queiroz disse ainda que Alexandre havia realizado diversos levantamentos para a ALN, a fim de realizarem ações armadas, como de fato foram realizadas (...)". Ligações de Leme com a ALN podem ser vistas também no depoimento de Katie Melles Megre, de 18 de abril de 1973: "(...) que a explanação realizada por Alexandre Vanucchi Leme em duas reuniões deixou transparecer a vontade dele de fazer com que as pessoas presentes passassem a simpatizar pela organização ALN". Todo o caso parece ter sido construído de maneira a não deixar dúvidas que Leme era um "terrorista" e que, portanto, sua morte representava um "bem" para o país. Para mais detalhes, consultar o processo Brasil Nunca Mais (BNM) número 670, presente no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.

³⁸ SERBIN, Kenneth P. *Op. Cit.* p. 13.

- Saímos da casca do ovo da USP – comemorou um deles³⁹.

Victoria Langland, em sua Tese de Doutorado, trabalha com a morte de Vanucchi Leme e sua importância para o movimento estudantil brasileiro enquanto reconstrução de sua memória. Para ela, o assassinato de Leme serviu como elemento de recuperação dos eventos de 1968, sendo que ela ocorreu cinco anos após os atos no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro que culminaram na morte do secundarista Edson Luis. Segundo a autora,

In the case of Alexandre Vannucchi Leme, his death and funeral throbbed with analogous resonance to Edson Luis de Lima Souto. On a purely objective level, few could miss the obvious parallels between the two cases, both understood as the flagrant murders of innocent students by a brutal military state. More profoundly, however, students who knew of Edson Luis from the annual commemorations of his death suddenly found themselves experiencing a strikingly familiar, if previously only imagined, scenario. Whether they actually attended the funeral in São Paulo or merely discussed the boy's death in the hallways of a distant university, students inevitably felt the mixture of shock, anger, fear and confusion that attended the news of his murder. And they perhaps perceived that intangible sensation of solidarity as they witnessed the renewed support of the clergy, and as Leme's death became a topic of conversation around the country, re-enforcing an image and feeling of a national student body, collectively aggrieved. The emphasis on his innocence, like that on Edson Luis', exonerated them all, while his unjust death stood in for the injustices they had all suffered. This solidarity extended to the past, as students who had verbally expressed ties to the 1968 generation in their previous acts of homage to Edson Luis, now forged their own experiential connection⁴⁰.

O desaparecimento de Honestino Guimarães, presidente da clandestina UNE desde 1971, no mês de outubro de 1973 constitui novo ingrediente para a reorganização dos estudantes. Seguindo a linha da pesquisa de Langland, as mortes desses três estudantes, Edson Luis, Vanucchi Leme e Honestino Guimarães, compõem parte fundamental da memória do movimento estudantil, que tinha nesses “heróis caídos” a

³⁹ COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p. 89.

⁴⁰ LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers: Student Movements and Collective Memory in Authoritarian Brazil*. Yale University, Dissertation for the Degree of Doctor in Philosophy. 2004. p. 201.

imagem de uma luta que deveria a qualquer custo ser lembrada⁴¹. Essas mortes emblemáticas, somadas a prisões e desaparecimentos de outros estudantes, criavam uma teia de solidariedade no meio estudantil que se fortalecia à medida que novas informações sobre alunos que “caíam” nas mãos do regime eram noticiadas.

Os atos repressivos da ditadura, voltados não apenas para a “luta” contra o perigo comunista que rondava a sociedade brasileira mas para qualquer um que fosse considerado subversivo, forneciam para os estudantes a união que eles haviam perdido anos antes⁴², como mostram Michel Löwy e Stephen M. Gorman

After 1973-1974, the student movement reorganized itself. Diretórios Estudantis were constituted in the main universities (in opposition to the corporative entities created by the government), a Committee for the Defense of Political Prisoners was organized, and scattered university strikes broke out until, by 1977, a new apogee of massive mobilization took place⁴³.

As discussões sobre a participação estudantil nas fileiras de resistência aos atos do regime também estavam presentes nos periódicos estudantis. Numa edição extra do Boletim Informativo do CEUPES (Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP), de 1973 (não há data de publicação na capa do periódico), a chamada é “Aprisionaram 33

⁴¹ Sobre a morte de Honestino Guimarães, o livro *Encontro na Bahia 79*, sobre a realização do Congresso da UNE em Salvador em 1979, traz uma foto que ilustra o papel adquirido por este estudante no meio estudantil: no meio da sessão de abertura do Congresso, as luzes se apagam e surge uma foto de Honestino, presa através de cabos, sobre a mesa dos trabalhos. Ver GURAN, Milton. *Encontro na Bahia 79*. Brasília: Livraria Galilei Editora, 1979. Dentro da USP, a morte de Vanucchi Leme é até hoje lembrada pelos estudantes através de seu Diretório Central de Estudantes, que leva o nome de DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme.

⁴² Sobre esse tema, o livro *Memórias Estudantis* traz um trecho do depoimento de Geraldo Siqueira: “Eu me lembro que estava tomando uma cachaça quando o pessoal apareceu no centrinho da Geografia dizendo: ‘Mataram o Minhoca. Amanha a escola vai explodir’. Eu falei: ‘Segura um pouco, porque nós precisamos agir juntos. Quem agir sozinho vai ser massacrado’. Aí houve um levante na USP. Assembléias nas escolas, pano preto no lugar da bandeira brasileira. O conselho dos Centros Acadêmicos procurou o D. Paulo Evaristo pedindo para ele rezar uma missa na USP. Ele disse que se fosse rezar uma missa na USP poderia ser acusado de provocar os estudantes e sugeriu fazer a missa na Catedral da Sé. Foi uma coisa de louco, tinha metralhadora de tripé no meio da Praça da Sé, apontada para a escadaria da Catedral. A missa encheu a Catedral e o clima era terrível”. ARAUJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho. 2007.

Já Serbin escreve: “Meanwhile, students at USP and other universities protested Leme’s death. In late March and April USP buzzed with activity with meetings, pamphleteering, discussion at information tables, and class stoppages. Students wore black arm bands and draped black banners around the campus. Leme’s geology colleagues organized a joint student-faculty committee to investigate the circumstances of the death, and to establish proof of his innocence”. SERBIN, Kenneth P. *Op. Cit.* p. 16.

⁴³ GORMAN, Stephen M. and LÖWY, Michel. “Students and Class Struggle in Brazil”. *Latin American Perspectives*, Vol. 6, No. 4. Autumn, 1979, pp. 101-107.

estudantes; nenhum jornal noticiou”, tratando da censura imposta pelos militares aos meios de comunicação. No texto intitulado “Há algo de podre no reino da Dinamarca”, o jornal traz um chamado para os estudantes: “É mais importante para nós resolvermos ‘nossos problemas’ e deixar de lado o problema da repressão? Ou será o momento que vivemos o esboçar de um processo em que os problemas da sala de aula e os problemas de repressão são de tal forma indissolúveis que seria erro crasso enfrentá-los separadamente?”⁴⁴.

Observa-se que há entre os estudantes a necessidade de participar das mobilizações da sociedade contra o regime militar, pois a Universidade também sofria com os atos de repressão impostos a todos que se encontravam fora dos muros dos *campi*. Nesta mesma matéria, vê-se claramente que todos estavam sob a mesma arbitrariedade: “Outros setores se manifestam e, tal como nós, tendem a juntar forças. O Reitor, o Estadão, a imprensa de um modo geral, artistas, professores, colegas de outros estados, deputados, operários, se manifestam e sofrem conseqüências. Censura, prisão, pressões de todos os lados”⁴⁵. Outro periódico do ano de 1973, do mês de março, produzido pelo Centro Acadêmico dos estudantes do curso de História da USP, reafirma a necessidade de união entre os estudantes contra as ações repressivas da ditadura; no Editorial do jornal número 5, lê-se: “Não podemos esquecer que um Centro Acadêmico de História tem que encaminhar trabalhos conjuntos com os outros Centros da área de Humanas, já que os problemas que nos atingem são semelhantes. E, também a união com todos os Centros da Universidade para que possamos ter realmente uma vivência universitária e uma integração de todos os estudantes”⁴⁶. O que se tentava construir aos poucos era a integração entre estudantes destruída pelo regime militar alguns anos antes e a retomada de sua relação com a própria sociedade.

Neste sentido, parte importante da luta pela reconstituição do ME residia na Igreja, através de seu apoio aos estudantes. As manifestações pela morte de Leme não podem ser resumidas simplesmente na idéia de que um estudante havia morrido, mas ao fato de que sua morte representava mais um duro golpe dos militares nos direitos humanos, tema que

⁴⁴ Boletim Informativo CEUPES, Edição Extra. Ano II, 1973.

⁴⁵ Boletim Informativo CEUPES, Edição Extra. Ano II, 1973.

⁴⁶ Jornal da História, número 05, março de 1973.

havia sido abraçado pela Igreja como objeto de defesa incondicional⁴⁷, como afirma Ralph Della Cava: “No final de 1973, por ocasião do vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, as Igrejas cristãs do Brasil (à exceção dos pentecostais, que também são vistos como competidores por denominações de “primeira linha”, tais como presbiterianos e metodistas) lançaram por todo o país uma campanha pelos direitos humanos”⁴⁸. Percebe-se que a morte de Leme soma-se à campanha pela preservação dos direitos humanos, direitos inalienáveis cuja defesa, no fundo, representava a necessidade do retorno do Estado de Direito e do fim do regime de exceção dos militares. Para Della Cava,

Fora dado o primeiro passo coletivo no sentido de negar legitimidade ao regime. Mais ainda, na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar. No caso da Igreja Católica, excetuando-se os próprios militares, nenhuma outra instituição dispunha, como ela, de uma rede de quadros espalhados por toda a nação, de um sistema de comunicações (ainda que somente de porta em porta) que funcionasse apesar da censura e, ao contrário dos militares, de uma organização em escala mundial com a qual pudesse contar em termos de apoio e na qual pudesse confiar para dispor de uma “audiência” internacional⁴⁹.

⁴⁷ O tema dos direitos humanos e sua defesa já estava na agenda da Igreja desde o final dos anos 60, como mostra Serbin: “A campanha antitortura começou lentamente nos anos 60 e ganhou força depois do AI-5. A Igreja desempenhou um papel de destaque no seu fortalecimento. Com raras exceções, combatentes revolucionários e exilados, a princípio, menosprezavam a defesa dos direitos humanos, alguns referindo-se a isto como ‘trabalho de mulher’. Somente depois de sua derrota no Brasil e sobretudo depois da queda do governo socialista do Chile, em 1973, é que a esquerda passou a abraçar a campanha e então, basicamente, apenas como tática política contra o governo. Até então a Igreja e uns poucos grupos de direitos humanos, como a Anistia Internacional, jornalistas e um grupo de exilados, mostravam preocupação com os direitos humanos”. SERBIN, Kenneth P. *Diálogos nas sombras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 179. Eder Sader escreve que esse tema já estava presente nas discussões da Igreja desde o ano de 1971: “Em 1970 dom Paulo Evaristo Arns torna-se arcebispo de São Paulo. Em janeiro de 1971 dois agentes pastorais que atuavam na região sul – o padre Giulio Viccini e a assistente social Yara Spadini – foram presos sob a acusação de terem distribuído panfletos denunciando a morte do operário Raimundo Eduardo da Silva, que se encontrava preso no Hospital Militar de São Paulo. informado de que haviam sido torturados, dom Paulo protesta, reclama das autoridades fazendo o tema dos direitos humanos, em face aos arbítrios do Estado Militar, sua mais insistente reivindicação”. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 147.

⁴⁸ CAVA, Ralph Della. “A Igreja e a Abertura, 1974-1985”. In KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. pp. 13-46.

⁴⁹ CAVA, Ralph Della. *Op. Cit.*

Na edição de POLI-CAMPUS citada anteriormente, o papel da Igreja, através da Confederação Nacional de Bispos do Brasil, é lembrada pelos estudantes, como pode-se ver na passagem seguinte

Diante desta situação, vários setores democráticos do povo brasileiro erguem seu protesto e lançam-se na luta pela defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Recentemente a Confederação Nacional de Bispos do Brasil – CNBB – fez divulgar uma nota onde expressava sua preocupação com a situação político-social brasileira e exortava a população ao esforço de informação e denúncia das violações e defesa dos Direitos Humanos⁵⁰.

O papel da Igreja em relação aos direitos humanos e a escolha pela defesa enfática dos mais pobres havia sido tomada durante o Concílio Vaticano II e, na América Latina, representava as decisões tomadas na cidade de Medellín, na Colômbia, através dos documentos do II Encontro do Episcopado Latino-Americano (CELAM)⁵¹.

O posicionamento da Igreja Católica frente ao regime era também fruto do tratamento dispensado aos seus membros pelos militares; muitos padres haviam sido presos e torturados pela ditadura, acusados de subversivos, o que havia criado um abismo entre as duas instituições⁵². A crítica à violação dos direitos humanos era um ataque

⁵⁰ Jornal POLI-CAMPUS. Publicação do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica da USP. Edição de abril de 1973.

⁵¹ Sobre esse assunto, Frei Betto escreve: “Por outro lado, a renovação da Igreja, iniciada com o Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado. A Igreja passou a ser ‘a voz dos que não têm voz’, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos”. FREI BETTO. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 22. Sobre as decisões do encontro de Medellín, Candido Procópio Ferreira de Camargo *et alii* escrevem: “A reunião de Medellín, na Colômbia, canonizaria essas tendências. Os documentos do II Encontro do Episcopado Latino-americano (CELAM), reunido naquela cidade em 1968, documentos emitidos em caráter oficial, definem duas linhas básicas de ação que se transformariam no estandarte legitimador e referencial de novos grupos de cristãos: a opção pelos pobres e as comunidades de base. 1) ‘Defender, segundo o mandato evangélico, os direitos dos pobres e oprimidos (...) Alentar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, pela reivindicação e consolidação de seus direitos e busca de uma verdadeira justiça’ (Conclusões de Medellín 2, 22 e 27). 2) ‘A comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é a sua expressão. É ela, portanto, célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento’ (Ibidem 15, 10)”. CAMARGO, Candido Procópio Ferreira *et al.* “Comunidades Eclesiais de Base”. In SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. pp. 59-81.

⁵² O estudo de Serbin sobre as relações entre Igreja Católica e regime militar é muito interessante e traz importantes revelações sobre o papel da Igreja e alguns de seus membros durante a ditadura. Ao atacar os membros da Juventude Operária Católica a partir de 1970, os militares quebraram o diálogo existente com

frontal aos militares por suas ações contra membros da própria Igreja e, ao mesmo tempo, transformava-se em ataque aos métodos repressivos do regime, pois a tortura e as prisões políticas pareciam atingir todos, sem restrições. Por se tratar de um ataque a um direito de todos os homens, fossem eles “subversivos” ou não, a Igreja mantinha posição firme, como mostra Serbin

Embora os bispos ficassem na defensiva quanto à subversão, partiam para a ofensiva quando o assunto eram os direitos humanos. (...) A importância da Bipartite para os direitos humanos não estava tanto na libertação em si dos prisioneiros, mas na sua função de servir de voz de oposição. Em contraste com suas posições às vezes contraditórias quanto a questões políticas, o que a Igreja dizia privadamente sobre direitos humanos reforçava de modo consistente o seu discurso público. Não podia haver nenhuma concessão⁵³.

Dois órgãos da Igreja Católica tiveram importante papel na defesa dos direitos humanos: a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil⁵⁴ que, em 1973, já havia lançado documento sobre as comemorações dos 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU; e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, Seção Brasileira⁵⁵, fundamental na denúncia de violações aos presos políticos do regime. A CJP logo estimulou a criação de

a Igreja, como mostra o autor: “O incidente JOC-Ibrades [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento] marcou uma reviravolta na posição da Igreja. Expôs diretamente os cardeais e outros bispos importantes à repressão e aprofundou a desconfiança desses religiosos em relação ao governo. Os militares iludiram os bispos exatamente como iludiam parentes de prisioneiros, desaparecidos e opositores políticos assassinados: fazendo o clero zanzar para cima e para baixo na hierarquia marcial, e de uma instituição para outra, em longas e infrutíferas buscas de prisioneiros. O governo humilhava os bispos. Enquanto isso, Médici e generais importantes podiam lavar suas mãos alegando ignorar as ações de seus subordinados. A mensagem que por fim se delineava é que uma parte significativa do Exército não respeitava mais a Igreja.” SERBIN, Kenneth P. *Op. Cit.* pp. 201-202. Os diálogos entre Igreja Católica e militares seriam retomados numa comissão chamada Bipartite, na qual seriam discutidas, além das relações entre as duas instituições, as críticas da Igreja a problemas da ditadura como a violação dos direitos humanos.

⁵³ *Idem, Ibidem.* pp. 318-319.

⁵⁴ Sobre a CNBB, Maria Helena Moreira Alves escreve: “The CNBB, which is the main organization of the hierarchy, has set up different agencies and institutions that work directly with Catholic lay agents in the community. These are organized according to specific issues of concern. Pastoral work connects priests, religious persons, and lay Catholics to form social movements concerned with many groups: the ‘marginalized’ (Pastoral dos Marginalizados) sectors; the slum dwellers (Pastoral das Favelas); the poor landless peasants (Pastoral da Terra); urban industrial workers (Pastoral Operária); abandoned children (Pastoral do Menor)”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* p. 81.

⁵⁵ Segundo Serbin, “O trabalho da CJP-BR era não somente religioso, mas político. Ela queria denunciar violações dos direitos humanos ao restante da Igreja e demonstrar que as vítimas não haviam sido esquecidas”. SERBIN, Kenneth P. *Op. Cit.* p. 333.

Comissões pelo país, sendo que a de São Paulo⁵⁶, fundada por Dom Paulo Evaristo, foi a que mais trabalhou na defesa dos acusados pelos militares. No entanto, não era apenas na CNBB e nas CJP's que era possível encontrar críticas ao regime; como dito anteriormente, as Comunidades Eclesiais de Base, através de suas ações e atividades cotidianas, eram instrumento não apenas de ajuda mútua entre seus participantes, mas também de conscientização dos mais pobres em relação a seu poder e em relação à sociedade em que estavam inseridos. Frei Betto traz uma das melhores definições do papel das CEBs em seu livro: “A palavra *libertação* sobressai no vocabulário das CEBs. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação. Ela ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da transformação social, da modificação do modo de produção capitalista”⁵⁷. O que as CEBs faziam era dar “voz aos oprimidos”, ou ainda “dar voz aos que não têm voz”, enquanto órgãos acima na hierarquia da Igreja procuravam fazer com que essas vozes fossem ouvidas fora de seus círculos de origem. A idéia de crítica ao regime capitalista, cujas desigualdades eram mais sentidas nas camadas populares da sociedade, encontrava ressonância no papel de denúncia da Igreja em relação à pobreza e aos direitos humanos, já que sua violação era fruto do sistema político-econômico instalado no país desde 1964. A atuação das CEBs enquanto instrumentos de conscientização social nada mais eram do que reflexo das ações de um regime que privilegiava os mais ricos enquanto deixava os pobres na míngua.

A política econômica dos militares, baseada na idéia de abrir o país para investimentos externos e para a vinda de multinacionais para o território nacional, havia levado os trabalhadores e a população pobre a índices ainda maiores de pobreza. A vinda de capital externo, que não permanecia no país, aliado à política de arrocho salarial, havia

⁵⁶ Para Dom Paulo Evaristo Arns, “A Comissão Justiça e Paz, em São Paulo, vem desenvolvendo um trabalho sério em benefício de presos, de refugiados políticos e de suas famílias. Incumbiu-se ainda, com assessoria de peritos, do levantamento das principais situações injustas desta Arquidiocese, a fim de planejar as suas atividades de modo mais adequado. O resultado foi o já famoso livro ‘São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza’. A Comissão Justiça e Paz é constituída de leigos que representam os diversos agrupamentos sociais, por exemplo, estudantes, operários, juristas e outros. Desejamos, com nossos planos de trabalho, que a Comissão Justiça e Paz se amplie, para atender melhor os seus diversos setores de atividades”. ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Em defesa dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. p. 153.

⁵⁷ FREI BETTO. *Op. Cit.* p. 24.

criado disparidades exorbitantes no país⁵⁸. Aliado à falta de liberdade política e ao descaso do Estado em relação aos mais pobres, já que os militares não dependiam destes nas eleições, criou-se uma situação em que as classes mais abastadas possuíam muito, a classe média permanecia feliz se pudesse comprar seus bens de consumo, e os pobres permaneciam nas periferias das grandes cidades sem assistência do Estado. É a partir da lógica econômica do sistema que os grupos sociais, ligados ou não à Igreja, começam a se formar a partir da segunda metade da década de 1970.

Basicamente, é possível dividir os novos movimentos sociais de base em dois tipos: os seculares, e os ligados à Igreja Católica⁵⁹. É necessário, no entanto, deixar claro que não se trata de uma divisão estática; o papel da Igreja, como visto, não se limitava a atrair novos adeptos para o catolicismo. O papel das CEBs no seio destas comunidades era organizar as pessoas para que, em conjunto, elas pudessem se fazer ouvir. Importante para os movimentos sociais era conseguir organizar-se para então levantar sua voz; para Vinicius Caldeira Brant, “Os novos movimentos sociais apresentam-se como a base possível de uma real democratização da sociedade, não só pelo conteúdo popular de suas

⁵⁸ Maria Helena Alves resume bem a política econômica do governo: “This model followed a pattern that was characterized by a ‘triple alliance’ (Evans, 1979) composed of multinational, state, and local private capital investment. In essence, the Brazilian economic model may be summarized in the following manner: First, it is meant to encourage and attract foreign investment without limitations. Controls on the repatriation of profit were either completely eliminated or greatly reduced. A complete system of fiscal incentives and tax reductions was implemented so as to guarantee a rapid rate of return on invested capital. By 1971 the most dynamic part of the economy – the durable good sectors – was controlled by foreign corporations. Increasingly a pattern of joint ventures between state capital and foreign capital was established. Private national capital became less important economically and has decreased its power since 1971. Second, the economic model is based on a strict policy of wage controls and limitations on worker’s bargaining rights. The legislation establishing the *arrocho salarial* (wage policy) was first developed in 1965 and made permanent after 1966 with modifications to regulate and adjust to capital needs. This wage-control policy has in practice eliminated collective bargaining over salaries between workers and employers and instituted an automatic wage-settlement system”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* p. 73.

Francisco de Oliveira, em seu ensaio “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, ilustra outro ponto de apoio da política econômica dos militares, a extrema concentração de renda nas classes mais ricas do país, como podemos observar na passagem: “Os dados demonstram a extrema concentração na cúpula, numa forma em que a proporção da renda apropriada pelo 15 superior da escala populacional – 11,72% da renda – é superior, ainda que por pequena margem, à proporção de renda apropriada por 40% da população; prosseguindo um pouco, encontrar-se-á que os 5% superiores da escala populacional apropriavam uma parcela da renda ainda maior que a parcela apropriada por 60% da população: 27,35% contra 25,18%”. OLIVEIRA, Francisco. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. SELEÇÕES CEBRAP 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. pp. 5-78.

⁵⁹ Estar ligado à Igreja não significa estar voltado apenas para os preceitos do catolicismo, como mostra Frei Betto: “Nesses movimentos entram católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc., todos os que se colocam ao lado dos oprimidos. A divisão não é mais entre quem tem e quem não tem fé. É entre quem está do lado dos interesses dos pobres e quem está a favor dos privilégios dos opressores”. FREI BETTO. *Op. Cit.* p. 23.

reivindicações, mas também pelas formas democráticas que conseguiram criar diretamente, a despeito de instituições ditatoriais e de uma repressão sem regras nem freios”⁶⁰. No seu cotidiano, os excluídos do “milagre econômico” dos militares buscavam atacar o regime na sua própria estrutura; ao realizarem reuniões em que a participação de todos era bem-vinda, em que todos poderiam se expressar de maneira democrática, os movimentos sociais tentavam corroer a ditadura por dentro, agindo da maneira que lhes era negada pelo regime.

Pode-se afirmar que eram movimentos de resistência, mesmo que voltados para problemas localizados. Não se trata mais de grandes mobilizações pensadas para derrubar a ditadura, como nos anos 60. Frente à impossibilidade da “revolução” prometida pelos grupos de esquerda, coube ao povo organizar-se da melhor maneira possível para resolver suas próprias dificuldades. As reuniões de bairro para discutir problemas como falta de água, esgoto e luz nas periferias não atacava o sistema político imposto pelos militares, mas o sistema econômico que havia propiciado a manutenção de um regime autoritário por tantos anos. Embora fossem movimentos fragmentários, sem coesão nacional, o ponto que atacavam era um só⁶¹.

Observa-se então que o fechamento dos canais tradicionais de política, como a participação popular em eleições, e o cerceamento das liberdades individuais levaram à constituição de novas formas de se fazer política. Esses movimentos sociais, através de seus organizadores, buscavam sair da esfera de controle do governo. Caso existisse uma associação de bairro, por exemplo, e ela estivesse ligada ao governo ou a algum político populista, formava-se uma chapa de oposição para tomar o controle daquela associação. O que se vê é a política sendo posta em prática no cotidiano das pessoas, como forma de tomada de consciência.

Como foi dito, os indivíduos podiam se organizar em movimentos seculares ou ligados à Igreja. Os primeiros, nas palavras de Maria Helena, “(...) are civil entities in

⁶⁰ BRANT, Vinicius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. pp. 09-27.

⁶¹ Sobre esse ponto, Brant escreve: “A emergência dos movimentos populares em São Paulo, na década de 70, deu-se realmente de forma fragmentária. Em condições de repressão extremada contra a expressão política dos interesses populares, tornou-se difícil a centralização dos conflitos e mesmo a intercomunicação permanente entre movimentos sociais de âmbito diverso”. BRANT, Vinicius Caldeira. *Op. Cit.* p. 13.

urban areas that are registered as civic associations. These are called ‘neighborhood associations’, ‘favela associations’, or ‘societies of friends of the neighborhood’”⁶². Trata-se de associações criadas para refletir e propor mudanças pontuais em bairros, favelas e outros espaços públicos longe da ação do Estado⁶³. Problemas como falta de creches, ajuda a desempregados e outros eram também discutidos nesses grupos, o que evidencia seu caráter comunitário.

Além de promover a participação direta e democrática dos moradores desses bairros e comunidades nas decisões, as associações buscavam também, através de atividades culturais, conscientizar seus habitantes dos problemas sócio-econômicos que os cercavam. Trabalhos como o de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, tão utilizado nos anos 60, encontravam terreno para serem novamente desenvolvidos, só que dessa vez sem a idéia de conscientizar o povo de seu papel revolucionário⁶⁴. Parte-se da experiência do próprio povo para se trabalhar com sua conscientização em relação a suas condições e seu poder. Daí a necessidade da organização dos habitantes do bairro ou da comunidade, pois através da união é que eles podem mostrar seu poder e atingir seus objetivos. Para Freire, “A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto

⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* p. 77.

⁶³ Para Doimo, “A vivencia na comunidade enquanto participação entre iguais torna-se, então, a experiência da ‘democracia de base’; e a relação direta e em oposição ao Estado, além de reforçar essa identidade, passa a ser representada politicamente pelos códigos da ‘democracia direta’ e da autonomia””. DOIMO, Ana Maria. *Op. Cit.* p. 285.

⁶⁴ Frei Betto deixa isso claro na passagem: “No contato diário, os agentes se dão conta de que a realidade extravasa os conceitos e, ao mesmo tempo, descobrem que a prática popular, com suas ambigüidades, é a única capaz de, organizadamente, criar um projeto alternativo à sociedade em que vivemos. Destroí-se aquela imagem idílica do povo, como se ele fosse um barril vazio pronto a ser enchido pelas idéias explosivas dos agentes da classe média”. FREI BETTO. *Op. Cit.* pp. 38-39. Doimo também trabalha com essa questão na passagem seguinte: “É impossível falar dos MS pós-70 no Brasil sem compreender a intencionalidade da ação dos agentes pastorais da Igreja. Não apenas como assessores externos que prestam um ‘serviço’ ao povo, mas sobretudo, como portadores de uma concepção de mundo suficientemente unitária e integrada para incorporar até mesmo o princípio do ‘sujeito descentrado’ consoante um novo modo de se portar como liderança: não mais aquela que leva a ‘razão revolucionária’ ao povo inculto, mas aquela que, em permanente contato com a lógica própria e fragmentária da cultura popular, encontra nela as expectativas, os valores e os problemas a serem trabalhados”. DOIMO, Ana Maria. *Op.Cit.* p. 290. Ainda sobre este tema, Eder Sader escreve: “A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais. Neste aspecto a diversidade em si mesma não constitui uma novidade. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma ‘superior’ e ‘sintetizadora’”. SADER, Eder. *Op. Cit.* pp. 197-198.

homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará”⁶⁵.

A educação como forma de conscientização crítica dos populares era o primeiro passo para que as reivindicações conjuntas dos moradores fossem postas em prática. A luta travada nas conquistas diárias representava, no fundo, a possibilidade de proporcionar melhorias para suas vidas a partir deles próprios, sem a necessidade de viver sob a boa vontade de terceiros. Organizar-se e lutar por seus direitos – e não por migalhas atiradas pelos que estão no poder – significavam, de fato, fugir do controle do regime; as lutas dos movimentos sociais dos anos 70, aliadas às ações de educação dos populares a partir de suas próprias experiências e de seu próprio cotidiano, eram uma das muitas formas de oposição à ditadura.

As organizações ligadas à Igreja, embora trabalhassem também com a conscientização dos populares, buscavam melhorar aspectos de sua vida que diziam respeito a problemas maiores, que atingiam vários moradores de várias localidades, mas todos do mesmo estrato social. Movimentos como o do Custo de Vida (MCV), de Transporte Coletivo (MTC) e de Luta Contra o Desemprego (MLCD) traziam a marca da Igreja de luta pelos valores básicos do ser humano em níveis maiores que apenas o bairro ou a comunidade. Eram mobilizações que começavam em pequenas paróquias ou reuniões da Igreja marcadas pelas CEBs que partiam em seguida para as discussões mais diretas e que atingiam depois níveis de organização regionais ou nacionais. Muitas dessas ações coletivas imprimiam às reivindicações populares caráter de oposição ao regime militar apoiadas pela Igreja, como mostra Sader

Finalmente temos as iniciativas coletivas através das quais as CEBs atuaram no seu meio: um mutirão para levantar um salão paroquial, a organização de uma creche comunitária, a mobilização para reclamar da falta de ônibus, a circulação de um abaixo-assinado para reivindicar a coleta do lixo, a organização de um movimento para defesa dos direitos dos moradores em loteamentos

⁶⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

clandestinos, ou dos direitos aos serviços de saúde dos moradores do bairro, ou dos direitos à educação e uma grande diversidade de organizações e movimentos populares”⁶⁶.

Não se tratava de caridade dos padres ligados às comunidades carentes, mas de agir como companheiros de suas lutas reivindicativas. Nesse sentido, a luta da Igreja ao lado dos pobres, enquanto o sistema econômico dominante voltava-se para o lucro e enriquecimento dos mais ricos, mostrava claramente a dicotomia existente entre essas duas instituições. Vale dizer que a opção da Igreja católica pela “defesa dos oprimidos” encontrou um fértil terreno para se desenvolver, visto que as classes mais pobres encontravam-se em tal estado de abandono por parte do Estado que o que lhes faltava era alguém que os apoiasse em suas reivindicações, coisa que a Igreja fez de bom grado.

Inseridos no contexto de formação de novas oposições ao regime militar, os movimentos sociais populares dos anos 70 trouxeram para o centro dos debates a voz dos que vinham de baixo a partir de suas próprias palavras; não havia espaço para doutrinações de indivíduos oriundos da classe média ou de grupos políticos que não tinham o contato diário com a miséria dos pobres. Não se tratava de fazer uma louvação da pobreza, ou transformar as classes populares em objeto de estudo de trabalhos acadêmicos; os moradores da periferia não queriam quem os tutelassem, mas sim quem os apoiasse em suas lutas. Saía de cena a idéia do povo como classe a ser ilustrada, e entrava no palco a realidade de uma classe oprimida que queria mudar sua realidade através de sua própria força e determinação. Como bem coloca Frei Betto,

Quase sempre as comunidades não sabem verbalizar sua intuição de classe, a diferença entre os ricos e os pobres, como o faz o agente pastoral. Porém, ao partir para a ação, elas não acreditam senão na força da união do povo. As promessas do Governo e a palavra dos políticos profissionais, salvo raras exceções, já não merecem crédito. Mas é na luta pela água no bairro que a dona-de-casa descobre o verdadeiro caráter do regime político em que ela vive e perde suas ilusões a respeito do interesse do Governo pelo povo. É nessa luta que ela adquire confiança na organização e mobilização popular⁶⁷.

⁶⁶ SADER, Eder. *Op. Cit.* p. 162.

⁶⁷ FREI BETTO. *Op.Cit.* p. 25.

Nas práticas cotidianas é que se chegava à crítica ao sistema político e econômico imposto desde 1964. Muitos dos movimentos que lutavam por melhores condições de vida eram, sim, políticos, pois suas críticas chegavam ao cerne da questão: do que adianta a crítica ao sistema político se ele é sustentado por um sistema econômico excludente? O que se tentava construir, também com o apoio das CEBs, era uma alternativa a este sistema, explícita nas palavras de Frei Betto

Para as mais avançadas, esses critérios básicos são: um conduto político que tenha raízes nas organizações populares de base; um conduto político sob a hegemonia da classe operária, de seus militantes mais conseqüentes e ativos; um conduto que coloque, em seu programa e ação, não só a busca de uma alternativa para o regime, mas também a busca de uma alternativa para o sistema capitalista⁶⁸.

A ligação com os trabalhadores parece clara num modelo de crítica ao sistema econômico em vigência, pois são eles que possuem em suas mãos a força de trabalho que faz as máquinas girar. Frente a um regime que não lhes dava voz, parecia claro o caminho a ser seguido: desconfiar dos partidos que, mesmo na oposição ao sistema político, eram fruto do mesmo sistema econômico. Dessa maneira, a idéia de um partido que representasse os trabalhadores e que lutasse por suas reivindicações colocou-se como meta a ser atingida. É como fruto da experiência política surgida das lutas cotidianas das classes pobres que o Partido dos Trabalhadores irá se formar e se fortalecer, especialmente em regiões com alta concentração de indústrias, como no ABC paulista.

“Quando as máquinas param”: o PT e os movimentos sociais.

A greve deflagrada em maio de 1978⁶⁹ na cidade de São Bernardo do Campo surpreendeu os militares; depois de anos submetido a estrito controle do regime, pensava-

⁶⁸ FREI BETTO. *Op.Cit.*, pp. 84-85.

⁶⁹ Vale lembrar que a greve de 1978 teve suas origens no “Movimento pela Reposição Salarial” no segundo semestre de 1977, como escreve Lais Abramo: “É nesse quadro de conjuntura que irá surgir, no segundo semestre de 1977, o ‘Movimento pela Reposição Salarial’, anunciando o que se concretizaria mais claramente a partir de maio do ano seguinte: a presença do movimento sindical e popular (que também irá adquirir um importante grau de generalização e visibilidade social por meio do ‘Movimento contra o Custo de Vida’ poucos meses depois) como um ator político despontando na conjuntura”. ABRAMO, Lais Wendel. *O resgate da dignidade*. Campinas: Editora da Unicamp. SP: Imprensa Oficial, 1999. p. 193.

se que o operariado das grandes fábricas estivesse distante e desinteressado em relação às questões políticas. A posição do regime em relação ao movimento sindical⁷⁰ era a mesma desde fins da década de 1960: as greves eram consideradas crime político pelo regime, já que haviam sido proibidas através de legislação própria. Os sindicatos oficiais eram aqueles sob as ordens dos militares, e faziam parte da estrutura oficial da legislação trabalhista brasileira. Vale lembrar que discussões salariais até a eclosão das greves em 1978 eram realizadas entre os sindicatos oficiais, empresários e governo; o movimento grevista daquele ano procurou manter de fora o sindicato pelego, negociando diretamente com o patronato os índices a serem oferecidos como reajuste salarial⁷¹.

Vale lembrar que a greve de 1978 havia crescido de maneira silenciosa dentro das fábricas, num movimento que desafiava não apenas as empresas, mas a legislação do Estado. Como as greves eram, no sentido estrito da palavra – a falta ao trabalho –, proibidas, os trabalhadores se dirigiam a seus locais de trabalho, ligavam as máquinas e simplesmente cruzavam seus braços. Os operários estavam nas fábricas, o que impedia o governo de considerar aquela situação como uma de greve, algo que deixou o regime sem ação no momento. Por seu lado, as empresas viram-se frente à queda de produção, o que as levou a negociar diretamente com os trabalhadores, sem o intermédio do Estado. Por sua vez, os trabalhadores se recusavam a negociar sem a presença de seus sindicatos, o

Também sobre esse Movimento, Eder Sader escreve: “Grandes assembléias foram realizadas. Correram abaixo-assinados. Líderes sindicais fizeram pronunciamentos públicos que encontraram destaque na imprensa, contrastando com o anterior silêncio a respeito dos conflitos trabalhistas. Embora o governo não tivesse cedido, a campanha deixou um importante saldo para as novas lideranças sindicais, na medida em que suas entidades se revelaram centros de mobilização dos trabalhadores. O ‘novo sindicalismo’ se beneficiava do clima da distensão política”. SADER, Eder. *Op. Cit.* p. 183.

⁷⁰ Em relação à questão salarial, os reajustes eram dados de acordo com os índices oficiais de inflação fornecidos pelo governo. No entanto, no ano de 1978 ficou demonstrado que os índices relativos ao aumento do curso de vida do ano de 1973 haviam sido manipulados, o que levou os trabalhadores a grandes perdas salariais, como mostra Lais Abramo: “O que possibilitou esse salto de qualidade foi a divulgação, pela imprensa, de dados que evidenciavam a manipulação oficial dos índices de aumento do curso de vida realizada pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, e 1973, e que teria acarretado uma perda salarial acumulada da ordem de mais de 30% para algumas categorias de trabalhadores. Os sindicatos imediatamente se mobilizaram, solicitando ao DIEESE o cálculo preciso da perda salarial ocorrida em razão da manipulação dos dados. Para os metalúrgicos do ABC, esta havia sido de 34,1%”. ABRAMO, Lais Wendel. *Op.Cit.* p. 193.

⁷¹ Segundo Armando Boito Junior, “Nas inúmeras análises e polêmicas sobre a luta grevista do período 1978-1980, a quase totalidade dos sindicalistas e estudiosos admitia que o movimento grevista poderia ser dividido em duas fases. A primeira, que se estendeu até o final de 1978, caracterizou-se pela vitória das greves. Os grevistas tinham o essencial de suas reivindicações atendidas e, em muitos casos, a vitória era obtida até com certa facilidade, bastando greves curtas para vencer a resistência dos patrões”. BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991. p. 265.

que trouxe de volta para o cenário nacional suas entidades representativas, controladas agora pelos sindicalistas autênticos⁷². A importância da greve desse ano residia no retorno da negociação direta entre trabalhadores e patrões, deixando de lado a política do arrocho salarial e, por conseguinte, os próprios militares.

Como dito anteriormente, o movimento dos trabalhadores estava inserido no contexto de reivindicações populares de final dos anos 70; muitos dos que trabalhavam nas fábricas eram os mesmos que moravam nas periferias das grandes cidades ou em bairros carentes, sofrendo no dia-a-dia as ações predatórias do sistema econômico que sustentava o regime militar. Nesse sentido, a organização do novo movimento sindical baseava-se nas experiências surgidas nos outros movimentos populares, como a participação das bases nas discussões e decisões. Para Lais Abramo,

A segunda medida foi a instituição da “política de revezamento” entre os diretores do sindicato. A cada certo tempo, os suplentes (diretores de base) deveriam sair da produção para trabalhar na direção executiva do sindicato, como forma, por um lado, de aprender as tarefas administrativas e de direção geral e, por outro, de trazer para esse âmbito a vivência direta dos problemas do interior da empresa. Por sua vez, os diretores executivos deveriam voltar à produção para não perder o contato com as bases. Além do aprendizado mútuo e da tentativa de evitar a cristalização da divisão interna de trabalho, esse procedimento parece ter sido importante para modificar a relação dos trabalhadores de base com os diretores do sindicato e, portanto, a imagem e o próprio significado da entidade (...).⁷³

Percebe-se que, mais do que instrumento de reivindicação salarial, a greve adquiria *status* de aprendizagem política⁷⁴, num momento em que as reivindicações da

⁷² Segundo Lais Abramo, “Iniciada na manhã do dia 12 de maio de 1978 com a paralisação da Scania, três dias depois a onda grevista atingia a Ford e no dia seguinte a Mercedes e a Volkswagen. No dia 18 de maio, chegava a Santo André e, uma semana depois, a São Paulo, com a paralisação da Toshiba. No dia 1º de junho, foi a vez de Osasco (Brown Boveri) e, no dia 9, a do interior do estado (Campinas). Em quatro meses, 235 mil trabalhadores haviam cruzado os braços nas principais concentrações metalúrgicas do estado de São Paulo”. ABRAMO, Lais Wendel. *Op. Cit.* p. 209.

Sobre o movimento grevista, escreve também Maria Helena Alves: “Within a period of two weeks a total of 76,843 metalworkers had joined the strike”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* p. 87.

⁷³ ABRAMO, Lais Wendel. *Op. Cit.* pp. 200-201.

⁷⁴ Para Natan Zeichner, “The strike movement that developed in the ABC region in the late 1970’s was more than a manifestation of worker discontent over wages. Rather it was an explosion of civil opposition to the generals. As factories shut down throughout the Greater São Paulo area, neighborhoods began to reverberate with agitation. Protesting workers were quickly joined by community members and student

sociedade por seus direitos democráticos pipocavam por todas as partes⁷⁵. A sociedade civil passara a se manifestar não apenas em passeatas, mas especialmente através de panfletos e “Cartas” abertas à população; a mais conhecida delas é a “Carta aos brasileiros”, de Goffredo Telles Junior, lida no dia 8 de agosto de 1977 no Pátio interno da Faculdade de Direito da USP. Trata-se de um texto incisivo contra a ditadura e em defesa dos direitos fundamentais negados há 13 anos pelo regime, como mostra a passagem: “Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras”⁷⁶.

A leitura da carta representa bem o momento pelo qual passava o regime; pela regra, passeatas e manifestações de rua estavam proibidas, mas aglomerações em espaços fechados eram permitidos. Muitas manifestações estudantis no período foram permitidas desde que realizadas nos *campi* universitários, já que a presença de estudantes nas ruas era logo combatida com tropas. O que temos é o planejamento de Geisel posto em prática: uma abertura lenta e gradual, com o retorno, pouco a pouco, das liberdades cerceadas especialmente após o AI-5. A carta de Goffredo, aliada a tantos outros manifestos lidos e escritos, era outro passo dado pela sociedade civil na trajetória da luta pelo fim do regime.

Luta que parecia dividir-se em duas frentes; de um lado, a oposição dentro da sociedade civil⁷⁷, através de associações de bairro, do movimento sindical, do movimento

activists in demanding and end to exploitative work conditions”. ZEICHNER, Natan. “Representing the vanguard”. Brown Journal of History, Issue I, Spring 2007, pp. 7-26.

⁷⁵ Para Scott Mainwaring, “An unexpected challenge came from popular movements. After years of being virtually dormant as far as the public was concerned, popular movements surged back with surprisingly vitality between 1977 and 1980. Most publicized was the auto workers movement of Greater São Paulo, which staged major strikes in successive years between 1978 and 1980. Throughout the country, peasant unions emerged stronger than at any time since 1964 and more numerous than ever. Neighborhood associations and local movements for urban services also blossomed all over the country”. MAINWARING, Scott. “The transition to Democracy in Brazil”. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 28, No. 1, Spring 1986, pp. 149-179.

⁷⁶ TELLES JUNIOR, Goffredo. *Carta aos brasileiros 1977*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira Ltda. 2007.

⁷⁷ Dom Paulo Arns relaciona as ações da sociedade civil no período com a defesa intransigente dos direitos humanos, como podemos ver quando perguntado sobre as medidas necessárias para assegurar a defesa desses direitos: “A primeira, sem dúvida, é a volta do Estado de Direito. Creio que neste ponto a nação inteira, desde o Presidente da República até o homem mais simples, está de acordo. Outras medidas urgentes? Levar o povo a conhecer os direitos fundamentais, tanto os da Constituição quanto os da legislação trabalhista. Em segundo lugar, parece-me urgente que o povo saiba a quem recorrer. Tivemos disso prova, quando os estudantes de Direito, acompanhados por alguns professores, começaram a passar os sábados em diversas zonas da periferia. Lá recorriam a eles os homens simples, pedindo os

estudantil, de grupos de esquerda, e outros; de outro, a oposição do MDB, formal e reconhecida pelo regime como única possível de legitimidade naquele momento. Para os militares e os arquitetos civis de seu regime, o abismo entre Governo e sociedade civil era necessário⁷⁸, pois significava que o poder, quando transmitido, iria justamente para as mãos daqueles com a benção do regime, os políticos ligados ao MDB⁷⁹. Evitava-se, assim, o grande temor, tão recorrente na visão dos militares, de que o país caísse nas mãos de grupos de esquerda “perigosos” para o Estado brasileiro. Como bem explica Francisco de Oliveira,

Este é o dado central. A tal ponto e de tal forma que o processo da transição, embora não se faça estritamente pautado *pelos* Forças Armadas, tampouco se faz *contra* ou *sem elas*. O que dificultou a possibilidade de estiramento do prazo histórico da tutela militar, mas, por outro lado, *incluiu* vetos militares à participação dos partidos comunistas, por exemplo, ou barrou o caminho às eleições diretas para a Presidência da República, pelo temor à avalanche de candidatos “não digeríveis”, como Brizola⁸⁰.

Frente a esse cenário de descontentamento geral com os rumos da ditadura militar as greves do ABC⁸¹ passam a ser tratadas como crime contra o Estado, pois as ações dos

esclarecimentos mais rudimentares, exatamente sobre sua situação quanto aos terreninhos, quanto ao trabalho e até à vida familiar. Em outras partes do Brasil já foram elaborados folhetos muito simples, na linguagem do povo, esclarecendo não só a legislação mas indicando concretamente lugares e pessoas encarregadas nas diversas áreas”. ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Op. Cit.* p. 153.

⁷⁸ Goffredo Telles Junior, em sua Carta, afirma “Proclamamos a ilegitimidade de todo sistema político em que fendas ou abismos se abrem entre a Sociedade Civil e o Governo. Chamamos de *Ditadura* o regime em que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus Governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o Governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime em que o Poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela procura se fundar. Ditadura é o regime que governa para nós, mas sem nós”. Observa-se o abismo criado pelos militares como necessidade para se manter a sociedade longe da política e das discussões sobre a volta da democracia que se daria, como visto com a derrubada da emenda das Diretas, nos termos do próprio regime.

⁷⁹ Para Marcos Napolitano, “A politização das ruas com a presença de sujeitos coletivos que deveriam ficar ‘fora’ da política, como os trabalhadores e estudantes, não fazia parte dos planos do governo”. EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Op. Cit.* p. 114

⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco de. “Além de transição, aquém da imaginação...”. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, número 12, pp. 2-15, junho de 1985

⁸¹ Para Lais Abramo, “O movimento de 1978 pode ser caracterizado tipicamente como uma onda grevista. Estourando desordenadamente a partir do interior das empresas e com um poder de irradiação muito forte, ele não foi nem uma somatória de greves por empresa nem uma greve de categoria”. ABRAMO, Lais Wendel. *Op. Cit.* p. 209.

trabalhadores serviam como novo fator de mobilização social. Esse fato leva a greve a atingir níveis outros que a mera reivindicação salarial; para Berbel,

Mas a maior vitória consistiu no fato de que, a partir deste momento, caíam por terra os impedimentos legais para a utilização deste recurso. Desabitutados a este tipo de manifestação reivindicativa, governo e empresários foram pegos mais ou menos de surpresa. Era perfeitamente previsível que, após a realização do primeiro movimento grevista desmoralizando as proibições da ditadura, outros se sucederiam e, de ambas as partes (governo e empresariado de um lado, trabalhadores de outro), tratava-se de cuidar da preparação de novos embates⁸².

Os grevistas haviam alcançado, graças à repercussão do movimento, um papel de destaque na oposição ao regime. Frente a esse quadro, era tentador comparar o movimento de 1978 com as greves ocorridas em Osasco e Contagem em 1968, comparação que o próprio Lula tratou de anular. Para ele, citado por Berbel,

Há quatorze anos a classe trabalhadora estava dormindo. Nós tínhamos como fonte histórica, sem ofensa nenhuma, gente como Werneck Viana e outros, que escreveram muito sobre as greves de Osasco e a passagem de Contagem. Se analisarmos friamente, chegaremos à conclusão de que a greve de Osasco saiu muito mais da Faculdade de Filosofia do que dos próprios sindicatos. Foi uma greve em que a única coisa que a classe trabalhadora ganhou foi o AI-5 nas costas. Isto tudo muita gente não tem coragem de dizer porque, nos dias atuais, é antipático dizer isso, pois a greve de Osasco é exaltada como um parâmetro histórico nesta terra⁸³.

Lula deixa claro o posicionamento dos trabalhadores frente à greve; tratava-se de movimento originado dentro do meio operário e que tratava de problemas pontuais e particulares desse grupo. A crítica à “greve da Faculdade de Filosofia” era uma menção ao fato de que o movimento dos operários seria coordenado pelos próprios trabalhadores, e não por estudantes ou grupos de esquerda que não faziam parte da realidade do operariado brasileiro, como afirma Berbel na passagem

Alegando que a defesa da democracia feita pelos setores de classe média jamais atingia os trabalhadores, Lula desconfia da aproximação de estudantes, intelectuais e setores da Igreja.

⁸² BERBEL, Marcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978-1980)*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1991. p. 66.

⁸³ *Idem, Ibidem*. p. 68.

Quando indagado sobre o movimento pela Anistia aos presos políticos, por diversas vezes responde que é a favor, mas que prefere lutar por uma anistia mais ampla: a da miséria a que os trabalhadores foram submetidos. “Eu me coloco na minha situação... Ao Invés de pedir anistia para poucos, prefiro pedir prá toda a classe trabalhadora, entende. Um homem que levanta às quatro e meia da manhã e dorme às 10 horas da noite prá ganhar Cr\$ 3.000,00 é um eterno presidiário”. “Quando se fala em democracia nesta terra um [sic] tenho muito medo, porque a palavra democracia realmente é muito relativa, porque a democracia que interessa à classe trabalhadora não é a democracia da qual grande número de pessoas está falando... Uma democracia que interessa à classe média não interessa à classe trabalhadora... Esta classe média, historicamente, irá começar a chamar o trabalhador de subversivo e comunista”. “Para o governo é muito mais fácil reformular o AI-5 do que mudar o artigo 528 da CLT... Desde que a classe trabalhadora esteja amarrada, pode até haver democracia no país”⁸⁴.

Percebe-se na fala de Lula uma cisão entre os dois momentos históricos; em 1968, os trabalhadores eram vistos como essenciais para a “revolução”, mas no fundo seriam apenas seguidores dos ideais de vanguarda revolucionária dos grupos de esquerda do momento. Dez anos depois, há uma inversão de papéis: a presença de intelectuais e estudantes, em sua maioria oriundos da classe média, é rejeitada por Lula e pelos outros sindicalistas caso ela ocorra nos mesmos moldes de 1968. As discussões dentro do movimento operário dizem respeito aos problemas dos trabalhadores, como melhores condições de trabalho, aumento salarial, entre outros. A idéia de uma democracia liberal presente nos protestos e ações do MDB e outros grupos da sociedade civil não parecia ecoar nas fábricas do ABC.

Lula possui uma visão funcional da sociedade, na qual cada grupo social possui suas características e deve lutar por seus direitos. No momento em que a oposição pedia união para tentar derrotar o governo nas eleições, parecia que o surgimento de um movimento dos trabalhadores na região metropolitana de São Paulo podia enfraquecer os candidatos do MDB. Frente a esse cenário, candidatos tidos como populares foram lançados pelo partido, na esperança de angariar votos de setores não comprometidos com os políticos mais tradicionais. Mesmo assim, Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado pelo MDB, procurou o apoio dos sindicalistas ligados a Lula para fortalecer seu nome junto às classes populares e para, num futuro próximo, organizar um novo partido

⁸⁴ BERBEL, Marcia Regina. *Op. Cit.* pp. 70-71.

político, o Partido Popular Democrático e Socialista (PDDS), pensado como um partido democrático contrário ao stalinismo e à experiência do socialismo burocrático da então União Soviética.

Pensado por intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e José Álvaro Moisés, o PDDS teria um papel “educativo”, nas palavras do próprio Moisés. Não se tratava de um partido de esquerda voltado para a simples tomada do poder; ele possuía um papel pedagógico, com o qual seus militantes e políticos seriam de fato educados a conseguir o poder político e manterem-no. Não era mais a revolução sonhada nos anos 60, mas a realidade de conseguir e manter o poder através da democracia. Embora fosse um partido voltado para a inclusão de novos grupos, parece claro que na realidade ele seria dirigido pelos políticos oriundos do MDB; Lula, após as eleições de 1978, nas quais Fernando Henrique foi eleito suplente no Senado, admitiu que o apoio ao candidato do MDB havia sido um erro, como mostra Berbel

Lula, por outro lado, começava a concluir que seu apoio a esta candidatura havia sido um erro. Pouco depois afirmaria que, em contato com suas bases, havia percebido que o apoio a qualquer candidato não trabalhador implicaria arrependimento: “... do meu ponto de vista pessoal, considerando os resultados em relação a minha atuação sindical, eu sai perdendo nas eleições, porque passado o pleito, sobrou o saldo negativo de ser responsabilizado por uma derrota que era prevista, mas não encarada assim por muita gente... Também junto aos trabalhadores ouvi muitas críticas no sentido de que não deveria apoiar ninguém e sim ser o candidato ao senado... Não há possibilidade de eu repetir o apoio a um não trabalhador em termos tão participantes”⁸⁵.

O apoio a qualquer candidato que não viesse do movimento dos trabalhadores passou a ser visto como a entrega dos votos dos operários a alguém que não conhecia de fato seus problemas. Além disso, a idéia do PDDS seria descartada pelo próprio Fernando Henrique, que após as eleições procurava fortalecer seu papel dentro do PMDB. Frente a esses cenários, começa a ser pensada e desenvolvida a idéia de formação de um novo partido, que tivesse dentre suas propostas a real defesa dos interesses dos trabalhadores.

O nascimento do Partido dos Trabalhadores, como foi formalmente denominado o partido que lutaria pelos interesses do operariado brasileiro, foi marcado pelas discussões

⁸⁵ BERBEL, Marcia Regina. *Op. Cit.* p. 77

entre dois grupos de sindicalistas: os chamados “autênticos”, representando os sindicalistas que se opunham à direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), e a própria direção da Confederação. Apoiando os trabalhadores, estavam por trás algumas das organizações de esquerda do período, a saber: do lado da CNTI e da Unidade Sindical, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸⁶ e o MR-8; do lado dos “autênticos”, grupos trotskistas, especialmente a Convergência Socialista. Segundo Berbel, “A partir do próprio movimento sindical, o PT teve que chegar a algumas definições. Não bastava ser sindicalista para integrá-lo: era necessário estar vinculado à luta pela autonomia sindical. Este elemento afastava os sindicalistas tradicionais. Por outro lado, nenhum compromisso de unidade com o MDB era estabelecido, o que, ao menos aparentemente, atuava como elemento de distanciamento em relação ao PCB e ao MR-8”⁸⁷.

Tanto o PCB como o MR-8 tinham em mente a idéia de que a posição pró-PT era contraproducente, pois criava uma divisão dentro do movimento de oposição ao regime militar que enfraquecia a posição do MDB; para esses grupos, o momento pedia uma oposição fortalecida, com o apoio de todos os grupos sociais contrários ao regime. Isso incluía todos os sindicalistas, algo que já não passava pela cabeça de Lula e seus companheiros, que queriam um partido – e representantes – que defendessem não apenas a luta contra a ditadura e a luta pelo retorno das liberdades democráticas, mas também a luta dos trabalhadores.

Em janeiro de 1979, é aprovada a tese de um partido dos trabalhadores, com a participação de muitos sindicatos assessorados pela Convergência Socialista, no IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de

⁸⁶ Para o PCB, a luta dos “autênticos” representava uma afronta clara à abertura dos militares (daí a crítica de que os movimentos grevistas consistiam em “esquerdismo” por parte dos grevistas) e as greves poderiam interromper as ações do regime. Para os comunistas, a luta dos trabalhadores deveria estar vinculada à luta geral da sociedade pela volta da democracia. Segundo Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana, “Ao contrário, para o partido, a greve deveria ter como limite não obstar e não confrontar a ‘abertura’, visto que na perspectiva dos comunistas não se tratava de um processo de auto-reforma da ditadura, mas de ‘conquista das forças democráticas’. O que deveria pautar, então, a ação operária não era o desnudamento da ‘abertura’, mas a necessidade de preservar os ‘espaços institucionais’ obtidos pela ação policlassista. (...) No limite, tratava-se de subordinar o movimento reivindicatório operário à lógica preestabelecida pela oposição, que centralizava a luta na ampliação dos ‘espaços democráticos’”. SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicato na história recente do Brasil”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 375-410.

⁸⁷ BERBEL, Márcia Regina. *Op. Cit.*, p. 80.

Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, entre os dias 22 e 26 de janeiro. Neste Congresso, segundo Paulo Henrique Martinez,

(...) foi apontada a combinação das duas necessidades que o movimento sindical deveria atender naquele momento: por um lado, a “construção da independência política dos trabalhadores” e, por outro, “um instrumento de luta pela conquista do poder político”. Diante da confluência dessas necessidades, esse congresso propunha a organização de um partido político e a elaboração de um manifesto pela construção dele, o Partido dos Trabalhadores⁸⁸.

Vale lembrar que embora não concordasse com as regras políticas estabelecidas até então, os apoiadores da formação do PT pretendiam jogá-las para tentar chegar ao poder. Martinez deixa isso bem claro na passagem

O plano de promover uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia, que fora concebido no seio do regime militar, visava institucionalizar práticas de poder e de governo instauradas a partir de 1964. podemos dizer que essa foi a fase em que a atuação política do PT esteve voltada contra a ordem estabelecida no país, ainda que o partido tenha recorrido aos canais institucionais em vigor como forma de crítica e de negação política, participando de todas as eleições diretas realizadas e da Assembléia Constituinte e exercendo a administração municipal em diferentes regiões do Brasil⁸⁹.

A conquista do poder estava, de fato, nos planos do novo partido; não se daria, no entanto, através da tomada de poder direta pelos trabalhadores, mas via eleições, em que o Partido apresentaria candidatos com os quais os trabalhadores se identificassem. A participação da Convergência Socialista nas discussões iniciais sobre o programa do PT era fruto, em grande parte, da imagem classista que os sindicalistas ainda mantinham; tanto que a tomada do poder significava, no fundo, um governo voltado para os interesses da classe trabalhadora. É importante ressaltar que não era o Partido que comandava a Greve, mas os próprios operários em greve que iriam comandar o Partido; deixava-se de lado o didatismo do Partido e a doutrinação do operariado segundo a ideologia definida pela intelectualidade partidária. O partido tal qual pensado por Lênin, enquanto

⁸⁸ MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado 1980-2005”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 239-288.

⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

organizador da massa de trabalhadores, não era o partido pensado por Lula e outros “autênticos”⁹⁰. Para Napolitano,

Aliás, os eventos de 1978 e 1979 obrigaram uma reavaliação crítica das diversas leituras teóricas da “greve”, enquanto categoria sócio-política. Teorias de esquerda, consagradas pelo modelo leninista, foram repensadas: de acordo com elas, as greves não são momentos decisivos na formulação de uma consciência operária “para si”, pois este processo só se elabora na instância do Partido. As novas formulações do movimento sindical, sublinhavam o evento como um momento de aprendizado e de construção da consciência, prescindindo do dirigismo partidário⁹¹.

A greve é vista então como processo de aprendizagem, tal como as demais atividades fora do circuito partidário. A linha entre a ação do cotidiano, realizada no dia-a-dia das pessoas sob as ações do regime, e a ação na arena tradicional da política mostrava bem uma certa divisão entre os dois movimentos. A ação que começa a aparecer nas ruas, a pipocar fora dos espaços particulares representa na prática a retomada do espaço público e sua politização. Ações como a dos trabalhadores na região do ABC e sua descrença em relação ao MDB demonstram que os rumos da abertura política no país não seriam apenas comandados pelo governo e pelo partido de oposição. Nas palavras de Napolitano,

A convergência dessas organizações significava a descoberta de uma “nova força” que se reconhecia no espaço público ocupado pelo protesto. Os eventos favoreciam a troca de experiências e representações entre os diversos sujeitos. Conforme Lucio Kowarick: No final da década de 70, despontou um “novo vigor de aglutinação que não se restringiu aos estudantes, artistas, intelectuais ou grupos profissionais, mas que englobou camadas sociais mais amplas e significativas (...) que parece recusar os estilos de lutas que predominaram no Brasil nas últimas décadas” (KOWARICK, 1979, p. 196). Nessa perspectiva, as novas lutas sociais procuravam se

⁹⁰ Para Lênin, “Não se pode realizar a ditadura do proletariado por meio da organização que reúne toda a classe. E isso porque não apenas entre nós, em um dos países capitalistas mais atrasados, mas também em todos os outros países capitalistas, o proletariado está ainda tão dividido, humilhado, aqui e ali corrompido (precisamente pelo imperialismo em certos países), que a organização de todo o proletariado não pode exercer diretamente a sua ditadura. Somente a vanguarda que absorveu a energia revolucionária da classe pode fazer a ditadura (...). Não é possível realizar a ditadura sem algumas ‘correias de transmissão’ que liguem a vanguarda à massa da classe avançada, e esta última à massa dos trabalhadores”. JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In HOBBSBAWM, Eric J (org). *História do marxismo volume V*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 113-141.

⁹¹ EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Op. Cit.* p. 151.

desprender das aparelhagens institucionais do Estado, bem como evitar a “cooptação” dos partidos e lideranças de tipo “populista”⁹².

As greves do ABC fazem parte, portanto, da nova realidade de movimentos sociais que começam a surgir a partir dos anos finais da década de 70. Como já foi dito, trata-se de movimentos que fogem do aparato oficial de oposição à ditadura e que, ao mesmo tempo, adquirem duas feições muito claras: de um lado, muitos deles voltam-se para problemas próprios, ligados a suas próprias realidades; de outro lado, mesmo se tratando de problemas tidos como pontuais, essa organização e reivindicação assumem o papel de colocar de volta no jogo político a participação e a reivindicação populares. Ora, o que se observa é que o particular assume em muitos casos uma configuração maior, pois o que passa a importar não é pelo que se luta, mas a luta em si. Não importa muito se a mobilização girava em torno da melhoria do asfalto de uma rua ou da colocação de uma placa de trânsito num cruzamento perigoso; o que tem importância é o fato da sociedade estar voltando às ruas, sem a necessidade da tutela de nenhum grupo ou partido político. Em artigo publicado na revista *Idéias*, o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática afirma

A concretização ou garantia dos direitos constitucionais, a instituição de novos direitos, a tematização de questões na esfera pública que antes estavam relegadas apenas ao domínio privado, a instituição de múltiplos espaços públicos, a construção de novas sociabilidades e de novos mecanismos de gestão de políticas são conquistas alcançadas através de uma ampla participação dos movimentos sociais. Dessa forma, constituíram-se como sujeitos ativos e políticos, cujas demandas extrapolavam, em muitos casos, o âmbito local, lutando por mudanças profundas e significativas no tocante às políticas nacionais⁹³.

A volta dos movimentos sociais abriu as portas não apenas para a reocupação do espaço público, mas para as discussões sobre o papel da sociedade nos rumos do país, fossem eles políticos, econômicos ou sociais. Nesse contexto, o novo movimento sindicalista foi um dos poucos grupos que, ao ocupar o espaço público, conseguiu

⁹² EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Op. Cit.* p. 153.

⁹³ Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. “Sociedade Civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira”. Revista *Idéias*, Campinas 5(2)6(1), 1998-1999. (pp.13-42).

assegurar para si não apenas a luta por seus direitos, mas também a conquista do direito de se representar politicamente nos espaços institucionais. As discussões sobre a fundação do PT eram a síntese da união entre um movimento social e sua institucionalização.

1979 foi o ano da união entre a greve, enquanto mobilização social, e a mobilização política dos trabalhadores. De fato, o movimento neste ano juntou forças sociais que não haviam dado as mãos de forma tão convicta nas greves do ano anterior; vemos o apoio da Igreja e de candidatos do MDB ligados aos movimentos populares aos grevistas, fosse na arrecadação de alimentos, fosse no apoio aberto aos trabalhadores. Para Napolitano,

Convencida pela “certeza moral” que dava legitimidade às suas reivindicações, a categoria continuou a greve e foi apoiada por amplos setores da sociedade civil. Aliás, a noção de “legitimidade” é fundamental para entendermos a linguagem dos direitos que vai se consolidando ao longo dos eventos de protesto contra o regime. Artistas, políticos, estudantes, cidadãos em geral se solidarizaram com os metalúrgicos, e o fundo de greve, alguns dias depois do seu início, já havia recolhido doações de 24 toneladas de alimentos (FSP, 21/03/79)⁹⁴.

O enfrentamento, dessa vez, voltou-se diretamente para o próprio Estado, que reagiu como se estivesse enfrentando uma revolta popular contra o regime. Frente às paralisações, o governo federal decide intervir no Sindicato de São Bernardo no dia 23 de março, ação que levou ao esvaziamento do movimento, como mostra Berbel: “Neste momento, a direção do movimento começa a detectar o retorno ao trabalho de parcelas significativas de metalúrgicos e, ao mesmo tempo, passam a perceber a necessidade de reabertura das negociações”⁹⁵.

Foi entre greves, reuniões e comemorações do 1º de maio daquele ano⁹⁶ que o Partido dos Trabalhadores começou, de fato, a ser posto em prática. Após discussões

⁹⁴ EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Op.Cit.* p. 137.

⁹⁵ BERBEL, Marcia Regina. *Op. Cit.* p. 86.

⁹⁶ As comemorações do 1º de maio de 1979 foram as mais importantes realizadas durante os anos da ditadura. Foi o dia em que os trabalhadores saíram às ruas para mostrar que se tratava de um dia de comemorações pelo que havia sido alcançado e de luta pelo que ainda faltava. Nesse sentido, o 1º de maio foi um momento fundamental para que o movimento grevista mostrasse sua cara para o Brasil. Ver EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Op.Cit.* pp. 139-145.

sobre a carta de princípios do partido⁹⁷, ele é oficialmente lançado em Contagem, em 28 de junho, no Encontro Pró-Partido dos Trabalhadores, no qual é reafirmada a linha classista e a negação de qualquer aliança com o MDB. Já a primeira Reunião do Movimento pelo PT, realizada em 13 de outubro em São Bernardo do Campo com a participação de setores da Ação Popular (AP) e do Movimento pela Emancipação dos Trabalhadores, serve para afastar de vez setores do MDB ligados a Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso e para “enquadrar” os intelectuais restantes⁹⁸, que não indicaram membros para a Comissão Nacional Provisória do partido, formada ao final do encontro. Permanece na Declaração Política do Partido a noção de um partido sem setores da burguesia e que lutaria a “revolução” democrática e burguesa num primeiro momento e a “revolução” socialista posteriormente. É a partir da aprovação da Declaração e da Carta de Princípios que o PT começa a se organizar em núcleos, encontros regionais e discussões sobre seus pontos programáticos, num movimento de democracia interna que contrastava com a realidade política vivida sob o regime militar. Os dirigentes do futuro partido procuravam mostrar que no PT as bases tomariam suas decisões, sem interferência de uma cúpula partidária ou de intelectuais à serviço da “revolução”.

A organização interna do PT abria espaço não apenas para os trabalhadores, mas também para os movimentos sociais ligados às bases do partido. Tratava-se de um partido que buscava a democracia não apenas em suas ações, mas também em sua estrutura, com a prática da participação direta. Para Berbel, “A defesa da democracia interna era, ao mesmo tempo, uma afirmação de contrariedade face ao regime ditatorial e uma forma de viabilização da convivência dos diferentes setores pró-PT”⁹⁹.

A participação de grupos sociais nas discussões do partido constituiu importante degrau de um processo que se convencionou chamar “construção da cidadania”, fruto do início da tomada de consciência política por parte dos membros desses grupos. Trata-se de um processo que se inicia fora do Partido dos Trabalhadores, mas que é trazido para

⁹⁷ Discussões que continham a idéia de um partido classista, algo que ia de encontro à idéia de “Frente Patriótica Antifascista” do PCB e da “Frente Democrática Popular”, do PC do B. novamente, o debate entre um partido de classe e a aliança de classes na primeira fase da “revolução” brasileira. Ver BERBEL, Márcia Regina. *Op. Cit.* pp. 94-96.

⁹⁸ Segundo Berbel, faziam parte desse grupo José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Vincius Caldeira Brant e Fábio Munhoz. *Idem, Ibidem.* p. 100.

⁹⁹ *Idem, Ibidem.* p. 110.

dentro das discussões partidárias com o intuito de se construir um partido distinto do MDB e de outros criados anteriormente; trata-se, enfim, de apagar a idéia do populismo. Para Francisco de Oliveira,

Deste ponto de vista, os setores dos movimentos sociais que estão no PT carecem também, ao seu modo, de uma cultura política socialista, a qual se traduz de certo modo na ojeriza à política, no basismo, e termina por desembocar naquilo que Eunice Durham chamou a "construção da cidadania": isto é, a politização dos movimentos populares começa pela reivindicação da cidadania, da qual estão excluídos por não possuírem sequer a Carteira do Trabalho, que mais que o título de eleitor é o único reconhecido numa sociedade em que a força de trabalho não é nada, nem sequer chega a ser mercadoria. Dialeticamente, estes setores se reconhecem no PT porque este é "diferente", isto é, nele não estão a burguesia nem os "políticos profissionais", coisa que é mais aparente que real, posto que qualquer partido funciona como uma burocracia, lugar privilegiado dos "políticos profissionais", e sobretudo nos partidos de esquerda, cuja prática de militância se diferencia notavelmente dos outros partidos (...) ¹⁰⁰.

O Partido dos Trabalhadores representou, no primeiro momento de sua história, a vontade de colocar na agenda política de discussões do país a questão dos trabalhadores e dos movimentos sociais; embora contrários ao regime militar, os petistas colocaram o nome do partido e de seus candidatos à mostra já nas eleições de 1982, como forma de construir uma imagem no cenário nacional. Vale lembrar que parte do movimento estudantil se dirigiu para as bases do PT nos anos que se seguiram à formação do partido, mesmo sem terem tido participação direta em sua fundação e na formulação de suas propostas; no momento em que os movimentos sociais saíam para as ruas, o movimento estudantil buscava seu espaço numa sociedade bem diferente daquela de 1968.

O movimento estudantil e Geisel

Após as bombas, cassetetes e prisões de 1968, os estudantes – fora os que decidiram se aventurar na luta armada – foram obrigados a retornar a suas salas de aula, sob a constante vigilância do regime militar, fosse na forma da lei – como o Decreto-Lei

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco de. "E agora, PT?". Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, número 15, pp. 32-43, julho de 1986.

477¹⁰¹ – fosse na figura dos agentes do regime infiltrados na sala de aula para denunciar e prender qualquer “subversivo”. Frente a esse quadro, coube ao ME reorganizar-se dentro das faculdades e universidades tendo como principal objetivo a solução dos problemas encontrados dentro de seus próprios espaços. De forma abrupta e violenta, a ligação com grupos de fora dos muros das universidades havia sido cortada.

Durante a presidência do General Geisel, pode-se dizer que o ME estava nos trilhos de sua reorganização, porém como um movimento de alcance limitado. A realização de uma série de encontros nacionais de área no período 1973-1975 havia posto em evidência o ME; mesmo que não fossem discutidas questões políticas de interesse nacional, valia o fato de que os estudantes estavam novamente se reunindo e participando de discussões¹⁰². Além disso, as festas realizadas dentro das faculdades eram importantes pois se tornavam eventos de socialização, e a participação dos diretórios acadêmicos em sua realização era fundamental para o ME. Para Mirza Pellicciotta,

A revitalização destes diretórios como instância coletiva começa exatamente através da recomposição de um ambiente lúdico e alternativo marcado pela organização de festas, pelo desenvolvimento de atividades artísticas e pela articulação de grupos de estudo sensíveis às questões colocadas no cotidiano das salas de aula. O diretório, na verdade, ganha vida e significado na medida em que se afasta do caráter meramente administrativo imposto pela reforma para assumir um lugar de “entidade”: um espaço especial que com todas as carências e restrições se transforma, pouco a pouco, em um ambiente coletivo, afirmador de ações políticas e da necessidade de se enfrentar os problemas em nome de se constituir perspectivas alternativas para esta mesma vida acadêmica na Universidade¹⁰³.

¹⁰¹ Decreto de 26 de fevereiro de 1969, tratava das penas cabíveis a alunos, funcionários e professores que participassem de atos considerados “subversivos” pelo regime.

¹⁰² Algumas greves ocorreram durante o período do governo Médici, o que demonstra que os estudantes não estavam totalmente calados pelo regime. Para Mateus Camargo Pereira, “A greve dos estudantes do IFCH permitiu um tipo de vivência da democracia estranha à maioria dos estudantes daquele período, ingressantes num período de vigilância e repressão constantes. Foram várias as reuniões, as assembléias, foram várias e as manifestas de estudo que movimentaram o instituto, ao mesmo tempo em que dividiram os docentes, parte favorável, parte discordante com aquela movimentação”. PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo a manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP (1974/1982)*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 2006.

¹⁰³ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1997. p. 73.

A realização de festas, no entanto, não era a única maneira dos estudantes demonstrarem que estavam, aos poucos, se mobilizando. Como as manifestações pela morte de Vanucchi Leme haviam demonstrado, os estudantes procuravam, através de mobilizações de cunho político, recuperar seu espaço. Dentro da Universidade de São Paulo, por exemplo, algumas greves estudantis mostraram que o movimento dos alunos estava presente e com força; dentre elas, a greve ocorrida na Escola de Comunicações e Artes no ano de 1975¹⁰⁴ representa o momento de reconstrução do ME dentro daquela universidade.

Contrários à presença do professor Manuel Nunes Filho¹⁰⁵, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, na Diretoria da ECA, os alunos, em assembléia realizada no dia 16 de março, decidiram entrar em greve após a reprovação do professor Sinval Freitas Medina, do Departamento de Jornalismo, em sua prova de qualificação do Mestrado, o que acarretou em sua demissão do departamento. Segundo o periódico Complemento,

As arbitrariedades deste diretor (corte de verbas para os departamentos, cerceamento de atividades culturais, depredação e proibição do mural dos alunos, censura ideológica à bibliografia, etc), conforme sabemos, não é um caso específico da ECA, mas sim algo que atinge a toda a Universidade exigindo assim um pronunciamento de todos os estudantes. Assim, diversas escolas da USP e outras isoladas, passaram a solidarizar-se com os alunos da ECA¹⁰⁶.

¹⁰⁴ No ano de 1975 temos também greves na Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciada em 23 de setembro, em que alunos se posicionaram contrariamente ao jubileamento na Universidade (periódico DOIS PONTOS, produzido pelos alunos do curso de jornalismo da ECA, ano I, número 02, de outubro de 1975); e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), declarada pelos alunos em Assembléia realizada em 07 de outubro daquele ano, pela participação de todos os alunos na elaboração do regimento da Universidade, pela construção do Restaurantes Universitário e outros espaços de vivência estudantis e quanto à qualidade do nível de ensino (periódico DOIS PONTOS, ano I, número 02, de outubro de 1975).

¹⁰⁵ O professor do Departamento de História da USP, Modesto Florenzano, em entrevista publicada em 2005 no jornal INFORME conta sobre o posicionamento ideológico do professor Manuel Nunes Dias: “Fui um dos líderes daquela greve, e isso, junto com minha participação no grupo sobre O Capital e com uma viagem que fiz ao Chile em 1973 para conhecer o regime socialista do Salvador Allende, foi um dos motivos que me levaram à prisão em 1974, ano em que o delegado Fleury quis dar uma demonstração de força e mandou prender uma série de pessoas da esquerda, entre os quais o professor Francisco de Oliveira. Fiquei sabendo tempos depois, que o professor Manuel Nunes Dias, chefe do Departamento de História na época, foi quem forneceu ao DOPS a lista dos que tinham liderado aquela greve; não sei se você sabe, mas foi o Nunes que também denunciou a professora Emilia Viotti num Inquérito Policial Militar, IPM. Tudo isso mostra que havia uma direita senão forte, ativa no Departamento”. Entrevista com Modesto Florenzano, publicada na Edição Especial 2005 do INFORME, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

¹⁰⁶ Periódico COMPLEMENTO, ano III, número 07, junho de 1975.

As ações dos estudantes da ECA eram acompanhadas também por jornais de grande circulação, como é possível verificar nas edições da Folha de São Paulo entre os meses de março e maio de 1975. Em reportagem do dia 22 de março de 1975, a Folha traz notícia sobre a homologação da reprovação do professor Sinval Medina em sua qualificação de Mestrado em 23 de novembro do ano anterior, o que teria gerado insatisfação por parte dos alunos, já que para o Centro Acadêmico Lupe Cotrim, citado pelo jornal, a animosidade entre o professor Sinval e a professora Helda Bullotta Barraco teria gerado sua reprovação. No dia 27 de março, o jornal traz notícia sobre a entrega, por parte de estudantes da ECA, de documento ao Ministro da Educação, solicitando intervenção do MEC na escola. Segundo o documento, citado pelo jornal, “Nós não queremos que o MEC mude a direção da escola pois sabemos que esta medida é totalmente inviável. Só pedimos que o Ministério faça uma intervenção para estudar os problemas que apresentamos e os solucione da melhor maneira possível”¹⁰⁷. A edição do dia 02 de abril traz a notícia de que diretores do CA Lupe Cotrim (CALC) haviam tido uma reunião com o Ministro da Educação, Ney Braga, e com o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC na semana anterior. Sobre a conversa com o Diretor do DAU, afirma o jornal

Os diretores do centro acadêmico afirmaram que a questão que mais causou preocupação ao diretor do DAU foi a da inexistência de um Conselho Interdepartamental (CID) na escola. Na impossibilidade de organizar uma Congregação que atuasse como instância deliberativa, em virtude de problemas legais para a constituição de seus departamentos, deveria funcionar na ECA o CID, como órgão decisório.

Conforme os alunos, o CID existiu até 1973, quando foi dissolvido pelo atual diretor, prof. Manuel Nunes Dias. Em seu lugar, foi criada uma Comissão Interdepartamental (Coid), sem poder deliberativo funcionando somente como órgão consultivo. Isso levou a uma concentração de poder nas mãos do diretor da escola¹⁰⁸.

Em relação à reunião com o Ministro, o jornal mostra que os estudantes tinham como pauta de reivindicação a reorganização dos órgãos de representação estudantis, objeto de estudo do próprio MEC no período. Segundo o jornal, “Na ocasião diretores do

¹⁰⁷ Folha de São Paulo, edição de 27 de março de 1975.

¹⁰⁸ Folha de São Paulo, edição de 02 de abril de 1975.

Centro entregaram ao ministro uma carta assinada pelo presidente do centro acadêmico, na qual manifestam o apoio às medidas de reunificação da representação nos órgãos colegiados e Diretórios Acadêmicos, saudando-as com júbilo”¹⁰⁹. O que se observa é um grupo de estudantes que, ao mesmo tempo em que se levantava contra arbitrariedades cometidas pelo diretor de sua escola, procurava um representante oficial do regime militar para congratulá-lo em relação à política do Ministério da Educação em relação aos órgãos de representação estudantis. A resposta dos estudantes ligados ao CALC levantou protestos entre os demais alunos da ECA, como mostra a mesma reportagem: “A decisão de ir a Brasília entregar pessoalmente o Boletim e a carta de apoio ao ministro, tomada pela diretoria do Centro Acadêmico, provocou reação desfavorável em alguns alunos, que afirmaram ter a medida repercutido negativamente entre setores discentes da escola e da USP”¹¹⁰.

No jornal do dia 18 de abril, percebe-se que a divergência entre os alunos da ECA havia alcançado outros níveis; com as aulas paralisadas, a palavra de ordem dos estudantes era outra, ao contrário do que afirmaram os membros do CALC em carta ao MEC: “Por tudo isso, decidimos paralisar as aulas até que o diretor seja demitido”¹¹¹. Frente à situação vivida pela Escola, os alunos haviam decidido permanecer em assembléia permanente, não comparecendo às aulas, até que o professor Nunes fosse demitido. Além disso, como mostra a edição de 19 de abril,

Os alunos aprovaram várias propostas, inclusive a de constituir uma comissão que entre em contato com todos os outros Centros Acadêmicos da USP – algumas classes do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia já se solidarizaram com a ECA anteontem à tarde – com as Universidades de todo o Estado e com as de todo o país. Já foi constituída uma comissão encarregada de levar as cartas dos professores demissionários – Walter Sampaio, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro – e documentos oficiais dos alunos elaborados pelo Centro Acadêmico ao governador, à Assembléia Legislativa, à Secretaria de Educação e ao Ministério da Educação¹¹².

¹⁰⁹ Folha de São Paulo, edição de 02 de abril de 1975.

¹¹⁰ Folha de São Paulo, edição de 02 de abril de 1975.

¹¹¹ Folha de São Paulo, edição de 18 de abril de 1975.

¹¹² Folha de São Paulo, edição de 19 de abril de 1975.

O movimento dos estudantes da ECA buscava romper os limites impostos pelo regime à sua organização e ao seu funcionamento, mas as ações a serem tomadas pelos alunos encontravam divergências dentro da Escola; no jornal de 23 de abril, em matéria intitulada “Assembléia divide alunos da ECA”, vemos que havia um grupo de alunos de oposição à gestão do Centro Acadêmico que, segundo eles, assumia posição que não favorecia o movimento. Segundo o jornal,

Afirmando que os elementos dos grupos opostos estão no momento tentando confundir os alunos, tanto a Diretoria do Centro Acadêmico como o chamado grupo de oposição questionam o encaminhamento que o movimento está recebendo. E propõem soluções diversas que dividiram os alunos, até a semana passada unidos pela renúncia do diretor.

Por isso, alguns alunos, que decidiram participar da assembléia, ontem, mesmo depois do apelo do Centro Acadêmico de que os problemas só fossem discutidos hoje nas classes, afirmaram que não eram contra o CA, mas que não abandonavam o movimento. Segundo eles, o Centro Acadêmico participava da assembléia, que não era reconhecida apenas pelos membros de sua diretoria¹¹³.

O movimento estudantil buscava se reconstruir, e a situação na ECA ilustrava de que maneira isso seria feito, através de uma mobilização que partisse não dos órgãos representativos estudantis, mas da própria base do movimento¹¹⁴. A recusa dos alunos em seguir a recomendação do CA em relação à assembléia, e o surgimento de um grupo de oposição (conhecido como “Nova Ação”) àquela diretoria mostravam que os estudantes estavam dispostos a seguir sua luta de qualquer maneira. A opção pela recusa em entrar em salas de aula enquanto Nunes Dias continuasse à frente da Escola marcava a posição dos estudantes frente a uma situação de autoritarismo que, no fundo, refletia a situação política do país. O que deve ser ressaltado é que os alunos não temiam retaliações do Diretor, como mostra a edição do dia 24 de abril: “As salas de aula da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo permaneceram sem alunos, na tarde de ontem, apesar de o diretor, prof. Manuel Nunes Dias, ter baixado ordens

¹¹³ Folha de São Paulo, edição de 23 de abril de 1975.

¹¹⁴ Como pode ser visto no periódico COMPLEMENTO, ano III, número 07, junho de 1975. “É importante notar-se que, o movimento da ECA com suas duas greves gerais a nível de USP, 3 passeatas no Campus, 5 Assembléias Gerais e mais de 40 dias de greve deixa as condições propícias para novas formas de organização estudantis, já que as mobilizações se deram de maneira independente, pelas bases. Isto porque, estas bases foram quem criaram a comissão universitária, direção política de toda luta na universidade no momento”.

expressas para que os professores, no sentido de que mantivessem o ritmo normal de trabalho, registrando as matérias como dadas ou computando as faltas”¹¹⁵.

Assembléias eram marcadas nas dependências da Escola para que os alunos pudessem debater democraticamente os rumos do movimento, sendo que outra reivindicação levantada era a da constituição de uma Congregação, órgão que diminuiria os poderes do Diretor e representaria os interesses de toda a comunidade acadêmica da Escola. Como mostram as reportagens, é importante ressaltar que o movimento não possuía apenas caráter político, mas também cultural, pois os alunos ocupavam os espaços para também “fazer arte”. Na edição do dia 25 de abril isso fica claro: “Durante a Assembléia de hoje os estudantes pretendem dar continuidade ao movimento, apresentando os resultados das discussões em classe, realizadas esta semana, levantando problemas de reestruturação de currículos, reforma universitária, trabalhos propostos por professores e outros temas. O Departamento de Teatro está realizando montagens de peças teatrais e o de Cinema está planejando a execução de filmes (...)”¹¹⁶.

O que de fato representa o movimento dos estudantes da ECA? Além de demonstrar que os estudantes não estavam calados frente a arbitrariedades e abusos de autoridade, ela teve papel fundamental pois foi seguida de perto por um jornal de grande circulação, o que lhe deu visibilidade nacional. Mesmo que os alunos discutissem problemas internos de sua instituição de ensino, a cobertura dada ao movimento estudantil repercutiu entre várias autoridades ligadas, diretamente ou não, aos militares. Na edição de 26 de abril, o jornal traz notícia indicando que o Reitor da USP apoiava o Diretor; no dia 13 de maio, há notícia intitulada “O governador: reitor é quem deve decidir”, sobre a repercussão da greve dos estudantes na ECA no governo estadual; no dia 17 de maio, há notícia intitulada “Reitor pede a alunos: voltem às aulas”. Percebe-se que o movimento não se restringiu apenas à ECA, pois outras matérias do jornal mostram o apoio dos demais estudantes da USP aos “ecanos”; no dia 22 de maio, há notícia da mobilização dos estudantes da USP pela formação de um órgão central estudantil, e o jornal traz trechos de uma carta aberta dos alunos endereçada à população,

¹¹⁵ Folha de São Paulo, edição de 24 de abril de 1975.

¹¹⁶ Folha de São Paulo, edição de 25 de abril de 1975.

Com o título de “Carta aberta à população”, estudantes da Universidade de São Paulo divulgaram ontem assinado pela “Comissão Universitária”, um manifesto em que anunciam “a paralisação geral da USP no dia 23” (amanhã) e expõem os motivos dessa manifestação. Começam lembrando que “há mais de um mês que os 800 alunos da ECA estão com as aulas paralisadas em regime de Assembléia Permanente”, e afirma que “a destituição ou renúncia do diretor da Escola, prof. Manuel Nunes Dias, é a condição imposta pelos alunos para retomar as aulas”. Afirmam, depois, que a atitude dos estudantes “deve-se ao clima insustentável existente na Escola, dadas as restrições que cerceiam todas as suas atividades”; passam, em seguida, a enumerar essas restrições que, segundo a alegação dos alunos, seriam as seguintes: inexistência da congregação, “concentrando todas as decisões administrativas nas mãos do diretor”; arbitrariedades na demissão e não renovação de contratos de professores; corte de verbas prejudicando o funcionamento dos Departamentos; dispensa de mais da metade dos funcionários da gráfica; censura à bibliografia dos professores e confisco de livros da biblioteca, “limitando a liberdade de pesquisa e informação”; proibição de feiras de livros; depredação de jornal-mural; ameaça de aplicação do decreto-lei 477; gravação de aulas “para intimidar os professores”¹¹⁷.

Percebe-se claramente a intenção dos estudantes de fazer com que seu movimento fosse, além de atendido, notado pela população. Embora os alunos perdessem o semestre por conta da paralisação das aulas, eles conseguiram atingir dois objetivos que marcariam a relação entre o ME e o regime: além da implantação da Congregação, com a presença da representação estudantil, a greve na Escola conseguiu, dois anos após a morte de Vanucchi Leme, reunir os estudantes da USP em torno da questão de sua participação tanto nos rumos da Universidade como na sua presença como grupo organizado na sociedade. O jornal do dia 31 de maio deixa isso bem claro ao trazer a reportagem “Alunos preparam-se para órgão central”, que traz a seguinte notícia: “Será divulgada na próxima segunda-feira um boletim informativo elaborado pelos alunos da USP e que contém instruções a respeito da realização de Assembléias em todas as unidades da Universidade para a eleição de delegados que participarão do Congresso marcado para o dia 21 de junho, quando será constituído um organismo central de representação estudantil”¹¹⁸.

¹¹⁷ Folha de São Paulo, edição de 22 de maio de 1975.

¹¹⁸ Folha de São Paulo, edição de 31 de maio de 1975.

A criação da Comissão Universitária representava uma tentativa de união dos estudantes em torno de problemas em comum encontrados dentro da universidade¹¹⁹. Um embrião do Diretório Central dos Estudantes, a ser organizado tempos depois, a Comissão pretendia reunir os alunos, fazendo com que eles lutassem, conjuntamente, pela solução de seus problemas. Para o jornal, “No entanto, esta direção política, um DCE (Diretório Central dos Estudantes) deveria ser criado a partir das necessidades objetivas e políticas da maioria dos estudantes. E isto, só poderia ocorrer na medida em que estes se mobilizassem em torno da defesa de seus interesses”¹²⁰. Neste sentido, a greve dos estudantes da ECA ganha contornos que, no fundo, ultrapassam suas reivindicações mais diretas pois, além de servir como base de discussão para o ME dentro da USP, ela abre espaço também para a discussão sobre os órgãos de representação estudantil dentro da universidade, como a criação de um DCE que fosse livre das amarras institucionais do regime.

A partir do mesmo ano de 1975 ganha terreno a luta estudantil pela reconstrução de seus órgãos de representação. As discussões no meio estudantil giram em torno de duas questões: ela deve se manter nos moldes propostos pelo Governo, através dos Diretórios Acadêmicos (que na verdade fazem parte da estrutura burocrática das universidades), ou deve-se recriar os antigos espaços estudantis autônomos, baseados especialmente nos Centros Acadêmicos e na imagem de um Diretório Central dos Estudantes?

Vale ressaltar que a organização estudantil sempre se baseou numa espécie de hierarquia burocratizada, em que muitas vezes cada curso possui seu centro acadêmico, a

¹¹⁹ Fazendo uma retrospectiva do movimento dos alunos da ECA, o jornal DOIS PONTOS, ano I, número 04, de janeiro de 1976, afirma: “Em abril, ainda na USP eram os alunos da Escola de Comunicações e Artes que iniciavam uma greve que durou todo o primeiro semestre e que contou com o apoio e a solidariedade de toda a USP. Desencadeada por um episódio aparentemente não importantes (a demissão de um professor), na realidade a greve acontecia em cima da situação caótica em que a escola se encontrava: péssimas aulas, falta de verbas e equipamentos e ainda sob o tacho de um diretor cujo autoritarismo e conservadorismo chegam às raízes da paranóia.

A queda do diretor (prof. Manuel Nunes Dias) era a reivindicação básica e essencial para que houvesse possibilidade de resolver tudo isso e apesar de não ter sido atingida não significa que os alunos foram derrotados. Pelo contrário, a greve foi útil para identificar causas e consequências dos problemas que hoje se vive na universidade, ao mesmo tempo que acabou com o marasmo em que vivia a maior parte dos alunos da ECA (situação em parte causada pela orientação da diretoria do centro acadêmico que foi deposta durante o movimento). Quem quiser conferir é só examinar como se desenvolveu o 2º semestre na ECA, com a maioria dos alunos assumindo uma posição crítica e combativa tanto dentro como fora das salas de aula”.

¹²⁰ Periódico COMPLEMENTO, ano III, número 07, junho de 1975.

Faculdade possui um Grêmio – ou um Centro Acadêmico (CA) geral – e a Universidade possui um Diretório Central estudantil. Trata-se de uma organização vertical reconhecida legalmente pelas universidades, o que propiciava, antes do golpe, uma aura de importância para os membros desses organismos¹²¹. A ditadura, através da Lei Suplicy, buscou eliminar esse papel estudantil, através da criação do Diretório Acadêmico, em substituição ao CA, burocratizando de vez a participação dos estudantes das discussões sobre os rumos acadêmicos e administrativos de suas instituições de ensino.

No cenário imposto pela ditadura, criaram-se nas universidades dois tipos de representação estudantil: a oficial, reconhecida pelos dirigentes universitários e pelo regime, e as ‘clandestinas’, aquelas em que as discussões eram feitas por poucos alunos longe da maioria dos estudantes. Não se pode afirmar que esse último tipo era uma representação propriamente dita, mas se pode dizer que os debates aí colocados dariam origem a contestações de uma série de grupos estudantis acerca do tipo de movimento estudantil que se fazia nas universidades brasileiras, e que tipo de representação e mobilização era permitido a esses estudantes. Esses grupos formaram o que ficou conhecido depois como tendências estudantis, estudantes que, por terem a mesma visão sobre o desenvolvimento do ME, se organizaram e passaram a influenciar os rumos dos organismos estudantis, especialmente os que seriam futuramente criados, como os Diretórios Centrais de Estudantes. Essas tendências tinham os mesmos objetivos quanto ao fim do regime militar, a volta da democracia, a concessão de anistia aos presos políticos, a volta dos exilados, mas mantinham divergências em relação ao encaminhamento do ME. Martins Filho trabalha essa questão das divisões do ME muito bem em seu livro sobre 1968, como mostra a passagem seguinte

Desde 1975, em contraste com a organização regional de 1968, consolidavam-se nas escolas correntes organizadas nacionalmente, que expressavam veladamente as posições da esquerda brasileira depois da derrota da luta armada. Tais tendência revelam a persistência das organizações como a Ação Popular e MR-8 (agrupado por algum tempo na ‘Refazendo’) e o PCB (Unidade); mostravam uma nítida ascensão do Partido Comunista do Brasil (Caminhando), fortalecido pelo prestígio da guerrilha derrotada no Araguaia e pelos novos quadros que ganhava na fusão com a

¹²¹ Para mais detalhes, ver ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Movimento estudantil e classe média no Brasil”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (coord.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 117-144.

Ação Popular Marxista-Leninista (Cisão da AP); e mostravam visível crescimento das correntes trotskistas (Centeia e Peleia), Convergência Socialista (Novo Rumo) e Liberdade e Luta¹²².

Os caminhos frente aos estudantes eram muitos, mas todos pareciam levar ao mesmo lugar: a importância da retomada da luta nacional contra o regime. O posicionamento dentro das Faculdades contra a representação burocrática constitui-se em importante estágio de luta num período em que os estudantes estavam ainda fechados para esse tipo de participação. Como dito anteriormente, os Encontros de Áreas deram importante visibilidade ao novo movimento dos anos 70, mas foi especialmente através dos Encontros Nacionais de Estudantes que foi possível ao estudantado brasileiro refazer sua base¹²³.

O 1º ENE foi realizado em janeiro de 1976 em Campinas, mas divergências internas quanto ao critério de participação das entidades estudantis fizeram com que o Encontro acabasse sem grandes decisões. O 2º ENE foi marcado para o segundo semestre do mesmo ano, mas entre os dois Encontros foi marcada uma reunião em São Paulo e outra em São Carlos para se decidir os critérios de representação e participação. É preciso notar que São Paulo era o estado em que o movimento estudantil encontrava-se mais desenvolvido no período, daí a maioria das ações ter acontecido aí.

Em São Carlos foi decidido, através de uma Comissão Executiva, que cada escola teria direito a cinco delegados, eleitos de forma democrática entre seus pares. O 2º ENE aconteceu na USP, no dia 16 de outubro de 1976 e nele foi decidido pelos estudantes presentes que o ME faria campanha pelo voto nulo nas eleições de novembro daquele ano e por um debate nacional sobre eleições livres. O 3º ENE havia sido marcado para o campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em junho de 1977, mas o campus foi invadido pelos militares, que prenderam alguns estudantes. Houve manifestações por todo o país, com novas prisões. O Encontro é então remarcado para 21 de junho na USP, mas é depois adiado para o segundo semestre, novamente no campus da USP, que é então

¹²² MARTINS FILHO, João Roberto. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”. In MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998. p. 11-26.

¹²³ Anteriormente à refundação da UNE em 1979 e à realização dos ENEs, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência eram importante local de encontro e discussão para os estudantes.

cercado pos tropas do regime, que impedem sua realização¹²⁴. O Encontro é, então, realizado secretamente em algumas salas de aula na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no dia 22 de setembro, com a participação de apenas alguns delegados¹²⁵. À noite, é marcado um Ato Público de protesto contra o governo no TUCA, que é logo encerrado por policiais da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, comandados pelo coronel Erasmo Dias, no episódio que ficou conhecido como a invasão da PUC.

As tropas da SSP entraram com toda a força nas dependências da PUC-SP¹²⁶, território tido até então como preservado pelo regime dada sua ligação com a Igreja católica. A ação não se limitou apenas à prisão dos estudantes – aproximadamente, 1700 pessoas foram presas¹²⁷; salas de aulas foram invadidas e depredadas, gerando protestos

¹²⁴ Como pode ser observado em reportagem da Folha de São Paulo do dia 21 de setembro de 1977, intitulada “Não haverá III ENE, reafirma governador”: “O governador Paulo Egidio Martins reiterou ontem a proibição imposta ao III Encontro Nacional de Estudantes e afirmou que, se necessário, a Polícia tratará de impedir sua realização no ‘campus da USP’”. Mais adiante, afirma o jornal: “Defronte à Academia na avenida de entrada da Cidade Universitária o cel. Torres de Mello comandava as operações. Todos os carros que saíam eram minuciosamente revistados – documentos, pastas, porta-malas, etc, Viaturas do Tático Móvel, carros da Polícia Civil e agentes à paisana percorriam o interior do campus da USP. Todos os aparelhos telefônicos das Faculdades e imediações foram desligados”. No jornal de 22 de setembro, há a notícia sobre o cerco à Cidade Universitária e também à Faculdade de Medicina, onde 167 estudantes foram detidos pelas tropas do coronel Erasmo Dias. No texto é possível ver exatamente o tipo de reação do então Secretário de Segurança Pública: “Logo que as autoridades chegaram, os estudantes colocaram uma faixa sobre os vidros das janelas, com os dizeres: ‘Queremos José Gregori mediador’, e uma bandeira brasileira. Tal fato mereceu do cel. Erasmo Dias o comentário: ‘Não somos palhaços. Quem faz imposições somos nós’”.

¹²⁵ Segundo Cavallari, “Durante o III ENE, foi criada a “Comissão Pró-UNE”, que, além de fazer propaganda da UNE, divulgar seu histórico e promover debates, deveria elaborar um jornal periódico nacional, organizar e garantir o IV ENE, coordenar e promover as campanhas estudantis a nível nacional. No mesmo dia, o DCE-Livre da USP, DCE-Livre da PUC e DCE-Livre da Universidade Federal de São Carlos distribuíram notas aos jornais, afirmando a realização do III ENE e da criação da “Comissão Pró-UNE”, e “convocando todos os setores empenhados na luta pela liberdade de organizações e expressão a participar de um Ato Público, a ser realizado às 21 horas em frente ao TUCA”. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op Cit.* p. 217.

¹²⁶ Segundo o coronel Erasmo Dias, citado na Folha de São Paulo do dia 24 de setembro: “‘Não há mais dúvidas de que está de volta a guerra subversiva’, declarou na tarde de ontem o coronel Antonio Erasmo Dias. ‘Nós apreendemos farto material subversivo dentro da PUC e na próxima segunda ou terça-feira os jornalistas poderão conhecer esse material bem de perto. Por esse e outros motivos, posso assegurar que já estamos no limiar daquilo que aconteceu em 1965 e 1968: o Partido Comunista Brasileiro está agindo’”. Observa-se na fala de Erasmo Dias típicas palavras de partidários da chamada “linha-dura” do regime militar, obcecados em encontrar subversivos em qualquer lugar, e conectá-los sempre aos “comunistas” brasileiros. A invasão da PUC, como dito já, é claramente uma ação desse grupo contrário à luta de diversos grupos da sociedade pelo retorno das liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar.

¹²⁷ Na edição do dia 24 de setembro da Folha de São Paulo, os números da ação da SSP são repassados por Erasmo Dias: “Segundo o secretário, cerca de 1700 estudantes foram detidos na PUC, na noite de anteontem, dos quais 1500 passaram por triagem no próprio local. Cerca de 500, ainda de acordo com o coronel, foram transferidos para o quartel do Batalhão Tobias de Aguiar, onde passaram por processo de cadastramento e qualificação. Posteriormente, 92 estudantes foram conduzidos ao DOPS e, após seus

por parte da direção da universidade e também de Dom Paulo Evaristo Arns. Alguns estudantes foram feridos pelas bombas lançadas pela polícia num episódio que representou, ao mesmo tempo, uma vitória e uma derrota para a oposição: de um lado, foi uma derrota para o movimento estudantil, que teve sua reorganização de certa forma quebrada pelo evento¹²⁸; de outro, foi uma vitória para a oposição ao regime como um todo, pois o ato na PUC foi duramente questionado pela sociedade¹²⁹. Não se tratava mais das passeatas estudantis de 1968, em que os estudantes se lançavam contra as tropas nas ruas dos grandes centros urbanos como se estivessem em praças de guerra, cenas que num determinado momento ganharam a antipatia e oposição de setores da classe média; tratava-se da ação truculenta de elementos do regime contra uma reunião estudantil num ambiente fechado, o TUCA, algo que feria a classe média em cheio, posto que a PUC era uma universidade com muitos estudantes oriundos dessa parcela da população. Sobre essa “vitória/ derrota”, Plínio de Arruda Sampaio Junior afirmou, em depoimento para a revista PUCVIVA número 17

Na opinião de Plininho – como é conhecido –, em 1977 a sociedade já estava com força para ultrapassar o cerco autoritário, e aquele momento da invasão representou franca decadência do poder nas mãos de pessoas como Erasmo Dias ou Romeu Tuma, que dirigia o Dops e atualmente é senador por São Paulo, relembra indignado, pois Tuma foi também foi responsável por colocar os estudantes em situações constrangedoras e degradantes. Aquele momento representou um teste importante para a luta contra a ditadura. A organização estudantil e a atuação da Igreja, representada pela figura de dom Paulo Evaristo Arns eram decisivas. “Eles queriam barrar duas forças importantes contra a ditadura. Aparentemente, tivemos uma derrota, mas foi uma derrota na vitória.” Na verdade, do lado deles tratou-se de uma vitória de Pirro, tal foi o estrago político,

depoimentos, as autoridades decidiram pelo pedido de enquadramento do grupo de 32 na Lei de Segurança Nacional”.

¹²⁸ Para Artur Ribeiro Neto, “Em 1977, numa seqüência de grandes e vigorosas manifestações públicas, este agente conhecido como movimento estudantil aparece e é reconhecido pela sociedade como a sua expressão mais viva, como o porta-voz de um desejo que desde então foi representado pela palavra de ordem ‘pelas liberdades democráticas’. Estas mobilizações foram vividas pelos estudantes como ações que alteravam o rumo dos acontecimentos do momento, deslocavam a conjuntura política, como ações que faziam a história”. RIBEIRO NETO, Artur. “Um laço que não une mais”. Desvios, Rio de Janeiro/ São Paulo, número 4, julho de 1985.

¹²⁹ Dom Paulo Evaristo Arns, em declaração citada na Folha de São Paulo do dia 26 de setembro, afirma: “Soubemos que não foram os universitários e sim a Polícia que empregou sua força para invadir a PUC. Por isso, ela é que deve ser processada e não os estudantes”.

como ressalta Plínio: “Acabaram com o ato dos estudantes, muitas pessoas foram gravemente feridas, mas se viu que a sociedade brasileira não aceitava mais tantas arbitrariedades.”¹³⁰

A ação da polícia na PUC representou uma ação do chamado grupo “linha-dura” do regime; o governador Paulo Egydio Martins já havia enfrentado ações desse tipo quando das mortes de Herzog e Manoel Filho nas dependências do DOI-CODI paulista, e a reação de Erasmo Dias ao encontro dos estudantes era uma forma de mostrar que o grupo tinha força na luta contra os “subversivos”. Os estudantes estavam no “olho do furacão” naquele momento, e serviram como objeto de demonstração de poder por parte daquele grupo.

O período compreendido entre a posse de Geisel e os eventos na PUC em 1977 mostram as maneiras como o ME procurou sua reconstrução em meio a atos de repressão. É válido ressaltar que tal reconstrução não se deu apenas através de ações de cunho político; a cultura teve importante papel nesse processo, especialmente aquilo que ficou conhecido como contracultura, ou um conjunto de ações que buscavam descolar-se da realidade autoritária que se vivia no cotidiano¹³¹. Vários movimentos começam a surgir no período, como forma de se escapar do controle da cultura “oficial”, aquela que era permitida pela censura. Embora reunisse em alguns casos apenas alguns estudantes, tais ações culturais representavam a busca por atividades que, mesmo indiretamente, faziam frente à ditadura. Segundo Mirza Pellicciotta,

A emergência destas perspectivas culturais é marcada agora pela pretensão de se estabelecer uma “intervenção múltipla sob a forma de resistências setorializadas” que paulatinamente abandona o projeto globalizante de tomada do poder (vigente no início dos anos 60) para conferir à **produção cultural** um lugar de elaboração e intervenção política – avesso às ortodoxias e fundamentado nas trocas e contatos dos jovens dos anos 70 com intelectuais da década anterior. Como decorrência,

¹³⁰ O texto pode ser encontrado no site < http://www.apropucsp.org.br/revista/r17_r10.htm >. Consultado no dia 03 de janeiro de 2009.

¹³¹ Alguns autores, como Luciano Martins, afirmam que movimentos de “contracultura” surgidos durante a ditadura militar, por serem fruto de um ambiente desprovido de qualquer referência crítica, constituem ações alienadas. Ver MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e maio de 68*. Rio de Janeiro: Livraria Argumento, 2004. Já autores como Marialice Foracchi tomam o caminho oposto; para ela, “A concepção de contracultura é essencialmente política, na medida em que os efeitos sociais da exacerbação da criatividade e da busca de novas formas de expressão repercutem sobre todo o sistema como modos de contestação”. Ver FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora Pioneira/ EDUSP, 1977. p. 13.

na medida em que o Estado oferece opções de participação no cenário da indústria cultural em expansão, setores jovens enfatizam sua atuação nos circuitos alternativos ou marginais aos canais oficiais na busca de construir experiências diferenciadas – significativas e originais – no campo teatral, musical, poético (“geração mimeógrafo”), plástico e cinematográfico (especialmente em super-8)¹³².

O regime militar investiu pesadamente na questão da integração nacional, e criou muitas empresas e órgãos estatais para financiar o que se poderia chamar de “cultura nacional”, ou uma produção cultural que atingisse o país inteiro e que dissesse algo a todos os brasileiros, sem distinções regionais ou de classe – o intuito claro era transformar um público heterogêneo em uma massa homogênea, pronta para consumir os novos produtos culturais colocados à venda. Empresas como a Embrafilme, Empresa Brasileira de Filmes S.A, criada pelo regime militar em 12 de setembro de 1969 através do Decreto-Lei número 862, passaram a investir na produção cultural nacional, atraindo artistas considerados de esquerda para seus projetos¹³³, impulsionando o surgimento de uma rede oficial de manifestações culturais que, somada à censura imposta pelo regime, condicionava o que poderia ou não ser consumido pelos brasileiros¹³⁴. Frente a essa situação, a saída era apelar para o marginal, para formas de cultura que buscavam, através da forma, se opor a esse sistema de mercado cultural. A idéia de “ser marginal e ser herói”, como na obra de Hélio Oiticica, ganha adeptos entre os estudantes, que optam pela utilização da cultura como forma de resistência.

¹³² PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Op. Cit.* p. 156.

¹³³ Sobre o tema, Marina Soler Jorge escreve: “Para Jean-Claude Bernardet, alguns artistas acabam acreditando que o Estado militar poderia evitar a comercialização da arte e sua conseqüente transformação em mercadoria, como se esse Estado não tivesse um caráter capitalista, ou seja, um caráter de classe, perpetuador da desigualdade e instância da defesa da mercadoria (Bernardet, 1979). O Estado Seria, para estes artistas, expressão da nação como um todo e, efetivamente, o governo militar desenvolveu formas ideológicas para que a identificação Estado-Nação fosse possível. Por exemplo, Cacá Diegues diz, em maio de 1984, que o ‘Estado deve ser protetor e investidor do cinema brasileiro, pagando as contas que a opressão estrangeira obriga a manter sempre no vermelho’ (Diegues, 1988). Glauber Rocha provoca reações raivosas ao proclamar em entrevista para a revista *Visão*, em 1974, que ‘entre a burguesia nacional-internacional e o militarismo nacionalista, eu fico sem outra possibilidade de papo, com o segundo’ (Mota, 1977), como se fosse possível desvincular a defesa da burguesia da defesa do Estado que a desenvolvia plenamente”. JORGE, Marina Soler. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 2002. pp. 54-55.

¹³⁴ Durante o regime militar, especialmente durante os anos do “milagre econômico”, começa a se criar um mercado de consumo cultural de grandes proporções, impulsionado pelo fortalecimento da chamada indústria cultural no país. Ver ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

A clandestinidade dessas formas culturais criava novas possibilidades para os estudantes; xerox de livros, textos em mimeógrafos passados de mão em mão, grupos “secretos” formados para discutir um determinado autor ou texto, tudo gerava um sentimento de coletividade e engajamento cultural que colocava os estudantes fora das vistas da ditadura. Criam-se – ou recria-se, se tomarmos em conta o movimento estudantil/ juvenil dos anos 60 - a idéia de produtores culturais, ou da cultura produzida fora dos padrões de mercado – sendo que, durante a ditadura, o padrão do mercado cultural, em muitos casos, confundia-se com o padrão estabelecido pelo regime. Diferentemente dos anos 60, no entanto, tais manifestações parecem ser “autônomas”, desligadas de qualquer influência direta de grupos de esquerda do período. Nas palavras de Mirza Pellicciotta,

As “práticas culturais”, como são chamadas, carregam em suas trajetórias de reflexão política perspectivas de ação coletiva “alternativa” que com o passar do tempo sedimentam um forte instrumento de comunicação entre os estudantes passando a “dividir” com os grupos organizados em recomposição, experimentações de linguagem muito caras à reestruturação institucional do movimento – como no caso da utilização do teatro na legitimação destes fóruns coletivos¹³⁵.

Há duas formas de reorganização da convivência estudantil que se encontram nas universidades brasileiras no período; de um lado, a composição das tendências, que buscam essa reorganização através da participação política dos estudantes; de outra, a continuação dessas práticas culturais “libertadoras”, que embora não se constituam enquanto projeto declarado dentro do ME possuem características de oposição ao regime militar e sua cultura autoritária. Na oposição dos novos grupos dentro do ME os projetos de libertação individual ou de grupos não encontram espaço; as práticas alternativas de cultura foram tomadas como atitudes alienantes, que em nada contribuíam para o fim da ditadura. Face às tendências e ao assembleísmo que ressurgia no movimento estudantil¹³⁶,

¹³⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Op. Cit.* p. 163..

¹³⁶ Para Artur Ribeiro Neto, “As eleições e assembleias passam a funcionar apenas como espaço de persuasão e de embate entre as verdades revolucionárias, um campo de sedução política, de conquistas de novos adeptos. Torna-se um mecanismo de atestar entre os grupos rivais a eficácia de sua ação, organização e concepção política. Não se decide mais nada, apenas *quem é* que vai decidir por todos”. RIBEIRO NETO, Artur. *Op. Cit.* p. 66.

há uma debandada de estudantes frente ao ME, que começa aos poucos no começo dos anos 80 e se acentua após a derrota da emenda das Diretas.

No entanto, a realização do 3º ENE na PUC e a atuação da polícia de São Paulo haviam dado um fôlego renovado ao ME em São Paulo, fortalecendo naquele momento o ME enquanto espaço de discussões político-partidárias e como parte da nova realidade de luta dos movimentos de oposição ao regime que começavam a se fortalecer¹³⁷. Assim, o 4º ENE é realizado nos dias 3 e 4 de outubro de 1978 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Na pauta do Encontro, as eleições de 15 de novembro daquele ano – e a discussão sobre o voto nulo ou voto em candidatos populares do MDB, discussão enfrentada pelos sindicalistas de São Bernardo em relação à eleição de Fernando Henrique para o Senado na mesma eleição – e o congresso de reconstrução da UNE, que seria realizado em Salvador no ano seguinte. Em relação à eleição, foi decidido que seria recomendado que o voto fosse depositado em candidatos do MDB ligados a projetos de luta pela melhoria da realidade social do povo brasileiro.

Seguindo o rumo da UNE, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo preparava o caminho para sua refundação; em 27 de agosto de 1977 ela é recriada, e as eleições para a presidência são marcadas para os dias 4 e 5 de maio de 1978. A chapa Construção, união das tendências Refazendo, Caminhando e Novo Rumo é eleita, e o 2º Congresso da entidade, realizado em setembro do mesmo ano, também decide pelo voto em candidatos do MDB considerados ligados aos movimentos populares nas eleições de 15 de novembro. Em agosto 1979 é eleita uma nova diretoria, desta vez comandada por Refazendo e Caminhando, na chapa Voz Ativa.

A UEE-SP esteve junto com a UNE na organização do XXXI Congresso da entidade, realizado em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979. O Congresso foi permitido pelo então governador Antonio Carlos Magalhães, que ofereceu aos estudantes a estrutura do Centro de Convenções, na Praia da Armação. Como forma de dar legitimidade ao evento, e “Para evitar que a reunião fosse considerada clandestina, e numa tentativa de buscar sustentação política para a entidade, os estudantes procuraram

¹³⁷ Em 1977, os estudantes participaram dos três Dias Nacionais de Luta pela Anistia, em 19 de maio, 15 de junho e 23 de agosto, mostrando estarem plenamente integrados às novas lutas da oposição ao regime. O último Dia Nacional de Luta pela Anistia ocorreu em 18 de abril de 1979. Ver CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* pp. 228-249.

divulgar amplamente a finalidade do encontro e buscaram a participação dos outros segmentos da sociedade. Assim foram convidados parlamentares dos dois partidos e o Presidente da República, João Figueiredo”¹³⁸.

Na abertura do Congresso, lá estava o deputado Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara dos Deputados, representando o apoio do partido à reconstrução da UNE e à luta dos estudantes. O próprio Posto Central de Recepção aos estudantes, em Salvador, foi montado no prédio do Diretório Regional do MDB¹³⁹, evidenciando a ligação entre a UNE e o movimento institucional de oposição ao regime. A Carta de Princípios da Entidade, aprovada no Congresso, não trazia nenhuma menção a revoluções ou tentativas de derrubada do regime; pelo contrário, trazia moções de apoio aos trabalhadores e à população em geral¹⁴⁰. As mudanças de comportamento não paravam por aí; segundo Cavallari, “Relativamente às lutas a serem levadas pelo ME, os estudantes através da UNE, iriam lutar contra o ensino pago; por mais verbas para a Educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita; contra a devastação da Amazônia; por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; por uma campanha de filiação de entidades à UNE”¹⁴¹. A agenda de luta da UNE ia, pouco a pouco, adaptando-se à nova realidade da oposição.

No Congresso foi decidido também que as eleições para a diretoria da entidade ocorreriam no segundo semestre de 1979, nos dias 03 e 04 de outubro, e o sistema eleitoral se daria pelo voto direto, e não pelo voto de delegados, o que significava uma crítica aberta do movimento estudantil à forma como se realizava a escolha do Presidente através de um colégio eleitoral.

O período entre a criação dos Encontros de Área, substituídos depois pelos Encontros Nacionais de Estudantes, desembocando finalmente na reconstrução da UNE em 1979 representa um momento de rearranjo do ME; de um lado, a vontade de trazer os estudantes de volta para suas entidades; de outro, a necessidade de se colocar como interlocutor dentro do movimento de oposição ao regime, num momento em que crescia o

¹³⁸ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* p. 265.

¹³⁹ Ver fotos do Encontro em GURAN, Milton. *Encontro na Bahia 79*. Brasília: Livraria Galilei Editora, 1979.

¹⁴⁰ Segundo a Carta de Princípios, “A UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira, gratuito em todos os níveis. A UNE deve lutar contra todas formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro”. GURAN, Milton. *Op. Cit.* p. 8.

¹⁴¹ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* pp. 259-260.

poder do MDB entre a classe média, e ressurgia o movimento sindicalista nacional, puxado pelas greves do ABC em 1978, 1979 e 1980. Como veremos no próximo capítulo, o desejo de constituir novos quadros para o movimento fez com que muitos grupos de esquerda se voltassem para o incipiente movimento estudantil secundarista, como poderemos observar a partir da análise de documentos ligados ao grupo trotskista Convergência Socialista.

Capítulo 2 - Surge uma nova frente de luta: o ME secundarista

O movimento estudantil, após anos sob a repressão do regime militar, havia retornado à cena pública, especialmente a partir do ano de 1977. A realização do XXXI Congresso da UNE e das eleições para a diretoria da entidade¹⁴² em 1979 coroavam o retorno do movimento, que desde as manifestações contra a morte de Vanucchi Leme em 1973 fazia-se cada vez mais presente na luta contra a ditadura. De certa forma, o apoio conseguido pelos estudantes de membros iminentes do MDB, deu visibilidade nacional ao movimento ao mesmo tempo em que abriu divergências entre grupos internos do ME, especialmente entre aqueles que apoiavam o futuro PMDB e aqueles que refutavam qualquer apoio à “ideologia burguesa” do partido e de seus representantes, grupo este que apoiava as reivindicações dos trabalhadores brasileiros.

Frente a este novo cenário de luta, em que novos agrupamentos políticos surgiam, cabia aos estudantes levantarem sua voz e conquistarem novos adeptos para seus grupos; uma das saídas encontradas foi justamente formar quadros dentro do ensino secundário, importante passo para a conquista de entidades como a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) e a União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES). Os grupos de esquerda que apoiavam as tendências do ME presentes no meio universitário buscaram seu espaço também entre os estudantes secundaristas.

O movimento secundarista era objeto do desejo de grupos de esquerda desde os anos 60¹⁴³; em depoimento de Ozeas Duarte de Oliveira, conhecido também como

¹⁴² Na eleição de 1979, cinco chapas concorreram à diretoria da entidade: CORRENTE SOCIALISTA, que apoiava o novo movimento sindical e a construção de um governo dos trabalhadores; LIBERDADE E LUTA, ou LIBELU, formada por um grupo de trotskistas com importante papel dentro do ME universitário, especialmente na USP; MAIORIA, tida como uma chapa de direita pelas demais; MUTIRÃO, união das tendências Caminhando e Refazendo; e UNIDADE, chapa que pregava a unidade com o MDB e criticava a divisão da esquerda em vários grupos de oposição ao regime. A chapa MUTIRÃO foi a vencedora, com a eleição de Rui César Costa e Silva, da Universidade Federal da Bahia, como presidente da UNE; dentre os membros da chapa faziam parte também os hoje deputados federais Aldo Rebelo e Candido Vaccarezza. Ver CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil 1964-1980*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1987. pp. 266-269.

¹⁴³ Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes, “Não só os estudantes universitários participaram ativamente dos acontecimentos políticos do país nos anos imediatamente anteriores a 64, como também os estudantes secundaristas. estes, especialmente por meio da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), empenharam-se em inúmeras lutas, dentre as quais a luta em defesa da escola pública e gratuita. Naquele período, enquanto havia pouco mais de 100 mil universitários, havia mais de um milhão de secundaristas por todo o país”. LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular – da JUC ao PC do B*. São

“Manoel Pereira da Silva”, “Mateus”, “Tadeu” ou “Jerônimo”, nos dias 11 e 12 de maio de 1972 ao DOPS, é possível ver o organograma do PC do B, no qual consta a existência tanto de um Comitê Secundarista como de uma Base Estudantil Secundarista¹⁴⁴. Em depoimento de Antonio Luiz Bernardes ao DOPS, dos dias 30 e 31 de agosto de 1971, pode-se ver que a Ação Popular (AP) também possuía uma “Célula de Base Secundarista”, no caso do depoente, em São Paulo¹⁴⁵. Segundo o depoimento, sua função era “Orientar as reivindicações dos estudantes secundaristas na cidade de São Paulo”.

Tanto o PC do B como a AP foram grupos que se fizeram presentes dentro do movimento estudantil; o enfraquecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após a queda do governo de João Goulart e o golpe de 64 abriu espaço para o surgimento de uma série de novos agrupamentos de esquerda, muitos deles ligados à idéia da revolta popular contra o regime e, para muitos desses grupos, o adjetivo “armada” constituía parte fundamental de seu programa, assim como a participação estudantil, dadas suas características altamente revolucionárias.

Quanto ao PC do B¹⁴⁶, é possível verificar qual o posicionamento oficial do Partido em relação ao movimento estudantil, tanto universitário como secundarista, ao analisarmos uma publicação de dezembro de 1978, intitulada “Acerca do Movimento Estudantil”, que traz a reprodução de uma “Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil” de maio de 1968; neste texto fica clara a idéia de recrutar

Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984. p. 23. O elevado número de estudantes secundaristas no país revelava a importância do movimento para os grupos de esquerda.

¹⁴⁴ Documento 50-Z-9-30787, Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁴⁵ Documento 50-Z-9-29853, Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁴⁶ A importância da formação de quadros para o Partido era fundamental para as pretensões do PC do B, como podemos ver no documento de junho de 1966 intitulado UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA: “O crescimento do Partido está diretamente ligado com a formação de grande número de quadros. A experiência mostra que onde há camaradas com certo tirocínio político e organizativo, o Partido multiplica suas forças e melhora sua atividade. Nos Estados e Municípios cujas direções não contam com quadros qualificados, a organização partidária se desenvolve lentamente. Faz-se imprescindível promover novos militantes, que, embora não tenham suficiente amadurecimento, revelam impulso revolucionário, dedicação e capacidade de trabalho. Tais militantes precisam ser ajudados por meios de cursos, ativos e palestras, a fim de que possam elevar seu nível teórico e político. Os cursos de capacitação têm grande importância. Mas o estudo individual é fator de primeira ordem para a formação de quadros. Na atividade prática, enfrentando os problemas da luta diária, os comunistas poderão mais facilmente assimilar o marxismo-leninismo. Aprenderão através da estreita união entre a teoria e a prática”. Mais adiante, o documento trata da participação dos estudantes: “Intensificar o recrutamento de novos militantes. Trazer para o Partido os melhores lutadores da classe operária, do campesinato e dos estudantes”. Residia nesta tríade os caminhos da revolução para o PC do B. REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985. pp. 54-88.

estudantes para o Partido e, ao mesmo tempo, tomar as entidades estudantis para si, como podemos ler no seguinte trecho

A política estudantil do Partido servirá para elevar o nível ideológico e político de todos os militantes que atuam nas escolas, capacitando-os a defender a linha partidária e a aplicá-la com flexibilidade e audácia. Permitirá recrutar combatentes destemerosos para suas fileiras, ajudará os comunistas a ocupar o posto de vanguarda do movimento estudantil e a propagar a chama da revolução entre os estudantes¹⁴⁷.

Mais adiante, o documento reforça o posicionamento do Partido: “Os comunistas devem esforçar-se para dirigir o movimento estudantil e conduzi-lo de uma forma correta”¹⁴⁸. Com que intuito os estudantes devem ser recrutados para esta luta? É o que o mesmo documento deixa claro em outra passagem

Em virtude de condições históricas, sociais e políticas, os estudantes podem refletir, e muitas vezes refletem, antes que outros setores, os anseios populares, lançando-se a lutas pioneiras em favor das aspirações nacionais e democráticas. Mas nem por isso constituem a vanguarda do povo, a força que orienta as demais. Só uma classe como o proletariado, vinculada à grande produção e diretamente interessada na vitória do socialismo, pode ser firme e conseqüente e tem condições de agrupar em seu redor todas as massas exploradas e oprimidas na luta por sua total emancipação¹⁴⁹.

Em outro documento do Comitê Central do PC do B, também publicado em maio de 1968, é ressaltada a importância da participação de todos os níveis estudantis nas lutas do Partido

A existência de interesses e reivindicações comuns entre universitários, secundaristas e estudantes técnico-profissionais possibilita congregá-los em torno de suas aspirações. É necessário unir, no setor estudantil, todos os que, de uma ou outra forma, se colocam contra a ditadura e contra o domínio ianque no país.

Para ampliar e fortalecer o movimento estudantil, os comunistas devem atuar tanto entre os universitários, que já atingiram um nível mais elevado de organização, como entre os

¹⁴⁷ “Acerca do Movimento Estudantil”, documento produzido pelo PC do B, dezembro de 1978. pp. 1 e 2. Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem.* p. 16.

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem.* p. 16.

secundaristas e os alunos dos cursos técnico-profissionais. O movimento secundarista e técnico-profissional englobam vastas massas de jovens que atravessam dificuldades de toda ordem e representam papel ativo nas lutas estudantis e populares. A experiência demonstra que os secundaristas são impetuosos, protestam contra o aumento das taxas escolares, a elevação do preço dos transportes, as arbitrariedades policiais etc. Os universitários e suas organizações precisam estreitar relações com as entidades ou grupos representativos dos estudantes secundários e técnico-profissionais, procurando com eles estabelecer ações comuns. A unidade de ação dos universitários com os secundaristas e estudantes técnico-profissionais facilitará a ampliação e a radicalização de suas lutas¹⁵⁰.

É clara a intenção do Partido Comunista do Brasil: liderar o movimento estudantil na luta do operariado. Mas, como dito, que fique claro: os estudantes não são a base da luta pelo socialismo, cabendo esse papel aos trabalhadores que estão inseridos na lógica da produção capitalista. Para o Partido, a luta pelo controle do ME é intensa, e não se restringe apenas aos grupos de esquerda, como é mostrado a seguir, no trecho intitulado “Política de união e luta”

Um dos aspectos da política estudantil do Partido diz respeito à posição que os comunistas devem assumir no trabalho com as demais correntes que atuam entre os estudantes. Em síntese, esta posição é a seguinte: aplicar uma tática de unidade e crítica, no que se relaciona às forças efetivamente aliadas; opor-se às idéias e práticas errôneas dos revisionistas e ultra-esquerdistas, atrair os elementos equivocados para o terreno democrático; e combater firmemente a minoria direitista. (...)

A fim de forjar a unidade nas lutas e para as lutas torna-se imperativo saber distinguir as correntes de cunho democrático das de caráter reacionário ou aventureiro. O Partido está sempre disposto a realizar a unidade de ação com outras forças, visando a alcançar objetivos comuns. É favorável aos entendimentos com os dirigentes de outras facções, mas não admite os métodos de conchavo ou os acordos sem princípio¹⁵¹.

O PC do B tinha como uma de suas diretrizes a idéia de união de várias correntes de pensamento em torno de um projeto comum para o país¹⁵², desde que elas estivessem

¹⁵⁰ Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, maio de 1968. pp. 34 e 35. Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem.* p. 36.

¹⁵² Para Jean Rodrigues Sales, “Se observarmos atentamente, porém, perceberemos que, ainda que a estratégia – revolução antiimperialista e antilatifundiária – e a tática – de frente única por um governo

de acordo com os objetivos do Partido; nesse sentido, a missão do Partido era integrar em seus quadros novos militantes, e o meio estudantil era um dos mais propícios para esse recrutamento. A busca pela participação dos estudantes ganhava importância para as aspirações do PC do B pois o ME era visto como um dos grupos mais combativos da sociedade brasileira, e os estudantes, muitas vezes, estavam dispostos a abrir mão de tudo para participar da luta contra o regime militar. Na Resolução de maio de 1968 do Comitê Central é nítida a política do PC do B em relação aos estudantes

Diferentemente de outras organizações que atuam nas escolas, o Partido Comunista do Brasil dá ênfase ao seu caráter de classe. Não é um partido de estudantes, mas uma organização revolucionária da classe operária. Guia-se pela doutrina marxista-leninista e pelos princípios do internacionalismo proletário. Sua organização norteia-se pelo centralismo democrático, pelo trabalho coletivo, planejado e controlado, pela estreita ligação com as massas. A unidade e a disciplina são inerentes à sua natureza e aos seus fins revolucionários.

Milhares de jovens estudantes podem ingressar nas fileiras do Partido, desde que aceitem as condições fixadas nos Estatutos. É preciso que os comunistas tenham audácia de recrutar os melhores e mais combativos elementos do meio estudantil e de estruturas novas organizações de base e comitês partidários, capazes de coordenar e dirigir as atividades dos militantes no nível das escolas, universidades, no âmbito municipal, estadual, etc, de acordo com as normas estatutárias e as conveniências do Partido.

Em seu trabalho organizativo, os comunistas devem ligar-se intimamente às massas nas escolas e conhecer profundamente seus problemas a fim de se tornarem legítimos porta-vozes de suas aspirações e de se colocarem à frente de suas lutas. O comunista estudante deve compreender o caráter transitório de sua militância no meio estudantil e estar sempre pronto a servir ao Partido onde quer que as necessidades de revolução exijam. Desenvolve suas atividades principalmente nas escolas. Mas deve trabalhar também entre as massas populares, inclusive nos meios rurais, difundindo a linha do Partido, recrutando novos militantes e estimulando a organização e a luta dos trabalhadores¹⁵³.

popular revolucionário – sejam nomeadas da mesma forma tanto no ‘Manifesto-programa’ quanto em ‘O golpe de 64 e seus ensinamentos’, há diferenças importantes que estão implícitas em suas formulações. Neste documento, a frente única aparece substancialmente ampliada em relação ao manifesto. Nela, passam a ser admitidos até mesmo integrantes da conservadora União Democrática Nacional (UDN)”. SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil – Definições ideológicas e trajetória política”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil, Volume 6*. Campinas: Editoria da Unicamp, 2007. pp. 63-104.

¹⁵³ Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, maio de 1968. pp. 43-44. Arquivo do Estado de São Paulo.

Os documentos relativos ao PC do B analisados até aqui mostram que, para os teóricos do Partido, os estudantes constituíam importante nicho de recrutamento, desde que tivessem em mente que a luta dos comunistas era a luta do operariado, e não apenas a luta estudantil. Como deixa claro o Partido, o “ser estudante” é algo passageiro, que não pode aspirar a outro objetivo que não a luta dos trabalhadores. Nesse sentido, a presença do PC do B no meio estudantil teria como finalidade fundamental garantir que o estudantado escolhesse suas fileiras para a militância, em vez de outros grupos – tanto de esquerda como de direita.

A Ação Popular (AP) era outro grupo que se fazia presente no meio estudantil; sucessivas presidências da União Nacional dos Estudantes haviam estado nas mãos dos militantes da AP¹⁵⁴, o que reforçava sua participação no ME nacional. As mudanças programáticas nos grupos oriundos da militância cristã originada na década de 50 com a fundação da Juventude Universitária Católica (JUC) mostram que o grupo, originado nos ideais do cristianismo, havia, nos anos 60, se dirigido para o marxismo-leninismo e o maoísmo, baseado na idéia de proletarianização de seus membros tendo como base as experiências da Revolução Cultural chinesa levado a cabo por Mao Tse-Tung¹⁵⁵. Os estudantes estavam intimamente ligados à nova política da AP – que, em 1971, passa a se

¹⁵⁴ Para Marcelo Ridenti, “Entre 1966 e 1969, a AP logrou inserção expressiva sobretudo no meio estudantil, radicalizado naquele período. Dividia com outros agrupamentos de esquerda, especialmente com as dissidências armadas do PCB, a direção dos movimentos dos estudantes. A AP conseguiu eleger sucessivos presidentes da UNE, em congressos concorridos, realizados na clandestinidade, muitas vezes no interior de estabelecimentos cedidos por setores da Igreja católica, o que se pode compreender dados o quadro político e a ligação histórica da AP com a Igreja. Em 1966, José Luís Moreira Guedes foi escolhido presidente da UNE; em 1967, Luís Travassos; em 1969, Jean Marc van Der Weid, substituído, após ser preso, pelo vice Honestino Guimarães, que viria a ser assassinado pela polícia política em 1973, quando a UNE já havia sido dissolvida pelo que restara de sua direção, dada a ofensiva repressiva da ditadura”. RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil, volume 5*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 227-302. Sobre os Congressos da UNE, o do ano de 1967 aconteceu na cidade de Vinhedo, no estado de São Paulo, em terreno de propriedade da Igreja onde hoje está localizado o Mosteiro São Bento. Já o Congresso de 1968 aconteceu na cidade de Ibiúna, também no estado de São Paulo.

¹⁵⁵ Sobre as transformações sofridas pela AP, o livro *Brasil: Nunca Mais* traz o trecho: “Nos anos seguintes, a AP reorganiza, aos poucos, sua estrutura, apoiando-se, para tanto, especialmente no meio universitário. E inicia uma demorada discussão para redefinir seus princípios políticos e filosóficos. Já era claro que, desde seu surgimento, as propostas da AP tinham pontos de contato com o pensamento marxista. De 1965 a 1967, em meio a controvérsias polêmicas, a organização caminha para a adoção do marxismo como guia teórico de suas atividades. (...) O espírito da Revolução Cultural provocou, na AP, uma campanha de ‘proletarianização’ dos militantes, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. pp. 100-101.

chamar Ação Popular Marxista-Leninista – sendo que muitos, de fato, lançaram-se na idéia de transformar-se em proletário ou camponês, despindo-se de sua roupagem, à época, “pequeno-burguesa”. A idéia de uma união popular em torno das lutas dos trabalhadores estava presente no jornal *Libertação*, órgão oficial da AP a partir do ano de 1968. No número 02, de 15 de maio daquele ano, é possível observar a ênfase dada pela AP ao movimento de massa popular contra o regime

Primeiro de maio, 9 horas da manhã. Seis mil pessoas ocupavam a praça da Sé em São Paulo. eram operários em sua grande maioria. Tinham vindo de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e de Osasco, além dos de São Paulo. também estavam presentes outros trabalhadores (bancários, comerciários) e muitos estudantes. Os representantes da ditadura e do imperialismo tinham preparado uma festinha de conagração, procurando evitar que os trabalhadores, que são explorados o ano inteiro, fizessem um 1º de maio de luta. Dessa vez porém, a grande maioria da multidão que foi à praça, não queria assistir a uma festinha dos patrões, mas lá estava para protestar, para tomar a palavra dos pelegos e do imperialismo. (...)

O palanque foi tomado num instante e os verdadeiros trabalhadores falaram. Denunciaram o arrocho da ditadura e do imperialismo. Lembraram o exemplo corajoso dos 16 mil mineiros que fizeram a greve de abril e dali surgiu uma palavra-de-ordem para todos os trabalhadores: *Greve na fábrica contra o arrocho da ditadura*. lembraram também o exemplo heróico do povo do Vietnã que está derrotando a agressão imperialista, mostrando ao povo que nosso inimigo é o mesmo. E que a melhor forma de ajudar o povo do Vietnã é também lutar contra o imperialismo em nosso país.

Depois do comício, o palanque, símbolo da ditadura, foi queimado. Em seguida, a multidão saiu em passeata pela rua 15 de novembro, rumo à praça da República, onde houve outro comício, os trabalhadores e estudantes comemoraram a grande vitória que tinham conquistado¹⁵⁶.

Tendo como ideal a união popular contra os golpistas de 1964, a AP colocava os estudantes lado a lado com os trabalhadores rurais e urbanos, a base do movimento revolucionário brasileiro¹⁵⁷. Vale a pena ressaltar que ao mesmo tempo em que estavam

¹⁵⁶ Jornal *Libertação*, número 02, de 15 de maio de 1968. In FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984, volume I*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987. pp. 125-126.

¹⁵⁷ No Documento-Base da AP, de fevereiro de 1963, está escrito: “Outros setores, embora não prioritários, apresentam condições de um trabalho eficaz. O movimento estudantil tem-se fundado gradualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política”. REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Op.Cit.* pp. 46-47.

com os trabalhadores nas lutas mais abrangentes contra o sistema político-econômico da ditadura ¹⁵⁸, os estudantes, especialmente o movimento estudantil ligado à UNE, comandada por militantes da AP, buscavam lutar suas próprias batalhas: as manifestações contrárias aos acordos MEC-USAID, por exemplo, constituem importante luta estudantil do período, apoiada pela União Nacional dos Estudantes, bem como as discussões sobre a reforma universitária.

A ligação entre estudantes e o “povo” brasileiro constituía, como dito, parte fundamental da política da AP; Marcelo Ridenti, ao tratar da “UNE Volante”, explica de que maneira a entidade estudantil buscava fazer-se presente em diversas regiões do país

O sucesso do CPC generalizou-se pelo Brasil, a partir da organização da *UNE Volante*, em que uma comitiva de cerca de 25 dirigentes da entidade e integrantes do CPC percorreu os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. A *UNE Volante* serviu como base para a organização em termos nacionais do grupo político então hegemônico no movimento estudantil, originário da esquerda católica, que na época empenhava-se para constituir uma nova organização de esquerda, a Ação Popular (...).

Além de ter permitido a organização da AP, a *UNE Volante* também semeou doze filhotes do CPC nos quatro cantos do país, cada um dos quais teve maior ou menor destaque ¹⁵⁹.

Na mesma linha de pensamento segue o texto de Lima e Arantes, ao tratar da importância da *UNE Volante* como meio de nacionalizar as demandas do ME, impulsionadas tanto pela luta pela reforma universitária como pela greve do “1/3”, que exigia a participação de 1/3 de estudantes nos órgãos colegiados das universidades.

¹⁵⁸ Essa união pode ser vista, por exemplo, na idéia por trás dos CPCs da UNE: aliar cultura e política como forma de educação revolucionária do povo pelas mãos de uma entidade estudantil. Mesmo que o CPC estivesse ligado mais ao PCB que à própria AP, a convivência entre os dois grupos era possível, pelo menos num primeiro momento, como mostra Ridenti: “O êxito da *UNE Volante* – e portanto também da implantação nacional da AP – seria impensável sem a presença das encenações teatrais do CPC, no qual o Partido Comunista era amplamente majoritário. Esse paradoxo só se explica porque, no pré-64, a união de forças de esquerda pelas reformas de base era mais forte que as rivalidades entre elas, que só afloraria mais intensamente no pós-64, tão mais forte quanto mais se estreitavam as bases sociais das esquerdas”. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 108-109.

¹⁵⁹ *Idem, Ibidem*. pp. 108-109.

É nesse cenário das esquerdas dos anos 60 que o movimento estudantil secundarista busca seu espaço; importante nas mobilizações de 68, tendo como momento marcante a manifestação pela reabertura do restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, com a morte do estudante Edson Luis, o ME secundarista tinha em suas organizações, como a UPES e a UBES, seus principais focos de atuação.

A UBES tentara realizar seu XXI Congresso no ano de 1969¹⁶⁰, na cidade de São Paulo¹⁶¹, provavelmente no mês de outubro; no entanto, ele foi cancelado pela entidade, como afirma Emiliano José da Silva Filho, um dos diretores da entidade entre os anos de 1969 e 1970, em interrogatório ocorrido na 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em 21 de setembro de 1971

(...) que é verdade que o interrogando estava preparando o Congresso em São Paulo, junto com os diretores, os quais preparavam o Congresso em outros Estados; em São Paulo, era o interrogando e FLÁVIO FACENDA, quem estavam preparando o XXI Congresso da UBES, no segundo semestre [ilegível] de agosto a outubro de 1969; que, no final de outubro de 1969 a diretoria da UBES, da qual o interrogando participava, decide suspender a realização do XXI Congresso, por considerá-lo inoportuno politicamente, em parte por causa da situação repressiva que vivia o País [sic] (...) ¹⁶².

¹⁶⁰ Naquele mesmo ano já havia sido realizado o Conselho da UBES, no mês de abril, no então Estado da Guanabara. Sobre esse Conselho, Cleber Consolatrix Maia, interrogado no DOPS-SP, no dia 04 de novembro de 1969, afirma que estiveram presentes os estudantes Emiliano José da Silva Filho (SP), Waldir da Silveira (SP), Marcos Melo (GB), Bernardo Joffily (GB), Fernando (MG), Alanir Cardoso (GO), Antonio Sérgio (PE), “Zeca” de (PE), “Chiquinho” de (GO), um rapaz de Brasília cujo nome não lhe ocorre no momento, e possivelmente outros cujos nomes não conseguiu memorizar (...)”. No mesmo depoimento, ao tratar de outro Conselho da UBES, realizado em Salvador, Cleber Maia indica a função que alguns dos citados por ele possuíam na organização da UBES: “(...) que, o Conselho seguinte da UBES [conselho anterior ao da Guanabara] esteve presente também Alanir Cardoso do Estado de Goiás, que fora eleito Diretor no XX Congresso da UBES, Bernardo Joffily do Estado da Guanabara, também eleito Diretor no XX Congresso, Marcos Melo que se elegera Presidente no XX Congresso (...)”. Ainda sobre esse Conselho da Guanabara, Waldir da Silveira, em depoimento no dia 03 de novembro de 1969, afirma que ele “(...) foi realizado em Niterói, numa residência particular, junto a praia (...)”. No mesmo depoimento, é possível verificar que no ano de 1968 a UBES tivera um Conselho no mês de setembro, realizado no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), onde também acontecera em outubro o “(...) Congresso UPES, realizado no CRUSP, ao qual acorreram cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) representantes, ocasião em que foi eleito Presidente daquela entidade o Secundarista do Colégio Aplicação, Marcos Falacio (...)”. Processo Brasil Nunca Mais número 626.

¹⁶¹ O Frei Francisco Benedetti Filho, em seu interrogatório na 2ª Auditoria, havia revelado que sugerira aos estudantes outros locais onde poderiam realizar seu Congresso, como o Mosteiro dos Beneditinos, em Vinhedo, ou o Lúmen Cristi, em Campinas. Processo Brasil Nunca Mais número 626.

¹⁶² Processo Brasil Nunca Mais número 626. Nesse processo, relativo à realização do XXI Congresso da UBES, constam os nomes de todos os estudantes acusados: Osmir Jesus Nunes; Marco Paulo Leal; Antonio Arena Filho; César Morgado da Rocha; Sólon Eduardo Annes Viola; Waldir Silveira; José Francisco

Emiliano estava foragido desde o ano de 1969, sendo preso em Salvador, para onde havia se dirigido para

prosseguir os seus estudos e levar avante o seu ideal na UBES; que o interrogando esclarece que, concretamente, pretendia estudar e divulgar entre os seus colegas os seus ideais pessoais, sobre política e ensino; que, o interrogando considera que a missão da UBES seria a divulgação dessas idéias no meio secundarista; que, em síntese, essas idéias podem se exprimir na afirmação de que o Brasil se acha submetido a uma Ditadura Militar que oprime o povo aliada a tristes e monopólios internacionais, especialmente norte-americanos, e aos grandes latifundiários; que, também considera uma das missões da UBES “Lutar por um ensino nacional, democrático e científico”; que, nos doze dias que passou em Salvador sua atividade se limitou a comer e dormir junto a estudantes universitários, com os quais conversava sobre essas idéias (...) ¹⁶³.

No interrogatório de Emiliano vemos o posicionamento, bastante presente no período entre os grupos estudantis, de aliar a luta mais ampla contra o sistema econômico no qual se baseava o regime com a luta direta dos estudantes por melhorias no sistema de ensino brasileiro. Já os agentes do regime viam no Congresso da UBES mais uma tentativa de atuar contra a “revolução” de 64, como mostra o documento enviado pelo representante do Ministério Público lotado na 2ª Auditoria

Consta dos presentes autos que desde abril de 1969 os estudantes secundaristas nos Estados de Guanabara e Bahia preparavam o XXI Congresso da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundários) e que deveria se realizar em São Paulo no mês de outubro.

Conforme se apurou, o temário para esse Congresso era mais de natureza política anti-governamental do que estudantil, pois incluía: a) revisão da situação nos Estados; b) análise política da situação nacional e internacional; c) programa de lutas; congresso; assessoria e estatutos (...) ¹⁶⁴.

Araújo Duarte; Paulo César Duarte; Cleber Consolatrix (também chamado, em outras partes do processo, de Consolatrix) Maia; Frei Francisco Benedetti Filho; Padre José Eduardo Augusti; Emiliano José da Silva Filho; Flavio Faccendi. É interessante notar a presença de dois membros do clero como acusados no processo, demonstrando a ligação entre certos setores da Igreja e grupos estudantis ligados ao cristianismo, como eram alguns membros da AP.

¹⁶³ Processo Brasil Nunca Mais número 626.

¹⁶⁴ Processo Brasil Nunca Mais número 626.

Sobre a não-realização do Congresso da UBES, há um relatório no mesmo processo, oriundo do DOPS de São Paulo e datado de 23 de dezembro de 1969, que resume como o movimento estudantil secundarista do período era visto pelos militares

Como sabemos, o M.E.S. (Movimento Estudantil Secundarista), com a edição do Ato Institucional no 5 e com a promulgação do Decreto no 477, que estabelece pena de 3 – três anos de suspensão para professores, alunos e funcionários que participarem ou incitarem à participação de qualquer movimento grevista ou equivalente, e com as medidas decorrentes, tais como detenções, expulsões e inquéritos instaurados, sofreu sensível decréscimo em suas manifestações que até então seguiam um crescendo novelesco.

Contudo, não obstante o maior rigor na repressão, evidenciado com a edição dos diplomas legais citados, grupos radicais, freqüentemente influenciados por sectários marxistas e constituído por grupos de estudantes secundaristas militantes, de inteligência aguda, aos quais se agregam intelectuais de outras faixa etária, recrutados, principalmente na A.P. (Ação Popular) e no clero progressista, toma posições frontalmente anti-governo, sob a capa de reivindicações estudantis, conseguindo dessarte, o principal objetivo, qual seja, uma férrea posição de combate contra os poderes constituídos.

É isso, em última análise o que ocorre com a UBES, que adotando queixas e reivindicações estudantis, até certo ponto admissíveis, como ponto de partida apenas, para, ao depois, recorrendo arditamente a meios ilegais e anárquicos, provocar a ação policial, a fim de fazer transparecer junto aos demais estudantes ou ao próprio povo, o que chama de “brutalidade o atual quadro constituído”. Assim agindo, determinada ala do setor estudantil, consegue manter num estado de agitação, que se constitui num dos principais fatores de excídio no país.

Para ninguém é mais segredo, que desde a Revolução de 1964, todos os trunfos da luta comunista foram colocados nas mãos dos intelectuais, dos estudantes e porque não dizer, de uma parte do clero (os chamados padres progressistas), visando o objetivo primordial, qual seja a tomada do poder.

No caso que estamos examinando, está bastante patenteada a ligação de alguns padres com os estudantes, na luta pela conquista das rédeas da nação. A simples prisão do Padre JOSE EDUARDO AUGUSTI, no apartamento onde se coordenava a realização do Congresso da UBES, está a evidência de forma meridiana e cristalina a aliança que vimos abordando¹⁶⁵.

Aos olhos do regime, a ligação entre setores da Igreja católica e os estudantes era bastante clara e poderia ser constatada através de “material subversivo” e das declarações

¹⁶⁵ Processo Brasil Nunca Mais, número 626.

dos próprios réus; porém, se a mesma lógica da ligação entre os conspiradores poderia ser utilizada tanto para os estudantes universitários como para os secundaristas, as penas para os dois grupos eram diferentes; a Conclusão do Relatório do DOPS diz: “Do exposto concluímos que contra os indiciados deve ser aplicado o correspondente corretivo legal, para que os mesmos (em sua maioria adolescentes) arranquem do terreno de suas atividades, as sementes que viriam a germinar frutos indigestos para eles próprios, para suas famílias, para a sociedade e para a Pátria”¹⁶⁶. A punição deveria ser dada aos estudantes, mas ela tinha mais uma função educativa do que propriamente punitiva; embora culpados, era correto dizer que haviam sido desviados de seu caminho pela influência de indivíduos de outros grupos, que queriam utilizar os estudantes para desestabilizar o governo e tomar o poder.

O ano de 1968 havia mostrado que os estudantes secundaristas estavam tão organizados quanto os estudantes universitários, e que os grupos de esquerda com o objetivo de derrubar a ditadura e promover a “revolução” brasileira faziam-se presentes tanto em um como em outro¹⁶⁷; os eventos do final daquele ano, fruto do endurecimento

¹⁶⁶ Processo Brasil Nunca Mais, número 626.

¹⁶⁷ Embora a presença do PC do B, da AP e de dissidências do PCB fosse constante, havia espaço para outros grupos, como os trotskistas. Em documento de janeiro de 1971, intitulado ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO, a Organização Comunista 1º de Maio, antigo Movimento Estudantil 1º de Maio, criticava a ação da AP em relação aos estudantes e propunha nova configuração ao ME: “O que caracterizava as direções das entidades eram o reformismo, o esquerdismo, o nacionalismo, e, se, por um lado, não se constituíam numa pelegada que boicotasse conscientemente as manifestações ou que conseguisse freiar [sic] naquele momento, o movimento estudantil, por outro lado, a ausência de uma direção revolucionária aí, como em todo o movimento de massas, não iria permitir a luta revolucionária através de vitórias parciais, o delineamento cristalino de objetivos e meios do internacionalismo proletário. O ativismo do mais baixo nível da Ação Popular fazia com que seus chavões nacionalistas ‘contra a ditadura’ e ‘pela expulsão do imperialismo’ se tornassem cada vez mais nota dissonante no salto qualitativo que se operava nas posições políticas dos estudantes.

Esse grupo que queria o movimento estudantil integrado ‘na luta de todo o povo’, com o decorrer das mobilizações via cada vez mais suas palavras de ordem sendo contrapostas por outras como ‘operários no poder’, ‘greve contra o arrocho’. Era o *grupo que queria passeatas até debaixo d’água*, mesmo quando o movimento estudantil passava ainda em 68 por períodos de desmobilização, chegando a levar uns gatos-pingados para se entregar à repressão, no dia 7 de setembro. (...)

Mas o que caracterizava fundamentalmente esses dois grupos [AP e D.I. (Dissidência do Partidão)], como os outros menores como Polop-Poc, PC do B, era seu caráter pequeno-burguês.

Jamais se colocaram sob a única posição revolucionária para o movimento estudantil, que é a da aliança com a classe operária. Mas sim o contrário. O máximo que chegavam a pregar era um apoio humanitário aos trabalhadores e nunca uma concepção proletária para o movimento estudantil”. A crítica dos trotskistas ao papel de outros grupos de esquerda baseia-se na idéia de que eles não viam o operariado como verdadeira classe revolucionária, que deveria ser seguida pelos estudantes, como fica claro adiante no mesmo documento: “E as lideranças estudantis, esquerdistas, não chegaram nunca a compreender a diferença entre suas posições e a perspectiva proletária para o movimento estudantil, de defender a

do regime frente a grupos de oposição dentro da sociedade brasileira, calaram a voz dos estudantes que, como visto no primeiro capítulo, seriam novamente ouvidas a partir de 1973. O surgimento de várias tendências dentro do ME, especialmente entre os estudantes universitários, mostrava ao mesmo tempo o retorno do movimento e os projetos políticos construídos dentro dele. Antes de analisarmos o movimento estudantil secundarista em si, é fundamental entender qual o pensamento por trás dessas tendências.

As tendências do ME

O periódico AVESSO, número 02, publicado pelo DCE-Livre da USP no outono de 1977, traz importante análise das cinco principais tendências que se apresentavam aos estudantes paulistas: RESISTÊNCIA, REFAZENDO, LIBERDADE E LUTA, CAMINHANDO E MOBILIZAÇÃO¹⁶⁸, cada uma ligada a um específico grupo e sua

revolução da classe operária, incentivando seus organismos, fazendo propaganda clara junto à população, elaborando sua teoria, defendendo a união das classes exploradas e se organizando junto com elas, sob a perspectiva proletária contra o poder constituído, formando quadros políticos para a construção do partido revolucionário da classe operária". Os estudantes fariam parte da revolução do operariado, como termina o documento "Viva a revolução mundial da classe operária e o socialismo, conclamamos todos os companheiros a integrar a 'Organização Comunista 1º de Maio', na luta pela construção dos organismos livres de combate da classe operária, pela revolução socialista e pela construção do *partido proletário* e da *internacional* comunista (4ª)". REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Op.Cit.* pp. 306-339. Aqui, também, vemos a importância da formação de quadros dentro do ME para a militância num grupo de esquerda, como poderemos observar quando analisarmos as publicações do grupo Convergência Socialista no final dos anos 70 e começo da década de 1980.

¹⁶⁸ Ricardo Azevedo, em reportagem escrita em 1997 para a Revista *Teoria e Debate*, número 35, da Fundação Perseu Abramo, mostra como as tendências estudantis se organizavam dentro da USP, e qual o papel que a cultura teve nesses grupos políticos. Segundo Ricardo, "Ainda que não estivesse presente em nenhuma carta-programa, a questão comportamental também tinha sua importância. Até mesmo pelo clima de repressão cultural e artística do momento, cada tendência se comportava mais ou menos como uma tribo, no dizer de Julinho. Congregando cada uma delas centenas de adeptos, formavam um círculo protetor onde as pessoas podiam "respirar" no meio de tanta tensão. Famosas eram também as festas e, como não poderia deixar de ser, cada tendência tinha as suas. Explica Júlio Turra: "O pessoal da Caminhando era do sambão, do pagode, da cultura popular. Nós, da Liberdade e Luta, éramos mais roqueiros; o pessoal da Refazendo era mais tipo Milton Nascimento. Havia até um certo jeito de se vestir: o pessoal da Caminhando você reconhecia claramente - era o poncho e conga -; a Libelu já era o cara mais cabeludo, meio roqueiro...". Ainda para o autor, havia três grupos principais dentro do movimento estudantil na USP nos anos 70, a saber: Refazendo, Liberdade e Luta e Caminhando, sendo que suas principais características eram:

“Refazendo. Teve sua origem em militantes oriundos da Ação Popular que, tendo perdido contato com a organização quando das prisões de 71, formam um grupo independente - o Grupão. Em 76, voltam a retomar contato com a AP que, progressivamente, absorve seus principais quadros. A Refazendo tinha maior força na Geologia, Física, Geografia, Psicologia, Politécnica, Ciências Sociais e Economia. É vitoriosa nas duas primeiras eleições para o DCE.

· Liberdade e Luta. Era vinculada à Organização Socialista Internacionalista, formada em 76 a partir da fusão de dois grupos trotskistas, a Organização Primeiro de Maio e a Organização Marxista Brasileira.

respectiva maneira de analisar o momento político-histórico do país. Para este estudo, serão analisadas as três principais tendências estudantis, Liberdade e Luta, Refazendo e Caminhando, mostrando as principais diferenças existentes entre suas análises da ditadura e as maneiras propostas para enfrentá-la.

Como dito, tais tendências representavam no seio do movimento estudantil as idéias de determinados grupos de esquerda que buscavam ampliar o espaço para a difusão de seus programas, algo comum nos anos 60, especialmente a partir de 1962, com a primeira cisão dentro do Partido Comunista Brasileiro que deu origem ao Partido Comunista do Brasil. No entanto, se naqueles anos os meios – no caso, a revolução armada – para se derrubar a ditadura eram o que diferenciava os grupos de esquerda de seu partido de origem (além, é claro, da discussão teórica entre “revolução democrática-burguesa” e “revolução socialista”), a partir de 1974, com a derrota da luta armada e a autocritica de muitos desses grupos em torno dessa opção de combate à ditadura, a forma da derrubada da ditadura era algo que unia tais grupos. Segundo Maria Paula Araújo,

Abandonando a perspectiva da luta armada, a maior parte das organizações – ou de militantes individuais – que haviam sobrevivido ao cerco da repressão voltava a fazer uma análise na qual se sobressaía a necessidade de uma luta política legal. A ditadura era definida como um estado de exceção, de arbítrio, que devia ser combatido principalmente através de argumentos do direito. A conjuntura era definida como um momento de “resistência” à ditadura militar. Para a maior parte das organizações de esquerda, a tarefa política principal era justamente organizar essa resistência¹⁶⁹.

A ditadura era vista como o principal inimigo, que deveria ser derrotado antes que qualquer outra ação fosse tomada. Nesse sentido, a maior parte das organizações de esquerda do período eram contrárias às atitudes “liberalizantes” oferecidas pelos militares, pois elas viam nessas ações um meio que o regime encontrara para se manter no poder

Segundo Júlio Turra, ele e Markus Sokol quando discutiam a fusão, lembraram-se de uma frase de Spinoza que diz que “só há liberdade quando se luta pela liberdade”. Aí, Julinho disse “Luta e liberdade pode ser o nome” e Sokol replicou: “Não, Liberdade e Luta soa melhor”. A Libelu, como ficou conhecida, tinha maior expressão nos cursos de Arquitetura, Comunicações, Filosofia, Economia e Ciências Sociais. Segunda força do M.E. na USP, em 78 a Liberdade e Luta ganha o DCE. Diz a lenda que em eleições em urna a Refazendo em geral ganhava, mas que nas assembleias normalmente dava Libelu.

· Caminhando. Vinculada ao PC do B, era a terceira força na USP. Tinha maior presença na Medicina, na Politécnica e nas Ciências Sociais. Porém, em nível nacional, dada a maior organização do PCdoB, desponta como principal força, vencendo as primeiras eleições para a diretoria da UNE em 79, em aliança com a Refazendo”.

¹⁶⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 122.

enquanto oferecia alguns “poucos ossos” para a oposição. Nesse sentido, grupos como a Convergência Socialista, composta por membros ligados ao trotskismo, apresentavam suas bandeiras pelo fim do regime, mas não apoiavam o MDB (depois, PMDB) como partido aglutinador da oposição, por considerá-lo um expoente da burguesia; muitos grupos trotskistas apoiavam um partido dos trabalhadores, único capaz de levar as lutas deste grupo social. Já o PC do B, por exemplo, apoiava o MDB, pois via nele a possibilidade de união de toda a oposição ao regime, e era contra a criação de um novo partido oposicionista, pois isso poderia dividir as oposições¹⁷⁰. A “luta política legal” levantada por Araújo na passagem citada mostra o caminho que algumas agremiações de esquerda do período decidiram trilhar, especialmente a partir do final da década: derrotar a ditadura em seus próprios domínios.

Porém, a decisão de reavaliar novas formas de luta contra o regime opressor, fruto dos problemas pelos quais passava a ditadura no campo econômico e do crescimento de outros movimentos de oposição dentro da sociedade brasileira, não havia atingido todos os grupos oposicionistas de esquerda existentes naquele momento. Para Araújo,

Em certa medida, a definição de uma luta de resistência era uma autocrítica, na prática, da experiência da luta armada. Era a busca de um retorno às formas de luta mais amplamente aceitas pela sociedade. Era uma tentativa de sair do isolamento vivido pelos grupos armados. Os anos de 1973 e 1975 foram decisivos para essa definição e resultaram em divergências profundas no interior da esquerda dissidente e independente. Enquanto uma parte aderiu à idéia da resistência e de tudo que isso implicava – luta por direitos humanos, pelas liberdades democráticas, aliança com amplos setores da sociedade, defesa da legalidade e do estado de direito, valorização da justiça e de aspectos humanitários na luta contra o regime, denúncia do arbítrio e defesa de valores humanistas e universais -, um outro grupo de organizações acusava de diluidora a tática de resistência. A crítica de reformismo antes dirigida ao PCB e ao PC do B voltou-se contra as organizações que haviam aderido à luta de resistência. Dessa forma, uma nova polaridade

¹⁷⁰ Para Jean Sales, “Desde o final dos anos 1970, com o início do processo de abertura política, o PC do B defendia a proposta de unidade de uma ampla frente política de combate à ditadura, postura essa que manteria a primeira metade dos anos 1980. Esse posicionamento marcou as suas relações com as forças de oposição que surgiram no país, sobretudo após a mudança da legislação eleitoral que extinguiu o bipartidarismo. O PC do B via na legislação uma manobra da ditadura militar para enfraquecer a oposição e insistia na necessidade da unidade da oposição em torno do PMDB. (...) Desde cedo, o PC do B avaliou negativamente a atuação do PT. Assim, no início dos anos 1980, condenava os petistas por romperem com a unidade popular em torno do PMDB, enfraquecendo a oposição aos militares”. SALES, Jean Rodrigues. “Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)”. História, São Paulo, v. 26, n. 2, pp. 340-365, 2007.

desenhou-se no interior da esquerda brasileira: de um lado, os que concordavam com uma luta de resistência, pelas liberdades democráticas; de outro, militantes e organizações que consideravam essa proposta uma reedição do reformismo do comunismo tradicional brasileiro¹⁷¹.

Do lado dos que defendiam as liberdades democráticas estavam o PCB, PC do B, Liberdade e Luta, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), que depois seria incorporada ao PC do B; do lado dos que acreditavam serem essas lutas “reformistas”, estavam a PO, derivada da antiga Polop, e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)¹⁷². Embora houvesse uma divisão clara entre os dois grupos, é preciso esclarecer que dentro do conjunto dos que defendiam as liberdades democráticas também havia concepções distintas sobre o que se fazer após a queda do regime militar. Araújo faz uma análise interessante do que se passava entre os defensores das liberdades democráticas

No interior de cada bloco, lembramos, havia divergências e compreensões distintas dos mesmos problemas. No primeiro bloco, por exemplo, as organizações oriundas da esquerda revolucionária se esforçavam por explicitar diferenças entre a sua concepção de luta democrática e a dos partidos comunistas (principalmente em relação ao PCB, considerado “mais reformista” do que o PC do B porque este havia aderido à luta armada). Argumentava-se que a luta democrática, numa concepção reformista (como a do PCB), tinha uma dimensão *estratégica* – o que se pretendia atingir era a etapa democrático-burguesa. Seria, portanto, uma luta travada com a condução, o direcionamento e o interesse da burguesia. A concepção da esquerda revolucionária, no entanto, seria tática. Ou seja, a luta democrática era a luta política possível e necessária para a derrubada da ditadura militar mas devia abrir espaço para a verdadeira revolução socialista, elevando o nível de conscientização e de organização dos trabalhadores¹⁷³.

No cenário possível naquele momento, o fundamental era derrotar a ditadura; era algo que unia os diversos grupos e as tendências estudantis. O que as separava era o momento posterior à queda do regime, ou de que maneira a sociedade brasileira se organizaria frente ao novo momento histórico. Para os trotskistas, por exemplo, o país se encontrava já inserido no contexto do capitalismo internacional, o que tornava a fase

¹⁷¹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Op. Cit.* p. 124.

¹⁷² *Idem, Ibidem.* p. 125.

¹⁷³ *Idem, Ibidem.* p. 126.

“democrático-burguesa” da revolução brasileira um momento historicamente desnecessário. A força de organização dos trabalhadores nacionais, com o ressurgimento do movimento operário desvinculado do peleguismo reforçava essa visão, pois a classe trabalhadora mostrava que tinha a força e a consciência necessárias para levar adiante a revolução socialista e popular após a queda do regime. Não havia mais espaço para conchavos políticos com a burguesia, pois ela era uma classe que já havia mostrado o que de fato lhe interessava: manter-se no poder, com ou sem regime militar.

A análise das três tendências estudantis citadas acima mostra as relações entre o ME, o fim do regime e suas conseqüências para a organização da sociedade nos anos posteriores a essa queda.

Liberdade e Luta

Para Antonio Ozai da Silva, a Liberdade e Luta, ou LIBELU, “era na sua origem uma chapa estudantil impulsionada pela OSI [Organização Socialista Internacionalista] para disputar as eleições ao DCE da USP. A OSI amplia a sua intervenção no movimento estudantil, e os estudantes que defendem as suas posições passam a ser identificados também com a Libelu”¹⁷⁴. Talvez o que melhor caracterize a Libelu nesse período seja sua defesa da ligação entre estudantes e trabalhadores, sendo que aqueles estariam subordinados à luta destes. Para a tendência, no debate promovido pelo jornal AVESSO,

O ME não tem condições de conseguir anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados e banidos políticos, não tem condições de conseguir sozinho as liberdades democráticas. Ele não tem condições de conseguir, de forma permanente, nenhuma destas palavras de ordem. Mas isso não implica que ele não tenha que gritar palavras de ordem que ele sinta necessidade, ainda que ele evidentemente não consiga efetivá-las, como não conseguiu em 68. O ME não vai conseguir nunca sozinho, por exemplo, por sua obra e graça, a queda de uma ditadura. Ele não vai conseguir liberdades democráticas e nem, de forma permanente e acabada, uma universidade democrática, nem melhores condições de ensino. Para transformar a universidade de forma permanente e acabada e necessária que hoje uma mudança a nível social [sic]. Isso implica o seguinte: o método de luta que a gente vai empregar é arrancar da classe dominante todas as conquistas que nos interessam – democratizar ao máximo a universidade, conseguir as melhores condições de ensino

¹⁷⁴ SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta Editorial, s/d. p. 178.

possíveis e mantê-las pelo máximo de tempo possível até que essas conquistas possam tomar um caráter permanente quando houver uma transformação da sociedade. Na luta pela conquista da universidade democrática – historicamente inventada pela burguesia – vai se procurar a aliança com os trabalhadores. Daí o sentido da palavra de ordem – liberdades democráticas – que concentra aspirações não só da pequena burguesia, mas também dos trabalhadores¹⁷⁵.

Essa mesma posição é defendida no boletim **Liberdade e Luta Intervém**, de maio de 1977, no qual a tendência afirma

“Abaixo a ditadura” foi o grito que dominou a passeata nas avenidas São João, Ipiranga e Consolação, e foi a palavra de ordem defendida pela maioria dos trabalhadores que intervieram no Ato Público. Fica evidente que esta é a reivindicação que concentra todas as aspirações levantadas pelas mobilizações hoje e unifica os diferentes setores sociais que hoje se mobilizam. ‘Liberdades democráticas’, ‘Anistia’, ‘Fim das prisões e torturas’ só serão conseguidas com a queda do regime militar e é impossível escamotear isso.

Não há dúvidas de que foi o movimento estudantil que deu o impulso para as mobilizações que acontecem hoje. Entretanto, deve ficar bem claro que a partir do momento em que tomamos as ruas, nossas manifestações são imediatamente engrossadas e apoiadas por um [sic] grande quantidade de populares, que assume todas as bandeiras que são as mesmas de todos os setores oprimidos da população. Assim, temos que compreender que as direções estudantis nestas mobilizações assumiram um compromisso não só com os estudantes de suas respectivas universidades, mas sim com o CONJUNTO dos trabalhadores que apóiam e participam das manifestações”. (...) Ao não colocar claramente o caráter das atuais manifestações, seu caráter POPULAR e ANTI-DITATORIAL, Refazendo não poderia ter agido de outra forma; falam em ‘resistência’ do movimento de massas, quando está mais do que claro que hoje quem está resistindo é a ditadura militar, isolada inclusive dentro da própria classe dominante. Colocam abstratamente a organização dos outros setores – primeiro – para que estes possam – segundo – se mobilizar contra a ditadura, quando que se percebe é que as duas coisas sem combinam; o móvel que possibilita a organização dos setores oprimidos é justamente a luta contra a ditadura – ABAIXO A DITADURA – que Refazendo se recusa a tornar explícita¹⁷⁶.

Tendo como principal palavra de ordem o “Abaixo a Ditadura”, Libelu mostrava o principal ponto de diferença entre suas idéias e a posição de Refazendo; para a direção da Liberdade e Luta,

¹⁷⁵ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

¹⁷⁶ Boletim **Liberdade e Luta Intervém**, de maio de 1977.

Se o movimento estudantil se radicaliza ao ponto de sair às ruas todas as semanas, se o ME sozinho conseguisse sair todas as semanas ou todos os dias, com palavras de ordem que fossem palavras de ordem que dizem respeito à classe operária (nós, de Liberdade e Luta, achamos que Liberdade Democráticas, Anistia Amplas e Irrestrita, abaixo a ditadura inclusive, são palavras de ordem que interessam aos setores dos trabalhadores), o problema deixa de ser formal. (...) Então, hoje, trata-se de ver quais são as palavras de ordem, qual o método correto: se colocar na perspectiva dos trabalhadores. Hoje, o ME saiu às ruas, ele não passa de um canal onde setores populares se manifestam, que, pelo fato de estarem desorganizados, utilizam-se dos mais diversos canais para se manifestar – vide o enterro do Juscelino, enterro do Jango e, por incrível que pareça, o enterro do Lacerda – para gritar Viva a Liberdade. (...) Não interessa sair ou não às ruas, o que interessa politicamente é qual o conteúdo dessas atitudes que o movimento toma¹⁷⁷.

Por ser o grupo mais organizado no período, os estudantes deveriam servir como “puxadores” do coro de descontentamento das camadas populares que mais sofrem com as atitudes políticas do regime militar. Claro que a questão da organização se modificaria com a reestruturação do movimento operário a partir das greves do ABC de 1978, mas naquele ano de 1977 o ME apresentava-se como elemento anti-regime mais organizado. Daí a importância, para Libelu, do uso, pelos estudantes, das bandeiras de oposição capitaneadas pela oposição popular, dos trabalhadores em especial. Para Josimar Moreira de Melo Filho, dirigente da Libelu e do DCE-Livre da USP, “A luta contra a ditadura é a luta que pode estabelecer um contato entre os estudantes e suas entidades e o conjunto da população oprimida que hoje se mobiliza por suas reivindicações e encontra pela frente o mesmo inimigo”¹⁷⁸. A palavra de ordem “Abaixo a ditadura” deixava bem claro quem era o inimigo comum que devia ser combatido por estudantes e populares, daí sua importância num momento em que o regime mostrava sinais de enfraquecimento, como esclarece Josimar

Já em 1977 a análise que a gente fazia era a de que a crise da ditadura militar tendia a se agravar. Ela estava se aprofundando cada vez mais. A gente propunha que a palavra-de-ordem ‘Abaixo a ditadura’ fosse assumida por todo o movimento, em função de estar analisando que a crise da ditadura militar entrava em grau de agudamento bastante grande – e por considerar que todas as lutas que os setores populares estavam levando e estavam se generalizando a partir de 77,

¹⁷⁷ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

¹⁷⁸ ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *A volta da UNE*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 70.

colocavam de forma cada vez mais candente a questão do governo, a questão do responsável pela manutenção de toda aquela situação, que era a ditadura¹⁷⁹.

Para Libelu, as manifestações pelo fim da ditadura precediam qualquer discussão sobre outros aspectos que diziam interesse aos estudantes, pois eram os militares e seu sistema político-econômico que bancavam a repressão sob a qual os grupos sociais de oposição se encontravam. Josimar reafirma o posicionamento da Libelu em relação ao regime imposto aos brasileiros desde 1964

Finalmente, Liberdade e Luta considera que todas as reivindicações – seja por melhores condições de ensino, por liberdades democráticas e tudo o mais colocam em questão o responsável por toda esta política – que é a ditadura militar. Achamos que seria incorreto levar debates em cima de cada uma das reivindicações que surgem, de forma isolada, sem deixar claro, a todo momento, quem é o responsável. Seria incorreto alimentar ilusões de que qualquer das reivindicações levantadas se esgotam nos muros de uma escola ou de uma universidade¹⁸⁰.

Os estudantes tinham um papel importante fora das universidades enquanto agentes de oposição ao regime; segundo Liberdade e Luta,

A gente acha que o ME como um todo traiu o movimento popular no dia 19. Porque convocou uma manifestação e dividiu essa manifestação. (...) Foi uma Assembléia estudantil e a gente acha que aí está a raiz de toda a divergência do dia 19 que é o fato (e inclusive a mesa mostrou isso sempre que se referiam ao movimento falavam movimento estudantil, se referiam aos estudantes aqui presentes), não perceber que o movimento não é mais estudantil mas um movimento social¹⁸¹.

Mais adiante, Libelu enfatiza que as outras tendências, em especial Caminhando, agiam para desvirtuar a união entre ME e outros setores de oposição da sociedade

Com relação a Constituinte (...) eu gostaria de saber se Caminhando realmente está defendendo a palavras de ordem Constituinte. Pois semana após semana, assembléia após assembléia, Caminhando sempre vem com a mesma argumentação de que não é hora de assumir a palavra Constituinte, nós somos a favor da palavra Constituinte, mas não deu pra discutir. Nós não. Nós

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem.* pp. 69-70.

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem.* p. 70

¹⁸¹ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

propúnhamos em assembléia, nós províamos o debate, nós discutimos em classe, discutia nos CAS onde a gente estava presente. E defendemos publicamente, publicamos texto sobre constituinte, assim como discutimos o – abaixo a ditadura – e tal. (...) Com relação ao dia 19, a parcela da culpa que nos cabe é essa: gente deveria ter sido mais firme. Se falava em nome da unidade, tudo que se fala atualmente, se fala em torno da Unidade do Movimento. O movimento estudantil tava unidinho sim, lá na Faculdade de Medicina, sentados, de baixo do sol, na grama. Mas o movimento popular estava dividido pelo movimento estudantil que, enquanto manifestação não foi lá, e deixou a população levar porrada, sem direção, desorganizada¹⁸².

Não havia espaço para reivindicações que não levassem à queda da ditadura, daí a escolha de palavras de ordem que enfatizassem qual deveria ser de fato o papel dos estudantes na sua relação com os movimentos populares. Diferentemente de anos anteriores, em que o ME colocava-se como aquele que levantava tais palavras, o momento histórico, de união de forças populares contra o regime, levava os estudantes a levantarem as bandeiras propostas por estes mesmos grupos. Para Libelu,

O fato da gente ter colocado a palavra de ordem ‘Liberdades Democráticas’ foi fator para que a palavra de ordem fosse difundida. Assim como o – abaixo a ditadura – se houver uma ação das direções ela pode inclusive surgir espontaneamente, mas ela não surge junto com uma discussão. Eu quero lembrar o problema das direções. Está vendo as coisas muito detalhadamente. Depois as direções ficam como instituto de pesquisa, que ficam pesquisando e anotando as palavras de ordem que já surgiram... Não. As direções têm de lançar as palavras de ordem. Inclusive têm que lançar formas de luta. (...) Então – abaixo a ditadura – a gente acha uma palavra de ordem correta, que mesmo o movimento estudantil é anti-ditadura, nunca quis e agora tem condições de falar e por outro lado é uma palavra que aponta dentro daquela concepção, que une o movimento estudantil aos outros setores sociais com o movimento dos trabalhadores. É uma palavra de ordem que tem esse potencial, a não ser que a gente ache que os trabalhadores são contra ir contra a ditadura, ou não ser que a gente acha [sic] que o fim da ditadura não valha a pena, porque vai entrar outro governo burguês mais manhoso e que vai ser mais difícil de combater. Então é melhor todo mundo se organizar com a ditadura e depois propor um governo dos trabalhadores, diretamente que é uma concepção que existe em algumas tendências¹⁸³.

¹⁸² Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

¹⁸³ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

Liberdade e Luta via a ditadura não como um sistema político ligado apenas ao desejo de poder dos militares; ela via o regime instalado no país como fruto de uma conjuntura econômica, em que as classes dominantes apoiavam um regime de exceção que garantisse seu lucro no final do mês. Frente a esse cenário, o que interessava para os militantes da Libelu não era simplesmente a queda do regime, mas toda a realidade econômica que o sustentava. Não havia espaço, na visão da tendência, de pactos com a ditadura, assumir uma posição de subserviência em relação aos militares; o que interessava a seus militantes era a queda do regime, através da força dos trabalhadores e demais classes populares, para que elas depois fizessem frente à burguesia nacional. Não havia, portanto, espaço para conchavos entre partidos considerados como burgueses – MDB – e o fim da ditadura. Em relação à idéia de uma Constituinte para o país, tópico discutido naquele momento, Libelu reforça suas idéias

A gente acha que interessa sim para a classe operária as ‘Liberdades Democráticas’, interessa sim um governo que não seja esta ditadura, ainda que não seja esta [sic] governo deles simplesmente para que ela tenha espaço de se organizar e poder inclusive atrair com os seus partidos independentes próprios, atrair a pequena burguesia, inclusive o movimento estudantil para o seu lado se aliando e se colocando sob sua direção. Neste sentido lutamos pelas Liberdades Democráticas sim, e lutamos por uma Assembléia Constituinte antecedida inclusive do fim da ditadura.

Por que a gente grita ‘Abaixo a ditadura?’. Por que as duas coisas estão combinadas colega. Constituinte com ditadura é uma Constituinte que vamos ser contra e vamos combater até o final. Nós vamos combater as Constituintes que são propostas pelo MDB. A burguesia tem vários tipos de governo, em alguns ela até permite a organização do proletariado, existiu muito governo burguês que permitiu a organização do proletariado, outros governos ela não permite, ela só coloca estes governos aonde ela não permite, ou seja, as ditaduras militares. (...) O problema é o seguinte: enquanto houver uma camarilha militar no poder a classe operária vai fazer greves como já está fazendo, pode inclusive retomar sindicatos, mas fazer uma organização ampla, suficientemente ampla, para tomar o poder, para colocar a alternativa de poder isto é impossível sob uma ditadura militar. Não existe uma ditadura militar que seja uma ditadura militar e de repente passe para um governo dos trabalhadores.

Por exemplo, aquilo que foi dito que a ditadura precisa cair para que o movimento consiga se organizar de forma ampla etc, é ilusório, é sofismar. A gente acha que a liberdade de organização dos partidos, dos trabalhadores etc, terá que ser conquistada através de lutas, pois não vai ser, neste momento, fornecida pela burguesia, simplesmente.

O que significa a Constituinte hoje: significa que é a forma de governo que pode fazer com que a organização da classe operária avance, rompendo o quadro da ditadura, avance para que ela possa se organizar, inclusive acabar com esta Constituinte burguesa¹⁸⁴.

Como promover esta organização dos trabalhadores enquanto movimento ativo na queda do regime? A resposta viria no ano seguinte, já com as greves de 1978 no ABC tomando conta das manchetes dos principais veículos de comunicação do país. No Boletim Liberdade e Luta Estadual, intitulado “Consolidar a UEE”, número 01, de 1978, Libelu apresenta o partido dos trabalhadores como principal responsável pela aglutinação da classe para que suas reivindicações fossem atingidas

Não basta negar a ditadura – se bem que isso já é importante. É fundamental que os setores oprimidos e explorados se armem politicamente, demarcando-se terreno com relação à ditadura. e à classe dominante - que anda falando em democracia, estado de direito, até em socialismo democrático!...

A proposta correta para isso, é aquela que concretiza, numa bandeira ao nível do poder, as reivindicações democráticas sentidas pela maioria da população: liberdades democráticas, fim do arrocho, reforma agrária, expulsão do imperialismo, democratização da universidade. Por isso, desde o ano passado defendemos a luta por uma Constituinte Democrática e Soberana, precedida de anistia ampla e irrestrita, liberdade de organização, voto para analfabetos, soldados e marinheiros. É na luta por esta Constituinte – diferente das outras que andam por aí – que estaremos avançando no combate à ditadura abrindo espaço para a organização dos setores oprimidos – nós inclusive -, os trabalhadores em particular, em instrumentos próprios de intervenção, partidos, sindicatos.

Neste quadro, a questão do partido é fundamental. Mas não de qualquer partido e sim o partido que represente aqueles que realmente podem mudar alguma coisa, os trabalhadores, produtores de toda riqueza material da nação. Não achamos que os estudantes devem construir um partido seu, muito menos aderir a iniciativas de formação de PTBs, PDCs, instrumentos de controle da classe dominante sobre as massas.

Só um partido construído a partir do movimento operário dos trabalhadores – um partido operário independente da burguesia – poderá apresentar um programa capaz de abarcar – levar adiante – as reivindicações da maioria explorada do país, e não ficar apenas em promessas. Agora este partido tem de ser obra e graça do movimento dos trabalhadores na sua luta contra a exploração e opressão. De nada adianta, a partir da iniciativa de estudantes e intelectuais, querer criar partidos que se reivindicam dos trabalhadores mas que passam por fora do seu movimento. Estes correm o

¹⁸⁴ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

risco de se tornar partido de trabalhadores... sem trabalhadores, comprometendo irremediavelmente sua capacidade de dirigir conseqüentemente a luta dos oprimidos.(...)

A maior lição do ano passado foi o avanço na compreensão dos estudantes com relação a necessidade de se veicular aos outros setores sócias, a compreensão de que isolados na universidade somos muito pouco. A saída às ruas, as passeatas, atos públicos foram decorrência disso: longe de representarem um enfrentamento com a repressão, significaram a necessidade do Movimento Estudantil em se aliar aos oprimidos e explorados para poder avançar¹⁸⁵.

Existe a necessidade do partido para dirigir as lutas dos trabalhadores, às quais o movimento estudantil estaria ligado; não um partido burocrático como havia se transformado o PC soviético após a ascensão de Stálin e dos expurgos promovidos pela política stalinista de união em torno do ideal do “socialismo em um só país”¹⁸⁶. O que se propunha era um partido que levasse as reivindicações dos trabalhadores ao primeiro plano, visando não apenas à sua luta por direitos próprios, mas pela queda do sistema político-econômico que lhes negava sua própria liberdade. Para Francisco Foot Hardman, “(...) para a classe operária, a liberdade só pode ser buscada na justa compreensão e realização de suas próprias necessidades históricas”¹⁸⁷. São essas necessidades históricas, possíveis através da ação dos trabalhadores e da coordenação de um partido verdadeiramente ligado ao operariado, que devem ser acompanhadas pelos estudantes, na visão de Liberdade e Luta.

As questões relacionadas ao partido dos operários abriam, portanto, um abismo entre os defensores de Libelu e o MDB. No periódico AGORA UNE, número extra, de setembro de 1978, há um texto intitulado “Ditadura, não: voto nulo e constituinte”, no qual Liberdade e Luta repudiava os candidatos do MDB e apoiava as reivindicações dos trabalhadores e a necessidade de um partido só seu. Segundo a publicação,

¹⁸⁵ Boletim Liberdade e Luta Estadual, intitulado “Consolidar a UEE”, número 01, de 1978.

¹⁸⁶ Para Orlando Miranda, “A teoria do socialismo em um só país é política na medida em que despolitiza a revolução, deslocando todos os seus aspectos para o do simples planejamento econômico. O Estado, pronto e acabado, não está em discussão, deve ser avaliado por critérios de eficiência na organização da produção. Dessa visão, a ‘construção do socialismo’ reduz-se à construção de uma eficiente burocracia, na construção do gigantesco Estado-empresa, gerido pela burocracia partidária e ativado pela burocracia econômica. Assim, a teoria de Stálin é a teoria política da burocracia, que reduz o socialismo à questão da gestão econômica”. MIRANDA, Orlando. “Introdução”. In MIRANDA, Orlando (org.). *Leon Trotski: política*. São Paulo: Ática, 1981. p. 32.

¹⁸⁷ HARDMAN, Francisco Foot. “Prefácio”. In LENIN /TROTSKI. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. p. VIII.

É nessa perspectiva que propomos o voto nulo a 15 de novembro. O argumento de que votar nulo é não oferecer perspectivas aos estudantes, é ser niilista, cai no maior dos absurdos sem perceber, pois o que propomos é justamente que os estudantes organizem sua campanha se aliando à força mais vigorosa e menos corrompida da nação: a classe operária, que não teve nenhum pejo em não se servir de instrumentos da ditadura para lutar contra ela. Votar no MDB, ainda que com a melhor das intenções, serve para engrossar as fileiras do regime, ao se votar num de seus instrumentos, ao reconhecer as eleições que a ditadura quer impor; votar no MDB é, de fato, dizer que esse arremedo de partido, veículo deformado da própria classe dominante, pode resolver qualquer dos problemas do país; significa ainda proporcionar um pouco de fôlego à ditadura, pela participação na farsa que ela encena. Não é por acaso que a ditadura proíbe a campanha pelo voto nulo e busca aglutinar e controlar a população através de seus canais.

Votar no MDB significa, por fim, ignorar o que os trabalhadores em movimento fizeram, contrapondo a esse movimento independente a participação num Congresso fantoche (que agora está sendo chamado de Parlamento...).

Nosso método, a aliança operário-estudantil, nega todas essas formulações e leva a uma clara conclusão: voto nulo contra a ditadura, seus partidos e suas instituições; pelo Partido Operário; pela Assembléia Constituinte Soberana e Democrática¹⁸⁸.

A crítica de Libelu residia na idéia de que os que se diziam contrários ao regime não faziam nada de fato para que ele terminasse; setores da sociedade ligados à burguesia nacional aceitavam mudanças pontuais na ditadura, propostas para que o regime se mantivesse no poder por mais algum tempo, enquanto os trabalhadores e seus apoiadores, em especial aqueles ligados à Liberdade e Luta, achavam ser imperativo atacar os militares com tudo. Segundo a publicação,

A incapacidade da ditadura de continuar reprimindo como antes faz com que o MDB (qualquer de seus setores) e os generais “progressistas” da FNR procurem cada vez mais decididamente encontrar formas mais eficazes de controle do movimento de massas. Mas, enquanto não acham a solução (se é que vão achá-la), não dão um passo efetivo para acabar com o regime, não se dispõem a lutar ao lado dos trabalhadores contras as péssimas condições de vida, os baixos salários, a inexistência de liberdades democráticas em qualquer nível. E, se não o fazem, *é porque não podem e não querem*: estão comprometidos em demasiado com esse mesmo regime ao qual se dizem oposição; aproveitaram-se durante anos da superexploração a que foram submetidos os trabalhadores; e a repressão contra os trabalhadores não os incomodou nesses 14 anos. Se hoje

¹⁸⁸ AGORA UNE, Edição Extra, setembro de 1978.

falam, é porque é o máximo que podem fazer. E quem os obriga a falar é o movimento de massas, que deles não precisou e não pediu licença para existir. (...)

Agora, quando a ditadura dá seus últimos suspiros, é necessário que a classe operária tenha uma alternativa de poder para opor a todas as embromações que tentam lhe impingir a todo o momento: reformas, Constituintes outorgadas ou de poderes limitados, frentes nacionais. Uma alternativa que expresse a vontade da imensa maioria da população brasileira, dos trabalhadores da cidade e do campo, dos analfabetos. Essa alternativa só pode ser a Assembléia Constituinte Soberana e Democrática, precedida pela efetivação de todas as liberdades democráticas: anistia ampla e irrestrita, liberdade de organização partidária, liberdades sindicais, direito de greve, liberdade de manifestação e expressão¹⁸⁹.

O ataque à ditadura seria possível através do desejo de mudança dos trabalhadores, e sua vontade seria expressa numa Constituinte Democrática, a ser convocada após a queda do regime. A Assembléia Constituinte representava para os ligados à Liberdade e Luta não a reforma do regime, mas o início de um período em que o poder dos trabalhadores seria posto em prática. Em boletim de Liberdade e Luta, com as plataformas da tendência para as eleições da UEE em 1978 estão expostas as idéias do grupo sobre a Constituinte e a importância de um partido dos trabalhadores

Lutar por esta Constituinte é reconhecer que as “reformas” que a camarilha militar vem arquitetando, com o dócil beneplácito do MDB, visam apenas manter intacta a estrutura autoritária e repressiva do estado. Significa lutar pela volta dos líderes sindicais e camponeses banidos a partir de 64. Significa lutar pela unidade do movimento antiditatorial e, também, pela sua independência.

Não é a toa que o MDB nunca definiu cabalmente a sua proposta de Constituinte e, logo de início, abandonou esta perspectiva de luta. Bastou a ditadura acenar com suas “reformas”, sob a égide do pacote de abril, para que a oposição consentida tombasse no mutismo, aguardando uma nova orientação da camarilha militar.

Todos os setores das classes dominantes que no ano passado falaram a favor da Constituinte, e que agora estão calados, em compasso de espera, assim o fazem devido a seu grau de comprometimento com o governo que aí está. E isto apenas prova que a conquista de uma Constituinte Democrática e Soberana só pode nascer da luta efetiva, real, travada nas ruas por trabalhadores e estudantes.

¹⁸⁹ AGORA UNE, Edição Extra, setembro de 1978.

A Constituinte pela qual lutamos deve possibilitar os trabalhadores se unificarem para obterem suas necessidades mais candentes. Vale dizer, para obter a nacionalização e estatização das empresas imperialistas; o cancelamento da dívida externa, pois tudo aquilo que aquelas empresas retiraram dos trabalhadores, em forma de arrocho salarial, paga com juros esta dívida; a expropriação do sistema bancário e toda uma série de medidas que visem a expulsão do imperialismo e garanta a emancipação e soberania nacional. (...)

Nós estudantes, interessados num projeto de transformação social, devemos apoiar o operariado brasileiro na construção de seu partido próprio, cientes de que este partido nascerá do combate e das lutas da classe operária e não de conchavos de gabinetes ou de acordos e programas feitos à sua margem.

Um partido operário, que organize independentemente o proletariado brasileiro, que leve a luta por aquelas reivindicações que enunciamos acima, que lidere os setores oprimidos da sociedade e que possa oferecer uma alternativa de progresso social, é este o partido que devemos sustentar e apoiar¹⁹⁰.

Em outro número de AGORA UNE, as posições de Liberdade e Luta acerca da Constituinte se apresentam de maneira objetiva, ressaltando sua importância para os trabalhadores

A Constituinte é uma tática, um instrumento que os trabalhadores utilizam. Ela não é a solução; não resolve, “como um raio caído de um céu azul”, todas as tarefas democráticas. Evidentemente, só o governo dos trabalhadores pode resolvê-las duradouramente. Mas falar em “Constituinte convocada por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas” (governo dos trabalhadores) é abstrair inteiramente a situação atual da classe operária no Brasil. (...)

Esses elementos possibilitam-nos afirmar como cristalina segurança que o governo que sucederá à ditadura em decomposição será um governo **burguês** qualquer que seja o aspecto formal que assuma uma junta militar, um civil, uma maioria parlamentar de partidos da burguesia etc.

A Constituinte pela qual lutamos certamente será um espaço privilegiado de formação política da classe operária; construção de seus sindicatos e de seu partido. Para que contribua decisivamente para isso, a Constituinte deve ser Democrática e Soberana. Democrática porque precedida pelo fim do regime militar, pela anistia ampla e irrestrita e pela instalação de todas as liberdades democráticas. Soberana porque não deverá ser limitada por nenhum governo, concentrando os poderes legislativo e executivo em suas mãos. Isso significa que **a Constituinte será governo, poder**¹⁹¹.

¹⁹⁰ LIBERDADE E LUTA, Plataforma para a UEE, 1978.

¹⁹¹ AGORA UNE, número 02, agosto 1978.

Para Libelu, a Constituinte representava a possibilidade dos trabalhadores, através de sua força e de seu partido, chegar ao poder e colocar em prática suas propostas para a sociedade brasileira; tal cenário seria impossível caso o operariado decidisse apoiar o MDB, pois na visão de Liberdade e Luta tratava-se de um partido intimamente ligado à burguesia nacional, por sua vez ligada ao imperialismo estrangeiro e inimiga da classe trabalhadora.

Assim, a presença das idéias de Trotski na base de Libelu é clara quanto ao real papel dos trabalhadores e de um partido seu na condução do movimento de oposição ao regime; quanto à mobilização das massas baseada na política da IV Internacional, Trotski explica

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho “programa mínimo”, à medida que elas conservaram alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz este trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo –, a IV Internacional avança um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contras as próprias bases do regime burguês. O velho “programa mínimo” é constantemente ultrapassado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária¹⁹².

Deixa-se de lado o caráter etapista da revolução socialista para atingir a revolução do proletariado¹⁹³, não de forma espontânea, mas com o auxílio da direção do Partido, como mostra Trotski: “O Partido representa a classe operária”¹⁹⁴. Deixa-se de lado qualquer ação de cima para baixo, ou qualquer ordem do Partido que deva ser seguida fiel e cegamente pelos trabalhadores. Segundo Miranda,

¹⁹² LENIN /TROTSKI. *Op. Cit.* p. 77.

¹⁹³ Para Hardman, “Superando a dicotomia clássica entre ‘programa mínimo’ e ‘programa máximo’ desenvolvida no seio da II Internacional, e contrapondo-se ao mecanicismo linear e ahistórico da ‘revolução por etapas’, o Programa de Transição levanta a unidade orgânica existente entre as tarefas revolucionárias e as reivindicações materiais mais elementares dos trabalhadores. A concepção destas palavras-de-ordem transitórias retoma, em sua plenitude, a unidade dialética entre o particular e o geral, entre o imediato e o histórico, entre as conquistas parciais e a revolução. É a aplicação programática da estratégia da revolução permanente como ponte, para a humanidade, do capitalismo agonizante ao socialismo nascente”. HARDMAN, Francisco Foot. *Op. Cit.* p. XIII.

¹⁹⁴ LENIN /TROTSKI. *Op. Cit.* p. 33.

Trotsky se formara como revolucionário a partir da agitação, de uma relação íntima não com o pensamento revolucionário, mas com o sentimento revolucionário. Percebia como tarefa do partido constituir-se no “caminho mais curto para a conscientização da massa”, como amplo e aberto campo para discussões e correntes, como forma de expandir a teoria e a prática e resolver os problemas das trilhas revolucionárias. A proposta de Lênin de um partido centralizado, baseado numa militância efetiva, dir-se-ia profissional, e numa racionalidade de organização quase militar, parecia-lhe antes de tudo a captura pelos intelectuais do aparelho partidário, sua possível burocratização e a inadmissível “desconfiança” em relação à classe da qual se fazia porta-voz¹⁹⁵.

Adiante, Miranda reafirma a posição de Trotsky em relação ao Partido

Em momento nenhum Trotsky discute a eficácia da fórmula leninista [do partido]. De sua perspectiva da revolução como um *processo social geral*, o que teme é a ruptura entre o partido e a classe, a anteposição do partido à classe (ou se se quiser, do político ao social), com a burocratização do aparelho e a subsequente perda da democracia interna consubstanciada em sua tradicional fórmula: “a organização do partido substituirá o próprio partido; o comitê central se sobreporá ao partido; e finalmente, um ditador se imporá ao comitê central”¹⁹⁶.

Liberdade e Luta, baseada na teoria da necessidade da derrubada da ditadura para a conseqüente implantação da revolução socialista, mostra então a necessidade de um partido exclusivo dos trabalhadores para que ele pudesse ser seu instrumento para atingir esse objetivo. A discussão em torno da criação deste Partido, e em que condições se daria a luta pela derrota do regime, eram os principais pontos de discordância entre Libelu e Caminhando e Refazendo, como veremos a seguir.

Caminhando

Talvez a melhor definição do que representava Caminhando sejam as palavras de Celso Máximo Figueiredo, membro da tendência em São Paulo

Depois de concorrer às eleições como uma plataforma política com nome Caminhando, o grupo continuou atuando em várias escolas, mantendo grupos Caminhando e o nome do grupo na escola.

¹⁹⁵ MIRANDA, Orlando. *Op. Cit.* p. 18.

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem.* p. 19.

Depois de um certo tempo, chegamos à conclusão de que isso é um grave erro, porque na verdade estava se formando um partidinho estudantil, com subpartidinhos nas diversas escolas. E isso não deve acontecer, porque estávamos afastando os estudantes de uma prática política mais correta. Não é que acabou Caminhando, volatizou-se feito cânfora, não é isso, só que a gente, enquanto corrente política, prefere buscar outras formas de atuação nas entidades, trabalhando com todos, quer se esteja ou não a fim de um rótulo político. Ainda mais num país como este, com uma ditadura destas, não sei se é o caso de sair por aí assumindo matrizes políticas muito claras e definidas¹⁹⁷.

Chama a atenção o trecho em que Figueiredo afirma que o grupo buscava trabalhar “com todos”, posição confirmada por ele na mesma publicação ao tratar do posicionamento da tendência em relação à organização dos estudantes, cujo principal objetivo seria

(...) organizar os estudantes, aliando-se com todas as forças democráticas da sociedade contra o inimigo comum que a gente tem hoje que é o regime ditatorial fascista. Nós não temos restrição, não temos medo de contaminação ideológica. Fazemos unidade com todos os setores democráticos em cima de programa mínimo, no qual somos, aí sim, intransigentes: anistia ampla, geral e irrestrita, constituinte livre, democrática e soberana, liberdade sindical e partidária o mais breve possível e a revogação de todos os atos e leis repressivas. O grande divisor de águas é quem é contra ou não a ditadura¹⁹⁸.

Nesse grupo de opositores ao regime, como dito por Figueiredo, não havia distinção ideológica, o que poderia colocar do mesmo lado tanto estudantes como operários, grupos de esquerda, grandes empresários e burguesia nacional. A palavra de ordem para Caminhando era organização, ou seja, a necessidade de que as diversas oposições à ditadura estivessem organizadas para que sua luta de fato tivesse algum efeito. No periódico AVESSO, ao comparar o momento do final dos anos 70 com os eventos de 1968, em especial em relação ao ME, os representantes de Caminhando afirmam

¹⁹⁷ ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *Op. Cit.* p. 68.

¹⁹⁸ *Idem, Ibidem.* p. 68.

Até 68 essa situação perdurou, com a classe dominante mantendo uma unidade quase que total e barrando as tentativas de reorganização da classe operária. Enquanto o ME tinha conseguido manter a sua organização, ainda que precária, o ME era um movimento pequeno burguês que estava organizado. O fato dele ter se radicalizado tanto é uma coisa perfeitamente compreensível, ainda que não seja corretíssimo historicamente. Não se deve esperar de um movimento pequeno burguês, com um certo grau de organização, que ele enquanto movimento recebesse um raio de luz e percebesse que aquele tipo de atuação não iria levar a uma mudança completa. Quando se faz esse tipo de análise, se confunde o que é a direção do movimento e uma parcela desse movimento, com o ME pequeno burguês radicalizado que assumiu toda aquela luta levada em 68. O que aconteceu naquela época foi que ele não conseguiria o que estava querendo, porque as classes que poderiam efetivar as mudanças estavam desorganizadas. Só que ao mesmo tempo, o ME, enquanto movimento, não tinha condições de barrar aquela radicalização. É o mesmo papo de hoje, quando não temos um grande nível de organização, mas mesmo que tivéssemos, seria impossível chegar para a grande massa estudantil e falarmos – não vamos sair à rua porque não é o momento ainda, precisamos esperar 10 anos para que o pessoal se organize. O pessoal iria sair, porque é o setor que está organizado. Não se pode pensar em termos de um movimento pequeno burguês, enquanto movimento, tendo consciência de que ele deve se auto-limitar no sentido de esperar a organização dos outros. Quem dá isso são as direções desses vários movimentos. Então o que aconteceu naquele momento foi que o movimento operário estava em descenso, enquanto o ME ainda não tinha chegado ao descenso total. (...) Hoje, temos grandes vantagens, o descontentamento está aí. O ME tem tudo para ajuda [sic], não para tomar a frente do movimento popular abrindo espaços. Saindo às ruas como ele está fazendo radicalizando em cima de Anistia. O ME tem condições de propagandear, e é esta a função do ME hoje. Em cima do descontentamento geral que está hoje na sociedade, ele tem condições de não se isolar, assumindo palavras de ordem que são de interesse da grande parcela da população¹⁹⁹.

Caminhando trata não apenas da necessidade de organização da oposição ao regime, mas também do fato de que aos estudantes não cabia liderar esse movimento, mas agir em nome dele, levantando palavras que saíssem de dentro das oposições. Os dois pontos se cruzam no pensamento da tendência: o ME, em parte por conta dos erros da radicalização do passado, deve levar adiante as insatisfações dos grupos sociais organizados que agem pela derrubada da ditadura. Não havia espaço para ações que partissem da direção dos movimentos, ele devia partir espontaneamente de seus próprios

¹⁹⁹ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

membros, como especifica um dos membros da tendência no artigo publicado em **AVESSO**

Eu acho que mais uma vez a Liberdade e Luta cometeu um erro fora do normal. Abaixo a Ditadura não se impõe para a massa da maneira que está se tentando, precisa-se ter um pouco de tato e de perceber, inclusive considerando as outras tendências que atuam no Movimento Estudantil, quando e como colocar. Eu acho que – abaixo a ditadura – não é uma palavra proibida para os próximos 10 anos, talvez nem até o fim do ano. O movimento está avançando rapidamente e se as coisas forem bem levadas e se não cometer grandes erros, brevemente alguma grande movimentação a mais coloca concretamente para a massa o – abaixo a ditadura – e já podia inclusive ter sido colocada se não fosse por teimosia da Liberdade e Luta de colocar num momento em que não estava havendo condições e daí se criar...

Frente a essa resposta, um membro do periódico pergunta “POR QUE NÃO ESTAVA HAVENDO CONDIÇÕES?”, ao que Caminhando responde

Por dois motivos: em primeiro lugar, com movimento suficientemente amplo, porque - abaixo a ditadura – implica em que um número maior de pessoas assuma isso, sabendo o que estão fazendo e não simplesmente porque teve uma Assembléia em que um monte de gente gritou histericamente que a mesa contribui histericamente para que se gritasse – abaixo a ditadura – e virou um carnaval e que aquilo de forma alguma era uma manifestação política, foi ridículo. Aquele tipo de manifestação, da mesa inclusive, foi catastrófico e ali começou a cagada em cima da palavra. Então, a partir daí vamos fazer a autocrítica. (...) Então, com relação ao – abaixo a ditadura – é o momento em que o movimento está se ampliando. Vamos trabalhar o mais rápido possível para que a massa assuma esta palavra. Agora a gente vai precisar, inclusive nas várias reuniões que temos, de Comitê, de Assembléia, se organizar em torno de como enfrentar esta palavra e como fazer que a massa assuma isso²⁰⁰.

Não bastava gritar o “abaixo a ditadura” se não fosse o momento certo, e aí reside a crítica de Caminhando à posição de Liberdade e Luta; para os partidários desta tendência, o momento de crise do regime no final da década de 1970 representava o tempo certo para as manifestações e as palavras de ordem contra os militares. Já para Caminhando parecia que aquele período não representava as condições ideais para que

²⁰⁰ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

elas fossem postas nas ruas, ainda mais porque, para a tendência, as palavras haviam sido de certa maneira impostas, sem o devido cuidado de analisar a situação. Para Caminhando, a luta teria resultados se posta em prática no momento em que ela pudesse de fato obter sucesso contra o inimigo.

Quanto às discussões com Liberdade e Luta sobre o momento de gritar as palavras de ordem, em especial o “abaixo a ditadura”, o periódico AVESSO levantou a questão de que não era apenas Libelu que gritara essas palavras durante uma Assembléia, ao que Caminhando respondeu

Agora, em relação ao enfrentamento com a repressão, eu acho que cabe, hoje, enfrentar a repressão, mas a palavra é muito genérica. Cabe jogar o ME inteiro na rua para ser massacrado? Eu acho que não é nesse nível a coisa. Ao mesmo tempo eu acho o seguinte: que hoje uma manifestação de rua tanto pode provocar por parte da repressão uma bombinha de gás lacrimogêneo como pode provocar um massacre e morte. Então eu acho que no momento que a gente tá saindo pro Viaduto do Chá estamos enfrentando a repressão, porque da mesma forma que a passeata parou ali, deu meia volta e voltou, ela podia não ter feito isso. No momento em que a gente pisa na rua, você está enfrentando, mesmo porque você sabe muito bem que se a repressão quiser atacar os cavalos em cima da passeata naquela hora, ela taca²⁰¹.

As discussões sobre a Constituinte Nacional, proposta por Libelu naquele momento, aparecem nas propostas de Caminhando, mas com definições distintas da outra tendência. Para seus representantes no debate promovido por AVESSO,

Não adianta nada Liberdade e Luta começar a gritar “abaixo a ditadura” e denunciar porque foi a massa que vaiou, inclusive. Em nome do Movimento e em nome de que é importante que a massa assuma o “abaixo a ditadura”, não vamos partir para comportamentos sectários, nem da parte do pessoal que estava barrando, nem de Liberdade e Luta que está querendo colocar isto de todo jeito. A mesma coisa com a Constituinte. É uma palavra que está se tentando impor, e ao mesmo tempo não se está trabalhando em cima dela o que eu acho que é fundamental. O pessoal deve debater isso porque é uma palavra supercorreta [sic] e que tem as condições de assumir; mas do jeito que a coisa está se criando está se fortalecendo a posição que é contra a luta pela Constituinte, na medida em que se está colocando o assunto na Assembléia, na marra. Daqui lá [sic] pouco, a massa vai

²⁰¹ Periódico AVESSO, número 02, outono de 1977.

dizer que não, que é contra a Constituinte e nem sabe o que é Constituinte, mas é contra; quer dizer criou-se todo aquele clima contra a Constituinte²⁰².

Colocar palavras de ordem sem antes discuti-las, sem antes colocar a massa a par do significado dessas palavras era improdutivo; ao citar que Constituinte é “(...) uma palavra que está se tentando impor, e ao mesmo tempo não se está trabalhando em cima dela (...)”, Caminhando nos oferece sua visão sobre o momento histórico pelo qual passava o país: se para Libelu o momento para tais palavras estava dado, para Caminhando a sociedade presenciava o momento de definir o que eram essas palavras e quais seus significados, para que então todos se colocassem a favor delas, de maneira combativa.

Parece claro que para Caminhando a ditadura não estava totalmente enfraquecida, o que caracterizava justamente o erro de sair para as ruas gritando aquelas ou outras palavras de ordem, pois um ato desse tipo poderia ser interpretado de diferentes maneiras pelo regime, como a tendência deixou claro no texto citado acima. Qualquer erro por parte da oposição poderia sugerir um retrocesso na relação com a ditadura, que poderia endurecer seu comportamento em relação a esses grupos sociais. Não era o momento, ainda, de partir com tudo contra os militares, pois aquela situação não permitia este tipo de ação. Portanto, os estudantes deviam tomar cuidado com o tipo de mobilização que promoviam, pois qualquer radicalização poderia levar a um confronto com os militares no momento em que as forças de oposição ainda se fortaleciam.

Quanto à questão da necessidade da organização e da união do foco de oposição aos militares, o Partido Comunista do Brasil, através de sua publicação oficial A CLASSE OPERÁRIA, trilhava os mesmos caminhos de Caminhando. No número 129, de agosto de 1978, a ligação entre estudantes e demais grupos sociais de oposição, baseada numa organização comum, é levantada pelo Partido

A cada instante se renova a exigência de uma correta combinação das tarefas políticas e organizativas, dos métodos e formas de atuação capazes de combater a dispersão de esforços e de converter o descontentamento em protestos de envergadura. Por vezes, as lutas reivindicativas, por melhores condições de ensino, não são corretamente articuladas com as aspirações democráticas

²⁰² Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

dos estudantes. Além do que são demasiadamente restringidas às paralisações de aulas e despreza-se o trabalho persistente de preparação dos estudantes para manifestações de maior alcance, para formas de lutas mais avançadas.

Outro problema: as organizações estudantis não podem se converter em simples apêndices de correntes políticas; não devem, jamais, reduzir-se a essa ou aquela “tendência”, sob pena de descaracterizar o invariável conteúdo de massas das entidades. A meta deve ser o fortalecimento das organizações estudantis. (...)

A unidade é uma reivindicação sentida da juventude estudantil. Em certa medida, essa união foi favorecida com a reestruturação dos DCEs, dos diretórios acadêmicos e de outras entidades. Todavia, no bojo desse processo, as forças se fracionaram em tendências, com reflexos desagregadores no movimento. Ao lado disso, o conjunto estudantil carece de coordenação orgânica, fundada em um programa mínimo de lutas que não só detenha a instabilidade como retome e impulse, num justo caminho, a combatividade dos estudantes

A prática dos últimos meses demonstra que há condições favoráveis para a unidade e que essa conquista marcará um passo adiante nos embates dos estudantes contra o regime militar. O programa-mínimo, base para a reestruturação da UNE, necessita traduzir as reivindicações mais imediatas dos estudantes, acoplando-as com as questões políticas do atual estágio da campanha antiditatorial. Deve contribuir para organizar e impulsionar a mobilização da mais ampla massa dos estudantes (...)²⁰³.

A união pretendida pelo PC do B e por Caminhando tinha como pano de fundo o papel do Partido enquanto agente de mobilização da massa revolucionária. Daí a crítica a possíveis grupos sectários, que impediam essa mobilização sob a égide de um único partido, representante da “autêntica vanguarda marxista-leninista”. O claro papel do partido seria o de promover o esclarecimento político nas massas, de forma que elas pudessem alcançar seu histórico papel revolucionário. Segundo a mesma publicação,

O sectarismo e o espontaneísmo levam a que, na luta pela aplicação da linha do Partido, se substitua muitas vezes por declarações de louvores à nossa política revolucionária ou por fórmulas gerais, simplistas e sem vida, aquilo que é absolutamente necessário: tanto o conhecimento minucioso e aprofundado das características da situação concreta de cada região, zona, empresa, fazenda, escola, bairro, etc., como a consideração cuidadosa da correlação de forças em presença, da vida real das massas, de suas experiências de luta e unidade, de seu nível de consciência política e revolucionária, de seu estado de espírito e disposição de luta. O desencadeamento de

²⁰³ A CLASSE OPERÁRIA, número 129, agosto de 1978. pp. 19-20.

protestos e ações de massas e sua intensificação exigem sempre sistemático e paciente trabalho cotidiano junto às massas, capacidade de persuasão no seu esclarecimento político, persistência na sua organização e habilidade na preparação, desenvolvimento e direção de suas lutas²⁰⁴.

Para o PC do B, a preparação das massas era fundamental para que seu papel revolucionário, com a direção do Partido, fosse maximizado. Não havia, portanto, espaço para manifestações casuísticas e espontâneas. Como as discussões entre as propostas de Liberdade e Luta e Caminhando mostraram, a simples menção de algumas palavras de ordem, sem o devido preparo das massas, não era de interesse dos grupos de oposição ao regime, pois sem a conscientização das mesmas massas em relação a tais palavras tudo não passaria de um mero “espontaneísmo”. Vê-se a discussão em torno de distintas propostas: de um lado, a idéia de que aquele era o momento propício para a radicalização da luta contra o regime; de outro, a idéia de que o momento não era o correto, pois o processo de preparação das massas ainda estava em curso. Nota-se que o papel do partido causava divergências entre os dois grupos: para Libelu, o partido devia servir como instrumento de luta para os trabalhadores; já para Caminhando e PC do B, o partido era o órgão de vanguarda que teria o papel de instruir e mobilizar as massas, daí a impossibilidade de ações sectárias e espontâneas. Eram discussões nas quais os estudantes e suas tendências estavam envolvidos e que mostravam de que maneira se devia lutar contra a ditadura, e nesse cenário a tendência Refazendo, por ter ganho as duas primeiras eleições do DCE-Livre da USP, tinha também importante papel.

Refazendo

O papel de Refazendo foi fundamental durante os primeiros anos de reconstrução do movimento estudantil dentro da USP; as vitórias nas duas primeiras eleições do DCE da Universidade, após sua reconstrução, mostram que era o grupo que melhor estava organizado nesse período. Na edição do periódico AVESSO analisada neste capítulo é possível verificar a posição desta tendência em relação ao ME e ao papel dos grupos de oposição à ditadura militar na segunda metade da década de 1970. Como as duas tendências citadas anteriormente, os membros de Refazendo acreditavam também que o

²⁰⁴ A CLASSE OPERÁRIA, número 123, fevereiro de 1978. p. 13.

Movimento Estudantil não poderia trazer para si o papel de agente modificador da sociedade brasileira, como se pode observar na passagem

Concordamos com essa perspectivas, achamos que não é o ME que vai dirigir realmente o processo de transformação da sociedade (...). Ele tem papel muito importante a cumprir, de denúncia, de abris espaço de organização de outros setores, etc (...). Os outros setores se agregaram em torno de um pólo que era o movimento estudantil. E achamos que isso não pode ser levado assim indefinidamente, porque o ME não vai poder se constituir em alternativa de poder, em direção para esse movimento. Quem assumirá essa direção será basicamente o movimento operário. E é fundamental que esses trabalhadores desenvolvam a sua luta, a sua organização independente, nos lugares onde eles estão, não em torno do ME, mas nas fábricas, nos bairros. Lutem por sindicatos livres²⁰⁵.

O papel dos trabalhadores e a importância de sua organização são ressaltados por Refazendo, que vê nos estudantes não os artífices da luta contra a ditadura, mas um braço de apoio à verdadeira oposição aos militares. Tal posicionamento pode ser observado em outra passagem do mesmo periódico

Hoje, os setores populares e os trabalhadores não estão organizados para estarem em condições de derrubar a ditadura. Não é só porque a burguesia está forte, é porque não existe organização suficiente dos setores explorados da população. O movimento estudantil como força auxiliar está ao lado e junto com estes setores, colocando esta perspectiva no seu movimento. Consideramos incorreta - e eu acho que é fundamental em termos de divergência com Liberdade e Luta - a visão do movimento estudantil ser um batedor do movimento. Ele deve se colocar na real perspectiva de uma unificação com este movimento de massas, que hoje está reiniciando a sua reorganização²⁰⁶.

Mesmo posicionamento é assumido pela tendência em seu boletim de gestão do DCE da USP de 11 de maio de 1977

Sabemos que a luta por liberdades democráticas responde a um anseio justo de milhões de brasileiros explorados. Sabemos que só eles juntos terão forças para derrubar a ditadura e construir no lugar um governo que atenda prioritariamente os interesses da maioria da população. Sabemos que nós, estudantes, temos um papel importante nesta luta, mas que não conseguiremos levá-las a

²⁰⁵ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

²⁰⁶ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

frente sozinhos. Portanto, ter propostas conseqüentes hoje significa ter propostas que permitam que nosso movimento rompa com seu isolamento na sociedade e que os espaços que consigamos abrir sejam preenchidos pela organização independente dos setores populares²⁰⁷.

Faz parte do vocabulário de Refazendo a inserção do ME nas lutas gerais da sociedade contra o regime, como acontecia com as outras duas tendências. Assim como Caminhando, aparece também em Refazendo a questão da organização dos trabalhadores, fundamental para o processo de queda da ditadura. A luta residia no processo de conscientização dos estudantes de seu papel dentro dos movimentos de oposição, evitando radicalizações que levariam a um distanciamento das massas, como fica claro na passagem seguinte

(...) avançar numa perspectiva de radicalização crescente é um erro que não podemos cometer hoje. Por radicalização eu não estou dizendo sair às ruas. Isso tem que continuar: a radicalização vem na perspectiva pequeno-burguesa de estar avançando sozinha, e não no sentido de estar avançando nas suas lutas. E aí, sim, radicalizando no bom sentido, no caminho correto; o erro é estar radicalizando sozinho e formando uma parcela de estudantes que vai acabar se isolando na medida em que não há uma preocupação constante de um trabalho de base amplo com o conjunto dos estudantes. O movimento vai acabar, então, se distanciando dessa própria massa, se enfraquecendo²⁰⁸.

A questão da organização da luta antiditatorial, talvez um dos principais pontos de discussão entre as tendências, é levantada pelo próprio periódico do DCE, num debate entre Refazendo e Libelu

AVESSO: A questão da queda da ditadura vai ser colocada quando as massas tiverem organização suficiente para derrubar a ditadura?

REFAZENDO: Não, não é isso

LIBELU: Isso aí é o que foi colocado.

REFAZENDO: É, isso aí está sendo mal interpretado. É preciso esclarecer. O problema que eu coloquei antes e deixei claro é a questão de estar organizado para conseguir colocar uma alternativa de poder conseqüente.

LIBELU: Sob a ditadura?

²⁰⁷ BOLETIM DCE USP, Gestão Refazendo, 11/05/1977.

²⁰⁸ Periódico **AVESSO**, número 02, outono de 1977.

REFAZENDO: Não, ele vai se organizar na luta contra a ditadura.

LIBELU: Sob a ditadura.

REFAZENDO: Não é condição necessária que a ditadura caia para que o movimento se organize. Isto não vai acontecer, como não está acontecendo com a gente. Estamos nos organizando concretamente, sem a ditadura cair, e contribuindo com esse processo exatamente para que ela caia. É este processo combinado que vai levar à queda da ditadura. Para que a ditadura caia de fato, isto é, que se abram perspectivas amplas de organização para os trabalhadores, e não só para setores burgueses, o movimento popular precisa estar realmente em condições de estar influenciando na conjuntura, de estar se colocando como uma alternativa de poder. Ele vai se organizar lutando contra a ditadura.

LIBELU: Isto é, debaixo da ditadura.

REFAZENDO: Eu acho que a questão de gritar a palavra de ordem – Abaixo a ditadura – não é uma questão principal. O que está por trás é a perspectiva. Não é uma palavra de ação colocada hoje claramente para o movimento. Isto não quer dizer que o movimento não assuma um caráter antiditatorial.

A problemática em torno de quais palavras de ordem devem ser utilizadas pelos movimentos de oposição volta ao centro do debate, mostrando as posições de Libelu e Refazendo. Ao dizer que não se tratava de “uma palavra de ação colocada hoje claramente para o movimento”, Refazendo procura mostrar que não era o momento propício para partir diretamente para o confronto; a tendência parece afirmar que o momento era de resistência, de preparação das lutas para o futuro, em vez de partir para o confronto, justamente a posição contrária de Libelu.

Mesmo as concepções em torno da Constituinte mostram as diferenças entre as tendências; para Refazendo,

Existem hoje na sociedade várias propostas de Constituinte. Alguns setores sociais propõem a sua convocação hoje, sob a égide da Ditadura, com o claro intuito de resolver a crise em que se afunda a Ditadura Militar, através de um novo pacto, firmado entre as classes dominantes, materializado numa nova constituição de cuja elaboração o povo não participará. Sob a aparência de promover uma ‘conciliação nacional’, o que se pretende é manter na essência o mesmo regime autoritário. Com isso não podemos compactuar, portanto essa Constituinte não nos interessa. Interessa-nos a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita em um momento em que os trabalhadores e o povo organizado tenham força para garantir uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, o Fim das Torturas, o Fim das Prisões Políticas, uma Ampla Liberdade Sindical e Partidária –

especialmente para partidos operários e populares -, o Direito Irrestrito de Greve, o fim do aparato Policial-Repressivo do regime, e que sejam golpeadas as bases de sustentação do regime militar. Esta Constituinte nos interessa, e por ela lutamos.

Porém, sabemos que mesmo nesse caso, a Constituinte não é uma forma de governo e sua convocação em si não garante a resolução dos problemas de fundo que hoje afligem a maioria da população brasileira. Isso só será garantido por um governo dirigido pelos trabalhadores e o povo e, portanto, comprometido com a defesa de seus interesses. Reafirmamos também que a luta pela Constituinte não é hoje a que mais deve merecer os nossos esforços, que o movimento rumo à derrubada da Ditadura Militar avança hoje, principalmente, ao assumir as lutas concretas contra o arrocho salarial, a alta do curso de vida e a defesa e ampliação da gratuidade dos serviços públicos. E, na questão das Liberdades Democráticas, principalmente nas lutas pelo fim das prisões e torturas, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pela ampla Liberdade Sindical e Partidária²⁰⁹.

Como procura deixar claro, para Refazendo a Constituinte não era uma forma de governo, o que para Libelu constituía um dos principais pontos de seu projeto político para o país. Para Refazendo, no momento era mais importante construir as lutas diretas contra as práticas do regime, ações que aos poucos enfraqueceriam a ditadura. Tratava-se, no fim, de discutir o momento em que tais lutas seriam construídas, e qual deveria vir antes, debates teóricos sobre o caráter da revolução brasileira que podem ser vistos nas discussões do 2º Congresso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, um dos grupos de esquerda que apoiavam Refazendo

É preciso, pois, estimular vigorosamente um crescimento impetuoso do campo popular na luta contra a ditadura. Sabemos que hoje setores da burguesia ainda participam, com vacilações e inconseqüências, do campo da luta democrática. Isso deve ser levado em conta em nossa política e, ao mesmo tempo que denunciemos as ambigüidades da oposição burguesa, devemos estar prontos a concluir com esses setores, no momento atual, todos os acordos que se fizerem necessários e úteis ao crescimento da luta pela derrubada revolucionária da ditadura²¹⁰.

A questão do momento está explicitamente colocada; as alianças com setores da burguesia eram claramente postas pois eram necessárias naquele momento de luta contra

²⁰⁹ Boletim de Refazendo, com propostas para as eleições do DCE da USP em 7 e 8 de junho de 1978.

²¹⁰ Movimento Revolucionário 8 de Outubro. *Resoluções Políticas do II Congresso do MR-8*. São Paulo: Editora Colombo, 1980. p. 49.

a ditadura, em que uma grande Frente de Luta contra a Ditadura deveria ser organizada. Contrariamente à idéia de um partido exclusivo dos trabalhadores, o MR-8 afirmava que

Devemos deixar claro a todas as forças populares, que ainda se encontram fora do MDB, especialmente aquelas que se iludem quanto a possibilidade e a correção de organizarem no momento o PTB e o PT, que a “Reforma Partidária” da Ditadura nada tem de democrática e não contribui em nada para uma efetiva liberdade de organização de todas as correntes populares em Partidos Políticos legais. E que, justamente por isto, centrar forças, hoje na criação, no plano legal, destes partidos é no mínimo cair no imobilismo político, quando não fazer o jogo da Ditadura, auxiliando-a na sua criminoso cruzada para cassar e pulverizar o MDB²¹¹.

Por trás do apoio ao MDB e das críticas à formação de novos partidos de oposição ao regime estava a idéia de formação de uma grande frente antiditatorial, necessária num momento em que a ditadura mostrava sinais de desgaste. A união necessária passava pelo apoio ao MDB, visto então como o mais articulado grupo de oposição formal. Derrotar a ditadura, naquele momento, parecia ser a ação mais urgente a ser tomada pelos grupos de oposição, pois seria o primeiro passo na constituição de um Governo Popular, etapa anterior à Revolução Socialista pensada pelo MR-8 e outros grupos. A necessidade de organização dos trabalhadores e populares residia justamente no fato de que apenas assim eles estariam prontos para, depois de construído esse Governo Popular, tomar o poder da burguesia e construir seu próprio governo, como o Congresso do MR-8 deixa claro nas suas decisões

E finalmente devemos ter claro que para passar do Governo Popular ao Socialismo e a Ditadura do Proletariado não bastam a firme convicção dos comunistas e seus aliados a respeito desta necessidade e sua disposição de efetivá-la. É necessário, sobretudo, fazer avançar o nível de consciência e organização da classe operária e do povo²¹².

As diversas concepções acerca do papel da oposição e do momento histórico por qual passava a sociedade brasileira marcaram as ações das tendências estudantis universitárias a partir da segunda metade dos anos 70. O movimento estudantil

²¹¹ Movimento Revolucionário 8 de Outubro. *Op. Cit.* p. 52.

²¹² *Idem, Ibidem.* p. 54.

secundarista não era imune aos projetos e discussões dos grupos de esquerda que atuavam entre os estudantes universitários, como veremos adiante neste capítulo.

O Movimento Estudantil Secundarista

Escrever sobre o ME Secundarista é analisar de que maneira os estudantes do antigo 2º grau debatiam entre seus grupos políticos assuntos de dois tipos: os relacionados a problemas cotidianos enfrentados nas escolas, como o aumento das mensalidades, a necessidade de organização de grêmios livres, a liberdade dentro das escolas, entre outros; e aqueles ligados a problemas políticos nacionais, como a luta por liberdades democráticas, o apoio às lutas dos trabalhadores, a luta pelo fim do regime militar, entre tantas discussões que se faziam presentes no cenário político de fins da década de 1970²¹³.

Como visto anteriormente, muitos grupos de esquerda se faziam presentes no interior do movimento estudantil universitário, situação que se repetia no ME secundarista. Documentação do DOPS-SP sobre os secundaristas, de novembro de 1980, relata quais grupos atuavam dentro do ME secundarista, e de que maneira ele havia crescido desde o ano de 1977

O reinício das movimentações no MS começou em 77 ao lado das movimentações e passeatas universitárias.

Um dos pólos importantes no papel de vanguarda do MF foi (e é) o Col. Equipe que nessa época e até hoje tem suas entidades livres dominadas pela CS e pelo PC do B.

O que existia nessa época eram grupos secundaristas ligados ou não aos partidos que atuavam isoladamente sem perspectiva de união.

A partir de uma assembléia no Col Equipe durante a greve dos professores em 8/78, com cerca de 200 pessoas, começou a se cogitar uma unificação dos grupos e tendências para uma intervenção em conjunto.

²¹³ É possível observar os tipos de discussão do ME secundarista em publicações estudantis daquele período, como o jornal TRABALHO PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, número 01, de novembro de 1977: “Perante o quadro acima descrito e tendo por objetivo a nossa organização a nível municipal e estadual consideramos necessárias as organizações de base (Centros Cívicos, desatrelados, Centros Culturais e Grêmios independentes) e a criação de um Centro Cultural e Esportivo Intersecundarista. Só assim poderemos participar de forma mais conseqüente na luta da população”.

A CS-alicerce defendia a unificação, que a princípio não foi feita e sim criou-se regionais, que se reuniam isoladamente. (...)

O final de ano 79 foi marcado por realização de atos sem expressão contra o vestibular e por mais vagas nas universidades públicas.

O ano de 80 começou com a articulação do Congresso de Abril. Algumas semanas antes do previsto congresso, o MR8., PC do B., AP., MEP e PC reuniram-se em uma Convenção paralela a Pró-Umes e decidiram não encaminhar o Congresso, com voto por cabeça. Rachou-se a Pró-Umes e a CS e OSI decidiram encaminhar o Congresso sozinhas, alegando a soberania do I EMES.

A OSI retirou sua posição às vésperas do Congresso e a CS ficou só, com a caracterização de que conseguiria agregar bastante gente. Foi uma derrota esmagadora. O congresso foi transformado em Assembléia, marcando o Congresso de fundação para 30 e 31/8 com voto por delegado. A partir daí a Alicerce foi se refazendo das derrotas e quando da determinação do critério dos delegados, venceu esmagadoramente com a proposta de 1/10, que considerava a “mínima” possível.

Começou-se então a estruturação para o Congresso e Alicerce levou praticamente 50% dos delegados, fazendo aprovar todas as propostas e marcando eleições para a diretoria da UMES para 28, 29 e 30 de outubro.

Venceu esmagadoramente as eleições com 10.000 votos de diferença da 2ª colocada (AP e PC do B – ALA MOVIMENTO)²¹⁴.

O documento nos mostra que os órgãos de repressão do regime acompanhavam o desenvolvimento do ME secundarista, e de que maneira se davam os embates entre os diferentes grupos em relação à reorganização das entidades secundaristas, no caso, a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Em outro documento do DOPS, é possível ver de maneira mais clara os grupos que se faziam presentes do MS

Em 1979 surgiram, no Estado de SÃO PAULO, os primeiros Comitês Regionais de apoio ao movimento grevista do professorado, que possibilitaram um certo grau de organização dos estudantes secundaristas.

Esses Comitês propiciaram a criação da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), objetivando:

- a reestruturação da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES);
- a reorganização da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- a concretização da aliança operário-estudantil.

Por ocasião das eleições para a primeira diretoria da UMES, concorreram as seguintes chapas:

²¹⁴ Memorando DOPS-SP sobre Movimento Secundarista, de 19 de novembro de 1980. Arquivo do Estado de São Paulo, documento 50-C-000-7249.

- “ALICERCE E LUTA” - apoiada pela OSI e Convergência Socialista (CS);
- “BOTAR O BLOCO NA RUA” – orientada pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e PC do B;
- “ALAVANCA” – obedecendo as normas do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); e
- “VOZ ATIVA” – que segue as diretrizes da APML e do PC do B²¹⁵.

Dentre os grupos no ME secundarista, talvez o que mais se fez presente nas discussões foi a Convergência Socialista, através do grupo Alicerce e Luta. Pela análise de edições do periódico Convergência Socialista, procurarei observar de que maneira o grupo trotskista buscava construir as políticas estudantis em torno de suas teorias, e como, com a criação do Partido dos Trabalhadores, o ME secundarista apoiado pela Convergência foi levado a participar das fileiras do partidárias do PT.

A Convergência Socialista e Alicerce e Luta

No caso dos estudantes secundaristas, o fortalecimento do Movimento Convergência Socialista²¹⁶, e sua participação no ME secundarista²¹⁷ a partir de final da

²¹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Memorando DOPS de 31 de março de 1981. Documento 50-C-000-7319.

²¹⁶ A Convergência Socialista é um movimento lançado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) em 1978. O PST, por sua vez, é fruto da transformação da Liga Operária – grupo formado pelos trotskistas Maria José Lourenço, Waldo Mermelstein e Jorge Pinheiro em 1974 – em “partido” em julho de 1977. Após assumir o controle sobre o jornal *Versus*, importante periódico alternativo do período, o PST lança o número zero do periódico *Convergência Socialista* em março de 1979. Sobre o grupo, Dainis Karepovs e Murilo Leal escrevem: “O *Versus* fora fundamental no apoio ao lançamento da Convergência Socialista, que ocorreu no dia 28 de janeiro de 1978, em uma reunião com aproximadamente 300 pessoas, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo”. KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. “Os trotskismos no Brasil 1966-2000”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 153-237.

Ainda sobre o Movimento Convergência Socialista, Marcos Moutta de Faria escreve: “O Movimento Convergência Socialista (MCS) foi organizado em 1978 e propunha-se reunir um largo espectro de forças políticas e sociais com o objetivo de fundar um amplo partido socialista capaz de oferecer uma alternativa ao bipartidarismo, ainda vigente durante o governo do presidente Ernesto Geisel”. FARIA, Marcos Moutta. “A experiência do Movimento Convergência Socialista”. In CADERNOS AEL: trotskismo. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, volume 12, números 22/23, 2005. pp. 217-262.

Sobre a relação entre a Liga Operária e o Movimento Convergência Socialista, Marcos Moutta escreve: “O processo de formação da Liga Operária se iniciou a partir da autocrítica de ex-integrantes de organizações da esquerda armada brasileira. Esses jovens ativistas políticos haviam percebido que as ações isoladas por parte da ‘vanguarda’ política, além de não servirem para estimular os trabalhadores a lutarem por seus interesses, facilitavam a ação dos órgãos governamentais de repressão. A aproximação ao trotskismo desses jovens militantes não se constituiu em um caso isolado. Esse foi um período marcado pelo fortalecimento

década de 1970 trouxe importantes contribuições para a reconstrução de suas entidades; muitas edições do periódico *Convergência Socialista*²¹⁸ trazem importantes notícias sobre as lutas secundaristas em relação à UMES, UPES e UBES, como veremos na análise dos exemplares.

Publicado pela primeira vez em março de 1979, o *Convergência Socialista* passa a ser impresso quinzenalmente a partir de julho do mesmo ano. Tinha como grupo responsável por sua elaboração membros do Partido Socialista dos Trabalhadores, que havia tomado para si o jornal alternativo *Versus*, a partir do segundo semestre de 1977. Em outubro de 1979 é lançado o último número de *Versus*, desmantelado frente à necessidade de um novo jornal que servisse como meio de transmissão das idéias do PST.

Em relação ao movimento estudantil, o *Convergência Socialista* dedicava de duas a quatro páginas de suas edições tanto ao ME secundarista como ao ME universitário. Na edição número 05, da segunda quinzena de novembro de 1979, há um texto intitulado “Um encontro histórico”, com a chamada “SECUNDARISTAS”. Nele, é discutida a

das organizações trotskistas brasileiras. A aproximação de uma camada de ativistas brasileiros ao trotskismo deve ser compreendida a partir da crítica aos métodos de luta armada que levaram as organizações de esquerda a se isolarem dos trabalhadores e à manutenção da crítica que havia sido realizada ao Partido Comunista Brasileiro pela política de subordinação dos interesses dos trabalhadores aos acordos realizados com frações da burguesia nacional. A adoção dos conceitos teóricos do trotskismo e a adesão à Quarta Internacional, junto com a crítica aos métodos da guerrilha, amadureceram a decisão de empreender um *retorno às bases* e clarificaram a necessidade de criação de vínculos com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora. (...) O MCS recebia muitas adesões individuais e passava a atrair militantes políticos que já haviam tido experiências com organizações comunistas. A criação do MCS permitiu um diálogo político com a sociedade brasileira que não era possível de ser promovido pela Liga Operária por causa de seu formato clandestino e seu programa político, revolucionário. (...) O que estimulava a maioria da Liga Operária a insistir na manutenção do MCS era, por um lado, a decisão de desenvolver a militância legal percebida como a possibilidade de romper o isolamento social e político a que as organizações comunistas estavam submetidas, por outro lado, existia realmente uma camada de ativistas políticos que atenderam ao convite e ingressaram no MCS. A Liga Operária organizava em torno de trezentos e cinquenta membros, o MCS reuniu um pouco mais de dois mil”. FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil*. UFRJ: Dissertação de Mestrado, 2005. Em especial o capítulo 4, “A dinâmica interna da Convergência Socialista”, pp. 162-181.

²¹⁷ Segundo Karepovs e Leal, “Em entrevista (2 jun., 2003), Valério Arcary informa que, por volta de novembro/ dezembro de 1978, a Convergência Socialista tinha mais de mil militantes, sendo aproximadamente 750 jovens. Julio Turra, em depoimento dado em 8 de julho de 2003, confirma que em 1981, quando a Convergência Socialista e a Organização Socialista Internacionalista passaram por uma tentativa de unificação, se avaliava que a primeira contava com aproximadamente 800 militantes”. KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. *Op. Cit.* p. 228.

²¹⁸ Há no período o movimento Convergência Socialista, formado por membros do PST com o intuito de atrair forças de esquerda para a formação de um partido socialista no Brasil, e o periódico *Convergência Socialista*, publicação lançada por militantes do PST. Sobre a publicação, Karepovs e Leal escrevem: “O novo jornal se engajou decididamente na construção do PT e da CUT e foi o instrumento de uma estratégia partidária, como na tradição leninista”. *Idem, Ibidem.* p. 159.

realização do I Encontro do Movimento Estudantil Secundarista, EMES, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de novembro, com a presença de 550 estudantes de 103 escolas da região da Grande São Paulo. No encontro, como nos mostra o periódico, diversas tendências do ME secundarista se pronunciaram, sendo algumas delas contrárias à realização de um Congresso de fundação da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, posição derrotada durante o encontro.

A defesa de algumas propostas no EMES, especialmente as que dizem respeito à forma de eleição da diretoria da entidade e de participação das entidades estudantis no Congresso, são discutidas no periódico, como podemos ver na passagem:

Outras tentaram impor sua visão burocrática de composição da Comissão Pró-UMES apenas pelas entidades, tentando impedir as centenas de escolas da periferia, onde existem apenas grupos de trabalho (jornais, grupos de teatro, comitês de luta, de vagas, etc.), de participarem efetivamente na Pró-UMES. Assim como também tentaram impor um Congresso de fundação na base de 1 delegado para cada 500 alunos! Ora, bem sabemos a dificuldade de se tirar assembléias e delegados nas escolas secundárias. Os que propunham isto, como a diretoria do Grêmio do Poli e do Grêmio Sagarana, pareciam querer um Congresso de cúpula, de vanguarda, com o voto na mão de poucas dezenas de delegados²¹⁹.

A posição contrária a um congresso formado apenas pelos dirigentes das entidades estudantis, baseado em qualquer idéia de vanguarda do movimento secundarista expressava a mesma idéia defendida na estruturação do Partido dos Trabalhadores, segundo a qual o partido se organizaria principalmente a partir das bases, juntamente com lideranças de movimentos populares. A espontaneidade do movimento também é defendida, como havia sido a espontaneidade do novo movimento sindical²²⁰. Sobre essa característica do ME secundarista, CS²²¹ escreve: “A camada nova de ativistas que surgiu e surge a cada dia, nas lutas espontâneas de cada escola que constroem o MS

²¹⁹ *Convergência Socialista*, ano I, número 5, 2a quinzena de novembro de 1979.

²²⁰ Entendo espontaneidade não como algo que surge do nada, como num passe de mágica, mas sim algo que surge fora de qualquer tipo de amarra institucional ou hierárquica.

²²¹ Passo a tratar o periódico *Convergência Socialista* como CS.

de hoje, exigiram no Encontro, junto as diretorias do Grêmio supletivo Equipe²²², e dos grêmios do ABC: ‘UMES PELA BASE VOTO POR CABEÇA’²²³.

O Congresso de refundação da UMES é marcado para os dias 26 e 27 de abril de 1980, com votos por cabeça, o que significa o desejo de trazer a maioria dos estudantes para as discussões dentro da entidade. Trata-se de uma atitude que nega todo o aparato eleitoral do regime, pois o que se busca é justamente a construção da idéia de participação democrática, negada pelos militares desde sua chegada ao poder. Proposta defendida também dentro do PT, como foi visto no capítulo anterior deste trabalho.

Além da data de realização do Congresso, foram discutidos no Encontro os principais pontos a serem defendidos pela nova entidade; segundo o jornal, são eles

Aprovou-se uma Comissão de estudo do projeto de Educação Sexual nas escolas.

E foram aprovadas as lutas contra os aumentos, contra a taxa de APM, por vagas para todos, por mais verbas, pela liberdade partidária, apoio à campanha salarial dos professores, por passe escolar para cursinhos, por moradias secundaristas, por um Dia Nacional de Luta em 28 de março (dia da morte de Edson Luís), e a campanha para que o ano de 1980, seja o ano da reconstrução das entidades livres (estas duas últimas referendam a decisão de um encontro nacional realizado há dias em BH)²²⁴.

Uma decisão tomada pelos estudantes em relação ao MDB e ao que ele representa frente aos trabalhadores reflete muito bem o pensamento da Convergência Socialista e do próprio PT. Para o jornal, “A proposta de empenhar os secundaristas numa campanha pela manutenção do MDB foi vaiada pelo plenário, pois, como disse um orador muito aplaudido: ‘... o MDB é um partido burguês e os secundaristas apóiam os trabalhadores’. E neste ponto o plenário gritou: ‘Chega de manter patrão no poder’, ‘abaixo a

²²² O Grêmio do Equipe, entidade representativas dos alunos dos cursos do então Colegial, também era favorável à reconstrução das entidades secundaristas, como podemos observar no jornal “Tijolo de Barro”, de novembro de 1979, ao tratar da bem sucedida Campanha por Vagas para todos nas Universidades Públicas, iniciada pelo cursinho da Poli naquele ano: “Porém, esse crescimento tornou necessária uma ampliação dos eixos de lutas, à luz de uma discussão profunda sobre o ensino, feita com educadores e professores. Além disso, para poder enfrentar essa nova realidade é necessária a nossa organização num nível mais elevado. Para isso foi convocado o I Encontro Metropolitano dos Estudantes Secundaristas, nos dias 10 e 11 de novembro. Lá foram discutidas todas essas questões por quem realmente se interessa em melhorar o ensino e as condições de vida da população”.

²²³ CS, ano I, número 5, 2a quinzena de novembro de 1979.

²²⁴ CS, ano I, número 5, 2a quinzena de novembro de 1979.

ditadura”²²⁵. A defesa dos trabalhadores e de um partido que defendesse seus interesses estava na pauta de luta dos estudantes, que viam – como os trabalhadores ligados ao movimento pró-PT – no MDB um partido da classe média, contrário aos interesses da classe operária.

O ME secundarista estava no meio do novo caldo das esquerdas brasileiras, e os grupos que defendiam os interesses dos trabalhadores mostravam imenso interesse em ter esse grupo em suas fileiras. Para a Convergência Socialista em particular, tais estudantes eram considerados parte integrante de sua luta, como podemos ver no final do texto analisado ao tratar do renascimento do ME secundarista: “Renasce, fundando a UMES pra dirigir os combates dos jovens secundaristas, ao lado da classe trabalhadora, contra a ditadura, a exploração e a miséria”²²⁶.

Em relação à aliança entre o ME e o movimento dos trabalhadores, a opinião de alguns alunos mostrava que não se tratava de fato consumado entre todos os secundaristas; na edição de novembro de 1979 do jornal “Tijolo de Barro”, do Grêmio do Colégio Equipe, por exemplo, é possível analisar alguns comentários do papel real dos Grêmios entre os estudantes; um aluno afirma que “Acho que ele devia fazer mais coisas dentro do colégio, ele está ficando muito com a realidade de fora. Tem que se preocupar com a realidade de fora, mas também com a de dentro. (...) Eu não sei muito bem o que o Grêmio está fazendo aqui dentro para o Equipe, mas acho que ele tem que se preocupar mais com os problemas daqui de dentro”. Outro aluno acha que “(...) se fala muito e se faz pouco. O principal motivo desta desorganização, do desinteresse dos alunos, é que o Grêmio não veio de baixo para cima”²²⁷. Tais opiniões demonstram que, se por um lado a aliança entre estudantes e trabalhadores era celebrada por tendências como a Alicerce, por outro lado parte do estudantado demonstrava que associações como os grêmios escolares perdiam seu objetivo ao se distanciar daqueles que elas deveriam representar. A resposta do Grêmio dos alunos do Equipe, na mesma edição, é que a relação entre Grêmio e estudantes gira em torno não apenas das atividades propostas pela entidade, mas também da participação dos estudantes em seu Grêmio. Foi o desinteresse dos estudantes por temas ligados a eles que levou, por exemplo, à formação de uma chapa

²²⁵ CS, ano I, número 5, 2a quinzena de novembro de 1979.

²²⁶ CS, ano I, número 5, 2a quinzena de novembro de 1979.

²²⁷ Jornal TIJOLO DE BARRO, Grêmio do Colégio Equipe, novembro de 1979.

única para as eleições o que, no final, serviu como mais um elemento para afastá-los das atividades da entidade.

Já o jornal ECO, do Grêmio Supletivo do Colégio Equipe, via a participação dos estudantes na solução dos problemas internos do colégio uma ponte para discussões mais amplas; em sua edição número 0, de junho de 1978, o Editorial traz a passagem: “Portanto, o Grêmio como entidade livre e representativa do conjunto dos alunos, deve atender a questões direta e diariamente ligadas a nós e a partir daí será possível uma participação conseqüente nas lutas gerais”²²⁸. Tentava-se construir um elo entre o trabalho do Grêmio na escola e a participação da entidade nas lutas da sociedade contra a ditadura, servindo como elemento de conscientização da massa estudantil para problemas gerais. Posição semelhante é discutida no periódico TRABALHO – PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, número 01, de setembro de 1977; em seu Editorial, a ação de alguns grupos que tomam para si o papel de “organização” dos secundaristas é tida como uma forma de desagregação dos estudantes, pois vem de cima para baixo. Segundo a publicação, “(...) consideramos necessárias as organizações de base (Centro Cívicos, desatrelados, Centros Culturais e Grêmios independentes) e a criação de um Centro Cultural e Esportivo Intersecundarista. Só assim poderemos participar de forma mais conseqüente na luta da população”²²⁹. A discussão sobre a mobilização da massa estudantil secundarista é tratada como a base para a futura participação desses estudantes nas lutas de outros grupos contra o regime, sendo de suma importância, como reforça o jornal, uma tomada de posição a favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como foi abordado na discussão sobre as tendências do movimento estudantil universitário, que tirasse as discussões sobre o retorno à democracia dos gabinetes políticos e a levasse para as ruas, onde as classes populares teriam o poder para decidir os rumos do país. A crítica aos políticos do MDB fica clara na passagem em que o periódico afirma: “E quem realmente organiza e mobiliza as classes populares são os setores mais conseqüentes e mais comprometidos

²²⁸ Jornal ECO, do Grêmio Supletivo do Colégio Equipe, edição no 0, junho de 1978.

²²⁹ Jornal TRABALHO – PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, número 01, de setembro de 1977.

com seus objetivos democráticos, não são os liberais que preferem os acordos de gabinete e a ‘reconciliação nacional’, como vem fazendo os moderados do MDB desde 72”²³⁰.

O número 01 do jornal ECO, de agosto de 1978, ressalta a importância da reconstrução das entidades estudantis secundaristas como ponto de partida para outras lutas: “Para nós estudantes, o papel que nos cabe é de conquistarmos todas as nossas entidades livres (UNE, UMES, etc) destruídas brutalmente pela ditadura, e aliarmo-nos aos trabalhadores dando todo apoio às suas lutas e seguindo-os no caminho que levará ao fim de toda a miséria, exploração e de todos os padrões”²³¹. A menção ao Partido Socialista no mesmo número, com a finalidade de lutar “(...) pelos interesses da classe trabalhadora e contra a opressão capitalista (...)”, mensagem assinada pelo Núcleo Socialista de Secundaristas – SP, trilhava o mesmo caminho defendido pela Convergência Socialista e por Alicerce e Luta, que viam nos partidos burgueses nacionais instrumentos de dominação da classe trabalhadora; o ressurgimento das lutas de grupos populares era lido como o momento certo para a aglutinação de forças em torno de um projeto popular de poder, fora da alçada daquele que era tido como partido de apoio à burguesia, o MDB / PMDB.

Nesse sentido, a aliança entre setores do ME e políticos do MDB / PMDB era repudiada pela Convergência, como mostra o número 7 do jornal da CS, da 2ª quinzena de janeiro de 1980, no qual há uma matéria acusando a chapa MUTIRÃO, eleita para a diretoria da UNE nas eleições de 1979, de compor alianças com o MDB / PMDB. Durante a campanha para a presidência da entidade, segundo o jornal, “(...) membros de Mutirão bradavam um ‘NÃO’ à conciliação de classes, na forma austera com que acusavam a chapa Unidade de conciliar com a ditadura pelo seu apoio ao MDB. Com seu discurso ‘radical’ negavam a alternativa emedebista por não estar ao lado do povo”²³². A chapa, montada pelas tendências Caminhando e Refazendo, era criticada agora por fazer justamente o oposto do defendido durante a campanha; a Convergência, que fazia parte da chapa NOVAÇÃO²³³, era contra a aliança de classes proposta pelos políticos do MDB,

²³⁰ Jornal TRABALHO – PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, número 01, de setembro de 1977.

²³¹ Jornal ECO, do Grêmio Supletivo do Colégio Equipe, edição no 1, agosto de 1978.

²³² CS, ano II, número 7, 2ª quinzena de janeiro de 1980.

²³³ “Na ocasião, cinco chapas concorriam às eleições. Primeiramente, ‘novação’, formada por quatro tendências: Centelha (MG), Peleia (RS), Convergência Socialista (vários estados), e Travessia (PE). Essas

e apostava na luta dos estudantes junto com os trabalhadores. Como mostra a matéria, “Não demorou muito tempo para que fosse arrancada a casca da independência de classe de Mutirão e deixasse em carne viva a ferida aberta da conciliação de classes, cristalizada no apoio ao PMDB”²³⁴. A impossibilidade de criar laços com o PMDB era um traço do programa aprovado na I Convenção Nacional da Convergência Socialista, realizada no Colégio Equipe nos dias 19 e 20 de agosto de 1978. Não havia espaço para comportamentos como a da chapa Mutirão; aos estudantes cabia apoiar os trabalhadores, que conquistariam o poder através de um partido seu e levariam o país a um governo socialista. Para Karepovs e Leal, “O PS [Partido Socialista] defendia, ainda, a necessidade de formação de um pólo operário e socialista: ‘[...] uma frente única de todos os setores que se reclamam socialistas, de todas as correntes classistas, de todas as vanguardas operárias, estudantis e populares que estejam de acordo em lutar contra todos os partidos burgueses, por um partido dos trabalhadores’”²³⁵.

As discussões entre as chapas e as tendências dentro do ME eram reflexo das lutas da esquerda brasileira; a posição de Mutirão, acusada pela Convergência de estar sob controle “golpista” da Caminhando, era fruto da ideologia do PC do B²³⁶, da revolução por etapas, daí a necessidade da aliança com setores da burguesia nacional para a futura etapa da “revolução” nacional. Já a Convergência pregava a “revolução” pelas mãos dos trabalhadores, daí sua posição contrária a essa aliança; como se observa, os estudantes se encontravam no meio de lutas que muitas vezes fugiam aos problemas que os atingiam mais diretamente na sala de aula ou em sua escola. A discussão sobre o tipo de luta contra

tendências compunham a ‘Corrente Socialista’ do ME, que defendia a construção de um governo dos trabalhadores e apoiava o PT e o novo movimento sindical”. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* p. 267.

²³⁴ CS, ano II, número 7, 2a quinzena de janeiro de 1980.

²³⁵ KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. *Op. Cit.* p. 170.

²³⁶ Para Jean Rodrigues Sales, “Essa situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, que gerava um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e mantinha uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime reacionário e antinacional, o que poderia ser medido pela própria Constituição de 1945, que serviria unicamente aos interesses das classes dominantes. A única solução encontrava-se na implantação de um *governo popular revolucionário* e de um *regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista*. Essa formulação define o caráter da revolução nos marcos democrático-burgueses, tributária das análises da Internacional Comunista. De acordo com a definição do caráter democrático-burguês da primeira fase da revolução, o novo regime, por meio do governo popular revolucionário, deveria criar condições para que todos os requisitos dessa etapa revolucionária fossem cumpridos, para depois passar para a segunda etapa – socialista – da revolução”. SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil. Definições ideológicas e trajetória política”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 63-103.

a ditadura, já analisada através das tendências do ME universitário, aparece frente aos secundaristas. O grupo Alicerce e Luta mostra, em sua plataforma política pela UMES, que a entidade tem um papel fundamental junto aos trabalhadores, na luta pela queda da ditadura e pela implantação de um governo voltado exclusivamente para seus propósitos

Há um enfrentamento aberto entre os trabalhadores e os patrões. No Brasil, ficou clara a partir de 1977 com as grandes passeatas estudantis, mobilizações e greves operárias que juntamente com outros setores, apontavam o descontentamento com a ditadura militar, seus métodos repressivos e a desobrigação educacional.

É nesse quadro que vemos os patrões ameaçados de perda do poder, optar por “aberturas políticas” sem no entanto por em risco seus planos de exploração econômica. Esta “opção” fica clara ao vermos uma anistia restrita, uma reformulação partidária que na verdade só favorece os patrões e seus partidos. Enfim, pros Patrões tudo, aos Trabalhadores e estudantes nada.

Nesse processo, surge um novo elemento. Fruto das lutas e das mobilizações dos trabalhadores que os patrões tentam de toda forma impedir que avance. Porém este elemento já faz parte do cenário político nacional: O Partido dos Trabalhadores.

Acreditamos hoje que o P.T. é a única alternativa dentro desta reforma partidária pró-patrões, para desatar os laços que amarram os trabalhadores de seus exploradores. É preciso que os trabalhadores, com suas próprias mãos conquistem sua independência política. Principalmente hoje que o governo tenta arrancar as conquistas (intervenção nos Sindicatos, prisão de líderes, etc.) que ilustram o avanço dos trabalhadores em sua organização.

Por isso é preciso construir uma direção que garanta e conquiste novos direitos que somente serão levados até o fim com um Governo dos Trabalhadores.

É nesse sentido, que nós achamos que os secundaristas têm que ter uma definição política, a favor dos trabalhadores contra os patrões. Por isso cremos que todos devemos apoiar e participar da construção do PT, o Partido dos Trabalhadores. E que a futura direção da UMES deve ser claramente pró-PT, pela independência política dos trabalhadores²³⁷.

O posicionamento pró-PT, proposto por Alicerce e Luta como uma bandeira de ação da UMES, revela os traços das propostas dos grupos trotskistas para a sociedade brasileira; a queda do regime não traria a vitória definitiva para a classe operária até que se instalasse no país um “Governo dos Trabalhadores”, baseado nas idéias de um Partido que de fato representasse a classe. Não havia, portanto, espaço para conchavos políticos

²³⁷ Propostas de luta para o Congresso – Grupo Alicerce. Documento DOPS 20-C-044-12608. Arquivo do Estado de São Paulo.

com o MDB / PMDB, um partido burguês que não tinha nada a oferecer aos trabalhadores e aos estudantes.

Na edição de número 11, na 2ª quinzena de abril de 1980, a ligação estudantes-trabalhadores fica ainda mais clara; na matéria intitulada “Todos ao Congresso da UMES”, a Convergência lança um chamado aos estudantes secundaristas: “Combater junto com os trabalhadores”. Através da chapa Alicerce e Luta, o periódico defendia “(...) uma UMES combativa e classista, que nasça no marco de todas as lutas que se travam hoje na sociedade por melhores condições de vida e trabalho. Uma UMES que apóie todas as lutas dos trabalhadores já que essa é a classe social produtora e portanto a única capaz de acabar com a exploração do homem pelo homem”²³⁸. Adiante, CS convoca os secundaristas para o 1º de maio daquele ano, numa demonstração de unidade com os trabalhadores: “E ainda, respeitando o princípio de uma UMES de combate unida aos trabalhadores, que todos os secundaristas organizados em sua entidade municipal, participem do 1º de Maio unificado levando seu apoio concreto e saudando a combatividade da classe operária”²³⁹.

A matéria evidencia o modo de operação da Convergência, aliando estudantes e trabalhadores contra o inimigo comum. Ao tratar da Comissão existente para a organização do Congresso, o jornal reafirma a importância de que ela seja um espaço democrático e participativo, contrário à opressão imposta pelo regime e pela classe que o sustenta, a burguesia, como mostra o trecho a seguir: “Tanto as lutas dos trabalhadores quanto as dos estudantes universitários mostraram que só a unidade em torno de seus organismos sindicais pode levar à vitória. Só a frente única e o respeito às decisões majoritárias, votadas democraticamente, podem garantir a nossa força diante da unidade burguesa e dos ataques do governo”²⁴⁰. O que se prega é uma unidade de luta contra a burguesia, em primeiro lugar, e contra o regime. Percebe-se que a unidade pretendida pela Convergência com o auxílio dos secundaristas e de sua entidade a ser reconstruída responde claramente ao projeto político do grupo de constituir, futuramente, um governo de cunho socialista, sem a presença de “patrões”. A necessária unidade baseava-se, no fundo, nos princípios de classe tradicionais da esquerda: de um lado trabalhadores e

²³⁸ CS, ano II, número 11, 2a quinzena de abril de 1980.

²³⁹ CS, ano II, número 11, 2a quinzena de abril de 1980.

²⁴⁰ CS, ano II, número 11, 2a quinzena de abril de 1980.

populares; de outro, a burguesia. Para deixar claro de que lado os estudantes deveriam se posicionar, o jornal traz o trecho: “Por tudo isso, Alicerce chama a todos os secundaristas a participarem massivamente desse Congresso pois seu sucesso construirá a UMES que será um aliado na luta geral de todos os trabalhadores e estudantes brasileiros. E, no marco das lutas concretas, se avance decididamente para a construção da União Brasileira de Estudantes Secundaristas que, ao lado da UNE armará o movimento estudantil de todo o país até os dentes”²⁴¹.

Essa passagem nos traz duas informações fundamentais para entendermos como a Convergência vê o ME; de um lado, a UMES terá papel central enquanto *aliada* na “luta geral de todos os trabalhadores e estudantes brasileiros”, ou seja, a entidade será, de fato, um órgão que auxiliará na construção da luta geral dos trabalhadores. A menção à construção e fortalecimento da UBES e da UNE, com os estudantes armados “até os dentes”, significa que a importância dessas entidades reside no seu papel de apoio à luta geral do movimento operário para conquistar o poder. O novo papel das entidades estudantis é reflexo da reestruturação dos movimentos populares e da reavaliação de seu papel frente ao regime militar; há, no fundo, uma polarização que respinga sobre os estudantes: ou se está do lado dos trabalhadores, ou se está do lado da burguesia, uma dicotomia que parece esvaziar o movimento estudantil e suas entidades, especialmente a partir da década de 1980. Parece se criar um ambiente em que os estudantes devem escolher seu lado de luta, um processo de partidarização do qual grande parte dos estudantes prefere se afastar, por não se sentirem de fato representados. O novo papel do ME e a descrença dos estudantes em relação a ele são fatos explicados por Helena Abramo

Quando as mudanças no quadro internacional e nacional propiciam o início da “abertura” política, o cenário se altera passando a caracterizar-se, agora, pela entrada em cena de outros personagens sociais (Sader, 1988), pelo fortalecimento da sociedade civil e pela abertura de novos espaços de atuação cultural e política. Nesse momento, inicia-se uma mudança na configuração do papel social da universidade e do movimento estudantil. Ocorre então um esvaziamento do papel da instituição, que deixa de ser o foco central da oposição, ou o mais capaz de gerar uma referência de oposição à ideologia dominante. (...)

²⁴¹ CS, ano II, número 11, 2a quinzena de abril de 1980.

Paralelamente, verifica-se um deslocamento do peso e da importância do movimento estudantil frente aos outros movimentos sociais. Esse deslocamento é acompanhado por uma crise interna, que se abre logo após a reconstrução das entidades máximas do movimento (UEE, UNE), crise que tem a ver com a dificuldade das suas lideranças de se adaptarem à nova conjuntura, e também com a fixação de mitos que amarram sua capacidade de criar novas respostas²⁴².

O que temos é uma nova realidade, em que o movimento estudantil começa a perder seu peso político e, para sobreviver, vê-se obrigado a se juntar aos novos movimentos sociais. A ligação com os trabalhadores parece óbvia num cenário em que o principal grupo de oposição à ditadura, o PMDB, era visto, pelo menos pela Convergência, como um partido representante da burguesia nacional. Sobre a recusa dos estudantes em se ver representados nos órgãos estudantis, Maria Célia Paoli escreve: “O que está sendo recusado? É sobretudo a forma de existência das entidades de representação estudantil. não só através de seus limites mais visíveis, como a distância entre seus militantes e a grande maioria dos estudantes, a retórica de um discurso político que não se abre para um mundo reconhecível pelo seu público, o quase monólogo que as entidades praticam entre si, a incapacidade de seu poder de mobilização”²⁴³.

Nesse cenário, Alicerce, por conta das influências teóricas da Convergência, não podia apenas apoiar os estudantes; para o jornal,

A Assembléia Metropolitana dos Estudantes Secundaristas votou, também que a data para a reconstrução da entidade fosse marcada para o dia 31 de agosto. Bem, em cima desta data, em cima da proposta de uma efetiva reconstrução da UMES a tendência Alicerce chama todas as demais tendências do movimento secundarista a uma frente única. A uma frente única que tenha por base três pontos fundamentais: (1) pelo encaminhamento efetivo de todas as reivindicações que estão sendo levantadas pelo movimento secundarista; (2) pelo apoio concreto e efetivo à luta e à greve dos metalúrgicos do ABC; e (3) pela organização militante e unitária do congresso da UMES para o dia 31 de agosto²⁴⁴.

²⁴² ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1994. pp. 76-77.

²⁴³ PAOLI, Maria Célia. “Apresentação”. *Desvios*, Rio de Janeiro/ São Paulo, número 4, julho de 1985. pp. 58-60.

²⁴⁴ CS, ano II, número 12, 1a quinzena de maio de 1980.

O grupo secundarista devia levar os estudantes a apoiar as propostas dos trabalhadores, fazendo com que a UMES se transformasse numa entidade presente na luta do movimento operário; as posições de Alicerce em torno desta questão estão presentes nas teses do grupo para a realização do II Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas (ENES), nos dias 8 e 9 de novembro de 1980 na cidade do Rio de Janeiro

Nós secundaristas devemos em nossas lutas estar ao lado dos trabalhadores e apoiar o PT, pois nossos inimigos são comuns. Por isso ALICERCE propõe como campanhas políticas centrais para o II ENES:

- A luta contra o terrorismo e contra a repressão aos trabalhadores concretizada no Dia Nacional de Luta para 15/11, em unidade com os trabalhadores e demais setores democráticos;
- O apoio à luta dos trabalhadores, pela sua vitória nas greves, com ações concretas como a coleta de fundos, a participação nos atos de solidariedade, etc.

Como moções políticas para o II ENES propomos:

1º) Considerando: que dentro do quadro de reformulação partidária, o PT é o único partido capaz de organizar trabalhadores e estudantes na luta por suas reivindicações, contra a ditadura;

Considerando, ainda: que os jovens – estudantes ou não – são um setor discriminado em nossa sociedade pela idade, com problemas específicos como a repressão sexual e familiar, o serviço militar obrigatório, as drogas, etc;

Propomos: que o II ENES apóie a construção da JUVENTUDE do PT, como espaço de organização política da ampla massa jovem ao lado dos trabalhadores²⁴⁵.

Alicerce busca, através das campanhas pelas entidades secundaristas, não apenas ganhar seu controle, mas também transformá-las em locais de difusão para suas idéias. A questão do PT deixa isso claro, pois as propostas para o ENES e a campanha pelas entidades secundaristas se misturam à propaganda pelo novo Partido e por sua campanha de filiação. As discussões em torno da relação entre a UMES, Alicerce e o PT aparecem em documento do DOPS sobre a campanha de filiação à União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas praticada por Alicerce, como podemos observar na passagem abaixo

IV) A relação com a campanha do PT

²⁴⁵ *Teses para o II ENES. Alicerce – Construir a juventude do PT.* Arquivo do Estado de São Paulo. Documento 50-C-000-7256.

Em primeiro lugar, essa campanha se dará num momento em que a principal campanha do part. é a entrada no PT, através da filiação. Como esclarece a última circular, não quer dizer que deixamos as mobilizações mas que nossa atuação nelas será medida em 1º lugar pelo resultado das filiações ao PT que diremos durante elas. No caso de secundaristas/SP isso quer dizer afiliar massissamente [sic] ao PT, no transcurso da campanha da UMES, nas escolas. E aí entra a questão e os fins de semana? e como fica o Alicerce? organizamos os núcleos sec. do PT?

As respostas às três perguntas se combinam: nos fins de semana, nós como todos os milits. vamos filiar nos bairros de acordo com os distritos para nossa penetração no PT. Porém temos uma linda forma de combinar isso com a c. da UMES e a organização da nossa periferia. Vejamos: Alicerce sempre foi pró-PT, por outro lado, nunca teve vida política própria sua existência organizada dependia das atividades como congressos e eleições, etc, levada por nós por fora do PT. Podemos agora unificar as atividades: os grupos de Alicerce jamais²⁴⁶ [sic] entram para os distritos correspondentes (se nos interessar) e passam a ser os núcleos secund. do PT naqueles distritos (como já é até certo ponto na Lapa); assim damos vida política ao Alicerce fazer parte do PT e construí-lo aí. Como não temos adversários dentro do PT no setor hoje, todos os núcleos serão ou tenderão a ser do Alicerce na intervenção sindical. Em caso de aparecer oposição organizada dentro do núcleo do PT; aí podemos fazer reuniões de nossa fração Alicerce antes; mas só nesse caso. Enfim, Alicerce entra no PT e leva suas propostas. Essas reuniões de núcleos do PT/Alicerce teriam como pauta (além da discussão política) a campanha do PT e a campanha da UMES. Isso vai permitir inclusive a formação política acelerada de nossa periferia e organizá-las em forma mais constante, multiplicando as forças para a campanha de filiação ao PT²⁴⁷.

A campanha de filiação da UMES é tida como importante ocasião para a filiação de novos partidários do PT, e para a entrada de Alicerce no Partido. Ao atrair os estudantes para sua entidade representativa, Alicerce consegue ao mesmo tempo levar as idéias e o nome do PT para bairros da periferia, construindo seu nome, nesses locais, como uma das forças internas do Partido, o que lhe daria força política como responsável pelas políticas secundaristas do PT. Alicerce vê como fundamental ser o primeiro grupo a se fazer presente nesses lugares, pois dessa maneira “todos os núcleos serão ou tenderão a ser do Alicerce na intervenção sindical”. Em outro trecho do documento, Alicerce também relaciona a campanha da UMES com o Partido dos Trabalhadores

²⁴⁶ Embora no documento esteja escrita a palavra jamais, acredito ser um erro da pessoa que digitou o texto, pois esta palavra, neste contexto, não tem sentido nenhum.

²⁴⁷ Documento UMES – CAMPANHA DE FILIAÇÃO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pasta OP-230.

Para ficar claro, vamos filiar amplamente, mas colocando toda nossa posição sobre o que deve ser a UMES. Alicerce filia para fortalecer a UMES e impulsionar contra a ditadura e apoiando os trabalhadores.

Isto quer dizer que, dentro da campanha da UMES, nós enquanto Alicerce vamos agregar mais duas palavras-de ordem (além daquelas que a entidade colocará) que refletem a posição de Alicerce sobre a UMES: Abaixo a ditadura e Todo apoio aos trabalhadores e ao PT²⁴⁸.

A campanha de filiação à UMES, além da tentativa de atrair militantes para Alicerce, tinha como objetivo também a construção do nome do grupo nacionalmente, como consta de documento da Convergência Socialista sobre esse tópico: “Essa será nossa primeira grande atividade de massa na UMES/SP. Sua importância está ligada a uma política ousada que temos para o conjunto do MS. Ou seja, nos construir como direção nacional, aproveitando o ascenso embrionário e do processo generalizado de reorganização das entidades que está se dando em todo o país. Em suma, dirigir a reconstrução da UBES, tudo isso no marco de nossa entrada no PT”²⁴⁹. Filiação à UMES/SP, construção nacional do nome de Alicerce e Luta e a entrada da Convergência Socialista no PT encontram-se reunidos num mesmo movimento, como podemos ver em outro trecho do documento

Dentro dessa política, nosso eixo é o estado de São Paulo-UPES – e aí especificamente a região metropolitana de SP, pela importância política e nossa presença dirigente. A UMES/SP é hoje, já, a entidade mais importante do MS brasileiro. Temos que transformá-la na mais poderosa, ou seja, a direção incontestável dos secundaristas da Gde SP, uma entidade efetivamente representativa com forte aparato. Isso tem a ver com a própria construção do p. na região em secundaristas, nosso pólo de crescimento mais importante é essa região SP/OSAS/ABC/GUAR; onde temos mais possibilidade que em qualquer outra reg sec, mas que só será possível com uma política acertada para a UMES, combinada com a entrada no PT²⁵⁰.

Pode-se perceber que a entidade recém-construída é, de fato, pensada pelo grupo como órgão auxiliar de suas próprias ambições políticas. O papel da entidade fica claro

²⁴⁸ Documento UMES – CAMPANHA DE FILIAÇÃO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pasta OP-230.

²⁴⁹ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. CIRCULAR NACIONAL no. 12, de 29/03/1981. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁵⁰ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. CIRCULAR NACIONAL no. 12, de 29/03/1981. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

em outro trecho do documento: “Neste sentido este esclarecimento vem como um alerta: a UMES é um sindicato do qual o Alicerce atua enquanto corrente organizada”²⁵¹. A entidade passa a ser vista como um órgão com um fim determinado: através dela, os membros de Alicerce poderão divulgar não apenas suas idéias, mas também as do Partido dos Trabalhadores, que começa a se fazer presente entre os secundaristas justamente pelo posicionamento de Alicerce em relação ao movimento dos trabalhadores. Alicerce busca transpor para dentro do ME secundarista as disputas políticas presentes no cenário nacional, ou seja, a tendência realiza uma classificação política dentro do movimento dos secundaristas que seja o reflexo da disputa entre trabalhadores e burguesia, colocando as entidades representativas desses estudantes como apoiadoras da luta dos primeiros. Em documento intitulado ALICERCE – CICLO DE DEBATES: A QUESTÃO NACIONAL, de 1982, a divisão ideológica dentro do ME secundarista é apresentada por Alicerce de maneira clara

Nestas eleições para a UMES/SP e para a UPES, a chapa “Chegou a Hora” (HP) nos deu um triste exemplo de até onde podem chegar os conciliadores. Sabendo da derrota que iriam sofrer, os partidários desta chapa não hesitaram em jogar o papel de braço auxiliar da repressão policial e da ditadura. Tentaram sabotar as eleições, atacaram a sua legitimidade, atacaram os secundaristas com porretes e barras de ferro, chamaram a polícia para invadir uma das regionais eleitorais de São Paulo. Tudo isso com o objetivo de destruir as nossas entidades, já que não tinham chances de, através da vitória eleitoral, atrelá-las ao PMDB e à burguesia.

Na luta contra a ditadura, os patrões e seus agentes conciliadores, os trabalhadores construíram um pólo de combate representado pelo PT, o único partido operário legal. A vitória de Alicerce representa assim o fortalecimento desse pólo, através da garantia de aliança da UMES/SP e da UPES com os trabalhadores e suas lutas.

Assim, verificamos que todas as posições que enfrentamos e as experiências que vivemos no interior do movimento secundarista são apenas expressões localizadas de fenômenos nacionais, que atingem também os trabalhadores e os demais setores oprimidos²⁵².

O apoio de Alicerce aos trabalhadores, e a necessidade da aliança da UMES/SP e da UPES com a classe operária, representava a ideologia por trás da plataforma política

²⁵¹ Documento UMES – CAMPANHA DE FILIAÇÃO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pasta OP-230.

²⁵² ALICERCE – CICLO DE DEBATES: A questão nacional. Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento 50-C-000-7439.

da tendência secundarista e dos grupos que a apoiavam. Dessa maneira, o único apoio possível naquele momento era ao PT, que representava uma alternativa aceitável frente aos chamados “partidos burgueses” – em outras palavras, todos os que se originaram do antigo MDB. O movimento secundarista não era visto pelos membros de Alicerce como descolado da realidade nacional, daí a visão de que as entidades representativas desse movimento, como a UMES de São Paulo e a UPES, deveriam também tomar uma posição em relação ao que acontecia no país. A noção de luta de classes, na qual a Convergência baseava suas idéias de um partido socialista/ dos trabalhadores anti-burguês, era transferida para o movimento estudantil. A distinção burguesia e trabalhadores dentro do ME fica ainda mais clara na passagem: “Portanto, os reformistas – que hoje apóiam um partido burguês, o PMDB (embora escondam isso), enquanto os trabalhadores apóiam o PT – precisam a todo custo isolar as tendências e a vanguarda dos estudantes que coloca propostas concretas para o avanço do movimento”²⁵³.

As propostas da Convergência para o movimento estudantil têm como eixo a idéia de se construir, através das entidades estudantis, espaços de conquista de adeptos para suas lutas e as dos trabalhadores; na Circular Nacional do grupo, citada acima, esse posicionamento está devidamente explicado pela tendência política

O objetivo do trabalho sindical é ganhar o movimento para uma posição política, jamais vamos a uma greve contra as anuidades, por exemplo, para diminuir as anuidades, fazemos uma greve contra as anuidades para ganhar as pessoas que lutam contra as anuidades para uma determinada política, o objetivo de toda luta sindical é político, senão não serve para nada. Então, na Universidade, por exemplo, nosso objetivo ao intervir na greve nacional é ganhar os estudantes para uma política, a nossa política, que nesse momento passa pela construção e legalização do PT. É impossível hoje fazer trabalho partidário sem estar na campanha do PT. Por isso não se pode separar as duas coisas. A afiliação nas frentes é portanto fundamental²⁵⁴.

O trecho citado mostra a política da Convergência – e de Alicerce e Luta – em relação às entidades representativas dos estudantes; vistas como uma espécie de sindicato estudantil, elas representavam locais de possíveis filiações, sendo que as lutas travadas

²⁵³ CS, ano II, número 13, 2ª quinzena de maio de 1980.

²⁵⁴ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. CIRCULAR NACIONAL no. 12, de 29/03/1981. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

nesses locais de mobilização importavam menos que as filiações em si. Como escrito no documento, o ponto fundamental do grupo político era a “afiliação” de novos membros para seu projeto que, no momento, passava pelo Partido dos Trabalhadores. Tanto para Convergência como para Alicerce as campanhas de filiação de estudantes tinham o duplo caráter de atrair membros tanto para esses grupos como para as entidades estudantis que se fortaleciam no período. A partir daí, pode-se compreender melhor de que forma se entende a unidade proposta para o movimento secundarista.

A unidade defendida por Alicerce é aquela que consiga atrelar a luta dos estudantes às reivindicações dos trabalhadores, criando assim um movimento de massas com um objetivo comum: derrubar a ditadura e criar as condições para um governo dos trabalhadores. A verdadeira unidade é aquela que une projetos e grupos contra os mesmos inimigos, a burguesia e seus partidos. Para o jornal, “Lutamos conseqüentemente, e agora, mais do que nunca, por uma UMES que organize as lutas unificadas dos estudantes secundaristas e apóie todos os trabalhadores nos seus combates contra o governo. Combates que unificam estudantes e trabalhadores e que a UMES deve estar à cabeça”²⁵⁵.

Em outro documento do DOPS-SP, intitulado ALICERCE PT, Alicerce ressalta para os secundaristas a posição política defendida pelo grupo, atrelando a importância da filiação dos jovens às suas entidades ao crescimento do PT

Agora o Alicerce luta pelo fortalecimento da UMES, pois sabe o quanto ela é importante para todos os secundaristas.

É a única tendência que está levando a fundo a campanha central da UMES: filiação de todos os secundaristas à sua entidade. E isso não é novidade pois sempre tem sido assim: o ALICERCE é quem realmente luta, pois sabe que tem que levar a UMES para todas as escolas, fazerem [sic] os secundaristas participarem da UMES e conquistarem sua sede.

Essa é nossa luta central, hoje e vamos levá-la, pois é assim que vamos construir uma entidade forte, reconhecida por todos os estudantes. E vamos filiar todos os secundaristas, pois a juventude tem um potencial de luta, quer gritar e nós sabemos disso.

ALICERCE/PT

²⁵⁵ CS, ano II, número 13, 2ª quinzena de maio de 1980.

Agora o Alicerce começa a concretizar suas propostas. Participa ativamente na legalização do PT, filiando nas escolas, nos bairros... O ALICERCE/PT da Zona Centro tem feito filiação do PT na Penha e lá o PT já está quase legalizado. Essa é nossa força²⁵⁶.

Alicerce possuía algumas bandeiras que refletiam as propostas dos trabalhadores em relação ao fim da ditadura; sobre a questão da Constituinte, Alicerce mostrou sua posição numa publicação intitulada ALICERCE E LUTA – PT, ESTAMOS COM VOCÊ

Sempre que os trabalhadores fazem greve os patrões e o Governo se juntam para impedir que eles conquistem suas reivindicações.

Nós, secundaristas devemos apoiar todas as lutas dos trabalhadores de forma direta e participar da campanha que exige o fim da intervenção nos sindicatos e a reintegração dos dirigentes cassados, como Lula e outros, que são perseguidos por liderarem greves como a do ABC. (...)

Queremos uma Assembléia Constituinte, democrática e soberana, pois a cada luta, a cada reivindicação percebemos que este regime não nos atenderá. Mas este regime não tem legitimidade alguma; não fomos nós que o elegemos e ele está contra nós. A Constituinte Soberana permite que as reivindicações que são levantadas se unifiquem e tenham como objetivo a derrubada do regime para satisfazê-las²⁵⁷.

Adiante, no mesmo documento, Alicerce reforça sua ligação com o PT, e de que maneira os secundaristas deveriam se comportar em relação ao Partido

Na reformulação partidária o Governo se esforçou ao máximo para impedir que os trabalhadores organizem um partido seu. O Partido dos Trabalhadores é um passo decisivo para que os trabalhadores de ter o seu partido [sic]. Por essa razão, nós, da chapa ALICERCE E LUTA SECUNDARISTA somos a favor do Partido dos Trabalhadores.

O PP, o PMDB, o PDT e o PTB são partidos ligados aos interesses dos patrões. Discordam do Governo quanto à forma, mas no essencial, o apóiam. Por isso mesmo esses partidos já mostraram que deles nada se pode esperar. O PT está nascendo justamente para que os trabalhadores possam se organizar politicamente, sem nenhuma dependência com os patrões e o regime.

Nossa chapa apóia os trabalhadores e suas lutas²⁵⁸.

²⁵⁶ ALICERCE PT. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Documento 50-C-000-7359, de 27/05/1981.

²⁵⁷ Documento ALICERCE E LUTA – PT, ESTAMOS COM VOCÊ. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Pasta OP-230.

²⁵⁸ Documento ALICERCE E LUTA – PT, ESTAMOS COM VOCÊ. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Pasta OP-230.

Alicerce busca, através de seu discurso, trazer para si aqueles secundaristas que discordavam dos rumos que a “abertura” proposta pelo regime seguia; ao criticar abertamente os partidos existentes, como o PMDB e o PDT, a tendência reforça a importância do apoio ao PT, partido que se colocava, para Alicerce, como única possibilidade de oposição à ditadura. Posição defendida também pela Libelu no meio universitário, o que viabilizava o PT como a principal opção dos estudantes ligados a grupos de esquerda. Embora apoiasse a luta dos trabalhadores e de seu partido, Alicerce procura deixar claro que as entidades secundaristas, no caso a UMES/SP, estarão abertas a todos os estudantes, sem distinção partidária

Consideramos que a UMES não é a entidade dos secundaristas que concordam com o PT. Ao contrário, a UMES tem que estar aberta à participação de TODOS os secundaristas, independentemente do partido que concordam ou mesmo daqueles que não optaram por nenhum partido.

Nós somos contra a filiação da UMES a qualquer dos partidos existentes. Por esta razão a UMES deve se pronunciar pela TOTAL LIBERDADE DE ORGANIZACAO PARTIDÁRIA²⁵⁹.

Ao mesmo tempo em que procura trazer os estudantes para sua plataforma de apoio ao PT, Alicerce tenta mostrar que não transformará a UMES em órgão auxiliar do partido apoiado pela tendência. A campanha de filiação à entidade, no entanto, mostra que as duas coisas pareciam andar de mãos dadas: a filiação à UMES seria acompanhada pela filiação ao PT. As discussões em torno dos partidos então existentes no país mostravam que Alicerce e seus partidários não concordavam com as propostas dos chamados partidos burgueses, e viam apenas o PT como verdadeiro defensor dos interesses dos trabalhadores. Embora a UMES fosse pensada como entidade livre, sem articulações partidárias, na prática os grupos que conquistassem sua diretoria colocariam em ação suas plataformas políticas e seu apoio explícito aos partidos; não se trata de um ponto unicamente ligado à Alicerce, pois as demais tendências do ME secundarista se comportariam da mesma maneira. Não se pode negar que a conquista da diretoria das entidades estudantis adquiriria um caráter partidário; como afirmou a Convergência

²⁵⁹ Documento ALICERCE E LUTA – PT, ESTAMOS COM VOCÊ. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Pasta OP-230.

Socialista no documento citado acima, “O objetivo do trabalho sindical é ganhar o movimento para uma posição política”, o que acontecia nessas entidades.

A posição pró-PT é citada em outro documento de Alicerce, sobre a reconstrução da UPES e da UBES; nele, há um trecho voltado para a defesa dos “trabalhadores poloneses e do mundo”, e “Apoio ao Solidariedade e contra qualquer intervenção da URSS”, sugerindo uma união mundial dos trabalhadores contra qualquer tipo de governo repressivo, fosse a ditadura militar brasileira, fosse a ditadura imposta pela União Soviética. O documento afirma também

O que os trabalhadores e estudantes estão fazendo é um exemplo para todos nós. Temos que estar organizados, unidos contra a exploração do homem. Por isso nós apoiamos a luta do povo polonês pela liberdade, pra ter o que comer, pra não ter que suportar um governo que fala muito no trabalhador e que vive da exploração do povo trabalhador. Juntos, trabalhadores e estudantes, vamos acabar com a exploração do homem pelo homem, com a fome, com a miséria e as discriminações²⁶⁰.

Percebe-se que a proposta de Alicerce gira em torno de um governo que una trabalhadores e estudantes contra qualquer tipo de repressão e opressão; apenas um governo legítimo dos trabalhadores poderia assegurar-lhe liberdade e suas reivindicações. Assim se constrói o apoio ao PT, que figura como único partido capaz de alcançar esse tipo de governo. O apoio aos trabalhadores do mundo reflete os ideais de Trotski a favor da “revolução mundial” e dos trabalhadores no poder, sem um partido que, fazendo-se vanguarda, distancie-se das reivindicações do operariado, perdendo-se em sua própria burocracia. Nesse sentido, o apoio ao Partidos dos Trabalhadores refletia a luta dos grupos trotskistas contra os desvios do PC soviético e de seus seguidores mundo afora, o que abria espaço para a luta plena por um partido comandado, de fato, pelos trabalhadores, com o apoio dos estudantes e da juventude. A união entre PT e os estudantes era fruto da luta contra a opressão, como mostra o mesmo documento

²⁶⁰ Documento CONGRESSO DA UNIÃO PAULISTA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. PROPOSTAS: DIRETORIA DA UMES-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A única saída dos trabalhadores é derrubar a ditadura, esse governo dos patrões. O governo militar é o principal responsável pela implantação do ensino pago, pelo desemprego e pela crise econômica.

Mas para derrubar esse governo é necessária a nossa organização independente – que não se submete nem aos patrões nem ao governo – tanto sindical como política.

Hoje os trabalhadores constroem o seu próprio partido, o PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). E é por sabermos que somente com essa firma aliança entre nós e os trabalhadores é que poderemos derrubar a ditadura e conquistar uma sociedade sem exploradores, que nos posicionamos em apoio à construção do PT.

Nos últimos anos os trabalhadores e a juventude lutaram, realizando greves em todo o país, para exigir uma vida digna. Essa nossa luta deverá se [ilegível] nas eleições de 82 onde, contra os patrões e o governo, deveremos eleger os próprios representantes dos trabalhadores e da juventude. Sendo o PT o único partido que representa hoje a classe trabalhadora do país, serão os candidatos do PT que deverão receber o nosso apoio em todos os níveis e lugares²⁶¹.

A questão da campanha eleitoral de 1982 apresentava novo cenário para as oposições ao regime; se nas eleições de 1978 o voto nos candidatos tidos como “populares” do MDB era defendido por alguns grupos, as eleições de 1982 traziam a novidade do PT e seus candidatos, que mereciam os votos dos trabalhadores e seus apoiadores. Se nas eleições de 78 o voto no MDB era um voto de protesto, nas eleições de 82 o voto no PT representava uma tentativa de vitória nas urnas contra o regime militar, algo impensável anos antes. É interessante ver como Alicerce mostra o PT para os estudantes secundaristas: seus candidatos são os únicos que, de fato, representam não apenas os trabalhadores, mas também os estudantes; cria-se, então, uma articulação entre os dois grupos que agora se reflete nos candidatos às eleições, articulação essa que representa algo maior que apenas a luta pela Constituinte e pela derrubada da ditadura militar.

No entanto, é necessário analisar de que forma o próprio PT pensava essa aliança; no capítulo anterior foi possível analisar algumas considerações de Lula sobre a participação estudantil nas lutas dos trabalhadores, mas a participação dentro de um partido tinha um significado distinto da participação nos sindicatos. Numa entrevista

²⁶¹ Documento CONGRESSO DA UNIÃO PAULISTA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. PROPOSTAS: DIRETORIA DA UMES-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 12 de fevereiro de 1980, Lula procura traçar essa linha divisória em relação à participação estudantil junto ao operariado

P: O líder sindical Lula rejeitava qualquer aproximação de estudantes e intelectuais. O político Lula se reúne com artistas e pede o seu apoio ao PT. Isso representa uma abertura? O que isso significa?

R: Há um equívoco nisso. Da minha parte nunca houve um distanciamento meu em relação aos estudantes e intelectuais. O que houve e vai haver amanhã se for necessário é que eu acho que os estudantes e intelectuais não devem se meter nas lutas específicas dos trabalhadores. E vice-versa. Agora, nas lutas maiores, aí sim todos os setores da sociedade devem estar juntos. É esta a diferença de um sindicato e um partido político. Mas, enquanto líder sindical eu não posso permitir que estudantes façam piquetes na porta da Volkswagen. O que se deve compreender é que existem formas de se colaborar com qualquer movimento sem entrar nele²⁶².

Lula busca analisar a situação vivenciada pelo movimento dos trabalhadores desde o final da década de 70, após a eclosão das greves do ABC: a luta nas fábricas era de responsabilidade única dos operários, pois tratava-se de seu momento de organização; já as lutas políticas do novo partido abrem espaço para grupos simpatizantes, como os estudantes, pois o que se tentava construir através do PT era uma alternativa real de luta pelo poder e pela dominação política do Estado. Sobre o apoio dos estudantes, Lula afirma em outra entrevista ao Programa *Vox Populi* da TV Cultura, em maio de 1978

P: E não é válida essa aliança com os estudantes? Não é válida essa presença dos estudantes lá?

R: Eu sou malvisto por alguns estudantes porque eu não acredito na aliança estudante-trabalhador. O estudante tem pouco a perder e o trabalhador tem muito a perder. As reivindicações são totalmente diferentes. Eu já cheguei a perguntar a um estudante se, no caso de ele ser preso, ficando um dia sem ir à escola, o que ele perderia. E ele me respondeu que não perderia nada, porque a família dele não depende dele. Mas a classe trabalhadora é totalmente diferente. Porque uma hora de serviço que o trabalhador perca, um dia de serviço representa um desdobramento financeiro na vida do coitado do trabalhador, que faz com que ele não participe do movimento. Eu tenho certeza de que o movimento da classe trabalhadora é muito mais sério, o trabalhador tem muito mais a perder, mas se brigar tem muito mais a ganhar. Por isso, eu acho que os estudantes

²⁶² Lula, Luís Inácio da Silva. *Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD – Sociedade Cultural, 1980. p. 251.

têm problemas específicos dentro das universidades, que deveriam brigar por eles e deixar que nós trabalhadores brigássemos pelos nossos problemas²⁶³.

A fala de Lula demonstra o posicionamento de um líder sindicalista, que via a presença de outros setores da sociedade como uma espécie de intervenção na formação política dos trabalhadores. Além disso, há um ponto que demonstra divisões sociais entre estudantes e operários: a questão do trabalhar. Lula afirma que os estudantes não têm o que perder, pois não trabalham, ou seja, não são explorados pela burguesia, ao contrário dos trabalhadores que, se perderam um dia de trabalho, terão dificuldades para sustentar suas famílias. De certa maneira, Lula parece afirmar que a luta dos trabalhadores cabe aos próprios, pois apenas eles conhecem seu cotidiano. Daí a afirmação de que cada grupo deveria lutar por seus problemas em seus respectivos espaços de representação: os operários nas fábricas e os estudantes nas universidades e nas escolas.

Ciente dessa da postura de muitos sindicalistas em relação ao ME, Alicerce procura dividir seu espaço de ação em duas frentes, construindo para si a imagem de ser um grupo que preza pelas lutas dos secundaristas ao mesmo tempo em que demonstra solidariedade com as reivindicações do movimento operário. Na edição de número 15, da segunda quinzena de junho, o periódico chama todos os estudantes secundaristas para o I Encontro Estadual dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, a ser realizado na PUC nos dias 21 e 22 de junho, e divulga os pontos principais das lutas que devem se seguir ao encontro: um boicote estadual contra os aumentos das mensalidades nas escolas e colégios, uma luta de todos a favor da construção das entidades representativas dos estudantes, tanto no plano estadual como nacional, e uma campanha a favor de mais verbas para as universidades públicas. Em seguida, após a apresentação da plataforma estudantil, o periódico apresenta as outras lutas do movimento: “A nível geral da sociedade, os secundaristas reunidos no Encontro assumem um papel fundamental na luta pela devolução dos Sindicatos do ABC, de apoio à independência política dos trabalhadores e a todas as suas lutas, como a construção do PT. A liberdade partidária e

²⁶³ Lula, Luís Inácio da Silva. *Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD – Sociedade Cultural, 1980. pp. 73-74.

por eleições livres e diretas no país são lutas que o movimento secundarista deverá encampar efetivamente pela democratização geral do país”²⁶⁴.

Nesse ponto Alicerce busca construir a ligação necessária entre o ME secundarista, a luta dos trabalhadores e a luta pela queda do regime militar; apesar de todas as diferenças, as lutas específicas tinham como pano de fundo o sistema político-econômico instalado no país naquele momento. A notícia publicada no periódico relaciona o ME secundarista ao que acontecia ao movimento operário, não no sentido de tutela deste movimento, mas pela ajuda que os secundaristas poderiam prestar aos trabalhadores.

Burguesia versus trabalhadores, eis a luta que se coloca para o movimento estudantil, segundo Alicerce; mesmo os pontos que dizem respeito aos estudantes, como a melhoria do ensino público e o fim do ensino privado, estão atrelados a essa luta maior, como podemos ver na passagem

Além disso, o movimento estudantil representa, hoje, a maior força contra a política fascista do governo de implantar o ensino pago e favorecer os grandes patrões do ensino. Uma política de desmoralização progressiva e vergonhosa da Educação, onde o ensino, a experimentação científica, enfim, todo o conhecimento humano é deturpado e posto à serviço dos interesses da burguesia para melhor explorar os trabalhadores. Sob a ditadura, e um regime de exploração desenfreada que leva à destruição progressiva do homem, da natureza e da técnica, não se pode desenvolver um ensino que sirva para melhorar as condições de vida da sociedade²⁶⁵.

O ensino a serviço da burguesia deve ser combatido pelos estudantes, pois é dele que se originam os trabalhadores explorados pelo regime e pelo sistema econômico; ora, se apenas através da educação é possível fugir do domínio imposto pela burguesia, o papel dos estudantes se torna fundamental para tirar os trabalhadores de sua condição servil frente aos mandos dos burgueses e seus partidos. Para o periódico, “A história da participação estudantil na luta pela independência da classe trabalhadora frente à burguesia é repleta de sangue, valentia e grandes avanços. Um apoio que, em certos momentos, pode se tornar decisivo”²⁶⁶. Os estudantes estão do lado dos trabalhadores, e

²⁶⁴ CS, ano II, número 15, 2ª quinzena de junho de 1980.

²⁶⁵ CS, ano II, número 17, 2ª quinzena de julho de 1980.

²⁶⁶ CS, ano II, número 17, 2ª quinzena de julho de 1980.

esse apoio é o que pode definir a vitória contra a burguesia. Além disso, sua organização é anterior à dos operários, o que lhes dá papel imprescindível em sua luta: “Seu aliado só pode ser a classe trabalhadora. Quem não se lembra, em 1977, quando os sindicatos ainda nem se encontravam em condições de fazer assembléias, os estudantes saíram à frente na luta pela libertação de trabalhadores presos pela ditadura, como o metalúrgico Celso Brambilla, barbaramente torturado pela repressão?”²⁶⁷. A mobilização dos trabalhadores devia ser apoiada pelos estudantes, desde que sua participação fosse valorizada e sua experiência política e de luta aceita como parte integrante e fundamental na luta contra o governo e a burguesia nacional.

No número 20 de CS, a matéria com o título “A UMES ao lado dos trabalhadores, viva a UMES” traz de forma explícita a proposta de Alicerce em relação à ligação entidades estudantis e movimento dos trabalhadores. Tendo como tema o Congresso de fundação da entidade, a notícia traz logo em seu parágrafo de abertura o papel a ser desempenhado pela nova entidade

Muitas coisas brilhantes marcaram os dois dias do Congresso de fundação da UMES. Mas, o mais importante, o eixo fundamental a assinalar é que, diferentemente de todas as outras entidades estudantis fundadas até este momento, a UMES já nasceu com o objetivo marcado: apoiar os trabalhadores, estar a seu serviço, a seu lado em todas as suas lutas. A UMES nasceu para lutar pelos estudantes, com a perspectiva da classe trabalhadora. Para lutar contra o governo, contra a burguesia, contra o terrorismo, com a perspectiva da classe trabalhadora²⁶⁸.

O Congresso foi organizado pelos componentes da Alicerce e, segundo o jornal, contou com a divisão dos estudantes em duas frentes de lutas

A proximidade das posições políticas permitiu a formação de dois grandes blocos no Congresso, blocos que existem e atuam no movimento secundarista: de um lado, os que defendem uma aproximação maior com alguns partidos burgueses, “liberais”, como o PDT e PMDB, o pessoal ligado ao jornal “Hora do Povo”, a Juventude Democrática Progressista e outros que acham que a única alternativa à ditadura militar é a formação de um governo de frente popular, unindo todo o “povo”. Do lado esquerdo do plenário, estavam os companheiros de “Informações Secundaristas” e do grupo ALICERCE que defendem a mobilização permanente dos trabalhadores como única

²⁶⁷ CS, ano II, número 17, 2ª quinzena de julho de 1980.

²⁶⁸ CS, ano II, número 20, 1ª quinzena de setembro de 1980.

classe historicamente que pode derrotar qualquer governo burguês e instaurar um governo dos trabalhadores, a única garantia possível para a resolução de todos os problemas gerados pelo capitalismo. E a organização dos trabalhadores em seu partido próprio, independente da burguesia e dos patrões, o Partido dos Trabalhadores²⁶⁹.

O jornal reforçava as posições que se ofereciam aos estudantes; apoio aos partidos burgueses, ou apoio ao partido dos trabalhadores. As eleições se tornam uma nova arena de disputa política, que pode levar a dois caminhos opostos: o aumento da pressão contra o regime, já que ela se juntaria à oposição feita nos espaços públicos; ou a concentração da oposição ao regime em seus espaços institucionais, em detrimento dos movimentos populares. Nas palavras do estudante Henrique Carneiro, ligado a Alicerce e futuro presidente da UMES: “Nós não somos contra a luta parlamentar, ela é importante e deve ser usada. Mas não é o parlamento que faz tremer a ditadura: é a FÁBRICA!”²⁷⁰. Há dois projetos políticos colocados aos estudantes, segundo Alicerce: o apoio a uma frente ampla contra o regime, incluindo aí ligações com diversos partidos políticos; e uma frente composta por operários e estudantes, visando a um governo dos trabalhadores no futuro. Esta, defendida por Convergência e Alicerce, teria como local fundamental de luta as fábricas, o que, no entanto, não excluía os espaços políticos da democracia representativa como outros locais de luta. O próprio PT, ao colocar-se como um partido disposto a disputar eleições, sabia da necessidade de se fazer presente com seus candidatos a cargos majoritários e proporcionais.

Vale recordar que a passagem dos anos 1970 para a década de 80 de certa forma encorajou a participação política de partidos de esquerda em eleições; para Paulo Henrique Martinez,

Na Europa, o Partido Socialista e o Comunista haviam protagonizado a transição para a democracia em Portugal. Entre agosto de 1980 e fins de 1981, o sindicato Solidariedade, na Polônia, reivindicou autonomia de organização dos trabalhadores, desafiando o governo e a preponderância soviética naquele país. Em 1981 e 1982, os socialistas foram eleitos na França, na

²⁶⁹ CS, ano II, número 20, 1ª quinzena de setembro de 1980.

²⁷⁰ CS, ano II, número 20, 1ª quinzena de setembro de 1980.

Grécia e na Espanha. A passagem da década de 1970 para a de 1980 foi um momento de encorajamento e de inspiração para os movimentos socialistas e para a esquerda em geral²⁷¹.

O PT havia escolhido, naquele momento, o caminho da institucionalização para conquistar o poder, o que havia aberto discussões dentro do próprio movimento dos trabalhadores. Se de um lado o novo Partido era contrário à ligação com os partidos burgueses, de outro havia uma série de sindicalistas que apoiavam uma frente popular contra a ditadura; esse apoio a uma frente popular era reflexo, portanto, de uma atitude contrária ao próprio PT e aos sindicalistas que o haviam organizado, pois os sindicalistas ligados ao PCB e ao PC do B estavam fora de sua organização graças às divisões surgidas durante as greves de 1978-1980. Para Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes,

De um lado, estavam os chamados sindicalistas “autênticos”, reunidos em torno de dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas oposições sindicais, compunham o autodenominado bloco “combativo”. Tendo sindicalistas como Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre) e Jacó Bittar (petroleiros de Campinas) como nomes de maior expressão, esse bloco formara a base do chamado “novo sindicalismo” e fora um dos impulsionadores da criação do Partido dos Trabalhadores. De outro lado, estava a Unidade Sindical, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo) e os militantes de setores da esquerda dita “tradicional”, tais como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses dois blocos foram bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula que seriam criados no processo²⁷².

As divisões estudantis refletiam, pois, divisões dentro dos grupos de esquerda e entre os trabalhadores. O PT era visto como um partido que podia tomar para si o apoio dos trabalhadores em geral, deixando os sindicalistas ligados a outros grupos sem o poder em mãos. Sobre isso, Santana e Antunes afirmam: “Os comunistas, como vimos, defendiam uma linha política geral que os afastava do sindicalismo ‘combativo’. Tendo a

²⁷¹ MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado 1980-2005”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 239-288.

²⁷² SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 375-410.

clara percepção de que o PT ampliava sua presença no interior do sindicalismo brasileiro, aumentavam ainda mais a busca de aliados entre setores moderados e conservadores”²⁷³. No plano político, PCB e PC do B, apoiadores da diretoria eleita da UNE, buscavam colocar-se fora da órbita de influência do PT.

O apoio de Alicerce à posição do Partido dos Trabalhadores de se construir como único apoiador da luta conjunta de operário e estudantes é ressaltado na edição de número 24 de CS, da 1ª quinzena de novembro. A frase estampada no começo da notícia, “Nessa eleição, 39 mil estudantes votaram contra a ditadura. E, desses, 18 mil votam contra a ditadura pela independência da classe trabalhadora e pela aliança operário-estudantil, como **única** aliança capaz de derrotar o regime militar e conseguir suas reivindicações”²⁷⁴, realça a importância da luta conjunta contra a ditadura para a obtenção tanto das reivindicações dos estudantes como dos trabalhadores; pela frase, percebe-se que os estudantes são contrários ao regime, mas apenas os que votaram em Alicerce são ao mesmo tempo apoiadores da luta dos trabalhadores. Para o jornal, “Portanto, essa vitória significa que mais e mais secundaristas depositam sua simpatia no Partido dos Trabalhadores e que a corrente pró-PT vem se fortalecendo no seio do movimento estudantil. Para a primeira diretoria de sua primeira entidade metropolitana, os secundaristas elegem uma corrente claramente definida num campo de classe; no campo da classe trabalhadora, de suas lutas, de seus métodos, de seus interesses”²⁷⁵.

A edição 33, de 23 de abril a 06 de maio, traz importante artigo sobre a mobilização nacional ao redor de Alicerce, e da constituição de chapas ligadas a ela em diversas cidades para disputa das entidades estudantis. O título do artigo, “Alicerce-PT-juventude” explicita a ligação entre os dois movimentos: “Assim, ALICERCE vai construindo o PT, e se construindo enquanto corrente nacional contra a ditadura, contra a conciliação, pela independência dos trabalhadores, pela organização da juventude”²⁷⁶. Juventude que seria organizada segundo padrões ideológicos e burocráticos do PT, num momento em que a juventude brasileira começava a se fazer ouvir não apenas através de

²⁷³ SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. *Op. Cit.* p. 394.

²⁷⁴ CS, ano II, número 24, 1ª quinzena de novembro de 1980.

²⁷⁵ CS, ano II, número 24, 1ª quinzena de novembro de 1980.

²⁷⁶ CS, ano III, número 33, 23 de abril a 06 de maio de 1981.

órgãos de representação ou partidos, mas também através da cultura²⁷⁷. O movimento punk vindo da Inglaterra começava a tomar as ruas das grandes cidades e suas periferias; para Luis Antonio Groppo, “O punk retomou a simplicidade, a urgência e o básico do rock dos anos 50 e o som das garage bands, mas os levou às últimas conseqüências em agressividade. A sonoridade das guitarras, baixo e bateria é básico, percussivo, com poucos ou nenhum solo de guitarra, nenhum virtuosismo”²⁷⁸. A simplicidade do punk e a idéia de “faça você mesmo sua própria música” representavam o desejo dos jovens de se libertarem não apenas das amarras de um regime político opressor, mas de grupos sociais opressores²⁷⁹. A procura pelas formas mais variadas de cultura contra um aparelhamento ideológico imposto por suas entidades representativas marcou de forma profunda os estudantes e a juventude durante o final dos anos 70 e a década de 1980, como poderemos ver no próximo capítulo deste trabalho.

²⁷⁷ Segundo Helena Abramo, “Nos anos 80, parte da presença juvenil passa do movimento estudantil para o mundo da produção e do consumo cultural: música, cinema, vídeo, artes plásticas”. ABRAMO, Helena Wendel. *Op. Cit.* p. 79.

²⁷⁸ GROPPPO, Luis Antonio. *O rock e a participação do mercado de consumo cultural juvenil*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1996. p. 72.

²⁷⁹ Sobre o punk, Abramo escreve: “Assim, diz Bivar (1982), transforma-se num ‘movimento de revolta adolescente’, de ‘uma geração que, insatisfeita com tudo, invoca o espírito da mudança’, aparecendo como uma crítica e um ataque frontal a uma sociedade exploradora, estagnada e estagnante em seus próprios vícios”. ABRAMO, Helena Wendel. *Op. Cit.* p. 45.

Capítulo 3 – Contracultura e juventude

Definir o que entendemos por contracultura seria, no mínimo, um exercício contrário à idéia de contracultura. Sendo mais um conjunto de ações do que conceitos coordenados para formar uma teoria, a contracultura – ou, seria melhor dizer, as contraculturas – engloba bem mais do que debates teóricos acerca de si; ela representa justamente aquilo que não se encaixa no pré-estabelecido ou no pré-determinado, aquilo que foge ao tomado como senso comum. Uma ação contracultural é, no fundo, uma reação a este ou aquele aspecto da sociedade vigente.

Comumente, a idéia de contracultura é associada à juventude, pelo próprio caráter renovador que cada nova geração traz consigo. Além da idéia de novidade que os jovens trazem consigo, há a questão do conflito de gerações, presente em qualquer período histórico. O mundo dos adultos representa, para os olhos dos jovens, a sociedade autoritária, decadente, com suas regras e valores morais que têm a função de cercear o “querer” juvenil; pais e mestres, representantes supremos de duas entidades vistas pelos jovens como repressoras – a família e a escola –, transformam-se em ícones contra os quais a rebeldia juvenil se levanta. O slogan dos estudantes parisienses de 1968, “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”, representava o levante de uma geração contra os valores da geração anterior que, naquele caso, haviam levado o mundo à destruição e genocídio provocados pela 2ª Guerra Mundial.

Nesse sentido, e sem cair em definições abrangentes que possam esgotar o sentido da contracultura, o autor Theodore Roszak nos abre um caminho de discussão sobre as ações contraculturais. Afirmo o autor, em seu livro *A Contracultura*,

O conflito das gerações é uma das constantes óbvias da vida humana. Por isso, corre-se o risco de uma certa presunção quando se sugere que a rivalidade entre os jovens e os adultos na sociedade ocidental, nesta década, tenha dimensões singularmente grandes. No entanto, é preciso correr esse risco para que não se perca de vista nossa mais importante fonte contemporânea de inconformismo radical e de inovação cultural. Para o bem ou para o mal, a maior parte do que atualmente ocorre de novo, desafiante e atraente, na política, na educação, nas artes e nas relações sociais (amor, corte sentimental, família, comunidade) é criação de jovens que se mostram profundamente, até mesmo fanaticamente alienados da geração de seus pais, ou de pessoas que se dirigem primordialmente aos jovens. É entre a juventude que a crítica social significativa busca hoje uma

audiência receptiva, à medida que, cada vez mais, cresce o consenso de que é aos jovens que compete agir, provocar acontecimentos, correr os riscos e, de forma geral, proporcionar os estímulos²⁸⁰.

A juventude adquire papel fundamental para se entender os movimentos contraculturais surgidos especialmente a partir da década de 1960, nos Estados Unidos em particular, em outras partes do mundo em menor escala. O mesmo autor reflete de que maneira os jovens conseguem inserir suas idéias e contestações no que ele chama de sociedade tecnocrata. Trata-se, segundo Roszak, do ápice do sistema capitalista, em que o planejamento e a racionalização são a pedra de toque do funcionamento das sociedades. Não há, portanto, espaço fora do planejamento racional, nas mãos dos chamados “técnicos”. Para o autor,

Numa tal sociedade, o cidadão, confrontado por uma formidável complexidade, vê-se na necessidade de transferir todas as questões a peritos. Na realidade, agir de outra forma seria uma violação da razão, uma vez que, segundo o consenso geral, a meta primordial da sociedade consiste em manter a máquina produtiva funcionando eficientemente. Na ausência de especialização, o imenso mecanismo certamente emperraria, deixando-nos em meio ao caos e à miséria²⁸¹.

A crítica da geração dos anos 1960 voltava-se justamente contra o tipo de sociedade que se tinha criado com o desenvolvimento econômico do sistema capitalista; a riqueza material colocada frente, especialmente, à classe média que, até a crise do petróleo em 1973, possuía em mãos os recursos financeiros para adquirir seus preciosos bens de consumo, cobrava um alto preço: era preciso que todos se adequassem ao tipo de sociedade tecnocrática construída no período para que ela não deixasse de existir. Os movimentos contraculturais, principalmente nos Estados Unidos – então, o país que melhor se aproveitava das altas taxas de crescimento econômico mundiais –, criticavam justamente as amarras sociais que acompanharam esse crescimento; a questão posta nas ruas, e nos *campi* universitários, girava em torno desse processo de acomodação frente às benesses econômicas do sistema capitalista. Daí o autor dividir, claramente, os jovens em

²⁸⁰ ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1972. p. 15.

²⁸¹ *Idem, Ibidem*. p. 20.

dois grupos: os que se viam como críticos da cultura herdada de seus pais, contra os quais era preciso lutar para não se transformar neles, fruto, portanto, do conflito de gerações; e os que viam na luta conjunta com o operariado a única saída possível, fruto de debate entre a classe burguesa e a classe operária. Para Roszak,

Entretanto, nenhuma outra posição analítica, senão a que vê uma minoria militante de jovens dissidentes em choque com a política apática de consenso e coalizão de seus pais burgueses parece explicar as grandes perturbações políticas da época. Essa dicotomia entre as gerações constitui fato novo na vida política, um fato que os jovens europeus têm relutado em aceitar, ao contrário de seus companheiros norte-americanos. Herdeiros de um legado esquerdista institucionalizado, os jovens radicais europeus ainda se inclinam a ver-se como os paladinos do “povo” (a classe trabalhadora) contra a opressão da burguesia (na maioria dos casos, seus próprios pais). Por conseguinte, tentam bravamente adaptar-se aos padrões habituais do passado. Automaticamente, dentro de linhas ideológicas estabelecidas, procuram aliados – os trabalhadores, os sindicatos operários, os partidos de Esquerda – apenas para constatar que, estranhamente, as esperadas alianças não se concretizam e que eles se encontram sós e isolados, uma vanguarda sem seguidores²⁸².

O autor constrói uma divisão entre a “velha contestação”, baseada nos princípios da teoria marxista clássica, e a “nova contestação”, levada a cabo por uma parte da juventude que inseria seus protestos em categorias mais abrangentes. Sobre esse ponto, especialmente visível nos Estados Unidos, escreve Carlos Alberto Pereira,

No entanto, uma vez mais, as próprias condições da sociedade americana faziam com que o pêndulo da contracultura caísse mais fortemente na direção dos Estados Unidos. Ao contrário da juventude européia, que trazia às costas todo o peso de uma longa tradição de luta política de esquerda bastante institucionalizada, o jovem norte-americano contava com um *background* radical de esquerda bem menos sólido. Deste modo, era nos Estados Unidos que as novas formas de contestação e luta política postas em cena pelos movimentos de rebelião da juventude iam encontrar o campo mais fértil de surgimento e desenvolvimento²⁸³.

Esse tipo de discussão podia ser observada no Brasil nos anos 1960; aqui, era forte a presença de grupos de esquerda que criticavam posicionamentos contestatórios

²⁸² ROSZAK, Theodore. *Op. Cit.* p. 16.

²⁸³ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 39.

que fugissem do debate entre burguesia e proletariado; a juventude brasileira, em grande parte, foi influenciada por esses debates, especialmente seu instrumento maior de representação, a UNE. O posicionamento da juventude brasileira durante os anos da Guerra Fria refletia a situação econômica vivida pelo país; em outras palavras, por se tratar de um país cujo desenvolvimento econômico estava em curso, em vias de industrialização, a combatividade do operariado brasileiro era bem maior do que, por exemplo, nos Estados Unidos, país cuja economia estava já consolidada e cuja classe trabalhadora havia sido domesticada a ponto de lutar, basicamente, por melhorias salariais e não pela revolução proletária internacional (ou mesmo nacional). Dessa maneira, as discussões e posicionamentos dentro da juventude e dos estudantes no Brasil seguia o desenvolvimento das classes sociais na sociedade brasileira, coisa que não era possível nos Estados Unidos, onde, durante os anos 60, a discussão se prendeu mais a grupos minoritários do que à noção de classe.

A questão da luta das minorias evidencia o caráter fragmentário da contracultura nos Estados Unidos no período, o que é reflexo da inexistência de um movimento nacional de contestação ao sistema econômico. Isso é facilmente perceptível ao analisarmos a trajetória da contracultura no país no final da década de 1960: ao mesmo tempo, há toda a filosofia *hippie*, com seus ideais de paz e amor, e grupos armados que pregavam algum tipo de “revolução” como os Panteras Negras. Isso não impediu que ambos coexistissem, porque o que se procurava no período não era uma política de massas, mas uma política do “eu”, das conquistas do indivíduo ou de seu grupo. Embora politizado, no sentido de contestar o sistema vigente, o movimento contracultural norte-americano era dividido em pequenos grupos, cuja contestação, no final das contas, era logo absorvida pelo sistema econômico; veja, por exemplo, a questão da vestimenta dos *hippies*, que logo se tornou acessório visual de pessoas que não tinham nada a ver com o movimento.

Frente à situação que o momento histórico colocava, o debate girava, entre os grupos de contestação, em termos de estar dentro ou fora do sistema, lutar contra sua ideologia a partir de suas características ou negá-lo totalmente para, a partir daí, propor sua destruição ou sua substituição. A “velha esquerda”, combatida desde a denúncia dos crimes de Stalin feito por Khrutchev no XX Congresso do PCUS em 1956, havia perdido

parte de sua força, abrindo espaço para o surgimento de novos pensadores, entre eles, Herbert Marcuse. Segundo o autor, ao analisar as características da sociedade tecnocrata citada por Roszak

Institutionalized desublimation thus appears to be an aspect of the “conquest of transcendence” achieved by the one-dimensional society. Just as this society tends to reduce, and even absorb opposition (the qualitative difference!) in the real of politics and higher culture, so it does in the instinctual sphere. The result is the atrophy of the mental organs for grasping the contradictions and the alternatives and, in the one remaining dimension of technological rationality, the *Happy Consciousness* comes to prevail. It reflects the belief that the real is rational, and that the established system, in spite of everything, delivers the goods. The people are led to find in the provocative apparatus the effective agent of thought and action to which their personal thought and action can and must be surrendered. And in this transfer, the apparatus also assumes the role of a moral agent. Conscience is absolved by reification, by the general necessity of things²⁸⁴.

Marcuse nos mostra que, através da idéia de ser parte do sistema, o indivíduo poderia ter a liberdade de obter o que quisesse; para obter a “felicidade”, fruto de poder ter os bens de consumo desejados, todos deveriam fazer parte da sociedade tecnocrata pois, sem ela, seria impossível alcançar seus desejos. Uma sociedade racional garantiria o funcionamento perfeito de todas as coisas, com cada um em seu devido lugar com sua respectiva função. A harmonia social dependia da compreensão de que cada um possui seu papel e que, se esse papel fosse cumprido à risca, os frutos futuros seriam entregues na forma da estabilidade econômica e do consumo material. Daí as questões relacionadas ao tipo de luta que deveria existir contra o sistema: dentro ou fora dele. O filme *Zabriskie Point*, de Antonioni, reflete bem as divergências do período: o personagem principal participa de uma assembléia estudantil, no início do filme, na qual o tipo de mobilização estudantil é discutido pelos participantes. Frente ao impasse que as diversas opiniões levantam, ele simplesmente se levanta dizendo que estava disposto a morrer, mas não de tédio. Tem início outra discussão sobre o que ele estava fazendo ali se não queria ser um “revolucionário”, ao que outro estudante responde: “Ensine-o que para ser um

²⁸⁴ MARCUSE, Herbert. “The Conquest of the Unhappy Consciousness: Repressive Desublimation”. In <http://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/one-dimensional-man/ch03.htm>. Consultado em 18 de dezembro de 2009.

revolucionário deve haver um partido revolucionário”, idéia contida no então famoso “Livro vermelho” de Mao Tse-Tung. Trata-se, basicamente, da idéia da revolução comandada pelo partido revolucionário, que constituiria a vanguarda da ação revolucionária.

Essa cena evidencia o ambiente político do período, especialmente entre os estudantes norte-americanos; de um lado, os que pregavam a ação revolucionária segundo os passos de Mao ou de Che Guevara (note-se, no entanto, que não há menção à participação dos trabalhadores na “luta estudantil”); de outro, os que pregavam ações contra o sistema mas fora de sua lógica interna, como fará o personagem “dissidente” da reunião.

O filme de Antonioni retrata os aspectos culturais do seu período, em especial aqueles relacionados ao tipo de contestação dos jovens; questões como “revolução” individual, revolução sexual e outros são tratados pelo diretor levando em conta as discussões daquela geração. O personagem principal foge das, para ele, discussões infrutíferas proporcionadas pelas lideranças estudantis, agindo de acordo com sua própria vontade; há uma cena no deserto em que ele está fazendo sexo com sua companheira e de repente outros casais aparecem, rolando na areia, numa espécie de ato sexual livre, sem restrições. Antonioni busca mostrar com sua câmera a questão da liberdade sexual, reprimida por alguns grupos de esquerda. No trecho inicial do filme, na assembléia estudantil, há uma cena que reflete a questão da opressão mesmo em espaços tidos como “livres”: um homem diz que não há mais café, e pede para uma estudante preparar mais, ao que ela pergunta se não há nenhum homem que saiba fazer café naquela sala. Questões como gênero e sexualidade encontram espaço no filme, cujo mérito maior talvez seja sua cena final, quando, após a morte do estudante dissidente, sua companheira imagina o mundo explodindo, com roupas, eletrodomésticos e livros voando pelos ares, numa clara visão de que a crítica ao sistema estava não em sua reforma, mas em sua própria destruição. Frente a esse posicionamento, Roszak escreve

Na França, os aguerridos estudantes da rebelião de maio de 1968 foram obrigados a assistir ao conluio entre a amolecida CGT e o PC, que passaram a agir como órgãos de confiança do Pres. De Gaulle na manutenção do governo responsável e ordeiro, face à ameaça de “anarquia” nas ruas. Se os estudantes rebeldes marcham aos milhares para as barricadas, seus pais cautelosos marcham às

dezenas de milhares em defesa do *status quo* e votam aos milhões pela manutenção da elite gerencial que o velho general recrutou na *Ecole polytechnique* com o intuito de controlar a nova prosperidade francesa. Até mesmo os operários, que engrossaram aos milhões as fileiras dos estudantes durante as primeiras fases da Greve Geral de maio de 1968, parecem haver chegado à conclusão de que a essência da revolução consiste num envelope de pagamento mais polpudo²⁸⁵.

Para o autor, as benesses oferecidas pelo sistema deixariam para trás a luta por sua derrubada, daí ele afirmar que os trabalhadores desistiram de qualquer tipo de revolução ou revolta ao ganharem o aumento em seus salários. A questão se colocava também frente aos estudantes: como lutar contra um sistema econômico que oferecia a possibilidade de adquirir bens materiais sem cobrar nada fora o trabalho das pessoas? Como criticar o crescimento econômico que deixava tantas pessoas, afinal de contas, felizes com o que tinham? Talvez a partir dessa contestação o estudante dissidente de *Zabriskie Point* tenha decidido lutar contra os valores daquela sociedade a partir de suas próprias ações, fora de qualquer grupo que, formado dentro daquele tipo de cultura, estava obviamente viciado por ela. A dissidência do estudante acompanha a idéia de que ser contra o sistema é buscar fugir de seus dogmas e valores; daí sua fuga no filme, e a visão da estudante explodindo tudo que representava aquele tipo de sociedade burguesa consumista.

Vista sob essa ótica, a idéia de contracultura adquire duas características fundamentais: ela é não apenas uma crítica ao que existe, mas também uma tentativa de se criar novas formas, culturais e sociais. Woodstock e a “flower power generation” se transformaram em símbolos máximos da geração do *baby boom* norte-americana, que buscava criar para si um ambiente social que fugisse do padrão “nove às cinco” que seus pais haviam construído para si no pós-guerra. Seguindo um caminho trilhado inicialmente pela geração beatnik dos anos 50 – mas sem sua melancolia e suas tentativas de terminar com tudo aqui e agora – os *hippies* dos anos 60, e sua “era de aquário”, buscavam aproveitar o momento presente para viver de acordo com suas próprias regras. O contato com a natureza e seus elementos possibilitava a fuga da sociedade controladora das máquinas e da burocracia, da moralidade e das amarras impostas pela sociedade consumista burguesa. Esse posicionamento fica claro na passagem de Edward Macan

²⁸⁵ ROSZAK, Theodore. *Op. Cit.* p. 17.

As it has now been over a quarter century since the counterculture spilled out of Haight Ashbury and into international consciousness during the “Summer of Love” during 1967, a brief description of it for the uninitiated is probably warranted. The counterculture consisted largely of young, middle-class white people who had consciously rejected the lifestyle of their parents in favor of more experimental paths. So much as the “hippies”, as members of the counterculture were called, had an organized agenda – and hippies were notorious for their dislike of organization – they sought the political and spiritual transformation of mainstream society. Hippies placed much emphasis on uncovering new realms of perception and consciousness, especially through the use of hallucinogenic drugs and the adoption of Eastern or “mystical” religious practices such as transcendental meditation. Politically, the counterculture opposed the institutionalized materialism of capitalist society. Hippies often refused to work, lived nomadic lifestyles, experimented with various forms of communal living, and generally despised the nine-to-five routine of “straight” society²⁸⁶.

A divisão entre novo e velho, futuro e passado, pais e filhos, era clara nas manifestações culturais do período, em especial através das músicas de bandas de rock. Como forma de exemplificar essa noção, podemos analisar duas músicas de famosas bandas dos anos 60, as inglesas The Who e The Beatles. Exemplificando no palco a rebeldia juvenil que tomava conta das ruas e dos lares no final da década de 1960, o The Who, com seu guitarrista Pete Townshend e baterista Keith Moon destruindo e queimando seus instrumentos durante ou após as apresentações, lançou em dezembro de 1965, bem antes da bomba cultural que foi o festival de Woodstock, uma canção que encarnaria os desejos e sensações da geração dos anos 60: “*My Generation*”, lançada no álbum de mesmo nome. Em poucas linhas, escritas de maneira direta e com endereço certo, os ingleses do The Who conseguiram sintetizar o pensamento da juventude que cresceu naquela década, e sua relação com a autoridade representada pelos mais velhos. Todo o conflito existente entre a juventude e os outros está resumido numa única frase da música: “I hope I die before I get old (Talki’ ‘bout my generation)”, cantada de forma clara pelo vocalista Roger Daltrey. Ao cantar sobre sua geração, Daltrey coloca para todos os ouvidos as angústias da juventude, especialmente sua rebeldia contra aqueles que representavam o sistema opressor em que viviam. Morrer antes de ficar velho, ao lado do tema do maio de 68 francês “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”,

²⁸⁶ MACAN, Edward. *Rocking the classics: English progressive rock and the counterculture*. New York: Oxford University Press, 1997. pp. 15-16.

representava os principais desejos daquela juventude: viver o momento e não envelhecer, para não se tornar justamente aquilo que eles criticavam.

Outros versos da canção trazem a idéia de insatisfação juvenil contra a sociedade; as duas primeiras frases, por exemplo, representam bem a divisão entre as gerações: “People try to put us down (Talki’ ‘bout my generation) / Just because we get around (Talki’ ‘bout my generation)”. A ligação entre o rock e a juventude representava claramente os sentimentos da década de 1960; de um lado, uma música feita com instrumentos cujo som era extremamente alto e cujo ritmo era extremamente rápido; de outro, um grupo de pessoas cujas atitudes representavam a necessidade de se quebrar tabus e de achar seu espaço numa sociedade montada de tal forma que a adolescência fosse apenas a passagem da idade infantil para a vida adulta.

No entanto, ao escutarmos essa música, é possível observar que a rebeldia representada na letra não estava ainda a pleno vapor. Na gravação original, Daltrey, ao cantar os versos da canção, gagueja em muitas das palavras, o que pode ser analisado como a incapacidade existente, naquele momento, de dizer tudo que a juventude queria que fosse dito. No verso “Why don’t you all fade away (Talki’ ‘bout my generation)”, isso fica claro: ao cantar “fade”, gaguejando a letra “f”, temos a impressão que ele irá cantar “fuck”, demonstrando toda a frustração com a geração que tenta controlar os desejos e a vida dos jovens. No entanto, 1965, ano de lançamento da canção, não era 1968; mesmo uma canção como “*My Generation*”, com sua mensagem de união da juventude contra a autoridade dos mais velhos, não poderia, naquele período, trazer toda a insatisfação juvenil à tona, pois as condições para tanto não estavam ainda em seu pleno desenvolvimento.

Até a música considerada como um hino da rebeldia juvenil, “(I can’t get no Satisfaction”, dos Rolling Stones, lançada em 1965 no álbum “*Out of our heads*”, é um exemplo dessa impossibilidade; como diz a letra, “I can’t get no satisfaction / I can’t get no satisfaction / ‘Cause I try and I try and I try and I try / I can’t get no, I can’t get no”. Embora houvesse a noção de que algo precisava ser buscado para acabar com a frustração da juventude, esse algo não era claro; não se sabe o que se quer, só se sabe que algo está sendo procurado. Em outros versos, é possível conhecer a quem se dirige a voz de Mick Jagger: “When I’m watching my TV / And that man comes on to tell me / How white my

shirts can be / But he can't be a man 'cause he doesn't smoke / The same cigarettes as me". Aquele que quer dizer como a juventude deve se vestir não é alguém que deve ser escutado porque não fuma o que os jovens fumam, ou seja, não se deve dar atenção àqueles que não são da nossa geração, e que não fazem parte de nossa própria "cultura", é o que Jagger parece dizer a todos que não são jovens. Como foi dito, a rebeldia está presente nas palavras, mas elas também nos dizem sobre a impossibilidade de se ir adiante; naquele período histórico, a geração dos anos 1960 ainda buscava formas de conseguir sua satisfação, fosse de forma coletiva fosse de maneira individual. O que se tem claro é que havia uma diferença, e que os inimigos eram os que haviam nascido antes; em outra canção dos Rolling Stones, intitulada "*Yesterday's papers*", lançada na versão norte-americana do álbum "*Between the Buttons*" no ano de 1967, essa distinção é evidente quando Jagger canta: "Who wants yesterday's papers? / Who wants yesterday's girls? / Who wants yesterday's papers? / Nobody in the world". Quem se interessava por coisas do passado, quando o que se tinha à frente era o futuro? Logo, os que representavam esse mesmo passado deveriam ser deixados para trás, e suas tradições e valores combatidos para que a nova geração pudesse tomar seu lugar.

Havia, nas músicas daqueles anos, uma crítica clara à sociedade, mas não de forma tão direta como seria visto, anos depois, em canções da banda norte-americana The Doors, por exemplo, cujo vocalista Jim Morrison chegou a cantar, em uma de suas canções, intitulada "*The End*", de 1967, "Father, I want to kill you", frase dita em meio a uma explosão de sons que depois seria utilizada por Francis Ford Coppola na cena inicial do filme "*Apocalypse Now*"²⁸⁷. A ameaça à imagem da autoridade, não concretizada em "*My Generation*", está claramente presente na canção de Morrison, gravada no momento em que a rebeldia juvenil, aliada às novas formas de manifestação da contracultura – como o rock psicodélico e outras -, encontrava seus canais de expressão. No mesmo ano de 1967, os Beatles lançariam uma música no álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club*

²⁸⁷ Segundo James Miller, ao escrever sobre o primeiro álbum do The Doors, "But what jumped out were the two longest tracks on the album, "Light my fire", a largely instrumental set of ecstatic variations on a modal riff, and "The End", a creepy little ballad that had evolved, in the course of countless acid-soaked live performances, into a weird, quasi-Oriental epic of lust and morbid longing, with nonsense blues verses punctuated by a shockingly explicit violation of what Freud had regarded as *the* primal taboo: 'Father I want to kill you. Mother, I want to ... Aar-r-r-g-g-g-h-h!'" . MILLER, James. *Flowers in the dustbin: The rise and fall of Rock and Roll, 1947-1977*. New York: Simon & Schuster, 1999. p. 288.

Band que retrataria o mesmo conflito entre as duas gerações, retratada sob uma singela melodia que fugia aos padrões do rock que se fazia no período.

“*She’s leaving home*”, escrita por Lennon e McCartney, retrata de forma precisa a questão do conflito de gerações e as atitudes possíveis, naquele momento, aos jovens; trata-se de uma pequena história contada a partir de duas perspectivas, da filha que foge de casa, e de seus pais que, ao perceber que a filha única não está mais sob sua proteção – ou autoridade –, começam a se perguntar o que eles poderiam ter feito de errado em todos aqueles anos.

Os versos seguintes retratam o sentimento de grande parte da juventude do período: “*She’s leaving home after living alone / For so many years*”. A casa dos pais representava o ambiente que restringia o crescimento dos jovens; logo, sair dela e fugir do controle imposto pela geração mais velha era a única maneira de fazer as coisas que o indivíduo queria. Há também a questão do que representavam os pais: a segurança e o dinheiro, conseguidos através da estabilidade familiar, do emprego fixo e das obrigações da vida adulta não traziam, necessariamente, um sentido para a vida. A paralisia da vida familiar, com suas atividades programadas e sua rotina calculada, não abria espaço para o sentido que a juventude buscava, como podemos ver no verso “*Fun is the only thing that money can’t buy*”, ou seja, a estabilidade da vida adulta não representava para os jovens nenhuma satisfação, que deveria ser buscada em outros lugares, longe dos olhares dos mais velhos.

No entanto, a mesma canção representava também uma certa incapacidade de mandar “tudo pelos ares”; ao retratar não apenas a fuga da filha, mas também a dor de seus pais, a música dos Beatles não consegue escapar de seu próprio tempo, e a versão dos pais para o acontecimento representa justamente essa impossibilidade, já que há a preocupação dos autores em mostrar esse lado de sofrimento, ou seja, não havia ainda o espaço necessário para simplesmente abrir a porta e deixar tudo para trás, sem se preocupar com os que ficaram dentro de casa. A voz dos pais, cantada por Lennon, representa justamente um espaço que eles ainda possuíam frente aos desejos daquela geração que não queria mais permanecer dentro da moral e dos costumes engessados de suas famílias.

Embora houvesse uma série de manifestações da juventude contra o *status quo*, a explosão de sentimentos encarcerados por tantos anos não havia acontecido. Sair de casa era, literalmente, apenas uma fuga da realidade; sabemos, pela música, que a filha irá se encontrar com alguém, mas não sabemos o que ela fará de sua vida. A mesma situação é observada no final do filme “A primeira noite de um homem”, também de 1967, dirigido por Mike Nichols. Frente à impossibilidade imposta pelos adultos para que o casal de jovens possa alcançar sua felicidade fazendo o que eles querem, o personagem de Dustin Hoffman decide invadir o casamento de sua ex-namorada e simplesmente a convence a fugir dali e de todos, sem pensar duas vezes. Eles fogem e conseguem entrar no primeiro ônibus que vêem, e a cena final do filme retrata a mesma impossibilidade vista na canção dos Beatles: os dois conseguem fugir daquela sociedade que os prendia, mas conforme o filme chega a seu final, percebemos que aquela atitude, em si, era uma simples fuga; a câmera foca nos dois, que olham para frente e não se conversam, porque não há o que conversar. A atitude de fugir representava sua rebeldia, mas apenas o ato em si, pois não havia nada além dele; é óbvio que, naquele momento, fugir representava algo, mas o que estava além ainda não estava posto, ou não era claro para a juventude naquele período. Era a fuga de uma realidade sem que houvesse uma proposta para combatê-la, como seria visto em 1968 e nos anos que se seguiram, com a constituição de comunidades livres e abertas, sem regras, com a participação de todos e onde todos eram iguais. Para Marcos Alexandre Capellari, em sua Tese de Doutorado,

Assim, à volatilização das relações afetivas, cujo sintoma era a aversão a toda forma de compromisso, somava-se, com as propostas psicodélicas dos *hippies*, a desregulamentação da própria atividade mental. Além das viagens “convencionais”, cujos itinerários eram pontuados por comunidades alternativas em cidades ou no campo, e cujo destino era São Francisco (EUA), Londres, Arembépe (Bahia), Ipanema (RJ) ou Katmandu (Nepal), entre outras tantas, a peregrinação fundamental levava ao interior de si mesmo. Ao invés de apontar armas contras as hostes do sistema ditatorial, a contracultura brasileira utilizava-se da maconha, do LSD e de outras drogas contras as hostes conservadoras e delimitadoras do real internalizadas pela cultura caduca que pretendia abolir²⁸⁸.

²⁸⁸ CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 2007. pp. 51-52.

A questão da viagem é fundamental para se entender a idéia de contracultura no período; fosse no sentido geográfico, fosse no sentido subjetivo – apoiada pela utilização de drogas que “abriam” a mente – o mover-se representava a ação de não se fixar em nenhum lugar ou de não permanecer estático frente à sociedade existente, com suas regras e formas de conduta. A idéia de revolução, vista pelas esquerdas dos anos 60 como tentativa de tomada do Estado, adquiria outra conotação para os movimentos de contracultura, especialmente para os *hippies*, como mostra o autor em outra passagem

Eram os *hippies* e simpatizantes que, ao aderirem ao *drop out* no aqui e agora, procuravam cair fora do Sistema, pela recusa em participar como mais uma peça necessária ao funcionamento de suas engrenagens. Para estrangeiros ou brasileiros, a revolução, nesses termos, não consistia jamais na tomada do Estado, mas na implantação, nos interstícios da realidade dominante, de formas alternativas de vida. À família burguesa, núcleo básico da reprodução cultural, isto é, da neurose individual e coletiva, a contracultura propôs a vida em comunidade, inserindo “um modelo de sociedade do futuro no próprio corpo enfermo da sociedade vigente”²⁸⁹.

A questão da revolução estava posta na década de 60, e segui-la significava incorporar três possíveis personagens: Che Guevara, Peter Fonda ou o camarada Mao, cada um com sua própria proposta revolucionária.

Tão cultuada pela juventude mundial sessentista, a ponto de se transformar numa das figuras mais consumidas de todos os tempos, a imagem romântica criada em torno do guerrilheiro Che Guevara encarnava o ideal de muitos grupos de esquerda em torno da revolução, especialmente no Brasil, onde muitos desses grupos pregavam a utilização de armas para derrotar a ditadura. Che e a bem-sucedida Revolução Cubana eram o ápice de uma cultura que pregava, aqui e agora, a utilização do poder jovem para derrubar qualquer grupo autoritário que estivesse no poder. Sua figura revolucionária mostrava que, frente ao inimigo, a vitória era uma certeza, já que a luta teria a adesão de todos conforme o tempo passasse e o movimento revolucionário se tornasse vitorioso. A morte de Guevara na Bolívia apenas serviu como um catalisador de sua mensagem revolucionária, pois ela deixava ainda mais clara a presença do imperialismo “ianque” na

²⁸⁹ CAPELLARI, Marcos Alexandre. *Op. Cit.* p. 49.

América Latina, impedindo que o sonho revolucionário abaixo da linha do Equador se tornasse realidade.

O camarada Mao, através de sua Revolução Cultural na China, a partir do ano de 1966, representava, aos olhos de alguns grupos de esquerda europeus, o sepultamento da velha burocracia comunista frente ao surgimento de um novo tipo de partido, erigido especialmente sobre as bases da juventude chinesa; Mao, ele próprio representante da velha guarda comunista chinesa, havia conseguido reunir os jovens em torno de sua figura de líder supremo da revolução para comandar um verdadeiro expurgo nas fileiras do Partido Comunista Chinês, ceifando de posições chave possíveis inimigos. O Grande Expurgo, como ficou conhecida a política levada a cabo por Mao a partir de 1966, juntamente com sua nova política cultural para a China, é analisado por Jon Halliday e Jung Chang em biografia sobre o “Grande Timoneiro”

Em junho, Mao intensificou a aterrorização da sociedade. Escolheu como seu primeiro instrumento de terror jovens das escolas e universidades, os viveiros naturais de ativistas. Aos estudantes foi dito para condenar seus professores e aqueles encarregados da educação por envenenar suas cabeças com “idéias burguesas” - e por persegui-los com exames, que a partir de então foram abolidos. A mensagem foi posta em letras garrafais na primeira página do *Diário do Povo* e repetida com voz estridente no rádio, transmitida por alto-falantes pendurados em todos os lugares, criando uma atmosfera que fazia ferver e gelar o sangue ao mesmo tempo. Os professores e administradores da educação foram as primeiras vítimas porque eram as pessoas que transmitiam cultura e porque constituíam o grupo mais convenientemente situado para ser oferecido às turbas juvenis, pois estavam à mão²⁹⁰.

A revolução proposta por Mao não contava com a tomada do poder, mas com a tomada das mentes juvenis chinesas; ao colocar-se como mentor de uma verdadeira limpeza na cultura chinesa, contra qualquer infiltração “burguesa”, através do que era ensinado pelos mestres e professores, Mao focalizava a força da juventude contra aspectos autoritários da geração dos mais velhos. Em tempos de contestação contra o que era considerado “arcaico”, o líder chinês utilizou a seu favor a insatisfação juvenil, usando os jovens como massa de manobra para a realização de seus planos de

²⁹⁰ CHANG, Jung e HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 629-630.

consolidação do poder ao redor de sua imagem. Seguindo a linha-mestra da contracultura juvenil, voltada contra tudo que representasse a velha ordem dos mais velhos, Mao conseguiu, com o apoio da juventude, inverter totalmente seu significado: sim, os jovens pareciam estar lutando contra resquícios de uma sociedade que lhes parecia viciada e mergulhada em valores que não lhes diziam respeito, mas no fundo eles faziam parte de uma massa convocada pelo Timoneiro apenas para assegurar seu poder. Campanhas de “reeducação”, como as que seriam vistas anos depois no Camboja sob a ditadura de Pol Pot, embora revestidas como necessárias para extrair elementos culturais estranhos à cultura chinesa, nada mais eram do que parte de um processo de massificação da população cuja finalidade era criar um exército de fiéis seguidores de Mao. Vista de fora, a Revolução Cultural chinesa ganhou muitos aplausos de grupos de esquerda mundo afora, como se ela representasse uma vitória sobre a “cultura burguesa ocidental”.

Escrita em 1968, a canção “*Revolution*”, de Lennon e McCartney presente no álbum *The Beatles*, reflete os ânimos do período em torno da idéia de revolução; Lennon canta, em dois trechos da música, frases que vão diretamente contra as duas formas de revolução citadas acima: “But when you talk about destruction / Don’t you know that you can count me out” e “But if you go carrying pictures of chairman Mao / You ain’t going to make it with anyone anyhow”. Reverberando a fase “paz e amor” que começava a tomar as ruas das principais cidades do mundo, Lennon procura marcar seu posicionamento frente às possibilidades que se colocavam à sua frente; para ele, as duas revoluções que se faziam presentes, fosse através das ações das pessoas fosse através da propaganda de líderes, tinham como objetivo causar destruição – não na mesma intensidade, mas com os mesmos efeitos nocivos aos seres humanos que a destruição causada pelos norte-americanos na Guerra do Vietnã -, levando as pessoas a se juntarem a ela; ou criar um movimento de massa cujo objetivo único seria seguir as idéias de um líder, mesmo que este constituísse uma liderança autoritária ou megalomaniaca como o citado pelo ex-beatle. A resposta de Lennon, “count me out”, era ainda uma fuga que só teria destino certo no ano seguinte, em que ele cantaria a plenos pulmões “All we are saying is give peace a chance”; a revolução de 1968 daria espaço para a evolução individual em busca da paz universal, com a presença de todos os que quisessem participar.

Frente a essas duas revoluções, a de Peter Fonda no filme *Sem Destino* era a que talvez mais se aproximasse da verdadeira idéia da contracultura do período. Sob as rodas de suas motos, os personagens de Peter Fonda e Dennis Hopper saem pelos Estados Unidos numa odisséia cujo ponto de partida é conhecido, mas cujo ponto de chegada não tem a menor importância, pois o que importa de fato é a viagem em si, e o que se pode encontrar durante o percurso.

Sem Destino representa o desejo de mudança, ou ainda o desejo de não permanecer estático, buscando novas experiências a cada dia; trata-se de um filme que expressou os ideais daquela geração dos anos 60 nos Estados Unidos, e que depois tomou o mundo de assalto. A música “*Born to Be Wild*”, da banda Steppenwolf, foi ouvida como um hino à liberdade, uma ode aos caminhos que cada um podia fazer para sua própria vida. O percurso dos dois motoqueiros representava aquilo que a juventude tanto almejava: sair de seu lugar e conhecer o mundo, aventurar-se por toda e qualquer parte, sem nenhum tipo de controle, moral ou social. No entanto, como o filme mostra, todo novo caminho possui seus percalços; embora os dois conheçam uma comunidade *hippie* que os recebe de braços abertos, eles são tratados como vagabundos numa lanchonete de uma pequena cidade no interior dos Estados Unidos. Como é conhecido, os dois motoqueiros são assassinados por moradores de uma cidade do interior, numa cena que ilustra perfeitamente as diferenças presentes na sociedade norte-americana naquele período: de um lado, a contracultura que se rebelava contra o que era arcaico e moralista, buscando construir seu espaço; de outro, a velha cultura do país, presente no interior da sociedade, local onde ela demonstrava sua força e presença. A revolta dos dois estava baseada numa tentativa de viver suas vidas às suas maneiras sem, no entanto, ter que derrubar o governo de Richard Nixon para isso; sua revolução era a de costumes, e não política ou armada (embora alguns grupos dentro dos Estados Unidos tenham se preparado para seguir o caminho dar armas para atingir sua “revolução”²⁹¹).

²⁹¹ Segundo Ken Goffman e Dan Joy, “Se a militância hip de esquerda nos Estados Unidos estava se tornando mais ativa nas ruas, suas ações não eram nada se comparadas à sua retórica. Por todos os Estados Unidos (e, em menor grau, na Europa), jornais alternativos que costumavam se preocupar com rock, drogas, sexo, paz, amor e filosofia mística estavam ensinando as pessoas a prepararem coquetéis molotov e publicando fotografias de freaks armados. (O *slogan* era “Amor Armado”). Era a hora da revolução, como cantou Mick Jagger, e embora a música dos Rolling Stones fosse ambígua, a esquerda freak estava – até o fim – se iludindo com a crença de que uma verdadeira revolução armada estava esperando na esquina”.

Percebe-se que a liberdade buscada na viagem ao interior da sociedade norte-americana na verdade encontra-se na viagem interior de cada um; segundo Lucy Dias, ao tratar das possíveis revoluções que se colocavam frente à juventude no período: “Revolução social *versus* revolução comportamental. Caminhos que se excluía – quem fosse de esquerda não deveria consumir drogas, uma coisa de alienado; enquanto para o *hippie*, política era um jogo sujo e desprezível, e a grande missão era transformar a própria vida”²⁹². A confusão entre o engajamento e a alienação, o posicionamento político e o desbunde marcaram o final da década de 1960, pois criou-se a idéia de que qualquer luta por mudanças comportamentais não era algo revolucionário, já que não tinha a intenção de modificar politicamente a sociedade – no caso do Brasil, as drogas eram vistas como alienação porque não auxiliariam em nada a derrubada do regime militar vigente. No entanto, no contexto acima citado por Dias, as drogas, em especial as alucinógenas, eram parte de uma experiência que abria as “portas da percepção”, as quais levavam o indivíduo a questionar a si próprio e a tudo a seu redor. Era através da viagem interior que se podia chegar a novos lugares e a novas formas de ação; para Goffman e Joy,

Reagir a pressões políticas não era uma especialidade *hippie*. Seguindo os passos de Ginsberg e Leary, a cultura jovem *freak* era influenciada por religiões transcendentais orientais como hinduísmo e as variações contraculturais do taoísmo e do zen-budismo abordadas anteriormente neste livro. Mesmo levando em conta a selvageria dos Merry Pranksters, a idéia subjacente básica era mais interior e contemplativa: mude a si mesmo e isso poderia acabar mudando o mundo; do que ativista: mude o mundo e no processo mude a si mesmo²⁹³.

Novos caminhos, mudanças no “eu”: o que era proposto por parte da juventude estava baseado na liberdade individual de fazer suas próprias regras. Como diria Raul Seixas alguns anos depois, em sua canção “Sociedade Alternativa”: “Faz o que tu queres pois é tudo da lei”. Cada um possuía sua própria lei e suas próprias regras de como viver

GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. pp. 319-320.

²⁹² DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Editora Senac, 2004. p. 102.

²⁹³ GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. *Op. Cit.* pp. 292-293.

nesse mundo, de como construir sua própria “sociedade”. O sonho estava posto, e ao alcance de cada um²⁹⁴.

Entretanto, o final da década de 1960 e o começo dos anos 70 viam acontecimentos que, de certa forma, sepultariam os sonhos quando do contato com a dura realidade; um deles transformou a rebeldia juvenil do rock contra seus próprios artífices. Um show dos Rolling Stones, realizado em Altamont, na Califórnia, no ano de 1969, tinha como seu principal objetivo ser um ambiente de conagração para a juventude, ao som das músicas da banda e num ambiente sem nenhum tipo de opressão. O grupo de motoqueiros conhecido como Hell’s Angels foi contratado para realizar a segurança do concerto e, durante a apresentação, um dos seguranças assassinou um espectador. O acontecimento é emblemático pois a morte do jovem representa a morte do próprio sonho *hippie*, com sua bandeira de união baseada em paz e amor; esse acontecimento mostrou que a canção da banda The Youngbloods, intitulada “*Let’s get together*”, não estava totalmente certa ao afirmar: “Come on people now / Smile on your brother / Everybody get together / Try and love one another right now”.

No entanto, talvez o fato que mais tenha contribuído para a morte do movimento *hippie*, nos termos como ele se constituiu no final da década, tenha sido a morte de Sharon Tate, então esposa do diretor Roman Polanski. A história de seu assassinato é conhecida, mas o que importa aqui é discutir as relações entre a seita criada por Charlie Mason e o espírito do período, de “fazer suas próprias regras”; acreditando estar sob a influência de uma mensagem oculta presente em uma música dos Beatles, Mason, com alguns seguidores (conhecidos como a família Mason), seguiu para a casa de Polanski onde ele assassinou Tate e outros convidados. A idéia de viver em comunidade, fora dos valores tradicionais e moralistas da sociedade vigente, havia aberto as portas para o surgimento de aberrações e distorções da sonhada nova sociedade baseada nas liberdades individuais; é óbvio que os assassinatos foram utilizados ostensivamente pelos conservadores como forma de ataque direto ao movimento *hippie*, condenado

²⁹⁴ No universo musical dos anos 60, especialmente na região de San Francisco, a noção de liberdade através da arte estava presente no cotidiano das pessoas, como mostra Paul Friedlander: “Devido à proximidade com as comunidades alternativas de San Francisco e Berkeley, a produção artística dos músicos refletia a fuga da comunidade da sociedade vigente e sua procura idealista por diferentes tipos de valores existenciais. Esta busca se manifestava de formas diferentes, entre elas, músicas que experimentavam os limites existentes e letras altamente críticas à sociedade conservadora”. FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 269.

especialmente pelas drogas, e às bandas de rock que, com suas músicas e atitudes, promoviam reações fora do normal em algumas pessoas. Como a morte no show dos Stones, o assassinato de Tate era outra punhalada certa nos sonhos da década.

Outros três eventos marcaram profundamente a transição entre a cultura florida dos anos 60 e os excessos dos anos 70: a morte de Janis Joplin e de Jimi Hendrix, em 1970, e de Jim Morrison, em 1971. Cada um, à sua maneira, representava de corpo e alma o espírito dos anos 60: Joplin e a imagem da liberação da mulher; Hendrix, com sua guitarra barulhenta e distorcida, causava com as notas as mesmas viagens que eram conseguidas à base das drogas alucinógenas; Morrison, com sua atitude de confronto com tudo que podia ser considerado autoritário ou mesmo intocável (como matar o pai), era talvez um dos mais importantes ícones da rebelião juvenil da década, nos Estados Unidos. As três mortes causadas pelo uso excessivo de drogas representavam outro aspecto questionável da liberdade *hippie*: até onde ir? Em relação às drogas, qual a linha entre o consumo com o intuito de libertar-se das amarras sociais e o consumo com o objetivo de manter-se preso a um vício autodestrutivo?

Algumas dessas questões seriam respondidas nos anos que se seguiram ao “fim do sonho”, como cantou John Lennon; segundo Goffman e Joy, ao tratarem do início dos anos 70 e sua relação com a década anterior,

Com a nova década, a vida nas ruas se tornou insustentável. O país estava passando por uma recessão econômica: grupos comunitários como os diggers, que já tinham mantido os hippies alimentados, tinham havia muito se dissolvido em muitos destinos pessoais. Os cidadãos comuns tinham se cansado de serem abordados . viciados em busca de dinheiro para conseguir heroína deixavam as ruas hippies inseguras. Com a revolução morta, as pessoas estavam se recolhendo em enclaves particulares, e as generosas comunidades de vagabundos místicos estavam encolhendo. Para aqueles desajustados que queriam fugir do nove-às-cinco e sustentar a festa desajustada, havia uma solução clara. Todos aqueles hippies e radicais que tinham se apressado em se ajustar ainda gostavam de ficar doidões, e eles então estavam recebendo pagamentos semanais.

A venda de drogas, em meio expediente ou em tempo integral, foi o estilo de vida escolhido por aqueles freaks radicais que ainda não podiam – ou não queriam – se adequar à sociedade. Para a maioria deles, eram apenas umas poucas trouxinhas de maconha vendidas aqui e ali para manter corpo e alma juntos. Mas hippies mais ousados e aventureiros construíram grandes negócios, especialmente em torno da importação e venda de maconha e da recentemente popularizada

cocaína, transportada “abaixo do radar” em aviões particulares, a partir do México, Colômbia, Peru e outras nações fornecedoras da América Latina²⁹⁵.

A passagem das décadas havia transformado o prazer da droga no negócio da droga; o que antes era utilizado para abrir a mente, liberar o corpo das amarras sociais, agora era a base de uma nova prisão, a do uso contínuo de drogas pesadas, como a cocaína. Segundo Peter Biskind, ao tratar da relação entre os crimes da família Mason e o fim do sonho hippie temperado com o pó branco dos anos 70

A grade ironia, é claro, é que os crimes ocorreram apenas dois anos depois do Verão do Amor, uma semana antes de Woodstock, a celebração de tudo o que deveria ser o melhor dos anos 60. Era como se, no momento exato da maturação, as flores negras da decomposição já estivessem brotando. As drogas psicodélicas estavam saindo de moda, o ácido havia sido misturado às anfetaminas criando uma droga chamada STP, que levava a estados agudos de paranóia. Haight-Ashbury já estava sendo dizimado por bolinhas e heroína e Hollywood começava sua louca jornada pela auto-estrada da cocaína. Havia uma sensação de final, de que uma era estava terminada, de que as pessoas tinham se dado muito bem por um tempo e que, para quem tinha inclinações apocalípticas, o Anjo da Morte não tardaria a por tudo em seus devidos lugares²⁹⁶.

O problema das drogas estava presente em *Sem Destino*; para conseguir o dinheiro para sua viagem até Nova Orleans, os dois motoqueiros vendem uma quantidade de cocaína, comprada provavelmente no México, como podemos ver no início da história, para alguém que representava o *establishment* tão combatido pelos hippies. Uma cena do filme retrata, de forma clara, o que se passava no final da década em relação à “revolução paz e amor”, quando o personagem de Peter Fonda, ironicamente chamado de Capitão América, diz: “Jogamos tudo fora”. O tudo poderia ser muitas coisas, mas naquele contexto dizia respeito às possibilidades imaginadas até então que, pelas ações de membros do próprio movimento, não chegaram a se concretizar. No entanto, é importante salientar a importância que esse filme, e outro lançado antes dele, tiveram como expoentes da cultura da época.

²⁹⁵ GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. *Op. Cit.* p. 346.

²⁹⁶ BISKIND, Peter. *Como a geração sexo-drogas-e-rock’n’roll salvou Hollywood: Easy Riders, Raging Bulls*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009. p. 83.

Lançado em 1967, *Bonnie e Clyde*, dirigido por Arthur Penn e estrelado, entre outros, por Warren Beatty e Faye Dunaway, trazia para as telas dos cinemas um velho tema de Hollywood, comum nos anos 30: os gângsteres. Se nos anos 30 esse tipo de filme tinha servido como propaganda dos anos Roosevelt, com finais moralizantes que destruíam os foras-da-lei e elevavam a imagem do governo²⁹⁷, especialmente do recém-criado FBI, nos anos 60 os criminosos eram celebrados pois eram fruto da crítica da nova geração aos mais velhos. Ao acabar com a polarização bandidos e mocinhos, o filme transformou os assaltantes em indivíduos que combatiam a vilania da geração anterior. Segundo Biskind,

Entretanto, não era apenas a violência de Bonnie e Clyde, não era apenas a recusa em mostrar arrependimento por seus atos que os punha contra “eles”; era a elegância e a energia com que o filme coloca o moderno e o bacana contra tudo o que era velho, careta e feio. (...) Se os filmes de James Bond legitimavam a violência dos governos e os filmes de Sergio Leone legitimavam a violência dos vingadores solitários, Bonnie e Clyde legitimava a violência contra o sistema, a mesma violência que ardia nos corações e mentes de centenas de milhares de oponentes frustrados da Guerra do Vietnã²⁹⁸.

O que se via nas salas de cinema, nas músicas e nas ruas era uma crítica aberta ao *establishment* e a suas ações. Havia uma rebelião, ainda que em alguns casos ela fosse interna, contra o sistema capitalista, que naquele momento encontrava-se num período econômico extremamente favorável²⁹⁹. Filmes como *A batalha de Argel*, sobre o conflito entre argelinos e os colonizadores franceses, ao mostrar a luta dos dominados contra uma cultura que não era a sua, ataçaram a mente de muitos jovens nos anos 60, influenciando até membros dos Panteras Negras. *Bonnie e Clyde* e *Sem Destino*, entre outros filmes do período, traziam o mesmo tipo de contestação de uma geração que não estava disposta a viver como seus pais. Segundo Mark Kurlansky,

²⁹⁷ *Anjos de cara suja (Angels with dirty faces)*, de 1938, tem um final totalmente moralista: o personagem de James Cagney, ao caminhar para sua sentença de morte, cai em prantos, mostrando que, afinal, ser um gangster não era algo do qual se podia vangloriar. Ao assumir-se como um fracasso, após pedido de um padre que via nessa ação um desestimulante para que os jovens do bairro seguissem o caminho do crime, o personagem de Cagney seguia fielmente a política de combate ao crime de Roosevelt e J. Edgar Hoover.

²⁹⁸ BISKIND, Peter. *Op. Cit.* p. 51.

²⁹⁹ Segundo Eric Hobsbawm, período compreendido entre o fim da 2ª Guerra Mundial e o começo dos anos 70, caracterizado pelo autor como Era de ouro. Ver HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Especialmente o capítulo 9, “Os anos dourados”.

People born during and directly after World War II grew up in a world transformed by horror, and this made them see the world in a completely different way. The great lesson of Nazi genocide for the postwar generation was that everyone has an obligation to speak up in the face of wrong and that any excuse for silence will, in the merciless hindsight of history, appear as pathetic and culpable as the German in the war crimes trials, pleading that they were obeying orders. This was a generation that as children learned of Auschwitz and Bergen-Belsen, of Hiroshima and Nagasaki. Children who were told constantly throughout their childhood that at any moment the adults might decide to have a war that would end life on earth³⁰⁰.

Os responsáveis pelas agitações culturais na década haviam crescido sob a influência de duas guerras: a de seus pais, lutando contra a ameaça nazista no mundo; e aquela que havia sido criada para que eles lutassem, num pequeno país no meio da selva do sudeste asiático. É fundamental entender o papel que tanto a 2ª Guerra Mundial como a Guerra do Vietnã tiveram no desenvolvimento da sociedade norte-americana entre as décadas de 1940 e 1960; o envolvimento dos Estados Unidos na guerra na Europa significou a resposta norte-americana a um ataque ao território e aos valores do país, ou seja, embora houvesse muitas mortes de combatentes norte-americanos no conflito, havia na sociedade a idéia de que a luta era necessária, pois o que se combatia era a ameaça de um regime ditatorial que poderia atingir todo o mundo. Daí a presença, até os dias de hoje, da lembrança dessa guerra, com as paradas em 4 de julho e a lembrança do dia em que a guerra finalmente terminou. O conflito no Vietnã, reflexo da paranóia anticomunista e do momento da Guerra Fria, era vista, especialmente pela juventude, como o tipo de genocídio contra o qual se lutara nos anos 40; havia, em parte da sociedade nas décadas de 1960 e 1970, o posicionamento contrário à participação do país no conflito, porque não se tratava de uma resposta a um ataque vietnamita e porque a guerra, em si, mostrava-se um fracasso, impossível de ser ganha. Tratava-se de um envolvimento bélico cuja finalidade era marcar a posição mundial do país e movimentar a indústria armamentista norte-americana. O filme *Nascido em 4 de Julho*, de Oliver Stone, marca o entendimento que parte da juventude do país teve da guerra, especialmente na fala do personagem de Tom Cruise numa cena no final do filme: “Eles mataram uma geração inteira de jovens”. Cruise, de voluntário para lutar a manifestante contra a guerra,

³⁰⁰ KURLANSKY, Mark. *1968: the year that rocked the world*. London: Vintage, 2005. p. 100.

sintetiza nessa frase o sentimento em relação àquela guerra, que pode ser entendida como ponto de confronto entre duas gerações, a dos velhos “senhores da guerra” e a da juventude contracultural do período.

A revolta da geração dos anos 60 incluía desde o despreço daquela geração beligerante que estava no comando da sociedade pelo ser humano, como as imagens na TV mostravam com ataques norte-americanos a vilarejos norte-vietnamitas, até os aspectos culturais da geração de seus pais. A rebelião incluía aspectos comportamentais que eram observados desde os anos 50, com a criação de uma moda jovem, com jeans, vestidos leves e soltos e pares de tênis All-Star. O modo de se vestir jovem dos anos 50 nos Estados Unidos, depois exportado mundialmente, representava, paradoxalmente, uma revolta contra o modo de se vestir dos pais, e uma dominação desses jovens pelo sistema, pois com essa nova geração o que se via era o surgimento de um novo nicho de mercado. Até o rock, tão rebelde no estilo e em algumas de suas letras, era um grande negócio. Para Hobsbawm,

Seus estilos juvenis se difundiam diretamente, ou através da amplificação de seus sinais *via* a intermediária cultural Grã-Bretanha, por uma espécie de osmose informal. Difundiam-se através dos discos e depois fitas, cujo grande veículo de promoção, então como antes e depois, era o velho rádio. Difundiam-se através da distribuição mundial de imagens; através dos contatos internacionais do turismo juvenil, que distribuía pequenos mas crescentes e influentes fluxos de rapazes e moças de *jeans* por todo o globo; através da rede mundial de universidades, cuja capacidade de rápida comunicação internacional se tornou óbvia na década de 60. Difundiam-se ainda pela força da moda na sociedade de consumo que agora chegava às massas, ampliada pela pressão dos grupos de seus pares. Passou a existir uma cultura jovem global³⁰¹.

Foi justamente essa cultura jovem global, levada ao extremo com o fenômeno da *beatlemania* a partir de 1964 nos Estados Unidos, que possibilitou depois a rápida expansão dos movimentos juvenis do final dos anos 60. Tratava-se de um mesmo grupo social que, embora disperso em diferentes países e sociedades, possuía características em comum, em especial na relação com a geração dos pais; havia uma busca por símbolos comuns, e por uma identidade cultural que os diferenciase. Embora muitos tenham buscado realizar sua própria “revolução”, fosse pelas drogas, pela meditação ou pela

³⁰¹ HOBBSAWM, Eric J. *Op. Cit.* pp. 320-321.

viagem, todos possuíam o mesmo sentimento de ser diferentes do que havia até então. Sobre a questão do abismo de gerações, escreve Hobsbawm

O poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade. Contudo, o que acentuou os contornos dessa identidade foi o enorme abismo histórico que separava as gerações nascidas antes de, digamos, 1925 das nascidas depois de, digamos, 1950; um abismo muito maior que o entre pais e filhos no passado. (...)

A Era de Ouro alargou esse abismo, pelo menos até a década de 1970. Como rapazes e moças criados numa era de pleno emprego podiam compreender a experiência da década de 1930, ou, ao contrário, uma geração mais velha entender jovens para os quais um emprego não era um porto seguro após mares tempestuosos (sobretudo um emprego garantido, com direitos de aposentadoria), mas uma coisa que podia ser conseguida a qualquer hora, e abandonada a qualquer hora que a pessoa tivesse vontade de ir passar alguns meses no Nepal? Essa versão do abismo não se restringiu aos países industriais, pois o impressionante declínio do campesinato criou um abismo semelhante entre gerações rurais e ex-rurais, braçais e mecanizadas³⁰².

Outro aspecto que distinguia essa geração de todas as anteriores era a publicidade que ela conseguiu para si através dos aparelhos televisores presentes nas residências ao redor do mundo, como mostra Kurlansky

By 1968 Walter Cronkite had reached what for him was a disturbing conclusion, that television was playing an important part not only in the reporting of events, but in the shaping of them. Increasingly around the world, public demonstrations were being staged, and it seemed clear to him that they were being staged for television. Street demonstrations are good television. They do not even have to be large, they need only enough people to fill the frame of a television camera. “You can’t put that as the only reason they were in the streets; demonstrations took place before television, but this was an added incitement to demonstrate”, Cronkite reflected decades later. “Particularly as television communications in the world showed them that this was successful in different communities, they obviously felt, well, that’s the way you do it. And so it was epidemic around the world”³⁰³.

A importância de ser visto, de mostrar suas manifestações realça a importância que os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, tinha para os jovens da

³⁰² HOBSBAWM, Eric J. *Op. Cit.* p. 322.

³⁰³ KURLANSKY, Marc. *Op. Cit.* p. 102.

geração dos anos 60. Segundo Abbie Hoffman, um dos gurus do período, citado por Kurlansky, “‘A modern revolutionary group’, Hoffman explained, ‘headed for the television station, not for the factory’”³⁰⁴. A frase tem dois sentidos muito claros: o primeiro nos mostra que questões de classe estavam fora do movimento, ou seja, não se tratava de uma revolução política baseada no levante da classe oprimida sobre a classe dominante, ou dos trabalhadores sobre a burguesia, mas de uma revolução cultural, baseada em mudanças individuais e de costumes³⁰⁵; o segundo está relacionado ao poder que as emissoras de TV, enquanto veículos de propagação das idéias dos grupos hippies, exerciam sobre eles. Estar nos aparelhos televisores das casas das pessoas significava trazê-las para o que estava acontecendo nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo; significava também usar uma das principais armas do *establishment* para atingi-lo em cheio. O que os jovens do período não conseguiam compreender, no entanto, é que eles estavam nos programas das emissoras de TV não porque suas atitudes ou suas idéias fossem aceitas pelas grandes redes, mas sim porque eles, naquele momento, davam ibope; em muitos casos, era melhor ver os jovens em São Francisco pela TV do que vê-los cara a cara quando se virasse a esquina. A atitude da contracultura virou o negócio da contracultura, sendo copiada e transmitida para vários lugares do mundo; os rendimentos que filmes como *Sem Destino* tiveram nas salas de cinema comprova que a contracultura dos grupos hippies, assim como havia acontecido com o rock dos anos 50, havia se transformado num valioso item comercial.

A moda hippie, seu estilo de vida e seu linguajar foram exportados e copiados em diversas partes do mundo, muitas vezes sem grande reflexões sobre o que significava vestir-se ou agir daquela maneira. A liberalização dos costumes iniciada com o movimento hippie encontrou eco nas formas culturais dos anos 70, em especial na música

³⁰⁴ KURLANSKY, Marc. *Op. Cit.* p. 98.

³⁰⁵ Para Hobsbawm, “A antinomia essencial da nova cultura jovem surgiu mais claramente nos momentos em que encontrou expressão intelectual, como nos instantaneamente famosos cartazes dos dias de maio de 1968 em Paris: “É proibido proibir”, e na máxima do radical *pop* americano Jerry Rubin, de que não se deve confiar em ninguém que não tenha dado um tempo (na cadeia). Ao contrário das primeiras aparências, estas não eram declarações políticas de princípios no sentido tradicional – mesmo no sentido estreito de visar à abolição de leis repressivas. Não era esse o seu objetivo. Eram anúncios públicos de sentimentos e desejos privados. Como dizia um *slogan* de maio de 1968: ‘Tomo meus desejos por realidade, pois acredito na realidade de meus desejos’. Mesmo quando tais desejos eram acompanhados de manifestações, grupos e movimentos públicos; mesmo no que parecia, e às vezes tinha, o efeito de rebelião de massa, a essência era de subjetivismo”. HOBSBAWM, Eric J. *Op. Cit.* pp. 325-326.

e no cinema; o rock progressivo, com músicas “viajantes” e letras introspectivas, tentou reconstruir o ambiente dos anos 60 na nova década o que, obviamente, não foi possível. Bandas como Pink Floyd, Genesis, Yes e outras transformaram o rock de um estilo musical simples e direto, feito para atingir os jovens em cheio, em algo grandioso e cheio de virtuosismo. Peguemos o exemplo do Pink Floyd, grupo inglês fundado em 1965, com suas músicas beirando as experiências das drogas alucinógenas do período. Até a saída de Syd Barrett por conta de sua autodestruição pelo consumo excessivo de drogas – o que representa, em pequena escala, o fim do sonho dos anos 60 – a banda fazia um som influenciado pelo ambiente da década. A entrada de David Gilmour levou a uma transformação que credenciou o Floyd como expoente máximo do rock progressivo, com músicas longas, som com diversas influências e letras quase oníricas. A simplicidade do rock, com músicas feitas para se dançar e se divertir, havia adquirido uma complexidade que não condizia com os ideais de simplicidade dos *hippies*.

O rock não havia mudado apenas na forma, mas também através de seus protagonistas; se nos anos 60 as bandas tinham integrantes de idade parecida às de seus ouvintes, por volta de 25-28 anos, as bandas que continuaram em atividade na década de 70 viram seus integrantes envelhecerem, tomando o caminho da geração de velhos criticada anteriormente. Mick Jagger e Keith Richards, por exemplo, ícones da rebeldia dos 60, estavam com mais de 30 anos em 1975; segundo os jovens de 1968 eram, certamente, “inimigos”. Os Rolling Stones, juntamente com bandas como Led Zeppelin, alcançaram cifras impressionantes nos anos 70; os integrantes do Led, por exemplo, possuíam um jato particular, objeto que representava o grande negócio que o rock havia se tornado na década. O furor de contestação contra o sistema havia se transformado em pequenas atitudes de megalomania, fruto da transformação dos roqueiros em “rock stars”, fenômeno que seria ainda mais visível nos anos 80, com bandas como Bon Jovi e outras, com seus shows alimentados por histeria juvenil e parafernália tecnológica. O álbum “The Wall”, lançado pelo Pink Floyd em 1980, é um exemplo claro dos excessos da década de 1970; nele, Roger Waters, baixista da banda, leva sua megalomania ao extremo, a ponto dos shows de lançamento do disco serem apresentados com a banda atrás de um grande muro construído no palco representado que a comunhão entre artistas e público nos anos 60 havia se transformado numa clara divisão.

No Brasil, as divisões entre esquerda e direita, influenciadas em grande parte pelo regime militar em voga, haviam criado uma certa ojeriza por possíveis movimentos contraculturais; exemplo disso é a reação de parte dos estudantes de esquerda a apresentações de Caetano Veloso, em especial a ocorrida no Teatro da Universidade Católica (TUCA), quando da eliminatória paulista do 3º Festival Internacional da Canção, quando Caetano, usando roupas de plástico, canta “É proibido proibir” e é vaiado por grande parte da platéia. Caetano, então, diz para os estudantes “Vocês não estão entendendo nada”, e é desclassificado. A idéia de “patrulha ideológica” era criticada pelos músicos da chamada Tropicália, como afirma o próprio cantor: “Muitas manifestações de repúdio às novidades que trazíamos se seguiram a essa. Sempre, felizmente, em nível mais alto. E tinham como alvo nosso suposto comercialismo e, sobretudo, nosso desrespeito aos princípios do projeto estético das esquerdas, dito nacional-popular”³⁰⁶. Gilberto Gil, citado por Carlos Calado, segue a mesma linha de pensamento: “Não temos culpa se eles não querem ser jovens. É isso mesmo, querem que a gente cante sambinhas. Mas não tenho raiva deles não, eles estão embotados pela burrice de uma coisa chamada Partido Comunista resolveu por nas cabeças deles”³⁰⁷.

A sociedade brasileira via, no final dos anos 60, radicalismos de ambas as partes; do lado do regime militar, aumentava o número de presos políticos, torturados e desaparecidos; do lado da oposição de esquerda, surgiam os primeiros assaltos a bancos e os primeiros sinais de uma resistência armada aos militares. As manifestações culturais do período sofreram as conseqüências destas radicalizações; exemplo disso é a “passeata contra as guitarras” realizadas em São Paulo em 17 de julho de 1967, organizada por adeptos da mais fina MPB, fruto da bossa nova e da concepção de um estilo musical “brasileiro”. O uso de guitarras e outros instrumentos elétricos era tido como instrumento da “dominação imperialista” norte-americana no país, o que levou membros da esquerda politizada (grupo especialmente forte entre os emepistas) a criticarem abertamente a posição “alienada” dos cantores da Jovem Guarda e depois os tropicalistas.

É importante analisar o que foi o tropicalismo a partir do momento histórico em que ele surgiu. Desde a primeira metade dos anos 60 a música brasileira caminhava para

³⁰⁶ VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 206-207.

³⁰⁷ CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 223.

uma estrutura de crítica ao sistema, com as chamadas canções de protesto (das quais *Carcará*, interpretada por Maria Bethânia, talvez seja uma das mais conhecidas). Artistas contrários ao regime militar procuraram através de sua arte criticar a ditadura que se instalara no país desde 1964. Dois posicionamentos de crítica, no entanto, podem ser observados: de um lado, artistas que utilizavam o conteúdo de suas obras para criticarem o regime (caso de Chico Buarque, por exemplo, que utilizava ritmos consolidados, como samba e choro, como base de suas letras politizadas contra os militares); de outro, artistas que procuravam chocar o conservadorismo burguês e retrógrado da sociedade através da forma como apresentavam suas obras de artes (como é o caso dos músicos tropicalistas e de outros artistas, como José Celso Martinez Correa, diretor do Teatro Oficina, com suas montagens inovadoras, como é o caso de *O rei da vela*). Por mais que haja um debate entre denúncia através de forma e conteúdo, pode-se dizer que os dois grupos atingiram, com graus distintos de intensidade, a ditadura brasileira.

Essa divisão no meio artístico brasileiro refletia a divisão ideológica entre os grupos contrários ao regime, e isso fica claro se tomarmos as posições de Caetano Veloso e Geraldo Vandré. Enquanto o primeiro se colocava como novidade, como agitador cultural, o segundo se colocava como o único que teria “(...) ‘a forma e o conteúdo mais adequados ao estágio da esquerda e dos movimentos populares no país’, naquele período”³⁰⁸. De um lado, as mudanças estéticas exigidas por um período de mudanças e contestações; de outro, a arte a serviço da esquerda e dos movimentos populares no país.

Os tropicalistas alcançaram grande popularidade com suas canções, mas, como foi dito anteriormente, eram mal vistos no ambiente acadêmico, especialmente pelos estudantes ligados aos grupos de esquerda mais tradicionais. Para estes, as guitarras eram “insultos contra a cultura nacional” e, conseqüentemente, Caetano, Gil e os demais tropicalistas podiam ser considerados ‘agentes’ do imperialismo cultural norte-americano. Além disso, como suas canções não eram classificadas como politizadas, eles eram vistos também como artistas alienados, não preocupados com a situação política do país. Nesse sentido, Vandré constituía a figura ideal do artista engajado para os grupos de esquerda no país, enquanto Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros representavam o tipo de músico que não tinha nada a contribuir com a luta pela derrubada da ditadura.

³⁰⁸ CALADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 149.

O exílio de Caetano e Gil, a ida de Chico Buarque para a Itália e as ações dos militares contra os movimentos de oposição ao regime selaram o fim dos anos 60 no Brasil; as portas, no entanto, estavam abertas, e os anos 70 testemunhariam o surgimento de novos artistas que, cada qual a seu estilo, levaram a contracultura brasileira a novos patamares.

Anos 70 – Novos Baianos, Secos e Molhados e Raul Seixas: rumos contraculturais

Embora a música brasileira nos anos 70 tenha presenciado a volta de Caetano Veloso e Gilberto Gil, com propostas estéticas distintas daquelas propagadas pelo Tropicalismo, as músicas, censuradas ou não, de Chico Buarque (ou Julinho da Adelaide) contra os militares, e o surgimento de um proto-rock nacional, com bandas como Os Mutantes (sem Rita Lee) e Made in Brazil (banda paulistana cuja proposta era unir o rock ao blues, bem ao estilo do Led Zeppelin), foram os grupos Novos Baianos e Secos e Molhados, e o “rock singer” brasileiro Raul Seixas, que marcaram a década.

Formado pelos músicos Pepeu Gomes, Moraes Moreira, Luiz Galvão, Paulinho “Boca de cantor” e Baby Consuelo no final dos anos 60, os Novos Baianos realizaram, tanto na parte estética como no terreno comportamental, uma transformação no cenário musical brasileiro. Mesclando ritmos nacionais, como o samba, com as pesadas guitarras roqueiras de Pepeu Gomes, o grupo construiu um repertório cuja classificação possível era a contestação. Seu estilo musical representava não apenas uma ruptura, mas uma desconstrução do que se conhecia até então; de certa forma, era uma continuação do que a Tropicália havia feito no final da década anterior ao misturar, por exemplo, berimbau e guitarras elétricas na canção “Domingo no parque”, de Gilberto Gil. Exemplo do tipo de desconstrução realizada pelos Novos Baianos é a canção “Samba da minha terra”, gravada originalmente por Dorival Caymmi em 1957³⁰⁹, que possui duas partes nitidamente distintas; no começo, algo que nos lembra um samba clássico brasileiro; em seguida, o uso das guitarras cria um ambiente roqueiro, modificando o estilo escutado até aquele momento. Outras canções, como “Preta pretinha”, e “Besta é tu”, juntam estilos

³⁰⁹ Conforme o site <http://www.dorivalcaymmi.com.br/sitebiografico>, acessado em 18 de dezembro de 2009.

como uma espécie de colagem sonora cujo objetivo era construir um novo tipo de som, distinto do que existia até então.

Mais do que nas músicas, os Novos Baianos ousaram em suas atitudes, criticando através de suas ações o conservadorismo instalado no país cuja característica política básica podia ser vista através dos que governavam o Brasil. Segundo Lucy Dias,

Os Novos Baianos, Luiz Galvão, Moraes Moreira, Paulinho Boca de Cantor, Baby Consuelo e Pepeu Gomes, *mandavam* ver produzindo um som que bebia direto na fonte da contracultura e no tropicalismo, combinado com suingue e malandragem. Eles não só embalaram os sonhos da geração pé-na-estrada, como também *entraram de sola* no movimento *hippie*, vivendo em comunidade “[...] num amplo apartamento em Botafogo, com suas guitarras, baterias, almas e bagagens. Nos cômodos eles armaram tendas de panos coloridos, e cada um tinha a sua ‘casa’, cuidava dela, recebia seus amigos, namorava, ficava sozinho. Elétricos, lisérgicos, canábicos e talentosíssimos, os Novos Baianos faziam música dia e noite, tinham incontáveis amigos e a geladeira sempre cheia – e sempre vazia”³¹⁰.

Os Novos Baianos representava, através de suas ações, o tipo de inconformismo surgido na década passada em torno dos valores tidos como “comuns” pela sociedade; a vida em comunidade, com regras definidas entre seus integrantes, em pleno momento de maior rigidez da ditadura militar, significava assumir um posicionamento amplamente contestatório. Embora não fosse feita à sombra da ideologia de um grupo de esquerda, a contestação das comunidades alternativas surgidas nos anos iniciais da década de 1970 em relação ao sexo, às drogas e às atitudes tinha um objetivo claramente político, como outra banda do mesmo período iria demonstrar no palco.

O grupo Secos e Molhados teve uma carreira meteórica; lançou seu primeiro disco em 1973, o segundo em 1974, e em 1975 o vocalista Ney Matogrosso havia se desligado da banda para seguir carreira solo. A banda inovou em vários aspectos, sendo dois fundamentais para entender sua importância para o cenário cultural do período: o primeiro, baseado na mistura entre letras que beiravam o poético e sons que iam do vira português (como em “O vira”) ao rock; o segundo, talvez o mais importante, tinha como

³¹⁰ DIAS, Lucy. *Op. Cit.* pp. 108-109. A citação dentro do texto da autora é do livro de Nelson Motta, *Noites tropicais*.

base a imagem do grupo em si, com suas roupas, sua maquiagem e o jeito que o vocalista Ney Matogrosso realizava sua performance no palco. Segundo Ana Maria Baiana,

Mas a base mesmo, a pedra de toque e a própria essência do grupo e provavelmente o fator número um de seu sucesso – é o lado visual, o uso de uma certa androginia, casual na medida em que não é uma bandeira, um argumento, mas um dos muitos lados de “poder reinventar tudo, a cara, as roupas”, que João Ricardo coloca.

O objetivo primordial é um só, claro, flagrante: chamar a atenção de uma platéia altamente massificada, usar do insólito visual para chocar, alertar e, a partir disso, descobrir (...) ³¹¹.

Os Secos e Molhados, com sua atitude no palco, as danças com conteúdo claramente sexual de Ney Matogrosso e suas maquiagens ambíguas traziam à tona um questionamento direto à sociedade brasileira, calcada ainda em elementos altamente conservadores. Embora não fizesse críticas abertas ao próprio regime militar, a postura dos integrantes da banda ressaltava suas críticas à sociedade que, através especialmente de sua classe média, sustentava a ditadura. Segundo o próprio Ney,

Sempre fui muito recatado, mas descobri que, com aquela maquiagem, liberava um lado meu mais agressivo, contestador. O Brasil era um país careta, submetido a uma ditadura militar agressiva. Claro que fiquei surpreso com a repercussão. Eu sabia que estava provocando. Volta e meia recebia ameaças. Cheguei a receber informações, antes de subir no palco, de que seria assassinado naquela noite. Queriam que eu entrasse em carros que nunca entrei. Uns carros que apareciam para me apanhar na saída do teatro. Diziam que era para me proteger ³¹².

Os concertos do grupo representavam um tipo de performance que se elevava ao extremo; conforme Ana Maria Baiana,

Mas outros fatores, mais sutis, se escondem atrás das sombras negras, da máscara pálida e da purpurina – a causadora de tudo, pois foi a partir desse pó brilhante já usado amplamente por grandes grupos pop internacionais, como os Rolling Stones, que uma amiga lhes enviou como presente, que eles descobriram as possibilidades transformadoras da maquiagem. Tentar uma

³¹¹ BAIANA, Ana Maria. *Nada será como antes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 143.

³¹² MATOGROSSO, Ney. Entrevista para a revista TPM. Disponível no site http://www2.uol.com.br/neymatogrosso/imp_jan07_01.htm. Consultado em 18 de dezembro de 2009.

forma de teatro é um desses fatores “porque não faz sentido você ir num palco cantar só porque sua voz é bonitinha, ou a música é bonitinha”³¹³.

Mais do que chocar a platéia, a intenção do grupo era fazê-la refletir sobre o que estava vendo, numa experiência que englobava não apenas a música, mas a apreciação das letras e do que viam no palco. Justamente através da provocação, com um “tapa na cara” da caretice tipo classe média brasileira, é que os Secos e Molhados buscavam conscientizar seu público. Embora sempre tenha se assumido contra o rótulo de ser um “guru” dos homossexuais, a androginia de Ney Matogrosso trazia para a frente do palco, para que todos pudessem ver, um grupo de pessoas que ainda tinham que se esconder para poder existir. Contra qualquer ranço autoritário, os integrantes do grupo se colocavam como autênticos libertários, cujas posições atingiam um grau extremamente politizado quando confrontadas com os costumes conservadores no país.

Raul Seixas, nos anos 70, representava o que podia ser o rock feito em terras brasileiras. Enquanto cantor e compositor, ele tinha músicas que abrangiam duas grandes vertentes do rock: de um lado, ele trazia todo o ritmo do *rockabilly* dos anos 50, com canções que remetiam aos anos iniciais do ritmo, com Buddy Holly, Bill Halley and his Comets e outros; de outro lado, ele realizava uma mistura de ritmos, transformando um estilo norte-americano em algo à brasileira que refletia sua própria sociedade. Exemplo máximo desse conjunto musical que era sua obra está presente na canção “Let me sing, let me sing”, apresentada no VII Festival Internacional da Canção da Rede Globo, em 1972; Raul conseguiu juntar aspectos básicos do rock, como as guitarras e o ritmo contagiante, que chama as pessoas para a dança, com características da música brasileira, ao trocar as guitarras pelo baião no meio da canção.

A letra da “Let me sing, let me sing” reflete também o ambiente político e cultural do país no período; ao pedir que lhe deixassem cantar seu rock’n’roll e fosse embora, Raul Seixas pede passagem para sua música e seu estilo, sem nenhum tipo de censura. Ao cantar “Não quero ser o dono da verdade / Porque a verdade não tem dono não”, o compositor se mostra contra qualquer tipo de autoritarismo que possa lhe impedir de se expressar. Sua fala não se volta apenas aos militares no poder, mas a qualquer grupo que

³¹³ BAIANA, Ana Maria. *Op. Cit.* pp. 143-144.

pudesse ser contra seu estilo roqueiro; como uma provocação, Raul não apenas coloca o título da música em inglês, mas abusa do idioma em diversos momentos, gritando frases como “Let me sing, let me sing, let me sing my rock’n’roll / Let me sing, let me swing, let me sing my blues and go”, ou ainda “Let’s do it one more time, go!”. Se lembrarmos que alguns anos antes tudo que vinha dos Estados Unidos era considerado parte do “imperialismo ianque”, a postura de Raul Seixas vai de encontro ao posicionamento que muitos grupos de esquerda defendiam na década anterior. Em outro momento, ele canta: “Não vim aqui querendo provar nada / Não tenho nada pra dizer também / Só vim curtir meu rockzinho antigo / Que não tem perigo de assustar ninguém”, quebrando com a imagem de que o ideal do artista é o artista engajado, que tem algo a dizer.

Raul Seixas criou nos anos 70 uma carreira que era o reflexo das mudanças pelas quais a juventude e os movimentos de oposição à ditadura passavam; se por um lado ele criticava abertamente os *hippies* da década anterior, por terem sido tão facilmente cooptados pelo sistema capitalista, por outro ele se mostrava contrário ao posicionamento das esquerdas tradicionais, cujo autoritarismo sobre o indivíduo era tão maléfico como aquele posto em prática pela ditadura. Raul procurava com suas letras e atitude libertária incentivar comportamentos que, juntos, pudessem modificar a sociedade, mas sem nenhum traço autoritário sobre as pessoas; como dito anteriormente neste texto, a frase que melhor sintetiza seu pensamento é “Faz o que tu queres pois é tudo da lei”. Seu projeto de Sociedade Alternativa nada tinha a ver com as ações dos hippies anos antes; segundo Luiz Alberto Boscato, em sua Tese de Doutorado sobre a relação entre a obra de Raul Seixas e a contracultura: “O que antes era um ‘movimento comportamentista’ já adquiria, com Raul Seixas, a formatação de algo maior: a luta por um projeto coletivo para a construção de uma Sociedade Alternativa, onde toda essa liberdade de pensamento, de sentimentos e de comportamento seria permitida. Ela foi a resposta da Contracultura, ao fechamento da ditadura militar”³¹⁴.

A Sociedade Alternativa, da forma como foi pensada por Raul Seixas e outros, representava uma tentativa de sair do controle do sistema, ou fugir de suas regras. Raul Seixas lutava para não ser encaixado em nenhum tipo de estereótipo, como afirma em sua

³¹⁴ BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. *Vivendo a Sociedade Alternativa: Raul Seixas no Panorama da Contracultura Jovem*. USP: Tese de Doutorado, 2006. p. 147.

canção “Metamorfose ambulante”: “Prefiro ser essa metamorfose ambulantes / Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante / Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo (...) Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes / Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante”. A Sociedade Alternativa de Raul estava em todos os lugares, em todas as pessoas, livres para fazer e agir da maneira que quisessem. Segundo Boscato,

Há duas formas de se compreender a Sociedade Alternativa anunciada por Raul Seixas. Uma é a física, a que deveria se localizar no terreno cedido pela Astrum Argentum com o nome de Cidade das Estrelas, em um projeto que foi interrompido, e a da Sociedade a ser construída pelo enorme leque de movimentos jovens libertários dos anos 1960 e 1970. A outra é a metafísica, a que continua a existir independentemente das noções de tempo e espaço, como força motriz a animar novas formas de luta libertária e de expressão criativa³¹⁵.

Os artistas aqui analisados representavam projetos culturais que refletiam as discussões do começo da década de 1970 no Brasil. Tanto os Novos Baianos como os Secos e Molhados e Raul Seixas criaram imagens cujo objetivo principal era levar à sociedade a mensagem de que, naquele momento, as discussões sobre liberdade individual e de pensamento eram tão políticas quanto as ações da década anterior voltadas para a derrubada da ditadura e para a conquista do poder, em seu sentido político mais clássico. As ações comportamentais, especialmente do grupo baiano e do trio comandado por Ney Matogrosso, adquirem uma feição altamente politizada quando confrontadas com os valores morais de uma sociedade que, ainda sob os resquícios do “milagre econômico” dos militares, acreditava que uma ditadura militar não era, afinal, tão ruim assim, desde que no final do mês o salário pudesse ser utilizado para comprar alguns bens de consumo. As provocações de Ney Matogrosso no palco, com sua dança e suas roupas provocantes, aliadas ao estilo de vida dos integrantes dos Novos Baianos (algo que fugia completamente do estereótipo da família brasileira) e ao jeito “maluco beleza” de ser de Raul Seixas, com suas propostas de formação de um novo tipo de sociedade, representavam um novo tipo de ataque ao governo militar que, após a caça aos grupos de esquerda na década anterior, encontrava-se num momento de alta popularidade. Novas atitudes comportamentais frente à carece da sociedade de tipo patriarcal

³¹⁵ BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. *Op. Cit.* p. 162.

brasileira abriram um novo campo de oposição ao regime, bem ao estilo contracultural da época.

Novos tempos, novos conservadores e outros jovens

Embora John Lennon tenha dito, no começo da década de 1970, que o sonho havia terminado, muitos pareciam não dar atenção às palavras do ex-beatle. A saída para o pesadelo da ditadura militar, da opressão e da falta de liberdade social era procurada na liberdade individual, fosse no modo de se vestir, no jeito de se comportar ou na atitude frente à vida. Parte dos anos 70 presenciou essa contestação nas ações da juventude que se viu, especialmente após os primeiros sinais de declínio do “milagre” dos militares, com certo grau de manobra para se expressar. Entre os estudantes paulistanos, o Colégio Equipe foi importante pólo cultural no final da década de 70³¹⁶, pois, além de constituir importante local de discussões políticas³¹⁷, ele possibilitava a seus estudantes o espaço necessário para que pudessem se expressar e para que criassem suas formas próprias de ação cultural, fosse com aulas de cinema, fosse com a produção de jornais nos quais os estudantes podiam publicar textos de sua autoria³¹⁸. Tal possibilidade era fruto não apenas do momento de decadência do regime, mas também das manifestações culturais da década de 1970, como discutido neste capítulo. As formas artísticas, fora da órbita da chamada arte engajada, da década abriram espaço para novas formas de expressão, com conteúdo ligado à subjetividade de cada autor.

³¹⁶ No jornal Versus, edição de dezembro de 1975/ Janeiro de 1976, há uma propaganda do Colégio Equipe que procura construir a imagem de um colégio que abria espaço para seus estudantes se expressarem: “No Colégio Equipe seu filho é tratado como gente. Não como máquina de responder testes. Nem como um espectador passivo, que não tem direitos, que não participa. Por isso, os estudantes do Equipe não recebem respostas mastigadas, sacramentadas. Lá eles são incentivados a pensar. A formar suas próprias opiniões. A criticar. A sentir e a criar. Com liberdade. E, principalmente, com responsabilidade”.

³¹⁷ É possível encontrar nos documentos do DOPS-SP, no Arquivo do Estado de São Paulo, boletins de agentes do DOPS sobre palestras e outros eventos ocorridos no Colégio Equipe, como o relatório de 23 de outubro de 1981, referente a uma palestra do professor Florestan Fernandes realizada no colégio no dia 22 de outubro tendo como tema a questão da juventude e sua participação nos rumos da sociedade brasileira (documento 21-Z-14-12432); ou o relatório de 26 de outubro de 1981, sobre uma palestra da professora Maria Nazareth Ferreira, da ECA-USP, no dia anterior também com a juventude como tema (documento 21-Z-14-12418).

³¹⁸ Podemos citar o jornal “Tijolo de Barro”, no qual, além de textos sobre a questão política brasileira do período, é possível encontrar textos de estudantes com poesias, contos, desenhos e outros. O jornal “ECO”, do Grêmio Supletivo do Equipe, vai na mesma linha.

No cenário internacional, o que se viu no final da década foi, no entanto, uma cultura juvenil que trouxe alguns elementos da cultura engajada de outros tempos de volta. Bandas de rock, especialmente na Grã-Bretanha, mudaram a cara do estilo musical intimamente ligado à imagem de rebeldia da juventude; o *punk rock*, com seus músicos iconoclastas, roupas rasgadas, piercings e alfinetes, e letras diretas contra qualquer tipo de autoridade, chegava num momento em que o rock encontrava-se sob a influência de bandas milionárias, como o Led Zeppelin e os Rolling Stones, e do rock progressivo, com seu virtuosismo e técnica refinada. Frente a esse cenário, a técnica do punk baseava-se em som alto e atitudes de confronto³¹⁹, sendo que nada ou ninguém era perdoado. No caso dos Sex Pistols, o ataque à realeza britânica, uma das instituições mais preservadas do país, mostrava o tipo de atitude que se podia esperar da juventude inglesa a partir do surgimento novo estilo.

Embora possa ser visto hoje como um estilo cujo fator principal girava em torno da agressividade do som, das letras e das atitudes dos músicos, o punk inglês estava intimamente ligado ao seu momento histórico, e às condições econômicas britânicas no final da década de 1970, como descreve Friedlander

Uma das teorias cita a economia britânica em declínio como o principal impulso do punk. Neste cenário, surgiu um crescente segmento de jovens de classes menos favorecidas que se mostravam insatisfeitos com a falta de oportunidades econômica e educacional na Inglaterra. Empregos de salários decentes não estavam disponíveis e o acesso às escolas só era permitido às classes sociais privilegiadas, forçando vários jovens da classe operária a desistir da educação. Esta juventude desiludida cada vez mais numerosa vislumbrava um futuro de subsistência à custa do sistema de previdência social britânico. Os jovens perceberam que para eles não havia futuro, e por isso se revoltaram. É possível ver a música, as letras de grande rebeldia e a natureza antiautoritária de suas atitudes como um reflexo destas condições³²⁰.

Se nos Estados Unidos as demonstrações juvenis da década anterior aos anos 70 deixavam de lado qualquer discussão em torno de diferenças entre as classes sociais, na Inglaterra da década de 1970 tal discussão não podia ser deixada de lado; por seu papel

³¹⁹ De tantas músicas de bandas punk daqueles anos, talvez a que melhor sintetize a atitude punk de confronto direto seja “God save the queen”, dos Sex Pistols: “God save the Queen / She ain’t no human being / There is no future in England’s dreaming”.

³²⁰ FRIEDLANDER, Paul. *Op. Cit.* p. 354.

pioneiro durante a Revolução Industrial, o que levou ao surgimento claro e concreto de duas classes sociais distintas, a burguesia e o proletariado, criou-se no país uma distinção social palpável, presente ainda naquela década. O proletariado inglês, se comparado ao proletariado de outros países da Europa Ocidental (exceto Portugal e Espanha, por conta de seu atraso econômico fruto de longas ditaduras), tinha poder de compra altamente debilitado, o que levava a um abismo econômico e social que deixava às claras as diferenças de classe na sociedade inglesa. Daí o punk ter nascido e se desenvolvido de maneira tão poderosa naquele país, pois ele materializava nas músicas e letras essas diferenças. O ataque dos Sex Pistols à Coroa britânica simbolizava a crítica a um grupo social que parecia estar acima das disputas classistas mas que, no fundo, era representante de uma nobreza que havia apoiado a burguesia para conseguir, no mínimo, manter seus títulos e seu estilo de vida. Na farsa da sociedade inglesa, não havia espaço para os filhos do proletariado, a não ser aquele que eles tomassem com suas próprias mãos, e o punk representava exatamente isso: ter seu lugar à base da força e da agressividade.

O estilo dos músicos também mostrava o desprezo pelas características das classes mais abastadas; a concisão das notas musicais, o estilo rápido e direto, o jeito de cantar dos vocalistas, sem grandes invenções, era fruto do jeito seco e direto da classe operária inglesa. O punk era um estilo musical feito por jovens que haviam crescido em condições de miséria acostumados a resolver seus problemas sem muita conversa, partindo diretamente para a briga. O estilo de comunicação entre os seguidores do estilo, especialmente através da dança, era reflexo da origem social do punk. Segundo Friedlander,

Outras reações às exortações provenientes da música e do palco vieram na forma de dança, ou o que Robert Christgau chamou de “porrada voadora”. Com o *ethos* machista da classe trabalhadora, os jovens da platéia se lançavam na pista de dança, parando a cada quatro ou cinco minutos para uma troca de socos rápida com seus companheiros punk. (...) Neste mundo turbulento de provocações e energia física, banda e público cimentaram seu relacionamento como membros de uma mesma comunidade. Interessante observar que este fenômeno assemelhava-se ao que aconteceu com as bandas de San Francisco nos anos 60, só que o meio foi agressivo e violento em vez de filosófico e caloroso³²¹.

³²¹ FRIEDLANDER, Paul. *Op. Cit.* p. 357.

Se a cumplicidade dos anos 60 nos Estados Unidos era fruto de projetos em torno da busca da felicidade individual num mundo melhor, na Inglaterra da década seguinte não havia espaço para mãos dadas e músicas de conagração; o que os punks estavam dizendo era que não havia espaço para eles numa sociedade regida por um sistema econômico que, frente aos primeiros sinais de crise, lançava todos os problemas à classe menos favorecida. O movimento de dança nos shows de bandas punk, com pessoas da platéia se socando e se jogando umas nas outras, aliado à relação criada entre banda e espectadores, com o vocalista geralmente xingando e cuspidando a platéia, mostrava através da música o sentimento contido frente à sociedade hierarquizada britânica. Era no confronto estabelecido entre banda e ouvintes que se formava uma união contra o inimigo comum, materializado nas formas de autoridade e controle social ingleses.

Tal posição seria impensável nos Estados Unidos, por exemplo, país, como já foi dito, em que as contradições sociais não eram tão aparentes. O punk norte-americano, focado especialmente na banda The Ramones, nada tinha a ver com o punk inglês, fora o estilo simples de tocar as músicas. A atitude agressiva inglesa, fruto de uma sociedade em que a tensão social estava presente no cotidiano e vida das pessoas, não existiu no estilo do outro lado do Atlântico. Além da contradição econômica presente na Inglaterra, havia por trás da sociedade inglesa os valores de um país que mantinha entre suas tradições uma monarquia representante de uma sociedade que havia, décadas antes, sido um império. A rainha, como mostrou os Sex Pistols em sua música *“God save the queen”*, representava uma sociedade que se baseava especialmente em tradições e famílias; a própria língua inglesa, com seus distintos sotaques, era um divisor de classes: a maneira que os operários de Liverpool, por exemplo, falavam era totalmente diferente do sotaque encontrado em Londres, com sua “sofisticação” de centro cultural e político inglês. Os integrantes dos Pistols, oriundos da classe operária do país, atacavam justamente a estrutura social inglesa, fosse com sua atitude, fosse com suas canções.

Pelo mesmo caminho seguia outra importante banda do punk inglês, The Clash, muito imitada por bandas de rock brasileiras nos anos 80. Embora menos agressivo em suas atitudes, o Clash mostrava sua origem punk em suas letras, bem mais elaboradas e politizadas que as do Sex Pistols. Além disso, o Clash possuía influências musicais mais abrangentes que o rock simples que caracterizou o movimento punk; em seu disco mais

importante, “London calling”, de 1979, a banda mistura rock, swing, rockabilly, entre outros, sem descuidar da imagem punk, presente na capa do disco, que mostra um dos integrantes quebrando sua guitarra no palco. A formação da banda propiciava uma música melhor trabalhada; com a presença de duas guitarras, as possibilidades de som e ritmo eram maiores que as do Sex Pistols, com um guitarrista apenas. Com a força do punk aos poucos se esvaindo, a direção musical tomada pelo Clash representava a abertura de novos campos para as bandas do movimento. A presença de elementos do reggae jamaicano mostrava a influência que os politizados rastafáris, com sua música que incluía elementos sociais e políticos, tinham em partes da sociedade inglesa, em especial entre os jovens da classe operária.

As letras do Clash apresentavam alto grau de politização; em “London calling”, há a canção título, sobre os efeitos devastadores de uma guerra nuclear, e uma canção sobre a Guerra Civil espanhola, com citações até ao poeta Federico Garcia Lorca, assassinado pelos nacionalistas espanhóis, intitulada “*Spanish bombs*”, que poderia muito bem tratar de conflitos políticos da década de 1970. O álbum seguinte ilustraria de maneira clara o posicionamento político dos integrantes da banda: lançado em 1980, ele era intitulado “Sandinista”, homenagem à então recente revolução ocorrida na Nicarágua. Basicamente, a música do Clash possuía elementos políticos que não se encontrava nas canções dos Sex Pistols que, por sua vez, possuíam uma atitude de choque social maior que os integrantes daquela banda. Segundo Friedlander,

O Clash, através de suas letras e do ativismo político, escolheu apresentar sua crítica ao imperialismo, ao racismo e a um sistema econômico abusivo em termos pessoais e políticos concretos, em oposição ao ódio inconsciente e não direcionado refletido nas situações e histórias chocantes dos Pistols. Os Pistols se contentavam em atacar e expor; o Clash quis exercer algum impacto em seu público³²².

Enquanto o Clash abria novos caminhos para o punk, o cenário musical inglês presenciou o surgimento de outras bandas num movimento rotulado como pós-punk, no qual se sobressaíram grupos como Joy Division e The Cure. No momento em que a direita conservadora subia ao poder com a ascensão de Margaret Thatcher ao cargo de

³²² FRIEDLANDER, Paul. *Op. Cit.* p. 362.

primeira-ministra do Reino Unido, parecia que a rebeldia punk tinha perdido sua força, e o que existia era um sentimento profundo de desilusão e incapacidade da juventude. Se, no final de 1976 os Sex Pistols podiam, com todo o poder rebelde da juventude, cantar “I am an anti-Christ / I am an anarchist / Don’t know what I want / But I know how to get it”, em sua canção *“Anarchy in the UK”*, em 1979 o vocalista Ian Curtis, da banda Joy Division, cantava na música *“Disorder”*, um título apropriado para aquele momento: “I’ve been waiting for a guide to come and take me by the hand”. Se em 1976 era possível, com o surgimento do punk e da tomada de atitude da juventude da classe operária inglesa firmar-se como qualquer coisa, desde um anarquista até o próprio anticristo, no final da década, com o ressurgimento do conservadorismo político, econômico e social, o que se colocava frente aos jovens era a impossibilidade de se fazerem ouvir frente às classes dirigentes, representadas por Thatcher. O vocalista do Joy Division, com seu problema de epilepsia, era também a representação da juventude inglesa naquele momento: sem um rumo definido, perdidos, isolados. Muitos dos títulos da banda demonstram esse sentimento da juventude no período: *“Isolation”*, *“She’s lost control”*, *“In a lonely place”*, entre outros.

O que se observa com as letras do Joy Division, que teve vida musical curta por conta do suicídio de seu vocalista, é um sentimento de incapacidade frente a uma situação política e social que não estava nas mãos da juventude. O conservadorismo de Thatcher no Reino Unido e de Reagan nos Estados Unidos representavam a volta ao poder de uma geração de pessoas bem mais velhas que haviam, com o apoio de grande parte da população de seus respectivos países, decidido acabar com todas as experimentações e movimentos contraculturais que haviam acontecido desde o final dos anos 60. De certa forma, 1979 e 1980 eram o fim da “Era de Aquário”.

No Brasil, porém, o começo da década de 1980 representou, para o cenário musical do país, um período de efervescência; por conta das inúmeras bandas surgidas no final da década de 1970, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, jovens brasileiros, influenciados por elas, começaram a se juntar e formar seus próprios grupos musicais, fosse como forma de passatempo, fosse como maneira de expressar os gostos e opiniões de seu grupo. Como acontecera 30 anos antes, o rock era utilizado novamente como veículo de expressão da juventude, e dessa vez num país que já estava há mais de 15 anos

sob uma ditadura militar. Ele representava o instrumento pelo qual os jovens podiam se expressar, pois numa sociedade em que manifestações políticas ainda eram reprimidas, era através da cultura que a juventude criada sob os sucessivos governos militares tinha como mostrar seus sentimentos e angústias. E nada melhor do que utilizar como instrumento de expressão bandas formadas geralmente em garagens, longe dos olhares dos agentes do regime.

Três pólos musicais se formaram no país como centros musicais do cenário roqueiro: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, cada um com características próprias e, em alguns pontos, distintas. No Rio, a presença da rádio Fluminense FM, conhecida também como “A maldita”, foi fundamental para o lançamento de músicas em fitas K-7 de inúmeras bandas de rock até então desconhecidas, formadas por jovens na casa dos 20, 21, 22 anos de idade. A Fluminense representou um canal fundamental de divulgação de músicas feitas por jovens para jovens, com conteúdos que tratavam dos aspectos da juventude brasileira e de seu cotidiano numa sociedade reprimida por um regime decadente. Também no Rio, as apresentações de grupos de rock no Circo Voador foram fundamentais para que outros jovens tivessem contato com o que era produzido culturalmente por outras pessoas de sua própria geração. O Barão Vermelho, cujo líder Cazuza era filho do presidente da Som Livre na época, foi uma das bandas que despontou no esquema “A Maldita” / Circo Voador. É importante notar que quando uma banda fazia sucesso, isso significava a possibilidade para que outras bandas pudessem sair de suas garagens e chegar ao grande público; para as gravadoras, criava-se um nicho mercadológico com as novas bandas de rock que surgiam, cada uma voltada para um faixa de público específico dentre os jovens.

Talvez pelo local onde surgiram, muitas das bandas cariocas tinham uma visão diferente das bandas de São Paulo e de Brasília; os garotos que moravam na capital federal tinham uma música em alguns momentos com mais conteúdo que as bandas que surgiam no Rio de Janeiro, por exemplo, mesmo que as bandas de Brasília tenham se mudado para o Rio para conseguir lançar seus trabalhos. O estilo de grupos como Capital Inicial, Plebe Rude e Legião Urbana era distinto do estilo de bandas como Blitz, uma precursora do rock nacional que misturava música e teatro nos palcos, Kid Abelha, e o próprio Barão Vermelho. Já as bandas paulistanas, como IRA e Titãs, tinham músicas

mais voltadas para o rock propriamente dito, embora os Titãs tenham, no início de sua carreira, trilhado um caminho mais pop, o que seria definitivamente modificado com o lançamento do álbum “Cabeça Dinossauro” em 1986. Pode-se dizer que São Paulo e Brasília eram cidades que proporcionavam aos jovens um ambiente mais politizado que o Rio de Janeiro, fosse pela proximidade do poder, no caso de Brasília, fosse pela configuração social, calcada na industrialização e em movimentos sociais, no caso de São Paulo.

No entanto, havia algo em comum a todas, ou à maioria, das bandas de rock do começo dos anos 80: a influência de bandas inglesas e americanas. Os Paralamas dos Sucesso, por exemplo, ficaram marcados, no início de carreira, pela proximidade de estilo com a banda The Police, que misturava rock e reggae em suas canções, algo que os Paralamas seguiram em seus dois primeiros álbuns, “Cinema Mudo” e “O passo do Lui”. Já a Legião Urbana tinha influência direta de outra banda inglesa, The Smiths, e algo do Joy Division. O vocalista da Legião, Renato Russo, tinha os trejeitos dos vocalistas Morrissey, dos Smiths, e Ian Curtis, do Joy, sendo que suas letras também tinham elementos de proximidade com as composições dos dois cantores, fosse na escolha dos temas, fosse na maneira como eles eram abordados. As angústias daquela geração estão presentes nas composições de Russo, em músicas como “Será”, “Teorema”, e outras dos dois primeiros álbuns da banda. Há também certa influência da banda irlandesa U2, especialmente na canção “Soldados”, que leva o ouvinte à comparação com “Sunday Bloody Sunday” dos irlandeses.

Em São Paulo, o IRA era uma banda do chamado cenário musical underground paulistano que conseguiu se estabelecer como um dos principais expoentes do rock brasileiro da década, chegando ao ponto de emplacar uma das músicas de seu segundo álbum, “Flores em você”, na abertura de uma das novelas da Rede Globo da época. O som da guitarra se fazia presente nas composições e distorções do guitarrista Edgard Scandurra que, com suas letras, conseguia retratar aspectos da juventude paulistana daqueles anos; músicas como “Coração”, com os versos “Dentro de mim uma dúvida / o medo da vida que possa levar” e “Quero desfrutar por ser jovem / Das coisas que me são proibidas”, “Núcleo Base”, com as frases “Eu tentei fugir / Não queria me alistar / Eu quero lutar / Mas não com essa farda”, ou “Sonhar com quê?”, em que o vocalista Nasi

canta “Quando escurece os jovens se encontram / Conversam sobre o dia / Tristezas, bebidas, noites em vão / Voltam prá casa e não tentam fugir / A TV está alta não conseguem dormir”, todas do álbum de estréia da banda, “Mudança de comportamento”, de 1985, retratam conflitos, incertezas e desejos daquela geração de jovens que havia passado parte de suas vidas sob a ditadura. Os conflitos estavam presentes não apenas nas letras, mas nas atitudes dos músicos: a “mudança de comportamento” sugerida no título do disco é fruto da mudança da própria banda que, para alcançar certo nível de sucesso, teve que adaptar sua música ao gosto da crescente indústria fonográfica do país. Se no começo o IRA, em bares e casas noturnas de São Paulo representava o “punk paulistano”, sua “mudança” de som foi vista por muitos de seus antigos seguidores como um tipo de traição do movimento punk.

Também de São Paulo, os Titãs representaram uma mudança fundamental na idéia de banda de rock: primeiro, enquanto as bandas tinham no máximo 5 integrantes, os Titãs tinham 8, sendo que 5 deles eram vocalistas. Além disso, não havia um líder, alguém que escrevesse todas as letras e representasse o grupo; todos os integrantes escreviam e eram embaixadores da banda. Num cenário social marcado pela repressão, a coletivização do processo criativo dos Titãs trazia para o cenário cultural do país uma novidade que era fruto do tipo de educação que a maioria dos integrantes tinha tido: dos 8 integrantes, apenas 2 não foram estudantes do Colégio Equipe que, como dito anteriormente, era uma escola que proporcionava a seus estudantes instrumentos para várias formas de experimentação artística e cultural. Essa formação era visível nas músicas da banda que, em seus dois primeiros álbuns, optaram por uma mistura de ritmos que representava, naquele momento, uma busca de rumo, como acontecia com a sua própria geração.

O surgimento de tantos grupos musicais se mostrou uma enorme fonte de lucro para as gravadoras, que buscavam, através do lançamento de novas bandas, assegurar para si cada vez mais novos ouvintes; a rebeldia jovem foi capitaneada por grandes empresas que viam no descontentamento da juventude um nicho mercadológico. Vale ressaltar que as bandas de rock encontraram terreno amplamente favorável para seu surgimento e sucesso num momento em que a população como um todo mostrava seu descontentamento com os militares e seu governo; embora muitas das bandas do período

não fossem “políticas”, no sentido de pregarem pela revolução socialista ou do proletariado, elas eram, cada uma em seu próprio estilo, politizadas, pois suas letras representavam os sentimentos da geração de jovens “filhos” dos anos da ditadura, o que significa dizer que as músicas de muitas dessas bandas tinham relação direta com aquele momento histórico.

Frente a esse novo movimento musical brasileiro, o que se desenvolveu no país foi uma nova indústria musical, atrelada ao conceito da imagem das bandas e, especialmente, de seus vocalistas. A MTV (Music Television) surgiu nos Estados Unidos em 1º de agosto de 1981, modificando a maneira como a música era internalizada pelas pessoas; numa época em que as imagens eram feitas para captar toda a atenção do público³²³, os videoclipes transmitidos pela MTV transformaram a imagem que as pessoas tinham dos novos grupos musicais. Embora a MTV tenha iniciado sua transmissão no Brasil anos depois da emissora norte-americana, a imagem das bandas brasileiras já era explorada em programas como o do apresentador Chacrinha, que levou para o seu palco muitos dos grupos do momento. Suas apresentações, a maioria em *playback*, representavam a idéia da sobreposição da imagem sobre a música: enquanto os músicos fingiam que tocavam seus instrumentos, com os vocalistas mexendo seus lábios ao som da verdadeira música ao fundo, a platéia ia ao delírio. O que importava era a imagem que se transmitia ao público, pouco importando se eles de fato estavam tocando ou cantando. A televisão cumpria seu papel ao simplesmente mostrar as novas bandas, cujas músicas haviam se transformado em produtos que seriam consumidos pelo público através das imagens transmitidas nacionalmente.

O grupo RPM, liderado pelo cantor Paulo Ricardo, é o melhor exemplo da construção da imagem de uma banda de rock; com seu apelo visual, especialmente entre as mulheres, Paulo Ricardo se transformou numa espécie de símbolo sexual do rock,

³²³ No cinema, as grandes produções do final da década de 1970 haviam indicado o caminho que seria seguido na década seguinte; filmes como “Tubarão” e, especialmente, “Guerra nas Estrelas”, focados mais no efeito impactante das imagens do que no conteúdo das películas, criaram no público, especialmente os jovens, o sentimento de que o que se via nas telas era essencialmente o que importava. Nesse sentido, os efeitos especiais inaugurados com a série “Guerra nas Estrelas” dariam a tônica das produções dos anos seguintes, criando uma espécie de “efeito mágico” que reduzia a capacidade dos espectadores de analisar e entender o que viam; o que se criou com os “blockbusters” foi um cinema rápido, de fácil consumo, que seria seguido bem de perto pelos videoclipes transmitidos pela MTV em vários países do mundo a partir da década de 1980.

chegando ao ponto de ser atacado por fãs na entrada de estúdios, que queria de fato um pedaço de seu ídolo, fosse da roupa, fosse de seu cabelo. A imagem do vocalista ajudou a banda a se transformar numa das mais rentáveis para as gravadoras, com vendagem significativa do primeiro álbum da banda, “Revoluções por Minuto”. As roupas e estilos de corte de cabelo, por exemplo, eram seguidos pelos fãs, que viam naquilo uma espécie de identificação de dois tipos: com o grupo que escutava essa ou aquela banda, e com o próprio vocalista. Os videocliques, além de servirem como mais um instrumento de veiculação das músicas, tinham também a função de vender a imagem dos músicos para uma geração de jovens que há muito não tinham em quem se espelhar. No fundo, tudo se resumia a uma agressiva ação de marketing das gravadoras, ávidas pelo aumento das vendas e pela conquista de novos consumidores³²⁴. Algumas bandas, no entanto, mostravam seu descontentamento com o esquema televisivo de lançamento de suas canções: o IRA, por exemplo, se recusou a usar gorros natalinos numa apresentação no Chacrinha, o que lhes rendeu um expurgo do programa do “velho guerreiro” que lhes tirou da Rede Globo por muitos anos. A rede de televisão abria espaço para as novas bandas, desde que elas seguissem sua cartilha a risca; os que se mostravam contrários a certo tipo de exposição eram marcados e dificilmente voltavam a aparecer em programas de grande ibope.

A construção da imagem do novo rock brasileiro como estilo intimamente ligado aos jovens alcançou grande repercussão não apenas com a veiculação das bandas em rede nacional de televisão, mas também com os grandes concertos musicais que surgiram no decorrer dos anos 80. O Rock in Rio, realizado na Barra da Tijuca entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1985, juntou atrações internacionais como AC/DC, Queen, Whitesnake, entre outros, com as novas bandas nacionais, criando um megaevento que, após anos de repressão política, servira para que os jovens pudessem enfim se libertar. Com os shows

³²⁴ Nos Estados Unidos, o uso de videocliques para vender as músicas chegou ao seu ápice com as produções de Michael Jackson para as composições de seu álbum “Thriller”, em especial com a megalomaniaca produção do clipe para a música de mesmo nome, com mais de 10 minutos de duração e repleta de efeitos especiais, como a transformação do cantor numa espécie de monstro. Talvez esse videoclipe possa resumir a maneira como a música voltada para os jovens era vista na década de 1980: a música em si ficava no plano de fundo, enquanto o que importava era a imagem dos zumbis dançando e de Michael Jackson se transformando frente à câmera. As imagens serviam para vender todo o pacote: desde as roupas utilizadas pelo cantor, como uma jaqueta que se tornou sucesso entre os jovens norte-americanos no começo da década, até a dança utilizada no clipe, que também se transformou em febre nas discotecas após o lançamento do videoclipe.

acontecendo num espaço que ficou conhecido como Cidade do Rock, sentia-se no ar a liberdade que havia sido negada tantos anos aos jovens que poderiam, pela primeira vez em anos, ver ao vivo ídolos do rock internacional, alguns, no entanto, sem o brilho de anos anteriores, como era o caso do Queen. No entanto, aqueles dias do Rock in Rio serviram para, além de colocar o país na rota de shows de bandas internacionais, levar ao estrelato os grupos nacionais de rock; os Paralamas do Sucesso, por exemplo, obtiveram grande êxito com seu show, com suas músicas que falavam de problemas comuns a muitos dos jovens na platéia, como “Óculos” e “Romance Ideal”. Embora hoje o festival possa ser visto como uma ação de marketing bem sucedida do publicitário Roberto Medina, naquele momento ele teve a função de consagrar o recém-nascido rock brasileiro que, comparado com as atrações internacionais que tinham, em alguns casos, mais de uma década de estrelato, era um retrato da nova juventude brasileira, à procura de novos ídolos. Ver músicos como os integrantes dos Paralamas, com 25 anos no máximo, tocando no palco era justamente o que aquela geração buscava: músicos com os quais fosse possível se identificar através da idade, pois isso significava que os problemas, conflitos e sentimentos eram parecidos e podiam, através das canções, ser compartilhados. Essa conexão entre artistas e público foi muito bem captada pelas gravadoras que, como dito anteriormente, viam nos grupos de rock uma fonte segura de lucro e renda.

Os anos Sarney, no entanto, com suas sucessivas crises econômicas representaram um choque para essa mesma juventude que, pouco antes, visualizara tempos melhores para sua geração e para o país. A situação social do país era refletida no cenário rock; após os sucessos dos anos 1984-1987, muitos dos grupos descobriram o valor real da fama. Após uma fase inicial em que muitas bandas surgiram com um ou dois sucessos de venda, a novidade parecia ter se esgotado, fruto dos problemas pelos quais a economia brasileira passava. O RPM é o exemplo claro da decadência do cenário rock nacional: após o estrondoso sucesso de seu disco de estréia, e das vendas impressionantes de um segundo disco ao vivo, a banda parece ter se perdido face ao sucesso. Brigas internas, consumo de drogas, vendas ínfimas declararam o fim de uma banda que representava o ápice do rock enquanto objeto de consumo. Talvez seja o IRA, com seu terceiro disco intitulado “Psicoacústica”, que tenha traduzido melhor a época; lançado em 1988, trazia uma banda envolta em problemas com as drogas, fruto da incapacidade daqueles jovens

em lidar com a fama repentina. A letra da música “Poder, sorriso, fama” deixa tudo bem claro

Estou aprendendo muito / Confiando nas pessoas
Um tiro pelas costas... / Poder, Sorriso, Fama
Estou aprendendo muito / Confiando nas pessoas
Um tiro pelas costas... / Poder, Sorriso, Lama
Ando fugindo pelas ruas / Mas alguém me vê na televisão
Depois que deixei a minha rua / Um tiro pelas costas
Poder, Sorriso, Fama / Poder, Sorriso, Lama
Estou sofrendo muito / Bebendo fico sóbrio
Ninguém sabe o que sinto / Olho para o espelho
Ando fugindo pelas ruas / Mas alguém me vê na televisão
Ninguém sabe o que sinto / Olho para o espelho, vejo...
Poder, Sorriso, Fama / Poder, Sorriso, Lama³²⁵.

A banda paulistana traz na música elementos que mostravam não apenas os problemas de seus integrantes, mas a desilusão de toda uma geração de jovens que estava, de fato, sem rumo. O poder e os sorrisos, imagens criadas para a televisão, escondiam sentimentos de perda e sofrimento com o que acontecia no país; as promessas de um tempo melhor, “Pro dia nascer feliz”, como cantou o Barão Vermelho, haviam sido substituídas por um tempo em que a esperança de um novo Brasil havia sido traída por acordos entre velhos caciques da política nacional. Dias melhores seriam cantados depois com a possibilidade da eleição de Lula em 1989, mas a inocência e a esperança daquela geração haviam se perdido e dificilmente voltariam.

³²⁵ Música “Poder, Sorriso, Fama”, de Edgard Scandurra, lançada no álbum “Psicoacústica” da banda IRA, em 1988, pelo selo WEA.

Conclusão

Num momento em que o país parece passar por uma revisão de sua História recente, através da busca de novas informações que corroborem os depoimentos existentes sobre o que se passou nos porões da ditadura civil-militar de 1964, parece ser necessário que fique claro para as gerações futuras que o regime de exceção que atingiu a sociedade brasileira por mais de 20 anos foi, de fato, uma ditadura, sem meios-termos que atenuem a atuação dos militares e de seus colaboradores civis.

As pesquisas sobre o regime, em sua maioria, concentram-se nos eventos ocorridos no final da década de 1960 e início da década de 1970, o que deixa um período extremamente amplo para o desenvolvimento de novos estudos. Embora haja algumas pesquisas desenvolvidas sobre a ditadura e seu desenrolar nos anos 70, muitas delas ainda se prendem a uma discussão institucional sobre as disputas internas entre os militares moderados e os linha-dura e como isso foi lido como fundamental para o fim do regime; essa tomada de posição acaba por ignorar a atuação dos movimentos sociais que ressurgiram no país no final da década de 1970, deixando de lado a atuação fundamental que tiveram para o retorno à democracia. O movimento sindical do ABC, o papel da Igreja e das Comunidades Eclesiais de Base e o movimento estudantil, entre outros, trouxeram para as ruas, então tomadas pelos militares, as discussões sobre o futuro do país e sobre as possibilidades que se colocavam frente à sociedade brasileira. Embora a Lei de Anistia tenha tentado colocar um ponto final, por parte dos militares, sobre o que de fato ocorreu com os perseguidos e desaparecidos políticos, a discussão sobre aqueles anos persiste, já que muito ainda precisa ser esclarecido, especialmente do lado dos que lutaram por um projeto democrático para o país. Visto pelos círculos militares como uma espécie de revanchismo, a busca pela verdade mostra uma sociedade que quer, acima de tudo, escrever sua História da maneira como ela realmente aconteceu, dando voz àqueles que perderam suas vidas na esperança de construir um país mais justo.

Sobre o movimento estudantil, há uma série de escritos sobre as atuações dos estudantes até os anos de 1968 e 1969, e poucos trabalhos sobre a renovação pela qual passou o ME especialmente a partir de 1975. Sobre o ME secundaristas, as discussões são ainda mais escassas sendo, no entanto, possível encontrar algo sobre os grupos estudantis

ligados à Convergência Socialista. De resto, porém, há ainda muito a ser estudado e pesquisado, não apenas entre os secundaristas, mas também entre os universitários; é fundamental, para se entender o que aconteceu com o ME a partir da década de 1980, procurar esclarecer os rumos que foram tomados na década anterior, e de que maneira as ligações entre os estudantes e grupos de esquerda e movimentos sociais influenciaram a mobilização das massas estudantis nos anos pós-regime militar.

Nesta Dissertação, busquei analisar três grupos que, cada um à sua maneira, fizeram oposição ao regime militar: os movimentos sociais, os estudantes e a juventude. Cada um dos capítulos do texto foi dedicado à análise desses grupos que, em seu interior, possuíam divergências sobre a maneira como a luta contra a ditadura deveria ser posta em prática. O que se colocava perante os movimentos oposicionistas girava em torno da questão sobre o tipo de sociedade que se queria para o período pós-ditatorial, se uma sociedade voltada para a democracia liberal, ou se uma sociedade voltada para o socialismo, na qual as classes populares teriam o poder para decidir de que maneira o Estado brasileiro se constituiria. A tomada das ruas das grandes cidades por populares, após anos de repressão política, marcou o final dos anos 70, e encontrou seu ápice especialmente nas mobilizações em torno do projeto das Diretas-Já. É de suma importância ressaltar o papel que as mobilizações populares tiveram no enfraquecimento da ditadura, pois é a partir desse momento que muitas forças sociais presentes em nossa sociedade atualmente conseguiram se fazer ouvir e apresentar projetos distintos daqueles apresentados pelas classes dominantes.

A maneira como os grupos dentro dos movimentos sociais ou populares se organizaram mostrou que o que se buscava com suas manifestações era construir um movimento nacional que repercutisse a insatisfação desses grupos em relação ao regime militar; o apoio da Igreja e suas atividades relacionadas ao cotidiano de grupos marginalizados proporcionaram a essas reivindicações um caráter mais amplo, mostrando aos militares que não se tratava apenas de um movimento político, mas também de algo social. A crise econômica enfrentada pelo país na época trouxe à tona os problemas enfrentados pela maioria da população brasileira, e o movimento sindical, especialmente o situado no entorno da cidade de São Paulo, soube aproveitar a situação para recobrar sua força e voltar ao cenário nacional. Embora lutando por melhorias salariais, ficou claro

que sua luta tinha a ditadura como inimigo principal. Ao lutar contra as amarras impostas pela legislação do regime relacionada aos sindicatos, os trabalhadores que se uniram em torno das novas lideranças sindicais demonstraram que seu papel, naquele momento, transcendia meras reivindicações de sua classe. A posterior organização do Partido dos Trabalhadores, com suas discussões sobre como deveria ser um partido efetivo dos trabalhadores e suas propostas para o país, reforçam a idéia de que o movimento sindical, assim como outros movimentos sociais da década de 1970, lutavam não apenas por soluções imediatas para seus problemas, mas contra um regime opressor e suas políticas de exclusão social.

Neste cenário, analisar a maneira como os estudantes e a juventude fora dos grupos estudantis se mobilizaram no final da década de 1970 e na década de 1980 retrata novas formas de organização que pouco ou nada tem a ver com os acontecimentos de 1968; se, neste período, a revolução parecia estar a alguns metros de distância, as mudanças sofridas nos anos 70, com o surgimento de novos grupos e de novas discussões dentre os movimentos de oposição ao regime, trouxeram novas possibilidades de luta. Se, por um lado, os grupos mais voltados para a idéia clássica de revolução baseada na luta de classes persistiam, por outro lado é possível observar que eles não eram mais os únicos com o monopólio do discurso de oposição ao regime. A sociedade brasileira foi capaz de se mobilizar de novas maneiras, nas quais o comportamental teve papel importante como forma de demonstrar o descontentamento com a opressão do regime. Não se pode negar, no entanto, que essa busca pela liberdade individual diminuiu as possibilidades de uma mobilização mais ampla por direitos gerais. Tido como um desbunde ocorrido na década de 1970, as ações individuais ou de pequenos grupos apresentaram esses dois lados: criar o sentimento de luta contra qualquer tipo de opressão, e separar as lutas em campos específicos.

As análises realizadas nesta Dissertação sobre o movimento estudantil e sobre os caminhos alternativos de contestação postos em prática pela juventude brasileira mostraram que a questão do “ser” político havia adquirido duas feições: do lado do ME, ainda a idéia de que o mundo só poderia ser mudado através de grupos organizados, ligados a determinado tipo de ideologia, cujo objetivo era derrubar a ditadura e constituir novas lideranças para assumir o poder; do lado da juventude que não se interessava pelas

lutas das entidades estudantis, a idéia de que a sociedade seria modificada através das mudanças individuais, de comportamento. Se, por um momento, essas duas visões se apresentam como antagônicas, uma análise mais profunda demonstra que, contra a repressão, qualquer movimento de contestação pode levar à conscientização dos indivíduos sobre seu papel enquanto possível agente revolucionário, no sentido da revolução enquanto mudança do que existe. As idas e vindas das demonstrações contraculturais no país na passagem da década de 1970 para a década de 1980 possibilitaram novas formas de crítica ao regime e à sociedade conservadora do país; para aqueles ligados ao ME e a grupos tradicionais de esquerda, tudo não passava de um desvio de conduta de elementos “burgueses” da juventude, que não queriam o fim da ditadura. Em parte, a inexistência do debate dentro de muitas das entidades estudantis foi o que forçou essa espécie de divisão da juventude brasileira, como é possível observar nas diversas tribos surgidas nos anos 80, cada uma com seu estilo de ser e reivindicações próprias.

Talvez o movimento estudantil tenha sido um dos mais atingidos com esse fenômeno; a juventude, em especial nos anos 80 com a figura do “yuppie” interessado apenas em seu próprio sucesso a qualquer custo, perdeu todo e qualquer sentimento de união, subdividindo-se cada vez mais em grupos que, no fundo, nada mais eram do que nichos de mercado. Isso se refletiu nas ações do ME, que parecia isolar-se da massa estudantil fosse pelos debates propostos pelas entidades, fosse pelo desinteresse dos estudantes. Fruto, também, do momento econômico de recessão enfrentado pelo país e do desfecho das lutas contra a ditadura, a verdade é que o movimento estudantil perdeu sua força, e a juventude encontrou no recém-nascido rock os canais de expressão de suas vontades e dilemas. As escolas e universidades se tornaram, nos anos 80, locais de aquisição de diplomas, pois o que se queria era terminar logo os estudos para conseguir uma vaga no mercado de trabalho; nesse sentido, se nos anos 60 e 70 os locais de estudo eram também locais de troca de experiências políticas, na década de 1980 eles se tornaram um lugar para aquisição de um tipo de conhecimento que beirava o tecnicismo, necessário para disputar vagas no mercado de trabalho após o fim dos estudos.

Frente ao desenrolar da “década perdida”, o movimento estudantil perdeu grande parte de sua força e de sua capacidade de mobilização, algo visto em universidades e

escolas em todo o país nos dias de hoje. Entender o porquê desse acontecimento é um estudo que deve levar em conta não apenas os rumos do ME, mas também os rumos da juventude no período, e de que maneira ela buscou outras formas de manifestação. Uma análise do comportamento e da influência das bandas de rock entre os jovens nos anos 80 e 90 é parte fundamental para se entender o que aconteceu com o movimento estudantil brasileiro após o retorno à democracia. Isso, no entanto, é tema de estudos futuros.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1994.

ABRAMO, Lais Wendel. *O resgate da dignidade*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Movimento estudantil e classe média no Brasil”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (coord.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Maria Helena Moreira. “Grassroots organizations, trade unions, and the Church: a challenge to the controlled Abertura in Brazil”. *Latin American Perspectives*, Vol. 11, No. 1, Winter, 1984, pp. 73-102.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho. 2007.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Em defesa dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BAIANA, Ana Maria. *Nada será como antes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BERBEL, Marcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978-1980)*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1991.

BISKIND, Peter. *Como a geração sexo-drogas-e-rock'n'roll salvou Hollywood: Easy Riders, Raging Bulls*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009.

BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente. Discursos de posse de Deodoro a Lula*. Obra consultada no site <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/91988>>.

BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. *Vivendo a Sociedade Alternativa: Raul Seixas no Panorama da Contracultura Jovem*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2006.

BRANT, Vinicius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. pp. 09-27.

CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira *et al.* “Comunidades Eclesiais de Base”. In SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. pp. 59-81.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 2007.

CARVALHO, César Augusto de. *Viagem ao mundo alternativo: a contracultura nos anos 80*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CAVA, Ralph Della. “A Igreja e a Abertura, 1974-1985”. In KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. pp. 13-46.

CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. *Os limites do movimento estudantil 1964-1980*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1985.

CHANG, Jung e HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 1990.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. “Cultura juvenil de consumo e identidades sociais alternativas: uma abordagem histórica”. In GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Volume I. Recife: Editora da UFPE, 2008.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. Sao Paulo: A Girafa Editora, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

DOIMO, Ana Maria. “Igreja e Movimentos Sociais pós-70 no Brasil”. In SANCHIS, Pierre (org). *Catolicismo: Cotidiano e movimentos*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. pp. 275-308.

EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

FARIA, Marcos Moutta. “A experiência do Movimento Convergência Socialista”. In CADERNOS AEL: trotskismo. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, volume 12, números 22/23, 2005. pp. 217-262.

FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil*. UFRJ: Dissertação de Mestrado, 2005.

FREI BETTO. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984, volume I*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora Pioneira/ EDUSP, 1977.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio d Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ORMAN, Stephen M. and LÖWY, Michel. “Students and Class Struggle in Brazil”. *Latin American Perspectives*, Vol. 6, No. 4. Autumn, 1979, pp. 101-107.

GROPPO, Luis Antonio. *O rock e a participação do mercado de consumo cultural juvenil*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1996.

Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. “Sociedade Civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira”. *Revista Idéias*, Campinas 5(2)6(1), 1998-1999. (pp.13-42).

GURAN, Milton. *Encontro na Bahia 79*. Brasília: Livraria Galilei Editora, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In HOBSBAWM, Eric J (org). *História do marxismo volume V*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JORGE, Marina Soler. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 2002.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil volume 5*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. “Os trotskismos no Brasil 1966-2000”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

KURLANSKY, Mark. *1968: the year that rocked the world*. London: Vintage, 2005.

LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers: Student Movements and Collective Memory in Authoritarian Brazil*. Yale University, Dissertation for the Degree of Doctor in Philosophy. 2004.

LENIN /TROTSKI. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular – da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.

Lula, Luís Inácio da Silva. *Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD – Sociedade Cultural, 1980.

MACAN, Edward. *Rocking the classics: English progressive rock and the counterculture*. New York: Oxford University Press, 1997.

MAINWARING, Scott. “The transition to Democracy in Brazil”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 28, No. 1, Spring 1986, pp. 149-179.

MARCUSE, Herbert. “The Conquest of the Unhappy Consciousness: Repressive Desublimation”. In <http://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/one-dimensional-man/ch03.htm>.

MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e maio de 68*. Rio de Janeiro: Livraria Argumento, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”. In MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado 1980-2005”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MILLER, James. *Flowers in the dustbin: The rise and fall of Rock and Roll, 1947-1977*. New York: Simon & Schuster, 1999.

MIRANDA, Orlando (org.). *Leon Trotski: política*. São Paulo: Ática, 1981.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. *Resoluções Políticas do II Congresso do MR-8*. São Paulo: Editora Colombo, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. “Além de transição, quem da imaginação...”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, número 12, pp. 2-15, junho de 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. “E agora, PT?”. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, número 15, pp. 32-43, julho de 1986.

OLIVEIRA, Francisco. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. SELEÇÕES CEBRAP 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. pp. 5-78.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasilense, 1988.

PAOLI, Maria Célia. “Apresentação”. Desvios, Rio de Janeiro/ São Paulo, número 4, julho de 1985.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1997.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. “Mobilizações estudantis nos anos 1970”. In GROPPPO, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Volume I. Recife: Editora da UFPE, 2008.

PEREIRA, Isabel Brasil. “Formação política e ensino médio: a reconstrução do Movimento Estudantil Secundarista no Rio de Janeiro (1976-85)”. In Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org). *Temas de Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2004.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo a manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP (1974/1982)*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs). *Imagens da revolução. Documentos políticos de organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIBEIRO NETO, Artur. “Um laço que não une mais”. Desvios, Rio de Janeiro/ São Paulo, número 4, julho de 1985.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *A volta da UNE*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1972.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. “Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)”. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, pp. 340-365, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil – Definições ideológicas e trajetória política”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil, Volume 6*. Campinas: Editoria da Unicamp, 2007. pp. 63-104.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo”. In RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil volume 6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SERBIN, Kenneth P. “The anatomy of a Death: Repression, Human Rights and the Case of Alexandre Vanucchi Leme in Authoritarian Brazil”. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 30, No. 1, February 1998, pp.1-33.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos nas sombras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *Carta aos brasileiros 1977*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira Ltda. 2007.

VALLE, Maria Ribeira do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VELHO, Gilberto. *Nobres & anjos – um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ZEICHNER, Natan. “Representing the vanguard”. *Brown Journal of History*, Issue I, Spring 2007, pp. 7-26.